UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Alex César de Oliveira Fonseca

O ESVAECIMENTO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO:
o caso do município de Paineiras / MG

Belo Horizonte
2024

Alex César de Oliveira Fonseca

O ESVAECIMENTO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO:
o caso do município de Paineiras / MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Paula Tofani

Belo Horizonte
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

F676e Fonseca, Alex César de Oliveira.
O esvaecimento da memória e do patrimônio cultural edificado [recurso eletrônico] : o caso do município de Paineiras/MG / Alex César de Oliveira Fonseca. - 2024.
1 recurso eletrônico (377 f. : il), pdf.

Orientador: Frederico de Paula Tofani.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural - Teses. 2. Memória - Aspectos sociais - Teses. 3. Identidade cultural - Teses. 4. Paineiras (MG) - Teses. I. Tofani, Frederico de Paula. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 351.85

Ficha catalográfica elaborada por Ana Maria Pinheiro Lima - CRB 6/2635.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

"O ESVAECIMENTO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: o caso do município de Paineiras/MG"

ALEX CÉSAR DE OLIVEIRA FONSECA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Frederico de Paula Tofani - Orientador

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Maria Virgínia Simão Peixoto

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Villefort Teixeira**, **Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 23/08/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Paula Tofani**, **Professor do Magistério Superior**, em 23/08/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Virgínia Simão Peixoto**, **Usuária Externa**, em 29/08/2024, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3485683** e o código CRC **ADEBC6AF**.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

DEDICATÓRIA

Desde criança gostava de ouvir os mais velhos: a começar por meu avô Noício. Meu amor por ele também se evidencia aqui. Vejo-o, ainda, nos traços de meu rosto, e em minha mãe, a quem dedico não apenas esse trabalho.

Foi, provavelmente, da conexão com meu avô que me surgiu o vínculo com a história oral. Nada me parecia mais aprazível que ouvi-lo narrar histórias, evidenciar momentaneamente sua visão acerca do mundo.
Nas minhas horas de conversa com minha tia-bisavó, conheci Paineiras menina. Caminhei pelo paço, tomei a benção ao meu tataravô Bernardo, rodeei a capela, subi ao coro e vi: o cerrado, o seu povo, o meu povo.

Minha pequena aldeia sempre esteve.
Nas paineiras, as paineiras, às paineiras.

Inerte a elas pairo. Entro pela nave da velha capela e acato uma ordem suprema de silenciar-me diante daqueles que dali foram soberanos.
Aquelas paineiras...
Sob elas vejo mulheres de véu, meninos correrem, homens a cavalo, seus primeiros navegantes. Eu os conheço e eles não me conhecem. Seus bisnetos me contaram e eu desenhei.

Aos meus pais, Mauricéia e José Nogueira; meus avós, Noício e Rosa; minha bisavó Nilda; minha tia-bisavó Marizinha e meus tataravós Bernardo e Florisbella; dedico essas paineiras.

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente meus pais José Nogueira da Fonseca e Mauricéia de Oliveira da Fonseca, pelo apoio e compreensão aos momentos em que estive imerso em minhas pesquisas; à minha avó Rosa, por contribuir com suas lembranças e participar das atividades desenvolvidas; e ao meu avô Noício de Oliveira (*in perpetuum*), por tudo que me representa e por tecer memórias em minha infância.

Ao meu orientador, Professor Doutor Frederico de Paula Tofani, pelos ensinamentos, pela dedicação e segurança oferecidas durante toda pesquisa de mestrado, tornando-se minha maior referência acadêmica.

À minha eterna professora de patrimônio histórico, Professora Doutora Maria Virgínia Simão Peixoto, que me inspira, acompanha e se faz presente desde a graduação.

Ao Professor Doutor Leonardo Barci Castriota, pela amizade, os ensinamentos e o incentivo no campo das memórias e do patrimônio.

À Professora Doutora Maria Cristina Villefort, com quem tanto aprendi durante o mestrado e pela disponibilidade e contribuições ao trabalho através de sua participação nas bancas, compartilhando sua ampla visão no campo da arquitetura, do urbanismo e do patrimônio.

Aos colegas do PPG-ACPS-UFMG, pelas trocas de conhecimento; e aos meus amigos arquitetos, Mariane Rodrigues, José Elias Vargas, Professor Rafael Novais e Stenia Pessoa, juntamente com minha amiga Irene Ramiro, por fazerem parte de minha vida e formação profissional, bem como pelas contribuições para esta dissertação.

Aos paineirenses, que tanto se mostraram interessados e colaboraram com histórias, documentos e fotografias; principalmente à minha tia-bisavó Maria Francisca de Jesus - D. Marizinha (*in memoriam*), quem tanto me contou sobre a origem de Paineiras e me apresentou-a ainda como povoado; à professora, “avó” e amiga D. Terezinha, quem tanto me narrou histórias locais; ao “sô” Clarismundo *(in memoriam*) e D. Maquita, “sô” Vicente e D. Marlene e “sô” Chico do Arthur (*in memoriam*), amigos com quem muito desvendei sobre os nós históricos, e cujas tardes e cafés foram essenciais para esse trabalho; D. Maria Feliciana (Maria do Chapila), D. Ica *(in memoriam*), Sr. Amilton, Sr. Sebastião Ramiro, Sr. Manelzinho, Sr. Juvenal e D. Maria das Dores, D. Rosa Maia e D. Elizabeth Andrade, por todas as contribuições para o trabalho e o resgate histórico.

Tua cidade, tua pátria pequenina, a que por tantos anos constituiu teu mundo, onde deste os primeiros passos ao lado de tua mãe; onde experimentaste as primeiras impressões; onde primeiro choraste e abriste o espírito às primeiras ideias; onde tiveste os primeiros amigos, - ela foi mãe para ti: instruiu-te, protegeu-te.
Ama-a muito. Alegrar-te-ás, tendo-a bem presente na memória e podendo percorrê-la toda com o pensamento.
(Edmundo de Amicis, citado por Floriano de Paula)

RESUMO

A presente pesquisa, tomando como referência a ampliação do entendimento acerca do patrimônio cultural, tem como objetivo abordar, compreender e construir uma narrativa de resgate sobre a história do município de Paineiras/MG e o esvaecimento da memória e do patrimônio cultural edificado, ocorrente em inúmeras cidades interioranas de pequeno porte, a partir do presente estudo de caso. A justificativa desta pesquisa parte da urgência em investigar os processos de degradação e perda do patrimônio edificado que, consequentemente, corroboram para o esvaecimento da memória e impactam diretamente na história local. À luz das novas interpretações acerca do patrimônio como lugar de memória, a partir de uma pesquisa exploratória e documental, busca-se reafirmar que as cidades de pequeno porte, a exemplo de Paineiras, são campo de um conflito simbólico travado no jogo entre memória e esquecimento.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Identidades; Esvaecimento.

ABSTRACT

This research, using the expansion of understanding regarding cultural heritage as a reference, aims to address, comprehend, and construct a narrative of recovery about the history of the municipality of Paineiras/MG and the fading of memory and built cultural heritage occurring in numerous small inland towns, based on the present case study. The justification for this research stems from the urgency to investigate the processes of degradation and loss of built heritage which, consequently, contribute to the fading of memory and directly impact local history. In light of new interpretations of heritage as a place of memory, through exploratory and documentary research, the study seeks to reaffirm that small towns, such as Paineiras, are the battleground of a symbolic conflict played out in the tension between memory and forgetting.

Keywords: Cultural heritage; Memory; Identities; Fading.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Framework: métodos, abordagens e objetivos 23
Figura 2. Localização e Ortofotografia 49
Figura 3. Título de Compra e Venda de terras, localidade de Paineiras, 1886 52
Figura 4. Título de Compra e Venda de sítio na localidade Paineira, em 1896 53
Figura 5. Declaração de venda de parte de terras na fazenda dos Poções, 1892 54
Figura 6. Jornal O Abaeté, 19 de março de 1905 54
Figura 7. Representação da 1° capela de Abaeté – a exemplo da de Paineiras 55
Figura 8. Escritura 01 – doação de bens de raiz à capela de São Sebastião 56
Figura 9. Escritura 02 – doação de bens de raiz à capela de São Sebastião 56
Figura 10. Escritura 03 – doação de bens de raiz a capela de São Sebastião 57
Figura 11. Cel. Pedro Lopes de Azevedo – doador de parte das terras para a Capela de São Sebastião das Paineiras 58
Figura 12. Provisão de D. Silvério autorizando a ereção da Capela em 1918 59
Figura 13. Doações para a construção da Capela de São Sebastião das Paineiras, em 1918 60
Figura 14. Capela de São Sebastião das Paineiras, na década de 1930 61
Figura 15. Pintura a óleo *Capela de São Sebastião das Paineiras*, de autoria de João Lázaro Silva, 2024 61
Figura 16. Capela de São Sebastião das Paineiras, em 1941. 62
Figura 17. Anotação acerca da inauguração da capela 62
Figura 18. Escritura de Compra e Venda, do sr. João Lourenço Gomes, em 1944 63
Figura 19. Vista parcial da Escola Isolada de Paineiras em 1949 65
Figura 20. Edificação que abrigou a Escola Isolada de Paineiras, em 1970 65
Figura 21. Antiga Igreja de São Sebastião, em 1954 66
Figura 22. Vista lateral da Antiga Igreja de São Sebastião, década de 1950 66
Figura 23. Cópia da planta de loteamentos da Praça da Matriz 67
Figura 24. Fachada Frontal e Altar-mor da Antiga Igreja 68
Figura 25. Ladrilhos hidráulicos piso da nave central 68
Figura 26. Vista da nave central para os altares mor e colaterais 69
Figura 27. Casamento na Igreja de S. Sebastião 69
Figura 28. Construção da Matriz de S. Rafael Arcanjo 71
Figura 29. Panorama de Paineiras na década de 1950 75
Figura 30. Panorama de Paineiras na década de 1950 76
Figura 31. Lavoura de Algodão na fazenda Palmeiras, 1960 76
Figura 32. Gráfico de Crescimento Populacional 78

Figura 33. Notícia sobre a Coalpa, Jornal “A Cidade” - n°22, 1983, p. 4 79
Figura 34. Notícia a respeito da Construção da Coalpa em periódico japonês 79
Figura 35. Companhia Agroálcool de Paineiras 80
Figura 36. Edificações séc. XIX e XX demolidas/descaracterizadas 81
Figura 37. Mapa do município de Abaeté, de 1922 89
Figura 38. Mapa do município de Abaeté e seus assentamentos urbanos; em detalhe o povoado de Paineiras, em 1939 90
Figura 39. Mapa da Diocese de Aterrado de 1942 92
Figura 40. Mapa de Abaeté de 1951 93
Figura 41. Mapa de Abaeté de 1954 93
Figura 42. Mapa do distrito de Paineiras de 1939 94
Figura 43. Arranjo das primeiras edificações no povoado de Paineiras 95
Figura 44. Carta topográfica Serra Selada MG MI-24506 e em detalhe recorte do município de Paineiras 97
Figura 45 Mapa do município de Paineiras 1976 98
Figura 46. Aerofotografia de Paineiras em 1985 99
Figura 47. Evolução da mancha urbana de Paineiras – Parte I 100
Figura 48. Evolução da mancha urbana de Paineiras – Parte II 101
Figura 49. Mapa do distrito de Paineiras de 1939 104
Figura 50. Padrão de edificações em Paineiras - final do séc. XIX / início do XX 113
Figura 51. Remanescente do padrão de edificações – Casa do Sr. Pedro Ramiro 114
Figura 52. Remanescente do padrão de edificações – Casa do Sr. Odilon Zica 114
Figura 53. Remanescente do padrão de edificações no distrito de Poções, município de Paineiras 115
Figura 54. Instalação e Paiol em Paineiras 115
Figura 55. Remanescente de edificação vedada em pau-a-pique e rebuçada de folhas de palmeira, localidade de Jatobazinhos, em 1999 116
Figura 56. Remanescentes de edificações populares no distrito de Poções 116
Figura 57. Rua Deputado Eduardo Lucas, n° 475, em: a) a década de 1970; b) 2024 119
Figura 58. Praça Terezinha de V. Mendonça, n° 04, em: a) 1958; b) 2024 119
Figura 59. Rua Hipólito Rosa, n° 451, em: a) b) c) 1987; d) 2010; e) 2024 120
Figura 60. Terminal Rodoviário, em: a) 1982; b) 2024 121
Figura 61. Rua Deputado Eduardo Lucas, n°401, em: a) 1940; b) 2024 121
Figura 62. Rua Deputado Eduardo Lucas, n°401, em: a) 1983; b) 2024 122
Figura 63. Rua Camilo Mendonça, n° 582, em: a) a década de 1990; b) 2024 122
Figura 64. Rua Orestes Cordeiro com rua Hipólito Rosa, em: a) a década de 1980; b) 2024 123

Figura 65. Rua Orestes Cordeiro com rua Hipólito Rosa, em: a) a década de 1980; b) 2024 123
Figura 66. Rua Camilo Mendonça, nº 543, em: a) a década de 1960; b) 2024 124
Figura 67. R. Deputado Eduardo Lucas, n°448, em: a) 1977; b) 2024 124
Figura 68. a) Capela de São Sebastião, em 1941; Prefeitura Municipal em: b) 1970; c) 2024 125
Figura 69. Prefeitura Municipal, em: a) a década 1970; b) 2024 126
Figura 70. Comércios na rua Silvestre de Oliveira, em: a) a década de 1960; b) 2024 126
Figura 71. Rua Silvestre Francisco de Oliveira, em: a) 1971; b) 2024; c) 1971; d) 2024 127
Figura72. Rua Bento Lourenço de Oliveira, n° 330, em: a) a década de 1980; b) 2024 128
Figura 73. Rua Deputado Eduardo Lucas, n° 603, em: a) a década de 1970; b) 2024 128
Figura 74. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 590, em: a) a década de 1990; b) 2024 129
Figura 75. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 464, em: a) b) 1980; c) 2024 129
Figura 76. E.E. Celestino Nunes, em: a) a década de 1970; b) c) a década de 1990; d) 2024 130
Figura 77. E.E. Celestino Nunes, em: a) a década de 1990; b) 2024 131
Figura 78. E.E. Celestino Nunes, em: a) a década 1990; b) 2024 131
Figura 79. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 544, em: a) a década de 1980; b) a década de 1990; c) 2024 132
Figura 80. Rua Hipólito Rosa com rua Orestes Cordeiro, em: a) 1978; b) 1990; c) 2024 133
Figura 81. Rua Deputado Eduardo Lucas com rua Antônio Pinto da Fonseca, em: a) a década de 1950; b) 2024 134
Figura 82. Casa do Sr. João Batista, R. Elói Leite Praça, em: a) a década de 1970; b) 2024 134
Figura 83. Praça Farmacêutico Manoel Ferreira, em: a) a década de 1980; b) 2024 134
Figura 84. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 434, em: a) b) a década de 1960; c) 2024 135
Figura 85. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 420, em: a) a década de 1990; b) 2024 136
Figura 86. Casa Paroquial de Paineiras, em: a)1957; b) 2024 136
Figura 87. Rua Antônio Pinto da Fonseca, a) delegacia em 1989; b) CRAS em 2024 136
Figura 88. Vista da Rua Elói Leite Praça, em: a) a década de 1960; b) 1970; c) 2024 137
Figura 89. Rua Elói Leite Praça, nº 366, em: a) 1973; b)2024 138
Figura 90. Rua Camilo Mendonça com rua Elói Leite, em: a) a década de 1980; b)2024 138
Figura 91. Rua Deputado Eduardo Lucas com rua Elói Leite Praça, em: a) a década de 1970; b) 2024 139
Figura 92. Rua Brás Lourenço com rua Antônio Pinto, em: a) a década de 1970; b) 2024 139
Figura 93. Atual Praça Terezinha de Vargas Mendonça, em: a) a década de 1960; b) a década de 1970; c) a década de 1980; d) 2024 140

Figura 94. Antiga Igreja de São Sebastião e atual Igreja de São Rafael, em: a) 1954; b) 2024 141
Figura 95. Nave da Antiga Igreja de São Sebastião e interior da igreja de São Rafael, em: a) a década de 1960; b)1990; c) 2024..... 142
Figura 96. Acesso à Cidade / Rotatória, MG-060, em: a) 1994; b) 2024 143
Figura 97. Rua Orestes Cordeiro com rua Elói L. Praça, em: a) a década de 1970; b) 2024 143
Figura 98. Aspecto da rua Hipólito Rosa, em: a) 1952; b) 2023 144
Figura 99. Foto aérea, rua Hipólito Rosa com rua Camilo Mendonça, em: a) 1955; b) 2023 145
Figura 100. Praça Farmacêutico Manoel Ferreira, em: a) 1986; b) 2024 146
Figura 101. Rua Deputado Eduardo Lucas, n°396, em: a) 1968; b) 1983; c) 2024..... 147
Figura 102. Rua Pedro Lopes de Azevedo, n°396, em: a) b) 1990; c) d) 2022 148
Figura 103. Vista da rua Camilo Mendonça, em: a) 1981; b) 2024..... 148
Figura 104. Vista da rua Camilo Mendonça, em: a) – déc. de 1970 e 2024..... 149
Figura 105. Vista da rua Deputado Eduardo Lucas, em: a) a década de 1970; b) 2024..... 149
Figura 106. Capela São Sebastião, Serra do Palmital, em: a) a década de 1960; b) 2024 ... 149
Figura 107. Cooperativa dos Produtores Rurais, em: a) a década de 1980; b) 2022 150
Figura 108. Vista da rua Camilo Mendonça, em: a) a década de 1960; b) 2024..... 150
Figura 109. Vista da rua Elói Leite, em: a) a década de 1970; b) a década de 1980; c) 2024 151
Figura 110. Mapa mental da 12° entrevista 159
Figura 111. Mapa mental da 21° entrevista 161
Figura 112. Mapa mental da 17° entrevista 161
Figura 113. Mapa mental da 16° entrevista 163
Figura 114. Mapa Mental da 19° entrevista 164
Figura 115. Mapa Mental da 14° entrevista, parte 01. 165
Figura 116. Mapa Mental da 14° entrevista, parte 02. 166
Figura 117. Mapa Mental da 15° entrevista 167
Figura 118. Mapa Mental da 22° entrevista..... 163
Figura 119 Mapa Mental da 15° entrevista 168
Figura 120. Mapeamento de Edificações Citadas 169
Figura 121. Recorte Mapeamento de Edificações Citadas 170
Figura 122. Quantidade de Participantes por Faixa Etária..... 173
Figura 123. Quantidade de Participantes por Gênero 174
Figura 124. Quantidade de Participantes por Naturalidade..... 175
Figura 125. Gráfico a partir da pergunta: Há quanto tempo se mudou de Paineiras? 175
Figura 126. Gráfico a partir da pergunta: Qual seu grau de familiaridade acerca das modificações que ocorrem na cidade?..... 176

Figura 127. Quantidade de Participantes por Escolaridade 176
Figura 128. Gráfico a partir da pergunta: Você considera as demolições de edificações históricas em Paineiras algo negativo ou positivo? 186
Figura 129. Mapeamento do Patrimônio Cultural Edificado de Paineiras 192
Figura 130. Recorte Mapeamento do Patrimônio Cultural Edificado de Paineiras 193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tombamentos 1938-1946. 38
Tabela 2. Quantidade de Citações de Referências Culturais – Parte I 178
Tabela 3. Quantidade de Citações de Referências Culturais – Parte II 179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
BA	Livro do Tombo de Belas Artes
CEER	Chemical Economy Research Institute
COALPA	Companhia Agroálcool de Paineiras
COARPE	Coordenação de Arquivo Permanente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRPM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAA	Livro do Tombo de Artes Aplicadas
LAEP	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
LH	Livro do Tombo Histórico
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SGE	Serviço Geográfico do Exército do Brasil
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA: CONJUNTURAS, DISCUSSÕES E CONCEITOS 24

2.1 Entre o esquecer e o lembrar: memória individual, memória social e memória afetiva 24

2.2 História cotidiana: considerações sobre paisagens banais, a vida corriqueira e o homem comum 32

2.3 O patrimônio cultural edificado: das narrativas nacionais às realidades locais .37

2.4 Esvair Patrimonial: entre vertigens, o dissipar e a fragilidade 44

3 SOB A SOMBRA DA PAINEIRA: HISTÓRIA E MEMÓRIA 49

3.1 Capítulos da história de Paineiras: A construção da história a partir das reminiscências e dos resquícios documentais 49

3.2 Abordagens sobre memória, técnica e o edificar em construções da primeira metade do século XX em Paineiras 82

3.3 Memórias Cartográficas e Documentais: a evolução da paisagem e da mancha urbana paineirense 86

3.4 Memória social em Paineiras: corrosão e esvaecimento 102

3.5 Um Retrato do Esvaecimento 109

4 O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL PARTICIPATIVA 152

4.1 Velhas lembranças: história oral e mapas mentais na construção da percepção espacial do passado 153

4.2 Formulários e Pesquisas Online: o entendimento patrimonial em Paineiras pela faixa etária predominante nas redes 172

5 À MANEIRA DE UMA CONCLUSÃO 195

REFERÊNCIAS 201

APÊNDICE 2018

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado configura-se um estudo sobre o processo de esvaecimento do patrimônio cultural edificado no município de Paineiras/MG, de maneira a compreender como esse esvair patrimonial afeta, concomitantemente, as memórias e as identidades.

As reflexões e abordagens sobre patrimônio cultural, no contexto da atualidade, ressaltam seu papel de referência da identidade cultural e sua interlocução direta com a memória social. Abordagens sobre memória, identidades e patrimônio, à luz da nova história, traduzem-se como tópicos abrangentes a um conjunto crescente de objetos materiais e imateriais e uma infinidade de usos, significados e práticas coletivas. Portanto, a ausência de tais referências gera cidades descampadas de memória, onde não se preserva o patrimônio edificado e se descaracteriza o que outrora possuía grande valor histórico.

De acordo com Cecília Rodrigues dos Santos (2003, p. 11), a memória, até o início do século XX, era objeto de reflexão dos filósofos, que procuravam através dela compreender o significado da vida humana. Já para Maurice Halbwachs (1990) a memória se trata de um processo de reconstrução, que deve ser investigado considerando dois pontos principais: o primeiro atribui-se ao fato de não se tratar de uma repetição cronológica, linear dos episódios e das experiências no âmbito dos interesses atuais; e o segundo é aquele que se distingue dos acontecimentos e das experiências, de forma que podem ser evocados em um conjunto de relações interpessoais.

Segundo Françoise Choay (2014, p. 11), o termo Patrimônio estava, em sua origem, ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Entretanto, requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante

Para Choay (2014), o patrimônio histórico e as condutas a ele associadas encontram-se presos em estratos de significados cujas ambiguidades e contradições articulam e desarticulam dois mundos e duas visões de mundo.

No Brasil, apenas na década de 1930 a questão patrimonial se tornou pauta para o Estado, em uma busca infinda que poderia construir as ideias de identidade e Nação. Neste contexto caracterizado pelas associações entre Patrimônio e Estado,

cria-se um culto aos monumentos históricos e artísticos nacionais, de forma que o patrimônio edificado com caráter excepcional é realçado, trazendo ao Estado maior imagem de autoridade e poderio, sob uma presença concreta e irrevogável (Choay, 2014).

Paineiras, como muitas cidades interioranas mineiras, erigiu-se a partir de um processo demorado de urbanização. Na primeira década do século XX era ainda uma área extremamente rural, remanescente das antigas sesmarias. Com poucas e dispersas casas, compunha-se, portanto, de um pequeno e raso núcleo, envolvido por grandes chácaras e fazendas. Era ainda um arraial, a pertencer ao município de Abaeté e seguindo suas características arquitetônicas. Longínqua pelo acesso, desconhecida, e desprovida de infraestrutura, tudo que possuía era suas belas paisagens e seus poucos exemplares de colonial tardio e ecletismo, perdidos no decorrer das décadas.

A partir da década de 1920, o núcleo foi se desenvolvendo e novos exemplares construídos em torno do paço da Antiga Capela de São Sebastião, datada de 1918, posterior a uma de menor tamanho cuja existência ainda é desconhecida por grande parte da população, e demolida na década de 1960 para dar espaço à atual prefeitura.

As construções de maior valor arquitetônico surgiram em torno do referido paço. Na década de 1940, casas em estilo colonial tardio dialogavam com exemplares de Art Déco e envolviam a antiga capela, que apesar de ser reconhecida como importante exemplar arquitetônico e histórico para a população, foi apagada da história pela imposição política. As edificações que compunham o patrimônio cultural edificado de Paineiras, foram no decorrer do tempo demolidas ou extremamente descaracterizadas, restando menos de uma dezena com valor histórico relevante, processo idêntico ao de cidades lindeiras e muitas cidades interioranas mineiras.

Não há produções que tratem de tal processo nem que evidenciem a importância de se resguardar o pouco que ainda se mantém em meio às pressões contemporâneas. Apesar da existência de um Conselho de Patrimônio, e da Lei Orgânica, que ressalta a preservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural, não há um plano efetivo que coloque em prática a conservação patrimonial, tendo em vista que as legislações desconsideram o valor histórico e a memória coletiva, o que se nota na ausência de tombamentos e de políticas de educação patrimonial.

Além da falta de estudos que explorem os processos de esvaecimento do

patrimônio cultural edificado, há ainda o risco, de que em um curto período de tempo, os poucos exemplares remanescentes deixem de existir, por não serem tombados, o que comprometeria mais ainda a história, a memória e a identidade da cidade.

A questão central desta pesquisa gira em torno do impacto do esvaecimento do patrimônio cultural edificado nas identidades e memórias de um lugar, bem como nas lacunas existentes na historiografia e seus acarretamentos, visando-se investigar o que leva as cidades interioranas de pequeno porte a passarem por esse processo de degradação patrimonial por meio do estudo de caso do município de Paineiras, e considerando que os estudos voltados à essa temática são escassos e, em sua maioria, tratam de cidades de maior porte.

Assim, parte-se da hipótese e busca-se provar que, em uma sociedade composta por homens comuns – aqueles que habitam o cotidiano das cidades e compõem a rotina da dinâmica social urbana, com suas vidas simples e distante dos holofotes (Certeau, 1988, p. 57), grande parte da população das pequenas cidades interioranas não reconhece os bens como seu patrimônio e, assim, não os percebe como documento de memória, por não terem consciência da diversidade de valores que cada um possui, acreditando que só possa ser patrimonializado o que é tradicionalmente preservado, com características excepcionais e dimensões monumentais.

Neste sentido, a pesquisa permeia, primeiramente, quatro grandes áreas: a que concerne às memórias, abarcando-se a memória individual, a memória coletiva e a memória afetiva; a que concerne à história cotidiana, abarcando-se a noção de homem comum e vida corriqueira e o conceito das paisagens banais; a que concerne ao patrimônio, visando um recorte centrado na sua conceituação e nas narrativas contemporâneas; e, por fim, a que concerne ao esvair patrimonial, trabalhando-se, etimologicamente, a palavra esvaecimento e a construção do conceito.

A presente pesquisa foi motivada por uma mescla de vínculos e experiências pessoais, profissionais e acadêmicas do autor. No que tange às motivações pessoais, o autor tem fortes memórias afetivas vinculadas à Paineiras, sua cidade natal, tendo, desde o ano de 2017, realizado pesquisas sobre a história do município e buscado registrar seu passado. No que tange ao profissional, o autor fez parte de diversos projetos vinculados ao patrimônio e à memória, ressaltando-se, principalmente, o Programa de Requalificação e Expansão de Equipamentos da FUNARTE, que abrangia as representações do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo e foi

coordenado pelo Professor Doutor Leonardo Barci Castriota. Para além, no que diz respeito às motivações acadêmicas, o autor, desde a graduação, trabalha os referidos campos, tendo desenvolvido seu trabalho final de graduação com a pesquisa e o projeto de requalificação do Antigo Sanatório Hugo Werneck e sua pesquisa de especialização investigando o retrofit como interface entre Patrimônio Histórico e Arquitetura de Interiores, além da produção acerca de temas como as tessituras da memória e a construção imaginária do espaço, a história oral e o patrimônio na Pedreira Prado Lopes, a arquitetura sanatorial como espaço de ruir, entre outros.

No decorrer dos capítulos, busca-se uma fundamentação teórica dos principais conceitos que, em seu escopo, corroboram para a justificativa da importância do trabalho, especialmente para o campo da memória e do patrimônio. Logo, no capítulo 02, parte-se das narrativas conceituais acerca dos pilares abordados, como iniciativa para a investigação das dinâmicas e dos movimentos que delimitam as cidades em suas conjunturas contemporâneas. A partir da interposição contextual, o capítulo que segue trata-se de uma construção e de um registro da memória histórica de Paineiras, baseando-se pela história oral e pelos pouquíssimos registros e reminiscências escritas das quais se têm conhecimento. Esse capítulo, além de construir uma narrativa histórica de Paineiras, abrange a cidade como um estudo de caso, descrevendo-a cartograficamente desde seu surgimento como povoado e trazendo análises acerca do esvaecimento da memória e do patrimônio, sendo a última feita a partir de comparações fotográficas. Após o registro de alguns capítulos históricos do município, o capítulo 04 busca trazer as experiências obtidas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a partir dos métodos e estratégias utilizadas, abrindo caminhos críticos para o olhar da população de Paineiras e o patrimônio, evidenciando suas memórias e vivências locais. Isto posto, espera-se que tais análises apontem possibilidades para preservações mais efetivas, baseadas nesses apontamentos, e que as discussões trazidas no decorrer do trabalho sirvam de base para ações de gestão do patrimônio cultural edificado em cidades de pequeno porte, especialmente em Paineiras, incentivando a participação da população nesse processo e instigando as práticas da Educação Patrimonial.

O objetivo geral da pesquisa consiste em construir uma narrativa sobre a história de Paineiras e os supostos processos de esvaecimento da memória e do patrimônio cultural edificado, a partir do estudo de caso do município e aliando-se a abordagem documental à história oral.

Como meio de se atingir o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: (A) buscar entender o olhar dos cidadãos paineirenses sobre o patrimônio e a memória social; (B) definir, participativamente, o que é o patrimônio cultural edificado de Paineiras e inventariá-lo; (C) gerar discussões a respeito da história local, de forma a auxiliar na manutenção e fortalecimento da memória social; (D) Incentivar a participação da população local nos processos de patrimonialização e conservação e (E) contribuir para a produção de trabalhos que abordem o tema, trazendo discussões que sirvam de base para ações de gestão do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte (com menos de 20 mil habitantes), especialmente em Paineiras.

O desenvolvimento desta pesquisa exploratória, parte inicialmente de uma revisão bibliográfica cujo processo metodológico dar-se-á a partir do estudo e fichamento da literatura correlata aos temas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, os quais são definidos a partir de quatro pilares: (1) memória; (2) patrimônio cultural; (3) história cotidiana; e (4) esvair patrimonial.

A pesquisa compõe-se ainda pelo uso do método “Estudo de Caso”, que segundo Fachini (2005), consiste em um estudo profundo sobre um objeto específico, de maneira a se obter uma descrição e compreensão significativa e relevante àquilo que se objetiva comprovar, demonstrar e/ou avaliar ao longo da pesquisa. O referido estudo concentra-se no esvaecimento da memória e do patrimônio cultural edificado no município de Paineiras, localizado no centro-oeste mineiro.

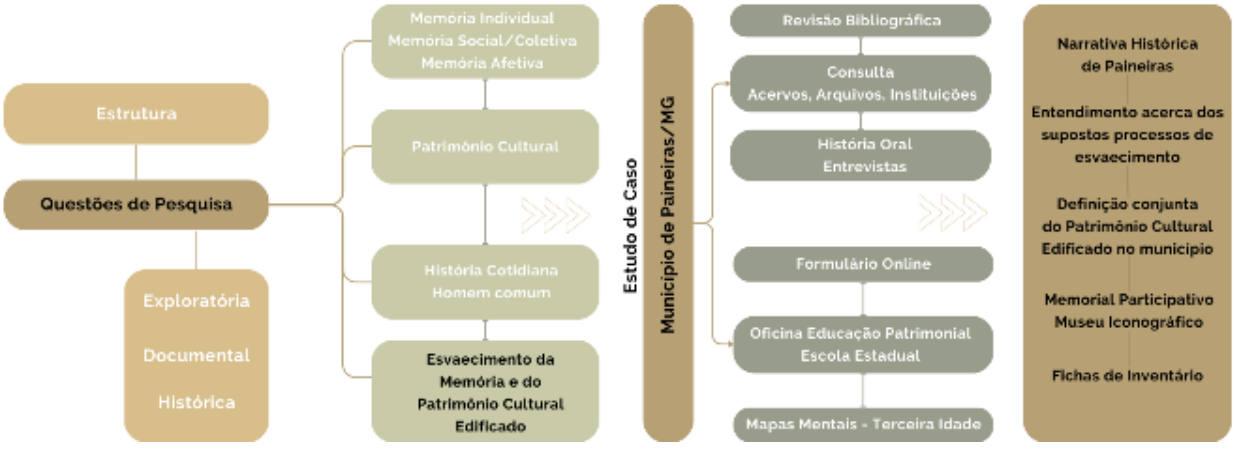
Complementarmente, foram utilizados os métodos de “Pesquisa Documental” e “Pesquisa Histórica” como forma de coletar dados, tanto de fontes primárias quanto secundárias, a respeito de fatos históricos relacionados ao município. Consultou-se, então, arquivos da Câmara Municipal, das Prefeituras Municipais de Paineiras e Abaeté, nos acervos da Paróquia, em acervos fotográficos particulares, no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, no Arquivo Diocesano de Luz, na Coordenação de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em jornais da Hemeroteca Digital Brasileira, entre outros que pudessem fornecer subsídios iconográficos e documentais para a construção da narrativa histórica paineirense. Concomitantemente, em alguns pontos vinculados à narrativa histórica do município, utiliza-se de “História Oral” e de entrevistas pré-existentes, desenvolvidas pelo autor no período anterior à presente pesquisa.

No que se concerne ao estudo aplicado, foi desenvolvido um formulário online com o objetivo de definir, conjuntamente, o patrimônio cultural edificado de Paineiras.

Concomitantemente, com foco nos “lugares de memória” importantes para a comunidade, busca-se, a partir da criação de mapas mentais com a terceira idade, a representação dos elementos municipais, urbanos ou rurais, que fazem parte da trajetória de vida dos moradores, seja em parte do cotidiano ou de elementos do passado que continuam sendo importantes para essas pessoas e seu sentido de pertencimento ao local.

Todos esses métodos, intrinsecamente conectados, resultam em uma narrativa sobre a memória local, a história da cidade e os processos de esvaecimentos ocorridos no decorrer do tempo; e na elaboração de inventários do patrimônio cultural edificado. Para além dos levantamentos das características arquitetônicas, as fichas do inventário levam em consideração o contexto do qual esses bens estão inseridos, com informações como o nome da obra, a autoria, o ano do projeto, a localização, informações técnicas quanto ao sistema estrutural, material utilizado e características estéticas e formais, tipologia, uso e o contexto histórico para cidade, bem como registros fotográficos, dentre outras informações relevantes. Com o risco alto de perda dos exemplares, os inventários tornam-se necessários por registrar e levantar questões de identidade, memória, fazeres locais e modos expressivos de organização do espaço para salvaguarda dessa produção.

Figura 1. Framework: métodos, abordagens e objetivos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

2 MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA: CONJUNTURAS, DISCUSSÕES E CONCEITOS

2.1 Entre o esquecer e o lembrar: memória individual, memória social e memória afetiva

Tim Ingold (2000), em seu estudo intitulado “Ancestralidade, Geração, Substância, Memória, Terra” presente no livro Percepção do Meio Ambiente, discorre que a memória é algo como um armário interno da mente, no qual as informações são armazenadas e preservadas dos caprichos da vida cotidiana (Ingold, 2000, p. 138).

> O que quer que as pessoas façam, ou onde quer que vão, elas carregam o conteúdo da memória com elas, é um recurso enciclopédico no qual elas podem recorrer continuamente para orientação sobre como proceder de maneira apropriada às circunstâncias em que se encontram. Lembrar, então, é uma questão de recuperar do armazenamento – ou 'chamar' – os itens de informações relevantes para a situação em questão. Criticamente, isso implica que os objetos de memória preexistem e são importados para os contextos de lembrança. Eles já estão presentes, em alguma forma de representação, dentro da mente nativa. Assim, longe de trazer memórias à existência, lembrar serve para trazer à tona, ou revelar, um conhecimento que já existia desde o início (Ingold, 2000, p. 138).

A memória, de acordo com Frederico Tofani (2018) pressupõe um processo psíquico e intelectual de reconstrução seletiva do passado, que possibilita elaborar uma representação algo coesa acerca das nossas origens, percursos, permanências e transformações (Tofani, 2018, p. 26).

> [...] esse processo não tem o passado por finalidade precípua. Acima de tudo, o que ele busca é apropriar-se do passado para estabelecer um diálogo com o presente e elaborar um projeto para o futuro; projeto esse que pode ser reacionário, evolucionário ou revolucionário (Tofani, 2018, p. 26-27).

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 423).

> Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da

> memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria [cf. Meudlers, Brion e Ueury, 1971; Florès, 1972]. Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social [cf. Morin e Piattelli Palmarini, 1974] (Le Goff, 1990, p. 423).

A memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica (Le Goff, 1990, p. 49). Se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade (Le Goff, 1990, p. 32).

Em contraponto, a amnésia seria a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (Le Goff, 1990, p. 425).

Portanto, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica (Le Goff, 1990, p. 475-477).

> A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva ou social sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 1990, p. 477).

Nesse sentido, pode-se estudar, classificar e distinguir a memória em individual ou coletiva/social. Compondo-se a primeira de impressões particulares sobre os fatos, compostas de detalhes e sequências das quais o indivíduo se recorda e a segunda pertencente a um determinado grupo e o elemento coesionador de uma determinada classe ou formação social. A memória individual é a recordação, mas que só se torna um fato social quando expressada para outra pessoa.

> A memória seria formada: por acontecimentos vividos pessoalmente; vividos a partir da experiência do outro, através da projeção ou identificação com um passado, mesmo por pessoas que não o viveram; por ser constituída por personagens; e pelos lugares de memória, locais de realização dos atos de

> rememoração/comemoração (Pollack, 1992, apud Almeida, 2010, p. 2).

Para Le Goff, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

Em diálogo com o pensamento de Pierre Nora, a memória coletiva é o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado, podendo à primeira vista opor-se em sua quase totalidade à memória histórica como se opunha antes memória afetiva e memória intelectual.

A memória é vida, sempre carregada por grupos viventes, em permanente transformação. Por esse fato, sempre estará aberta à lembrança ou ao esquecimento. Vulnerável aos usos e manipulações, compõe-se fenômeno sempre atual, um elo no eterno presente e se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (Nora, 1995). Tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história (Nora, 1993, p. 14).

A aceleração da história produz, cada vez mais abruptamente, um passado morto, a percepção geral de algo desaparecido (Nora,1993, p. 7). A mundialização, a democratização, a massificação e a midiatização causaram o desmoronamento da memória: o fim das sociedades-memória, que asseguravam a conservação e transmissão de valores; o fim das ideologias-memória, que garantiam a passagem regular do passado para o futuro ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar este futuro (Nora,1993, p. 8).

A acentuação da vida coletiva e a crescente valorização do individualismo geraram a desagregação dos laços de continuidade. Como mecanismo de compensação das perdas, surgiu a necessidade da criação de “lugares de memória” cuja função seria preservar as memórias essas memórias da coletividade (Nora, 1995).

> Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa [...]: À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história (Nora,1993, p. 15).

Isto posto, faz-se necessário ressaltar a ausência de documentações que evidenciem os processos sociais pelos quais as cidades interioranas mineiras passam, evidenciando a importância da história oral e de estudos locais não oficiais.

A história, bem como o registro das memórias, faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Febvre, 1953, p. 428).

Halbwachs, tendo como tema central de seus pensamentos as relações entre sociedade e memória, ressalta, ao discorrer sobre memória individual e memória coletiva, que o homem apela aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma (Halbwachs, 1990, p. 25). Logo, os depoimentos não fariam sentido senão em relação a um grupo do qual se faz parte, sobre um acontecimento vivido em comum, e por isso depende do quadro de referência no qual evoluem o grupo e o indivíduo (Halbwachs, 1990, p. 13).

A memória individual não está inteiramente isolada e fechada. O homem, segundo Halbwachs, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros, reportando-se a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Logo, o funcionamento da memória individual não seria possível sem esses instrumentos - as palavras e as ideias - que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. A memória individual é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Podem ser mais restritos, mais remotos (Halbwachs, 1990, p. 54).

> Durante o curso de minha vida, o grupo de que fazia parte foi o teatro de certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci senão pelos jornais ou depoimentos daqueles que deles participaram

> diretamente. Ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros. [...] Uma memória emprestada, que não é minha. [...] Por uma parte de minha personalidade, estou engajado no grupo, de modo que nada do que nele ocorre, nada do que o transformou antes que nele entrasse me é completamente estranho. Mas se quiser reconstituir em sua integridade a lembrança de tal acontecimento, seria necessário que juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é objeto entre os membros do grupo. (Halbwachs, 1990, p. 54)

O processo de construção das memórias se dá a partir das experiências individuais que marcam uma coletividade. Ao se registrar uma memória de determinado grupo que experimentou certa experiência, pretende-se reunir essa vivência comum então partilhada.

> Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar algum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (Nora, 1993, p. 18).

Para Morigi e Bonotto (2004, p. 156), o tempo da memória é social, conforme destaca Eclea Bosi, mas a memória é, também e indubitavelmente, afetiva.

Há, sobretudo, uma memória coletiva produzida no interior de uma determinada classe, mas com poder de difusão, que se alimenta além de imagens e valores, de sentimento (Bosi, 2003, p. 18). Portanto, eventos que não mexem com o indivíduo são mais facilmente relegados ao esquecimento, configurando-se a permanência na memória como algo dependente do grau de impacto afetivo.

Atualmente, muito se tem utilizado o termo “memória afetiva”. Entretanto, ao buscar referências e teóricos que tratem sobre o conceito, nota-se a escassez de estudos voltados às ciências sociais aplicadas. Normalmente, os ensaios e artigos que abordam tal conceituação tratam sobre implicações para a aprendizagem, inserindo-se em pesquisas na área da educação, ou ensaios concernentes às ciências biológicas.

> Por “memória afetiva" podemos, é claro, significar duas coisas diferentes. Podemos nos referir ao poder de recordar voluntariamente uma afeição passada. Nesse sentido, a memória implica o funcionamento da atenção. Para recordar voluntariamente uma experiência, concentramos a atenção em todos os seus processos constituintes até que a própria experiência seja reproduzida, em aparente completude, em obediência às leis de associação

> ou combinação aperceptiva. Mas também podemos querer expressar pelo termo “memória" o facto de que o afeto é revivificável: que um prazer-dor passado pode aparecer na consciência em virtude da sua revivibilidade, tal como uma percepção passada pode aparecer na ideia, como representação (Titchener, 1895, p. 65, tradução nossa).

Edward Titchener traz em seu artigo *Affective Memory* (1895), pontuações do que Théodule-Armand Ribot definiu como memória afetiva: aquela que, de maneira espontânea, consiste em uma afeição passada. Segundo ele, ao relembrar algumas experiências, é preciso focar a atenção nos processos que constituem a recordação, até que ela possa a ser reproduzida, obedecendo às leis da associação e da combinação do que foi percebido (Titchener, 1895, p. 65-79).

Uma das principais ideias de Ribot era que a afetividade é uma parte integrante da experiência humana e influencia profundamente como lembramos e reagimos a eventos passados. Ele discutiu como o prazer e o desprazer são associados a eventos passados através de processos automáticos de associação mental, muitas vezes sem a necessidade de um esforço consciente (Titchener, 1895, p. 65-79).

Consequentemente, para que se construa uma memória afetiva, é preciso haver elementos que estimulem certas emoções através dos afetos obtidos pela ocasião vivenciada no passado e de como nos encontramos no presente (Titchener, 1895, p. 65-79).

> A memória afetiva desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades socioemocionais ao longo da vida de um indivíduo. Nossa capacidade de recordar experiências passadas, especialmente aquelas que estão ligadas a emoções e sentimentos intensos, tem o poder de moldar nossas respostas emocionais e influenciar nosso comportamento nas interações sociais (Junior, 2023).

A conexão emocional é o que torna a memória afetiva tão significativa no desenvolvimento das habilidades socioemocionais, definindo a forma como o indivíduo se lembra e interpreta eventos passados que foram importantes em termos emocionais (Junior, 2023).

> Mesmo as decisões mais racionadas ou mais 'frias' envolvem afetividade. São processos embasados em valores, significados, expectativas, etc. Seu processamento envolve sentimentos, o que diferencia o homem do computador (Le Breton, 2009, p. 112).

Para David Le Breton (2009), são os afetos que simbolizam a permanência, a relação do homem com o mundo e a sua intimidade inserida nos acontecimentos do quotidiano. A emoção, seria então

> [...] a própria propagação de um acontecimento passado, presente ou vindouro, real ou imaginário, na relação do indivíduo com o mundo (Le Breton, 2009, p. 113).

Segundo ele, a afetividade consiste na mistura de acontecimentos significativos, tanto de ordem pessoal, quanto coletiva, cujo homem coloca em prática, originando um sistema de valores e interpretando as situações conforme referências morais construídas pelo coletivo. Neste sentido, as emoções não são fixas, elas são diluídas conforme se deparam com o tempo em que vive o sujeito. Podem ser acentuadas ou amenizadas, alterando o grau de significação, de acordo com as formas de se viver. Por conseguinte, há um trabalho do tempo e da memória sobre as emoções, algo que é necessário entender e que direciona, algumas vezes, à modificação da forma como um acontecimento é experimentado (Le Breton, 2009, p. 118).

Logo, todas as relações afetivas emergem em concordância com as lembranças dos fatos ou quando se depara com objetos que evocam emoções, sentimentos passiveis de alteração, dependendo de como se recorda (Junior, 2017, p. 73).

> [...] como uma maré tardia que percorre a linha da memória, chocando-se com o instante presente, as reminiscências podem brotar de uma livre associação, da percepção de um odor, de uma paisagem ou mesmo de um nome, os quais revivificam uma história passada. Contra a própria vontade, o indivíduo lembra-se de um fracasso, da morte de uma pessoa próxima, de um momento doloroso de sua existência; ele também pode recordar de um acontecimento pessoal, de um sucesso, de um encontro feliz [...] (Le Breton, 2009, p. 119 apud Junior, 2017, p. 73)

Segundo Melanie Klein, o aparelho psíquico assenta-se sobre uma malha de representações tomadas como expressões mentais das pulsões, por meio das quais estas circulam, constituindo a base da memória - uma memória na forma de sentimentos *(memory in feelings)* das experiências emocionais vividas como base de uma memória afetiva (Cintra; Figueiredo, 2003, p. 10).

No pensamento kleiniano, as “memórias em sentimento” são as memórias mais antigas, interiores à verbalização (Cintra; Figueiredo, 2003, p. 145). Logo, as que mais se interiorizam no indivíduo. Seu lugar de registro seria na fantasia inconsciente - *representantes psíquicos de impulsos, necessidades e seus estímulos internos, sensações, sentimentos, afetos, desejos, comportamentos, ideias, falas, intenções etc. -,* desempenhando papel crucial na formação psíquica.

> Entretanto, as memórias – e especialmente as memórias coletivas – parecem estar experimentando, a um só tempo, um rápido esfacelamento das suas características tradicionais e um crescente interesse por parte das ciências humanas, sociedades, instituições etc (Tofani, 2018, p. 28).

Voltando-se à Nora, para o historiador, fala-se tanto em memória porque ela não existe mais (Nora, 1993, p. 7). As tradicionais coletividades-memória, sociedades-memória e ideologias-memória que as produziam e reproduziam, no contexto abarcado por Nora, estão extintas ou em avançado processo de extinção (Tofani, 2018, p. 28).

> Uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada (Nora, 1993, p. 7).

As sociedades dependem de uma memória coletiva que as legitime e colabore para a sua coesão, e, conquanto, geralmente abarcam uma diversidade de memórias coletivas proporcional aos grupos sociais que as compõem. Para Tofani (2018), essa diversidade pode ter graus variados e, mesmo em sociedades cujo predomínio de uma determinada memória coletiva seja amplo e profundo, não se faz incomum a presença de outras memórias que reconstroem o passado e apontam para o futuro de uma forma diversa do da maioria (Tofani, 2018, p. 27-28).

2.2 História cotidiana: considerações sobre paisagens banais, a vida corriqueira e o homem comum

> O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história "irracional", ou desta 'não história', como o diz ainda A. Dupont. "O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível..." (Certeau, 1996, p. 31).

À luz das pesquisas contemporâneas e dos estudos sociais, têm se evidenciado um interesse emergente pelas questões rotineiras e comuns do dia a dia, bem como pela maneira que essas questões são concebidas através dos atos, acontecimentos e simbologias construídas nos recintos domésticos ou nas ruas.

Michel de Certeau (1980), desenvolveu em sua obra *A invenção do cotidiano* um estudo das práticas cotidianas como modos de ação, como operações realizadas pelo indivíduo no processo de interação social. Tal estudo dividiu-se em cinco partes: Uma cultura muito ordinária; Teorias da arte de fazer; Práticas de espaço; Usos da Língua e Maneiras de crer. Em conjunto, tais partes dizem sobre um ser-individual-social, que se reapropria de elementos de uma cultura preexistente, a fim de torná-la comum à sua própria vida ordinária. Entretanto, o indivíduo não é o foco da análise. Parte-se do pressuposto de que é a relação social que determina o indivíduo e não o inverso, por isso, só se pode apreendê-lo a partir de suas práticas sociais.

> Para afirmar o conceito de cotidiano como o conjunto de operações singulares que, às vezes, dizem mais de uma sociedade e de um indivíduo do que a sua própria identidade, Certeau ainda passeia pelas teorias de Kant, Freud e Bourdieu. A partir de um estudo dinâmico, que caminha entre grandes pensadores e entrevistas com pessoas comuns, Certeau exalta sentidos em práticas cotidianas que, outrora, passariam despercebidos. Mergulhar na Invenção do cotidiano é perceber que as "artes do fazer" sejam, talvez, o lugar por excelência da liberdade e da criatividade, dois elementos fundamentais para a sociedade contemporânea (Freitas, 2014, p. 207).

O "homem ordinário" é aquele que habita o cotidiano das cidades: está presente e compõe a rotina da dinâmica social urbana, com sua vida simples e distante dos holofotes ou dos grandes feitos, que são tratados como "heroicos" pelas páginas da

historiografia oficial e suas narrativas hegemônicas (Certeau, 1988, p. 57).

Considerando esse contexto, o “homem ordinário” de Michel Certeau pode ser comparado com o “homem comum” defendido por Pierre Sansot e, partindo dessa comparação é possível traçar paralelos entre suas características e a efemeridade das paisagens banais descritas pelo segundo.

> A pequenez também desperta atenção afetuosa, desejo de benevolência. As pessoas pequenas, as pessoas comuns. Pouco não pressupõe pequenez ou mesquinharia, mas sim um determinado campo em que é possível se destacar ou ser medíocre.
> Temos dificuldades em prestar homenagem a estas pessoas porque, expressamente ou não, adotamos uma escala que se baseia na economia (Sansot, 2009, p. 1, tradução nossa).

Sansot (1991) trata em sua obra *Le Gens de Peu*, *Pessoas de Pouco*, de pessoas simples e, em outro tom, pessoas sem importância, cujo desaparecimento – ao contrário do dos grandes – não seria notado e tais pessoas seriam rapidamente esquecidas, substituídas por outras pessoas sem importância.

> Em um de seus romances (Morte de alguém), Jules Romains nos mostra que a morte dá origem a inquietação, modificação na percepção de uma rua, nos hábitos de outros inquilinos. Os sinais menores não devem ser desprezados. Este single expirou. O apartamento ficou vago, as venezianas permanecem fechadas por alguns meses. Minha aparência tropeça nessas venezianas obstinadamente fechadas de um edifício moderno. A morte permite descobrir a riqueza de uma personalidade que achávamos muito monótona (Sansot, 2009, p. 2, tradução nossa).

Homens sem qualidades também devem ser mencionados e, quando a expressão não é desdenhosa, insinua que a ausência de qualidades constitui positividade. Um indivíduo, segundo Sansot, mesmo que não seja um homem de qualidades, não tem que desenvolver certas potencialidades, fazê-las florescer, forçar o reconhecimento dos outros através de aptidões que possui (Sansot, 1991).

> Um homem sem qualidades... isso é possível? Você tira uma mesa de todos os seus atributos: redonda ou retangular, madeira ou fórmica, e ela deixa de existir. Não é o mesmo para um indivíduo que perde todas as suas particularidades? Sua consciência permaneceria? Mas será que está no domínio do visível e do observável?
> Ir além. Se cada um de nós se deixasse despojar de suas qualidades, teríamos um todo monótono, um fantasma da sociedade, pois as individualidades deixariam de ser discerníveis, ao passo que no universo

> vegetal nunca encontraremos duas folhas absolutamente semelhantes. O discernível seria o informe, o enfermo, uma totalidade suave e sem contornos definidos (Sansot, 2009, p. 2, tradução nossa).

Filosoficamente todos os homens não teriam qualidades. Cada um, por mais eminente que seja, não tem mais valor do que os outros. O indivíduo, segundo Sansot, é uma sombra no meio da multidão de outras sombras, um rosto evanescente no meio de outros rostos que aparecem e depois desaparecem.

Uma cidade, por sua vez, vive da quantidade desses homens indeterminados que povoam as ruas, as praças, as lojas. Sem eles a cidade tornar-se-ia irreal, assustadora, como se estivesse devastada pela sua desumanidade (Sansot, 2009, p. 3).

> O homem parece ter perdido todas as suas qualidades e na verdade apoderou-se do dom mais precioso: o da invisibilidade. Por ser comum, a gente não percebe, ele pode cometer ofensas, até crimes. O concierge do hotel onde foi cometido o assassinato não se lembrará mais de seu rosto (Sansot, 2009, p. 3, tradução nossa).

Durante muito tempo, os estudiosos da vida social não deram importância aos estudos das práticas comuns. Houve e ainda há um campo importante a se explorar que, aliás, exige requinte por ser constituído pelo que Sansot chama de sinais luminosos (os hábitos cotidianos):

> Alimente-se, vista-se, sonhe, vá trabalhar, dê um passeio, use o corpo e os olhos para observar os outros, sobreponha as diferentes paisagens que nos são mais familiares. O que poderia ser mais comum e o que poderia ser mais fundamental na vida? A existência de um homem que pertence a um grupo social específico (Sansot, 2009, p. 5, tradução nossa).

Todavia, o homem é um ser religioso por destino - concede a sua fé e o seu fervor à vida cotidiana. E em meio ao corriqueiro, tem a sensação de viver no inesgotável, mesmo quando rodeado pelo perecível.

As pessoas modestas nem sempre ficam em segundo plano. Elas enxergam um espetáculo do mundo, os acontecimentos diários, com certa ousadia que não vemos em tal atitude. Libertadas, de alguma forma, das preocupações de uma carreira ou um futuro, elas aprendem com um olhar vivo, às vezes ganancioso, o presente tal como isso foi oferecido (Sansot, 2009, p. 9-10).

> São em sua maioria seres de silêncio e agora, colocados ponta a ponta, erguem imponentes pirâmides, gostam de ser os autores dos monumentos efêmeros do seu tempo (Sansot, 2009, p. 10, tradução nossa).

Sansot enfatizava em seus estudos que essa categoria indecisa de pessoas humildes não deve ser confundida com o conceito de proletariado, e que em tais estudos é ideal focar nos lugares, nos objetos e nas posturas que dão sentido aos momentos da vida social, para enfatizar um processo de reapropriação coletiva.

> A singularidade de nossa abordagem aparece mais claramente quando apresentamos, aqui e ali, algumas figuras importantes do universo popular: o curandeiro, o bêbado público, o pequeno faz-tudo... estão relacionados com indivíduos que sem dúvida existiram, mas a sua grandeza vem do fato de terem sido transmitidos através do imaginário coletivo, de terem dado origem a inúmeras histórias, de terem acompanhado homens humildes em suas tristezas e em seus sonhos (Sansot, 2009, p. 12, tradução nossa).

Isso posto, são esses homens comuns descritos por Sansot, e chamados de “ordinários” por Certeau, que habitam a paisagem e detém o poder de mantém viva a memória.

Por outro lado, ao adentrar-se no campo da paisagem, Sansot encontra dificuldades ao lidar com a polissemia do termo justamente por ser complicado preservar sua originalidade sem correr o risco de reduzi-lo a conceitos próximos, como território ou país. É necessário ter em conta que o verdadeiro sentimento humano em relação à paisagem não se resulta da soma de suas variadas significâncias, mas sim naquilo que fica e é capaz de unir homem e natureza, através da experiência entre o ser e o mundo (Sansot, 1989, p. 1).

De acordo com o autor existem três tipos de paisagens:

> A paisagem banal – o fundo de toda existência, a sua base contínua, aquilo por onde passamos todos os dias, aquilo que nos apoiamos, o horizonte último;
> A paisagem esquecida – menos comum do que supúnhamos: só porque não correspondeu às nossas expectativas legitimistas é que lhe viramos as costas. Com mais atenção, vemos o preço
> A paisagem intersticial: enclaves situados entre territórios mais facilmente assumidos: não necessariamente terrenos baldios industriais ou agrícolas, mas tudo que nos permite deslocarmos de um local para outro (Sansot, 1989, p. 3, tradução nossa).

Em regra, essas paisagens classificadas por Sansot não são levadas em

consideração e interpretadas, de fato, como paisagens, sendo desvalorizadas justamente por se tratar de paisagens quaisquer, cotidianas, panos de fundo contínuos da vida comum; não atenderem ao que se espera de uma paisagem; ou, ainda, por serem espaços que estão em áreas de passagem e não formam vínculos com a sociedade.

Todavia, Sansot critica o não reconhecimento das paisagens banais como lugares, ao ressaltar que sua quantidade é exacerbada. Diante disso, habitar um mundo carregado de paisagens banais, equivocadamente consideradas como não-lugares, trata-se de tarefa difícil para qualquer pessoa que não for capaz de estabelecer conexões afetivas para com essas paisagens (Sansot, 1989, p. 06).

De um lado, têm-se o homem ordinário (Certeau, 1998), o homem comum (Sansot, 1991) como sendo, por essência, trivial, uma vez que representa a massa, o anonimato, o corriqueiro e a banalidade. Por outro lado, entende-se que as paisagens banais possuem uma natureza própria relacionada ao comum, àquilo que se mostra desprovido do que é considerado como sofisticado esteticamente e, portanto, elas não saltam aos olhos, não se destacam no meio.

Portanto, são nesses aspectos que o homem ordinário e as paisagens banais colidem-se e dialogam. Ambos representantes da vida cotidiana, tela de fundo da vida corriqueira. Se tanto o homem ordinário quanto as paisagens banais constituem-se como alguns dos componentes do contexto de uma vida trivial e efêmera, cumpre destacar, com igual interesse, o potencial de reinvenção constante inerente ao cotidiano (Certeau, 1998, p. 170-176).

Enquanto se move, o homem ordinário desempenha um papel fundamental na construção efetiva das cidades, com sua trama de “passos perdidos” (Certeau, 1988, p. 176). Entretanto, esse mesmo homem é quem, conferindo à paisagem a característica do banal, a vê de maneira muito corriqueira, sem se preocupar, muitas vezes, com sua preservação, utilizando do seu caminhar como forma de esculpir o cotidiano, desmanchar pré-existências e erguer novas moradas.

A noção de paisagem foi por muito tempo entendida como uma porção do mundo no qual era possível visualizar unidade e harmonia. Essa máxima foi modificando-se ao longo dos anos até que se passou a relacionar paisagem com algo extremamente bonito, belo e exuberante. Não obstante, a desconstrução desse conceito é algo que vem sendo discutido: a paisagem está além daquilo que se vê em algum canto específico do planeta, ela também é composta por sabores, aromas,

sensações e estados de espírito (Sansot, 1989, p. 5-6).

Assim entendida, a paisagem praticamente nunca é perene (Sansot, 1989, p. 7), enquanto a efemeridade é uma característica frequente tanto nos modos pelos quais os espaços desprovidos de interesses e objetivos se transformam ao longo do tempo como também às possibilidades de sua experiência estética.

2.3 O patrimônio cultural edificado: das narrativas nacionais às realidades locais

Nos últimos anos, à luz da nova historiografia, as discussões e narrativas acerca do patrimônio cultural, da memória e das identidades assumiram lugar no campo das ciências sociais. Abrem-se, portanto, novas possibilidades de pensar o patrimônio, ocupando um papel central na reflexão sobre a cultura.

O direito à memória e à história se contrapõe às primeiras interpretações do patrimônio, relacionado à noção e à compreensão dos conjuntos urbanos e das cidades como “expressão estética, visualizados de acordo com os critérios estilísticos”, valorizando os “monumentos arquitetônicos” e a noção de “cidade monumento” (Castriota, 2009, p. 190).

Nesse sentido, o patrimônio já não é somente herdado, mas passa a ser estudado, discutido, compartilhado e reivindicado. Abrange-se, agora, o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, para além da monumentalidade e a excepcionalidade. Entretanto, pensando-se na preservação dos objetos e monumentos merecedores de especial proteção (Santos, 2001, p. 44).

A Constituição da República define como patrimônio cultural, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Enquanto discurso e política de Estado e no que tange especificamente o Brasil, o Patrimônio Cultural Brasileiro, emergiu, ainda nos anos 1930 e, especialmente, após o golpe de estado por Vargas, em novembro de 1937.

> Vargas, no bojo do seu combate ao alegado enfraquecimento da unidade nacional, promulgou em 30 de novembro de 1937 o Decreto-Lei nº. 25 que conceituava o patrimônio nacional, estabeleceu instrumentos para a sua proteção, afirmou o Estado como o carro-chefe desse processo e criou condições legais para a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

> Nacional (SPHAN) criado pela Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937. Esses dispositivos estavam sendo gestados desde 1936, quando Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde do governo constitucional de Vargas (1934-1937), encomendou a Mário de Andrade um anteprojeto do que viria a ser o Decreto-Lei nº. 25 e confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de criar uma agência de patrimônio nacional. O desenvolvimento e implantação desses dispositivos dão fortes indícios de que Vargas tinha ampla compreensão da importância de uma memória e identidade nacionais – mesmo que forjadas – para a fundação e manutenção de uma ideia hegemônica de nação (Tofani, 2018, p. 34).

Sob a inspiração de intelectuais modernistas como Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade, Sylvio de Vasconcellos, entre outros, o SPHAN (a partir de 1995, denominado IPHAN) foi responsável por uma das maiores empreitas culturais da Nação, em busca de uma "autêntica" identidade nacional: já nos primeiros nove anos funcionamento, o SPHAN tombou 474 bens, sendo que 246, 52% do total, foram tombados em 1938.

Tabela 1: Tombamentos 1938-1946.

ANO	LIVROS DO TOMBO							
	LAEP[1]	LAA[2]	BA[3]	LH[4]	LBA/LAEP	LBA/LB	LBA/LB/LAEP	TOTAL
1938	2	-	116	12	1	113	2	246
1939	-	2	34	2	-	6	-	44
1940	4	-	5	2	-	55	-	66
1941	2	-	6	15	-	22	2	47
1942	-	-	1	1	-	5	-	7
1943	-	-	9	10	-	27	-	46
1944	-	-	-	1	-	10	-	11
1945	-	-	-	-	-	2	-	2
1946	-	-	-	2	-	3	-	5
TOTAL	8	2	171	45	1	243	4	474

(1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; (2) Livro do Tombo de Artes Aplicadas; (3) Livro do Tombo de Belas Artes; (4) Livro do Tombo Histórico.

Fonte: Rezende; Grieco; Teixeira; Thompson, 2015.

Para Tofani (2018), o conceito de patrimônio cultural corrente na atualidade reflete as principais tendências mundiais e compreende uma variedade de bens e entendimentos de difícil apreensão pela maior parte da intelectualidade e dos políticos da década de 1930. O autor ressalta cinco méritos dessa expansão conceitual, que se impulsionou principalmente pela UNESCO: o primeiro consiste no reconhecimento de que a seleção e o acautelamento do patrimônio cultural têm considerável impacto na produção do espaço e na reprodução social, possui relevante dimensão política e, portanto, exige que se questionem os critérios adotados nesses processos e em nome de que interesses eles são conduzidos. O segundo foi o reconhecimento de que espaços ditos naturais também podem ser considerados como patrimônio cultural. O terceiro foi o reconhecimento, através da Constituição Federal, das manifestações culturais de natureza imaterial como potenciais bens do patrimônio cultural. O quarto é o gradual reconhecimento da interdependência, ou da indissociabilidade, entre os bens culturais de natureza material e os de natureza imaterial de um dado grupo social. E o quinto, por sua vez, é o reconhecimento de que a preservação do patrimônio cultural de natureza material e imaterial exige efetivos conhecimentos não apenas sobre os próprios bens, mas também sobre as estruturas e demandas das comunidades depositárias, sejam elas tradicionais ou não (Tofani, 2018, p. 37-39).

A palavra patrimônio compõe um léxico contemporâneo de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos. Palavras plurais têm adquirido cada vez mais espaço no cotidiano. Quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento (Ferreira, 2006, p. 79).

Dominique Poulot considera que a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais (Poulot, 1997, p. 36). Portanto, a história do patrimônio tem sido a história do modo como uma sociedade edifica e coexiste com esse patrimônio, que se mantém vivo graças às práticas de memória que os revestem em nome de um “investimento de identidade" a ser repassado. Tal conceito, então, é ambíguo e polissêmico. Construção social que abarca os diferentes atributos conforme quem o emprega, a finalidade de tal emprego e o tempo histórico.

> O patrimônio é como o princípio subterrâneo e a manifestação autoproclamada de um trabalho social e intelectual: querer apreender o gesto patrimonial no seio da história social e cultural é pensar nos recortes e nos "enquadramentos" aos quais ele se consagra em uma relação sempre complexa com o que o organiza (Poulot, 2012, p. 29).

Poulot também chama a atenção para a realidade das destruições que foram subestimadas ou consideradas findas desde o final da 2ª Guerra Mundial. Recentemente, tal realidade fez aumentar o sentimento de urgência que sempre acompanhou e alentou a consciência patrimonial (Poulot, 2012, p. 27).

Para o teórico, convém apreender a história dos patrimônios como conjuntos materiais e, de modo indiviso, como saberes, valores e regimes do sentido. Trata-se menos de diferenciar entre o que é de herdado e o que é (re) construído, ou entre ficções verdadeiras e criações desonestas, do que de contestar a produção e o consumo da própria evidência patrimonial (Poulot, 2012, p. 19).

> O patrimônio pretende encarnar as visões gerais da ciência, quando a nação começa a tomar "consciência de si mesma como uma nação".16 Ele reivindica ser um tipo de abertura para o futuro, ao mesmo tempo laboratório e arquivo da história – tal qual é o museu dos arquivos (Poulot, 2011, p. 476).

Esse caráter onipresente do patrimônio no contemporâneo resulta em reconhecê-lo como uma categoria de pensamento, elemento que se vincula, na origem, ao ato de colecionar (Gonçalves,2003). Logo, o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista Patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações (Ferreira, 2006, p. 79).

> É necessário discutir a própria noção de "patrimônio", como ela emerge na modernidade e quais os perfis semânticos que pode assumir. Qual a relação que existe entre os patrimônios e seus portadores? Afinal, trata-se de uma categoria própria do Ocidente moderno? Ou podemos encontrá-la em quaisquer comunidades humanas, independentemente da geografia e da história? Quem a define, onde, como e com quais propósitos? O que significam os patrimônios do ponto de vista daquelas populações que são alvo de políticas culturais elaboradas por agências oficiais de preservação? (Gonçalves, 2019, p. 31)

Gonçalves traz em suas pesquisas a diversidade das concepções de patrimônio, assumindo a existência destes enquanto realidades que, de certo modo,

transcendem os indivíduos, impõem-se exteriormente a eles. Os patrimônios, nesse sentido, existem também como realidades subjetivas: efetivamente na alma e no corpo dos indivíduos (Gonçalves, 2005).

> Os patrimônios não dependem exclusivamente da vontade e da intenção consciente e programática de indivíduos, de organizações não governamentais ou agências do Estado. No processo de reconhecimento oficial de determinados bens como "patrimônios", quando de sua inserção na esfera pública, ocorre inevitavelmente um trabalho de eliminação das ambiguidades que os caracterizam em sua vida privada (Gonçalves, 2019, p. 31).

O patrimônio configura-se como um processo de construção, não apenas cultural, mas socio-intelectual. Deve ser pensado, então, a partir de uma perspectiva etnográfica, explorando-se os pontos de vista nativos das pessoas de seu cotidiano, e não apenas voltado para as formas objetivo-estruturais de se analisar determinado bem.

> As modernas concepções de patrimônio tendem a considerá-lo como "cultura objetiva" em detrimento de sua condição de "cultura subjetiva". Pensando-o desse modo, podemos garantir o seu reconhecimento social objetivo, o seu reconhecimento político e jurídico. Isto é fundamental. Mas perdemos contato com o patrimônio como formas de vida autêntica, com o patrimônio como recursos materiais e imateriais de que os indivíduos podem subjetivamente se apropriar com finalidades diversas em sua experiência cotidiana (Sapir, 2012 *apud* Gonçalves, 2019, p. 39).

Suzanne Blier, historiadora e Professora de Estudos Africanos e Afro-Americanos na Universidade de Harvard, explora em seu livro *The Anatomy of Architecture: Ontology and Metaphor in Batammaliba Architectural Expression*, as tradições arquitetônicas dos Batammalibas da República do Togo e do Benin, e apresenta seus estudos como uma análise dos significados que os arquitetos e os ocupantes trazem para os seus edifícios.

> O nome Batammaliba, que se traduz como "aqueles que são os verdadeiros arquitetos da terra", indica a importância da arquitetura para eles. Na palavra Batammaliba, o prefixo e o sufixo ba designam pessoas; ta refere-se a titati, a terra ou mais especificamente, a terra úmida usada na construção; ma deriva de kama, que significa criar, construir ou delimitar; li é um qualificador que indica muito ou real (Blier, 1988, p. 2, tradução nossa).

A arquitetura do povo Batammaliba consiste em uma técnica vernácula, feita de barro, e assemelhando-se a um modelo de castelo. É muito admirada esteticamente no Ocidente, o que resultou em sua indicação à patrimônio da humanidade pela Unesco. No entanto, a concepção de habitação, casa e arquitetura dos Batamaliba, não se aproxima das noções do Ocidente: as casas são criadas como seres vivos, sendo descritas, inclusive, com referências às diversas partes do corpo humano. Quando o integrante mais velho da família morre, a casa é necessariamente destruída e uma outra edificação é levantada (Blier, 1988).

> Esta investigação da anatomia da arquitetura visa o estudo da complementaridade das duas. Tanto no estudo dos seres humanos como na análise da arquitetura, a interação simultânea de numerosos sistemas e partes independentes é de importância crítica. Tal como no estudo dos seres humanos, é necessário na análise da arquitetura olhar para cada edifício como um organismo vivo e ativo (Blier, 1988, p. 2, tradução nossa).

A concepção de patrimônio, nessa conjuntura, inclui uma perspectiva simbólica e um exercício social vinculado à edificação dessas casas, tal qual sua manutenção e destruição, o que, na cosmologia nativa, analogamente, confere-se ao nascimento, à formação e à morte de um de seus integrantes.

Isso posto, o que deve ser esquecido e o que deve ser realmente mantido, lembrado, guardado e preservado no campo patrimonial? O fato de ser patrimonializado gera garantia de salvaguarda de um bem cultural, seja ele material ou imaterial? É possível isolar o intangível do tangível?

O entendimento de patrimônio liga-se a um recorte, uma seleção com base em parâmetros, previamente, estabelecidos e socialmente compartilhados, passíveis de variação em tempo e espaço. Aspectos culturais, políticos e econômicos acometem esses parâmetros, e se relacionam à atribuição de valores e relações de força.

> Os bens que constituem o patrimônio cultural tangível foram escolhidos porque a eles foram atribuídos valores, que podem ser muitos e variados (histórico, científico, artístico, afetivo...), numa atividade imersa na dimensão de subjetividade, com todas as imprecisões que a isso estão normalmente relacionadas. E um dos pontos importantes para compreendermos o que forma esse universo é quem atribui esses valores e quem define o que é ou não é patrimônio cultural (Castriota *apud* Granato; Ribeiro; Araujo, 2018, p. 204).

As Cartas Patrimoniais surgem em meio a essas discussões com o objetivo de orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção aos bens culturais.

> As chamadas cartas patrimoniais são documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação (Kühl, 2010, p. 287).

Esses documentos representam uma medida de preservação, por resultarem do debate entre diversos atores sociais sobre determinada condição relacionada ao patrimônio, e contribuem para acrescer o conhecimento e as metodologias para sua proteção, procurando a padronização das abordagens aos bens culturais.

A primeira das Cartas Patrimoniais, a de Atenas (1933), foi elaborada durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos. Outras cartas foram elaboradas posteriormente, como a de Veneza (1964), de Machu Picchu (1977), de Burra (1980), de Florença (1981), de Washington (1987), dentre outras. De acordo com a Carta de Washington,

> O planejamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudo pluridisciplinares. O plano de salvaguarda deve incluir uma análise dos dados, designadamente arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos, e definir as principais orientações e modalidades de ação a empreender nos campos jurídico, administrativo e financeiro. O plano de salvaguarda deverá definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos no conjunto da cidade. O plano de salvaguarda deve determinar quais os edifícios ou grupos de edifícios a serem especialmente protegidos, a conservar em certas condições e, em circunstâncias excepcionais, a serem demolidos. O estado em que se encontram os sítios antes de qualquer intervenção será rigorosamente documentado. O plano deveria beneficiar da adesão dos habitantes (Carta de Washington, 1987).

Para o reconhecimento de algo como patrimônio, deve-se, portanto, prevalecer os interesses coletivos, operando-se, conjuntamente, noções de tempo, memória e identidades.

Tão logo, os patrimônios não se compõem somente como lugares de identidade, de passado contido, mas um apelo ao presente e ao futuro, uma ressignificação do mesmo. Assim, seria possível apreender o passado para fazer dele uma passagem do tempo vivido (Sibony,1998).

O patrimônio, de acordo com a visão de Sibony, simboliza uma forma de vida fixada, algo que se realizou naquele objeto ou construção; ou seja, patrimônio é portador de tempo e vivências. Esses espaços patrimoniais, entretanto, carregam consigo certa independência, tendo em vista que são livres para ser qualquer outra coisa, e, além disso, geraram outras movimentações possíveis, até mesmo se reportando à função do esquecimento (Ferreira, 2006, p. 80).

Nesse sentido, a ausência de consciência patrimonial é, por vezes, a expressão normal do trabalho da memória que regularmente libera os sujeitos dos traços mais penosos de seu passado (Candau, 2001, p. 158).

As narrativas hodiernas constroem nova visão no que concerne os patrimônios, que se constituem agora como lugares de memória social, em um campo de conflito simbólico e palco antagônico entre memória e esquecimento.

2.4 Esvair Patrimonial: entre vertigens, o dissipar e a fragilidade

> Tudo o que é sólido desmancha no ar (Berman, 1986, p. 87).

O termo esvaecer é dado muitas vezes como sinônimo de desvanecer e esvair, e vem do latim *evanescere*, desaparecer, formado por *ex*-, “para fora”, e *vanescere*, “dissipar, desgastar, evanescer”.

Dom Rafael Bluteau, em 1712, traz o conceito de esvaecimento no primeiro dicionário de língua portuguesa, o *Vocabulario Portuguez e latino*:

> **ESVAECER.** Desvanecer. [...]
> Esvaecerse. Evaporarse, desaparecer, reduzirse a nada. [...]
> No sentido moral. Perder o seu merecimento, o seu lustre, o seu nome.
> **ESVAECIDO.** Esvaecído. Esvaido. Desmayado.
> Esvaecido. Desvanecido. Vaõ glorióso.
> **ESVAECIMENTO.** Evaporaçaõ..
> Esvaecimento. Desmayo.
>
> **ESVAÍDO.** Dizse do desangrado, e tudo o que te enfraqueceo muito. Esvaido da cabeça. Aquelle, que tem a cabeça muito fraca, e quasi arvoada. [...]
> Esvaido. Cousa que desvanece, que tem pouca força.
> **ESVAIMENTO.** Evaporação.
> Esvaimento da cabeça. Vid. Esvair. Vid. Esvaecimento.
> **ESVAIR.** Evaporar (Bluteau, 1712, p. 351-352).

Um século adiante, em 1832, Luiz Maria da Silva Pinto publica em Ouro Preto,

o *Diccionario da Lingua Brasileira*, o primeiro registro de uma obra do gênero no país, trazendo os seguintes conceitos:

> Esvaecer, v. a. Tornar em nada. Desvanecer. Fig. Desmaiar. Esmorecer.
> Esvanecimento, s. m. Evaporação. Desvanecimento. Esmorecimento, Desmaio.
> Esvaído, adj, pen, I. part, de Esvair, Falto de substancia.
> Esvaimento , s. m. Evaporação, Evacuação. v, g, de sangue, etc, que caosa fraquezas da cabeça, vertigens.
> Esvair-se, v refl. Evaporar, Sentir vertigem. Fig. Soltar-se, ir-se, fallando do sangue (Pinto, 1832, p. 481-482).

No século XX, Aurélio conceitua tais termos em uma síntese de todos os antigos livros lexicográficos, compilando-os no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*:

> Esvaecer, v.t. Desvanecer; apagar, delir; fazer perder as forças; dissipar; causar vaidade ou desvanecimento a; int. perder o ânimo; desmaiar; p. dissipar-se; esvair-se; desanimar; afrouxar; perder as forças.
> Esvaecimento, s. m. Desvanecimento; enfraquecimento; desânimo; desmaio.
> Esvair, v. t. Fazer evaporar; dissipar; desvanecer; p. escoar-se; desfazer-se; desaparecer; decorrer; passar com rapidez; desmaiar; desfalecer; perder a côr; exaurir-se (Aurélio, 1960, 517).

Já a palavra patrimônio, em sentido etimológico, advém de *patrimonium*, uma junção de "*patri*", termo designador de "pai", com "*monium*", que exprime "recebido", para referir-se à "herança". No *Vocabulario Portuguez e latino*, Patrimônio

> Em rigor de direyto são os bens deyxados dos pays, & os que successivamente se herdaõ na mesma família. Toma-se também esta palavra por bens de qualquer natureza & por cousas que se tem justamente adquirido (Bluteau, 1712, p. 323).

Bluteau, já no século XVIII, traz implicitamente no conceito, a dimensão não material do patrimônio, ressaltando a possibilidade de ser apresentado como um bem de qualquer natureza.

Desde o entendimento mais arcaico e longevo, manifestado no interesse em herdar e transferir bens familiares, até a noção mais contemporânea, que desenvolve a ideia de um patrimônio a ser transmitido para as gerações futuras, nota-se como o conceito parte de um constructo social.

Nos últimos anos, o patrimônio histórico e cultural, inclusive de cidades de menor porte, tem ganhado mais espaço para discussões. Conservá-lo corrobora para manter viva a história de grupos e das sociedades locais. Para Rodrigues (2001, p. 16), o patrimônio representa a identidade local e, por mais diversa que seja a população, a sua criação serve como uma ponte que resume várias histórias em uma só.

Isto posto, admitir-se-á, quando concernente ao edificado, o conceito de esvaecimento patrimonial como o processo de desaparecimento, degradação e perda de edificações de valor antigo ou histórico, seja por substituição, lenta dissipação ou destruição abrupta, que leva ao impacto histórico e corrobora para a desintegração da memória social.

A destruição desse patrimônio significa além da perda de qualidade de vida, perda de cidadania e de senso de pertencimento local e aos grupos comunitários. O patrimônio é responsável pela continuidade histórica dos povos e de suas identidades culturais (Carsalade, 2010).

De acordo com Zygmunt Bauman (1998), uma das características mais marcantes da sociedade atual é a liquidez, de forma que o tempo é tomado como líquido, em um campo onde tudo se elabora e desintegra com certa efemeridade.

> [...] ainda que em graus variados, todos dominam a arte de ‘viver no labirinto’: aceitação da desorientação, disposição a viver fora do espaço e do tempo, com vertigens e tonturas, sem indicação da direção ou duração da viagem em que embarcaram (Bauman, 2001, p. 192).

Bauman (2001) analisa a realidade social contemporânea, desde aspectos mais gerais, até relações interpessoais. Traz a questão espacial e territorial de forma sucinta, abordando sobre o aspecto morfológico-funcional das áreas urbanas. A conjuntura em foco marca-se pela destruição das estruturas e instituições que a primeira modernidade no processo de substituição do mundo pré-moderno que ela rejeitou.

> A primeira etapa da modernidade esforçou-se para substituir os sólidos da sociedade anterior por outros sólidos, modernos, racionais, construídos no e para o presente, mas que seriam aprimorados até alcançar sua forma final, não mais carente de modernização. Porém, à medida que essa sociedade racionalmente ordenada foi sendo implantada, esses novos sólidos passaram a ser vistos como um problema, considerados excessivamente repressores e, consequentemente, causadores de um mal-estar. Assim, nas últimas décadas do século XX, teria entrado em cena uma segunda etapa da modernidade (sua fase líquida), marcada pelo derretimento dos sólidos

> modernos, mas sem o objetivo de os substituir por outros (Alves, 2020, p. 131).

A leitura social de Bauman expõe, consistentemente, fenômenos de bases políticas, socioculturais e econômica, abarcando a natureza tecnológica. Fenômenos esses que tem configurado e transformado os padrões de urbanização, territorialidade e paisagem. É bem verdade que, coerentemente a uma realidade moderna líquida, o processo de urbanização e transformação da cidade mantém as características dessa liquidez.

> Se a segurança da modernidade sólida era análoga a uma edificação, imóvel, estável e equilibrada, a presente se assemelha a estar em uma motocicleta, onde só é possível ficar de pé quando em contínuo movimento e a partir de uma certa velocidade (Bauman, 1999, 2001, 2007b).

Logo, não existe nada que possa durar por muito tempo. O novo possui fascínio sobre o antigo e os modelos posteriores seduzem por sua inovação. A dinâmica é fluida, deixando de existir o sentido do vínculo e dos valores, das tradições e crenças. Tudo se esvai aflorando conflitos entre memória e identidade.

> Esse arrancar da memória sob os impulsos, tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade antigo, no fim daquilo que se vivia como evidência: a adequação da história e da memória (Nora, 1993, p. 8).

Pela compreensão Baumaniana, o novo modo de vida citadino tem se comportado de maneira líquida do modo de vista espacial, não se prendendo aos seus receptáculos tradicionais, agora rompidos pelas muitas possibilidades de comunicação e localização.

> O processo de decantação, pode-se dizer, também depura a paisagem urbana, dividindo-a entre as imagens modernizadas, novas, tecnológicas e alinhadas com as tendências estilísticas do momento e, separadas dessas, a paisagem do restante da cidade, resultante das formas tradicionais de parcelamento fundiário, da maior presença de arquitetura vernácula e de construções pré-existentes que não foram demolidas nem sofreram retrofit para sua atualização (Alves, 2020, p. 151-152).

Ao longo do último século configura-se uma ruptura da lógica tradicional - antes sólida, de concepção da cidade como obra arquitetônica cuja feição exterior das edificações deveria submeter-se a uma visão unificada de paisagem. A lógica

modernista concedeu maiores liberdades em detrimento de concepções mais amplas da corporatura do ambiente construído.

Essa nova liberdade, conexa à diversificação de materiais, produtos, linguagens, simbologias e apropriações da história arquitetônica, resulta em uma cidade de paisagem heterogênea e em contínua modificação. As edificações, em suma, tendem a mudar de maneira mais lenta comparando-se ao ritmo de outros ramos da economia. Entretanto, quando se trata de sua arquitetura externa, suas fachadas e elementos mais superficiais, a velocidade das mudanças é bastante considerável (Alves, 2020).

Em uma sociedade de sujeitos rendidos à liquidez, o patrimônio cultural se perde no decorrer temporal e o que não passa por instrumentos de reconhecimento e proteção, esvaece, absorvido pelo tempo.

3 SOB A SOMBRA DA PAINEIRA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

> Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim [...] Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito da minha pátria política; era-o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma renascença. O espírito, como um pássaro, não se lhe deu da corrente dos anos, arrepiou o voo na direção da fonte original, e foi beber da água fresca e pura, ainda não mesclada do enxurro da vida. (Assis, 2023 [1880], p. 28)

3.1 Capítulos da história de Paineiras: A construção da história a partir das reminiscências e dos resquícios documentais

Paineiras é um município brasileiro localizado na mesorregião Central Mineira e microrregião de Três Marias, situado no bioma Cerrado e limítrofe a Abaeté, Cedro do Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas e Tiros, cuja população consta 4.224 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 2. Localização e Ortofotografia

Fonte: IBGE e Base QGIS, elaboração pelo autor, 2023.

Sua história teve início por volta da terceira década do século XVIII. Ora extensas áreas de pastagens naturais e cerrado foram ocupadas durante o ciclo das minerações por sertanistas, que se instalavam nas terras, cultivavam-nas e em seguida obtinham reconhecimento legal por cartas da Coroa; ora sesmarias eram expedidas pelo Governo Real e distribuídas à colonos cristãos chamados por sesmeiros, pois a monarquia encontrou em tal sistema uma forma de povoar o imenso território brasileiro.

> A coroa portuguesa concedeu extensas doações de terra chamadas sesmarias, instituto jurídico cuja origem remonta a 1375. Trata-se de um exemplo de transposição de instituição. Durante todo período colonial, foi o principal meio legal de obtenção de terras rurais e seu título de propriedade. Pequenos produtores apropriaram-se de terras devolutas mediante simples ocupação, conhecida como posse. Às vésperas da independência a prática da doação de terras por sesmaria foi suspensa sem que outro instrumento legal fosse promulgado em substituição.
> [...]
> Tendo sido concebida para solucionar questões peculiares ao reino português de fins do século XIV, a aplicação da lei das sesmarias no extenso e inexplorado território da colônia brasileira, não obstante as reiteradas tentativas de adaptação às condições aqui vigentes, resultou no uso mais ou menos generalizado da posse como recurso de acesso a terra, que culminou, por sua vez, com a suspensão das concessões de terras em sesmaria, em 1822. Até a promulgação da lei de terras, ocorrida em 1850, a posse manteve-se como expediente isolado de apropriação privada das terras públicas. (Nozoe, 2006)

Estas cartas, expedidas no Brasil a partir de 1737, referem-se aos sesmeiros como descobridores de suas fazendas, que cultivaram e povoaram com escravos e *gado vacum e cavalar*, o que mostra a precedência do trabalho de desbravamento inicial.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

> Os habitantes primitivos foram os índios Abaetés. A ocupação da área ocorreu por volta de 1737, quando houve a distribuição das 'sesmarias' com a finalidade de desenvolver a criação de bovinos, agricultura e garimpo no Rio Indaiá. (IBGE, s/d.)

Encontraram-se sinais de indígenas abaetés próximo ao ribeirão Forquilha bem como outros territórios com vestígios de cemitérios indígenas em Bocainas, Lagoa do Palmital e em regiões próximas ao Rio Indaiá.

A área distribuída pelas sesmarias abrangia a região do Tigre, Serra, Palmeiras, Barra, Flôres, Poções, Gerais e Patos, descritas nas cartas do Capitão José de Faria Pereira, Capitão Antônio da Costa Madureira, Capitão José Fernandes da Costa, Joaquim de Oliveira, Francisco Antônio Monteiro de Noronha e Felipe Joaquim da Cunha, respectivamente.

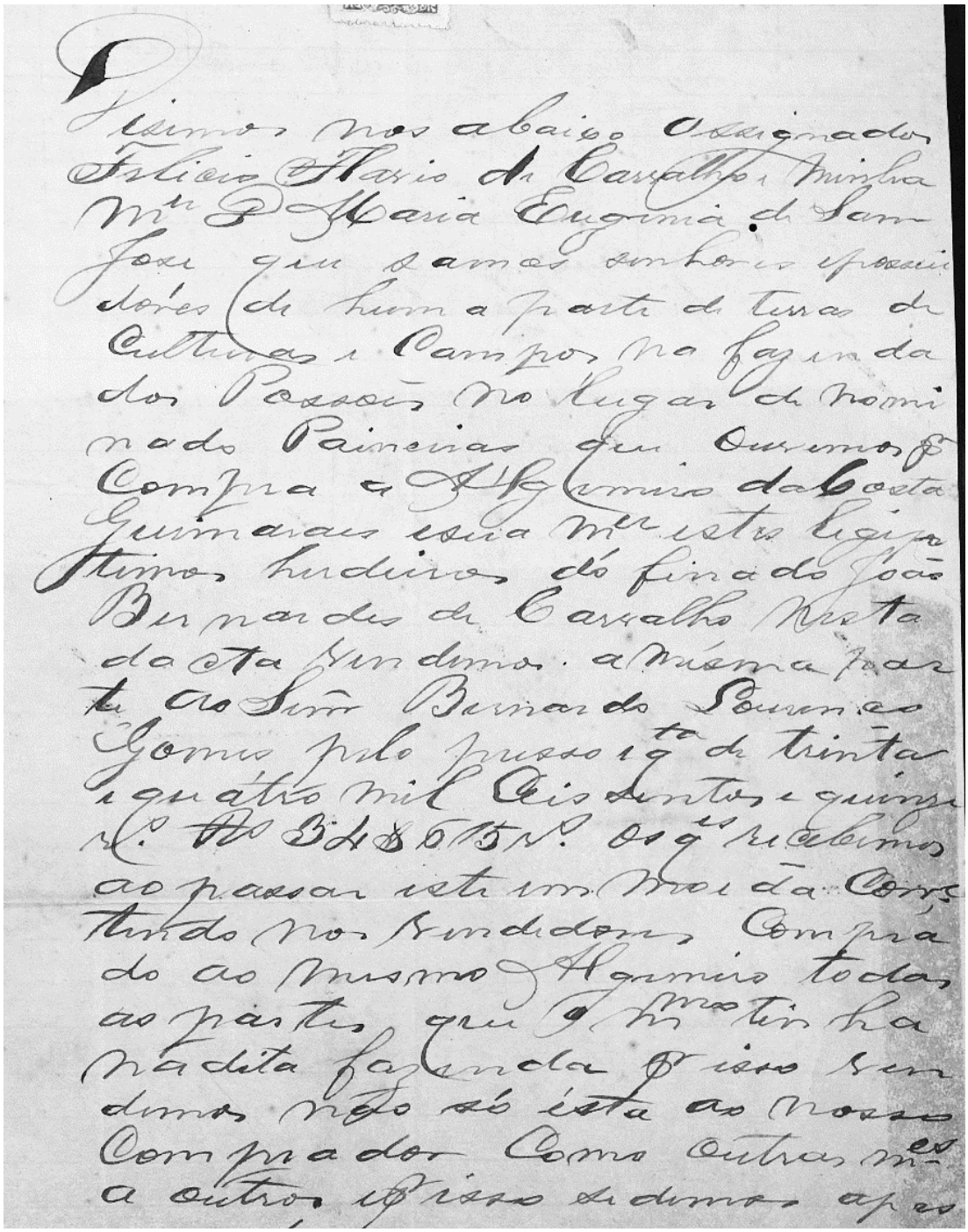
> Vastos e férteis desertos, as velhas sesmarias continuaram por dilatados anos como terras improdutivas, dada a falta de gente em quantidade bastante para povoá-las e explorá-las. Só no fim do século XVIII e princípio do século XIX foi que isto se tornou uma terra habitada, mercê do afluxo de aventureiros para as novas lavras diamantinas do Indaiá e Abaeté. (Oliveira, 1970, p. 19)

Em meio às antigas fazendas, entre o final do século XIX e o início do século XX, surge então o povoado de Paineiras, fazendo parte do município de Abaeté, antiga povoação de Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada.

O topônimo surgi pelo fato de que na região havia muitos pés de paina, localizados na conhecida mata das Paineiras. Os fazendeiros apartavam o gado na localidade, principalmente em noites chuvosas, e muitos boiadeiros, que levavam rebanhos para outras localidades, deixavam-nos sob a sombra das árvores em dias ensolarados, tendo em vista que os outros pastos eram muito limpos, majoritariamente compostos por vegetação rasteira.

A primeira citação documental sobre Paineiras faz-se em um título de compra e venda de terras datado de 1886 (Fig. 03), tendo como vendedores Felício Flavio de Carvalho e sua esposa Maria Eugenia de Sam José e como comprador Bernardo Lourenço Gomes. Nos autos do documento consta uma parte de terras de cultura e campos, no valor de 34.615 réis, no lugar denominado Paineira, na fazenda dos Poções, que fazia divisa com as fazendas da Gerais, Flores, Mamote, Guariba, Palmital e Macaúbas (Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 1889).

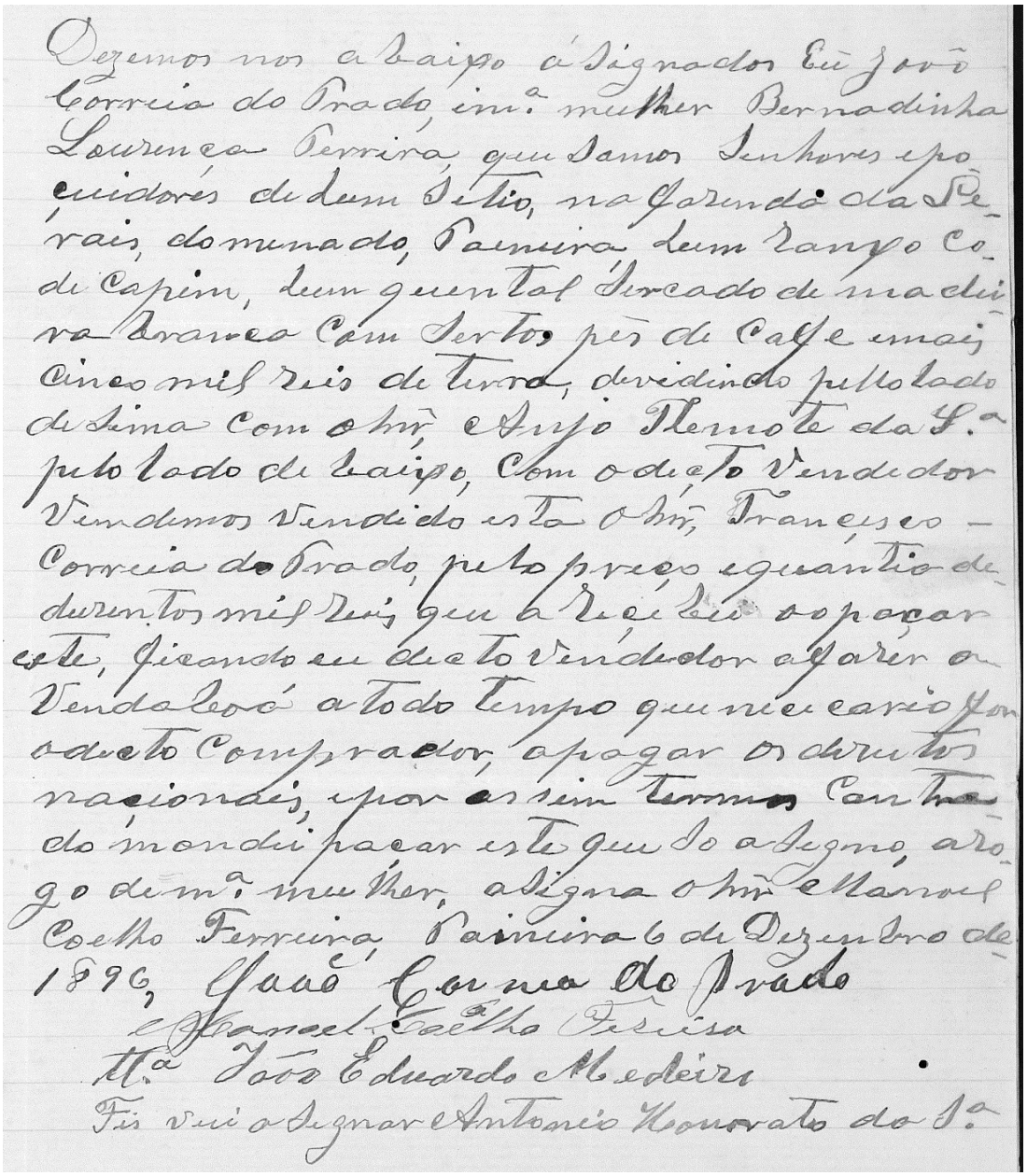
Figura 3. Título de Compra e Venda de terras, localidade de Paineiras, 1886



Fonte: COARPE

Outro documento, datado de 06 de dezembro de 1886, trata da venda de um sítio na fazenda da Gerais, lugar denominado Paineiras, sendo vendedores João Correia do Prado e sua esposa Bernardina Lourenço Pereira e comprador Francisco Correia do Prado (COARPE – TJMG, 1889).

Figura 4. Título de Compra e Venda de sítio na localidade Paineira, em 1896

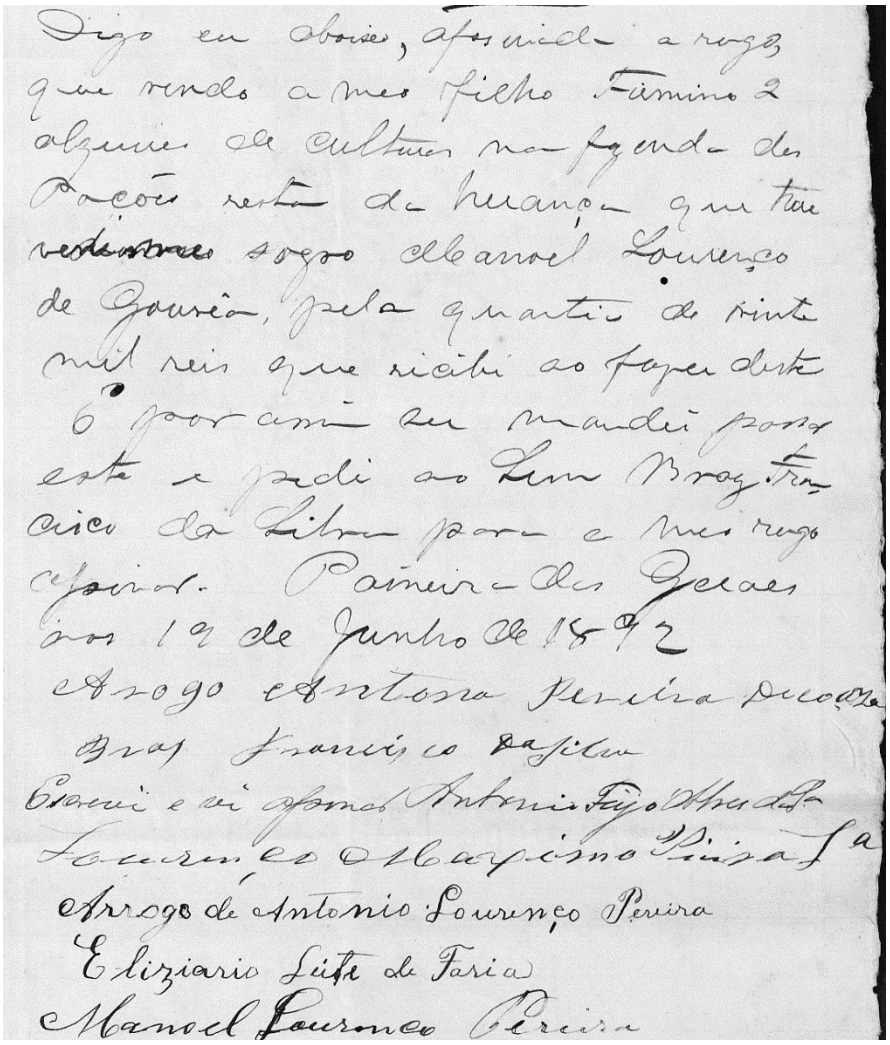


Dezemos nos a baixo assignados Eu João Correia do Prado, e minha mulher Bernardina Lourença Ferreira que Somos Senhores e possuidores de hum Sitio, na Garanda das Geraes, do municipio, Paineira hum Rancho Coberto de Capim, hum quintal Cercado de madeira Brauca Com certos pés de Café e mais cinco mil Reis de terra, devidindo pello lado de cima Com o Snr. Anjo Clemente da S.a pello lado de baixo, Com o dito Vendedor Vendemos Vendido esta o Snr. Francisco Correia do Prado, pello preço e quantia de duzentos mil Reis que a Reis lhe confessar este, ficando o dito Vendedor a gozar o Vendalcoá a todo tempo que nos caso for o dito Comprador, apagar os dinheiros nacionaes, e por assim termos Contratado mandei passar este que lhe assigno, a rogo de minha mulher, assigna o Snr. Manoel Coelho Ferreira Paineira 6 de Dezembro de 1896, João Correia do Prado
a Manoel Coelho Ferreira
Mel João Eduardo Medeiros
Fis vezes assignar Antonio Honorato do S.o

Fonte: COARPE

Em 1892, em declaração dada por D. Antônia Pereira de Souza sobre a venda de dois alqueires de culturas na fazenda de Poções ao seu filho Firmino a menção à localidade é feita como Paineiras das Geraes. Já em 1898, D. Antônia fez outra declaração, assinada por seu filho Manoel Lourenço Pereira, a respeito da venda de uma parte de terras da fazenda Retiro das Palmeiras ao Sr. Bernardo Lourenço Gomes. O documento, datado de 17 de abril, fez menção à localidade apenas como Paineira.

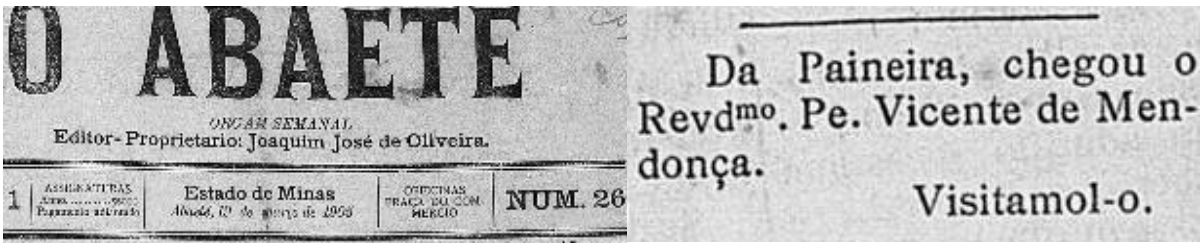
Figura 5. Declaração de venda de parte de terras na fazenda dos Poções, 1892



Fonte: COARPE

Entre as primeiras citações encontra-se também um anúncio no jornal *O Abaeté: Orgam Semanal*, em 1905, a respeito da chegada do Reverendo Padre Vicente de Mendonça da localidade, onde o mesmo comparecia para celebrações mensais.

Figura 6. Jornal O Abaeté, 19 de março de 1905



O ABAETÉ

ORGAM SEMANAL

Editor-Proprietario: Joaquim José de Oliveira.

1 | ASSIGNATURAS | Estado de Minas | OFFICINAS | NUM. 26

Da Paineira, chegou o Revdmo. Pe. Vicente de Mendonça.

Visitamol-o.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional

Entre o final do século XIX e início do século XX, o arraialete, subsecivo das sesmarias de outrora e parte da grande fazenda das Gerais, era ainda um perímetro extremamente rural, com casas escassas no território, seguindo modestamente o padrão arquitetônico das que se construía em Abaeté.

A gênese do povoado se dá por provisão do referido período, com as primeiras doações de terra à Mitra Diocesana de Mariana[1], a fim de que compusessem o patrimônio da Igreja e erigissem uma capelinha que, presumivelmente, cedeu lugar à antiga capela de São Sebastião das Paineiras, cujo início da construção data de 1918.

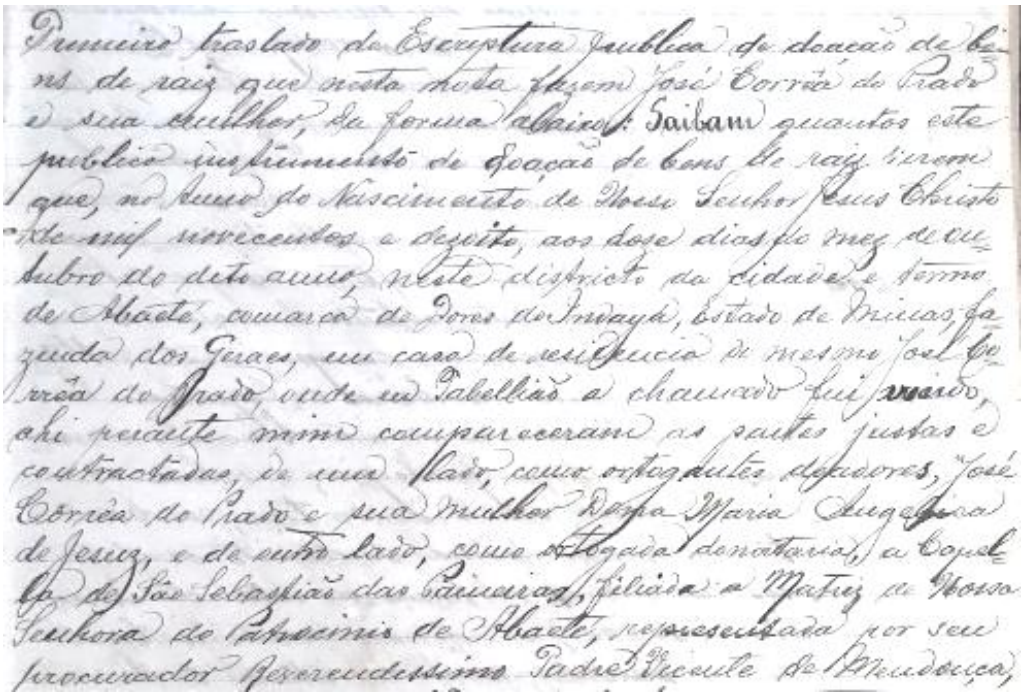
Figura 7. Representação da 1° capela de Abaeté – a exemplo da de Paineiras

Fonte: Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio de Abaeté.

Apesar de sua origem datar do final do século XIX, o povoado consolidou-se apenas no início do século XX, com novas doações de terra para compor o patrimônio da Igreja e construir uma nova capela.

[1] A história oral coloca como possíveis doadores os senhores Bernardo Lourenço Gomes, José Lourenço de Gouveia e João Paulo Phelipe Santiago

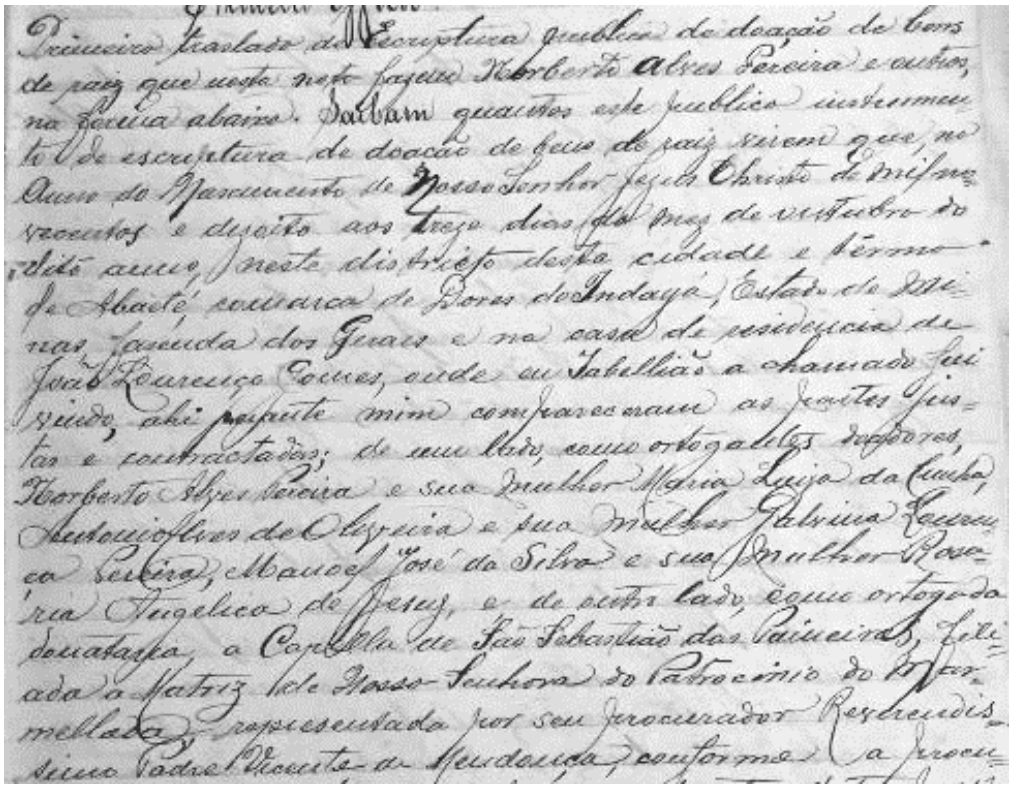
Figura 8. Escritura 01 – doação de bens de raiz à capela de São Sebastião



Primeiro traslado da Escriptura publica de doação de bens de raiz que entre si fazem José Correa do Prado e sua mulher, da forma abaixo. Saibam quantos este publico instrumento de doação de bens de raiz virem que, no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e dezoito, aos dose dias do mez de outubro do dito anno, neste districto da cidade e termo de Abaeté, comarca de Dores do Indaya, estado de Minas, fazenda dos Guaes, em casa de residencia do mesmo José Correa do Prado, onde eu Tabellião a chamado fui vindo, ahi perante mim compareceram as partes justas e contractadas, de um lado, como outorgantes doadores, José Correa do Prado e sua mulher Dona Maria Augusta de Jesus, e de outro lado, como outorgada donataria, a Capella de São Sebastião das Paineiras, filiada a Matriz de Nossa Senhora do Patrocinio de Abaeté, representada por seu procurador Reverendissimo Padre Vicente de Mendonça,

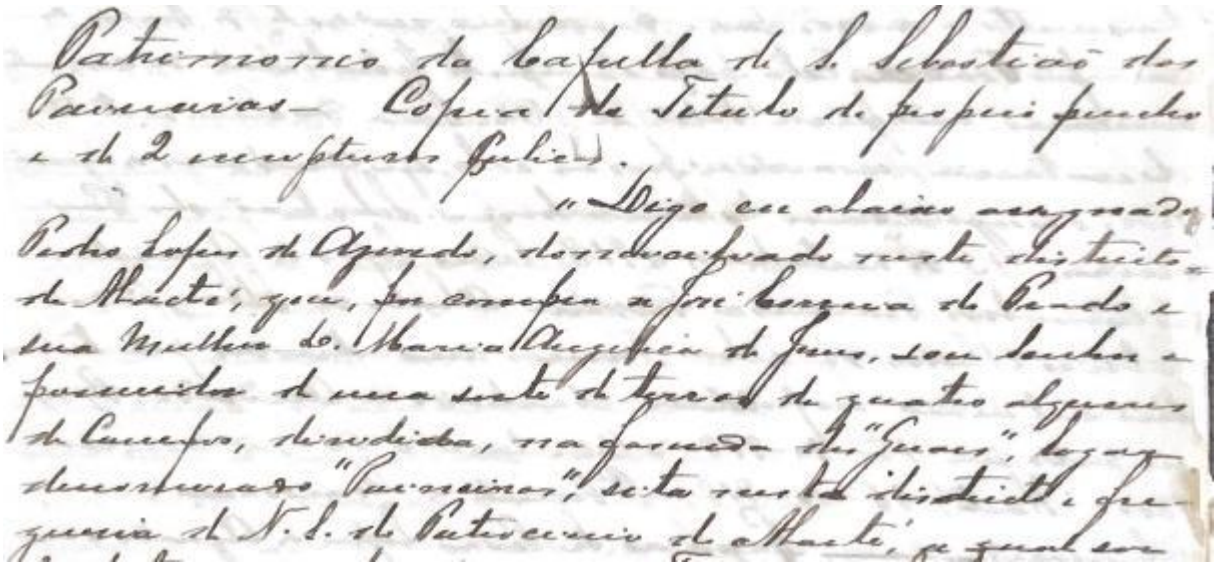
Fonte: Livro de Crônicas, Paróquia de Abaeté, 1918.

Figura 9. Escritura 02 – doação de bens de raiz à capela de São Sebastião



Primeiro traslado da Escriptura publica de doação de bens de raiz que entre si fazem Herberto Alves Pereira e outros, na forma abaixo. Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de doação de bens de raiz virem que, no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e dezoito aos trese dias do mez de outubro do dito anno, neste districto desta cidade e termo de Abaeté, comarca de Dores do Indaya, Estado de Minas, fazenda dos Guaes e na casa de residencia de João Lourenço Soares, onde eu Tabellião a chamado fui vindo, ahi perante mim compareceram as partes justas e contractadas; de um lado, como outorgantes doadores, Herberto Alves Pereira e seu mulher Maria Luiza da Cunha, Theodorio Alves de Oliveira e sua mulher Galvina Lourenço Pereira, Manoel José da Silva e sua mulher Rosaria Angelica de Jesus, e de outro lado, como outorgada donataria, a Capella de São Sebastião das Paineiras, filiada a Matriz de Nossa Senhora do Patrocinio do Morro Vermelho, representada por seu procurador Reverendissimo Padre Vicente de Mendonça, conforme a procu-

Figura 10. Escritura 03 – doação de bens de raiz a capela de São Sebastião



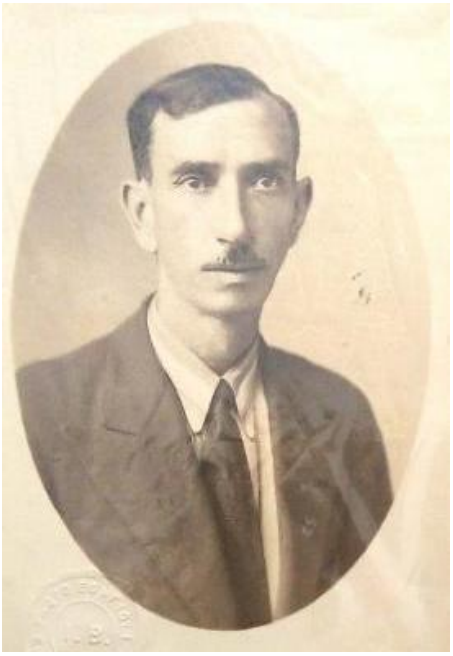
Fonte: Livro de Crônicas, Paróquia de Abaeté, 1918.

No dia 11 de outubro de 1918, o Cel. Pedro Lopes de Azevedo fez sua doação de terras, seguida das demais, feitas no dia 13 de outubro de 1918, por José Correa do Prado e D. Maria Angélica de Jesus, Norberto Alves Pereira e D. Maria Luiza da Cunha, Antônio Alves de Oliveira e D. Galvina Lourença Pereira, Manoel José da Silva e Rosaria Angelica de Jesus.

> Perante as mesmas testemunhas, pelo Revm. Frei Antonelo Gruyter, como representante da outorgante, Mitra Diocesana do Aterrado, me foi dito que, por doação de José Correa do Prado, Norberto Alves Pereira e outros, e por compra a Maria Xavier, [...], a paroquia de Paineiras, cujo orago era São Sebastião e é hoje São Rafael, é senhora e possuidora de um patrimônio em terras divididas, situadas na vila de Paineiras e suas imediações, com a área aproximada de seis mil setecentos e cinco ares entre culturas e campos com as seguintes divisas e confrontações. Partindo do marco nas margens da estrada que vai para Gerais, dividindo com Maria Bárbara de Jesus e Antonio Pinto da Fonsêca, por esta estrada ao marco na baixada ainda dividindo com Antonio Pinto, até o marco dividindo com Antonio Pinto, Domingos Alves de Sousa e Eloi Leite Praça, deste, dividindo, com Eloi ao marco do outro lado do Buracão divisa de D. Augusta Alves da Silva, dai a cabeceira do Buracão, por este abaixo até a cerca de Pedro Henrique de Carvalho; epela cerca à cabeceira do valo, dividindo com Pedro Henrique de Carvalho terras que foram de D. Maria Xavier, e deste ao marco debaixo de um pau de jenipapo no quintal de D. Augusta, e deste marco no pasto de Pacífico Francisco de Lima, deste dividindo com Pacifico ao marco no pasto de Geraldo Ribeiro da Costa deste, margeando a cultura ao marco de divisa com Geraldo Ribeiro da Costa e Emidio Pereira da Silva, dai, ainda margeando a cultura ao marco que divide com Emidio Pereira da Costa, digo, Emidio Pereira da Silva, ao marco atrás do cemitério, no pasto de Francisco Ferreira de Oliveira, e deste

> ao marco na cabeceira do córrego, divisa de Francisco Ferreira de Oliveira e Maria Bárbara de Jesus, e deste ao marco onde teve principio, imóvel este do qual a outorgante vendedora já destacou e vendeu a particulares algumas porções com a imediata outorga dos documentos de transmissão. [...] Abaeté, 2 de fevereiro de 1957 (Paróquia São Rafael Arcanjo de Paineiras, 1964).

Figura 11. Cel. Pedro Lopes de Azevedo – doador de parte das terras para a Capela de São Sebastião das Paineiras



Fonte: Acervo Familiar, s/d.

Desde seu surgimento, o povoado mostrou-se veementemente religioso. Ainda quando uma pequena comuna, as famílias reuniam-se em casa para momentos de oração e louvor e grande era a fé em Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião, protetor daquele povo contra a fome e a peste.

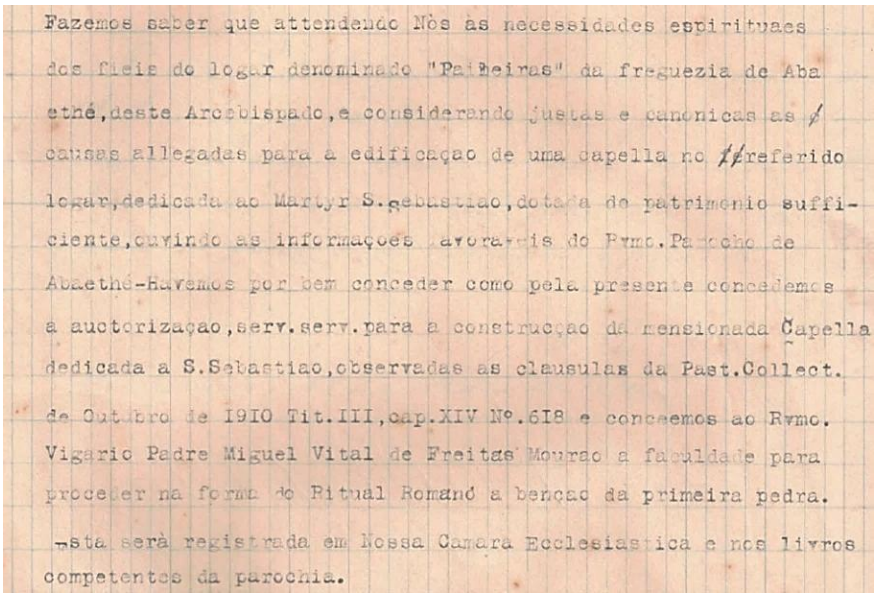
A primeira festa do Rosário, por sua vez, aconteceu nos dias 07 e 08 de outubro de 1917, feita na capelinha que havia no largo do Rosário, onde hoje se localiza a praça Terezinha de Vargas Mendonça, com finalidade de arrecadar fundos para a construção da nova capela.[2]

[2] Há nos arquivos da Paróquia de Paineiras, uma anotação em papel, sem fonte, que menciona sobre a primeira festividade de N. S. do Rosário. Na nota, consta que a festa foi feita em uma capelinha que havia no largo, objetivando arrecadações para a construção de uma nova capela.
Ainda sobre o mesmo, encontrou-se nos assentamentos da Paróquia de Abaeté, na certidão de casamento de João Lourenço Gomes e Maria Honória da Silva, datada de 20 de out. de 1912, menção à mesma capela. Logo, como todos os documentos encontrados sobre a capela de São Sebastião das Paineiras fazem referência ao ano de 1918, é significante levar em conta a existência de uma capela anterior.

> 1° capela antes de 1907, capela São Sebastião, na praça e na frente da residência do Sr. Vicente Dias, aí encontrava-se uma grande paineira. Em redor da capela houve o cemitério. Capela ficou pequena, uma grande parte do povo assistia a missa no cemitério. Esta capela foi demolida (Nieuwenhuizen, 1989, p. 1)
> Por não termos podido acodir a todos os pontos da freguesia do Abaeté por nossa edade e pela doença do Exmo. Sr. Bisco Auxiliar, em virtudes das faculdades Apostolicas de 25 annos de 10 de julho de 1899 aucttorizamos o rd° Vigario Miguel Vital de Freitas Mourão a administrar a confirmação três dias, sendo um na capella da Paineiras, e os outros dous repartidos por outras capelas ou lugares que julgar mais commodo para os fiéis (Paróquia de Abaeté, 1916).

Paineiras era atendida por vigários da freguesia de Abaeté. Nas primeiras décadas do século XX residia padre Miguel Vital de Freitas Mourão, de Pará de Minas, como o sétimo vigário da já referida freguesia, juntamente com o coadjutor padre Vicente de Mendonça. As celebrações no povoado eram feitas uma vez por mês e, em alguns casos, estendia-se a frequência para dois meses[3].

Figura 12. Provisão de D. Silvério autorizando a ereção da Capela em 1918

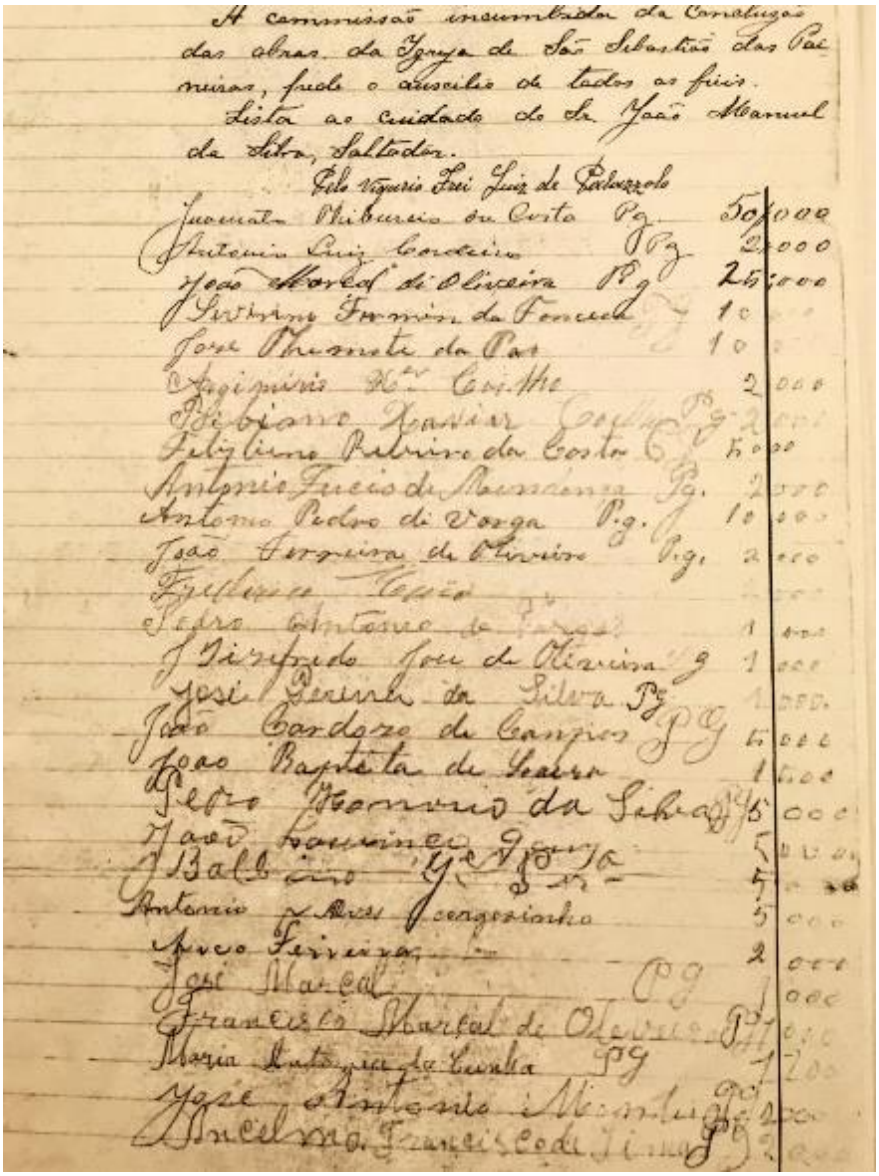


Fazemos saber que attendendo Nós as necessidades espirituaes dos fieis do logar denominado "Paineiras" da freguezia de Abaethé, deste Arcebispado, e considerando justas e canonicas as causas allegadas para a edificaçao de uma capella no referido logar, dedicada ao Martyr S. Sebastiao, dotada de patrimonio sufficiente, ouvindo as informaçoes favoraveis do Rvmo. Parocho de Abaethé - Havemos por bem conceder como pela presente concedemos a auctorizaçao, serv. serv. para a construcçao da mencionada Capella dedicada a S. Sebastiao, observadas as clausulas da Past. Collect. de Outubro de 1910 Tit. III, cap. XIV Nº. 618 e concedemos ao Rvmo. Vigario Padre Miguel Vital de Freitas Mourao a faculdade para proceder na forma do Ritual Romano a bençao da primeira pedra. Esta será registrada em Nossa Camara Ecclesiastica e nos livros competentes da parochia.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

[3] De acordo com o livro *O Bispado de Aterrado*, a construção das capelas da região se deu sob o paroquiato do Revmo. Pe. Miguel Vital. A de S. Sebastião de Paineiras, pelo então vigário, em 8 de julho de 1923. Entretanto, Pe. Vital não se encontrava na freguesia de Abaeté no referido ano. Paroquiou de 1900 a 1922 e de 1925 a 1938. Nos anos de intervalo entre seus dois vicariatos, Abaeté teve como seu oitavo vigário Frei Isaías Leggio e, como coadjutor, Frei Luís de Polazzolo, ambos capuchinhos italianos. Conclui-se, então, um pequeno equívoco no opúsculo; o que não impede de que a capela tenha sua primeira pedra abençoada por ele.

Figura 13. Doações para a construção da Capela de São Sebastião das Paineiras, em 1918



A commissão incumbida da Catalogação das obras da Igreja de São Sebastião das Paineiras, pede o auxilio de todos os fieis.

Lista ao cuidado do Sr. João Manuel da Silva, Saltador.

Pelo Vigario Frei Luiz de Palazzolo

Juvenato Ribeiro da Costa Pg. 50$000
Antonio Luiz Cardoso Pg. 2$000
João Martel de Oliveira Pg 25$000
Sirinino Firmino da Fonseca 10$
José Thomaz da Paz 10$
Agripino Xavier Cavalcante 2$000
Fabiano Xavier Pg
Felicissimo Ribeiro da Costa 5$000
Antonio Lucio de Assumpção Pg. 2$000
Antonio Pedro de Souza Pg. 10$000
João Ferreira de Oliveira Pg. 2$000
Epaminondas Lucio
Pedro Antonio de Souza 1$000
Manoel Gonçalves de Oliveira Pg 1$000
José Ferreira da Silva Pg 1$000
João Cardoso de Campos Pg 5$000
João Baptista de Souza 1$000
Pedro Hermino da Silva Pg 5$000
Manoel Gonçalves Pg 5$000
Balbino Gomes Pg 5$000
Antonio Alves Cerqueira 5$000
Chico Ferreira 2$000
José Martel Pg 1$000
Francisco Martel de Oliveira Pg 1$000
Maria Custodia da Cunha Pg 1$000
José Antonio Monteiro Pg 2$000
Marcelino Francisco da Silva Pg 2$000

Fonte: Acervo da Família Lourenço Gomes

Erigiu-se a capela em estilo colonial tardio, rodeada por um adro, cercado por lascas de aroeira. Seu singelo frontispício, com quase ausente ornamentação, revelava a simplicidade do povoado no início do século, cujas construções não primavam por requinte. Seu frontão triangular não apresentava ornamentos e sob o mesmo uma viga aparente de madeira maciça compunha a sóbria fachada. Sobre as portas e as janelas, um tanto altas, de madeira sem acabamento, sobrevergas davam o postimeiro ar colonial à capela. A cobertura, por vez, se dividia em duas águas, de telhas capa e canal, ou capa e bica, moldadas artesanalmente e, naturalmente, irregulares. O processo de moldagem e cozimento dava a estas telhas formas e

coloração muito características, responsáveis pelo aspecto nitidamente perceptível nas edificações. As paredes eram de alvenaria, tijolos espessos de barro cozido e tinta na tonalidade branca, a base de cal. O piso era em assoalho e o embasamento, como uma espécie de *radier*, sobressaia o perímetro da capela e formava um assento ao redor da edificação, que servia de descanso ou palco para conversas vespertinas. Os degraus, que levavam ao coro eram em madeira maciça e sob a estrutura do telhado, formando o forro, um ostensório entalhado em pau marfim em fundo de cedro ou outra madeira escura, cujos raios, aproximavam-se de dois metros, causava, nos fiéis, grande encantamento.

Figura 14. Capela de São Sebastião das Paineiras, na década de 1930

Fonte: Livro *O Bispado de Aterrado,* 1941

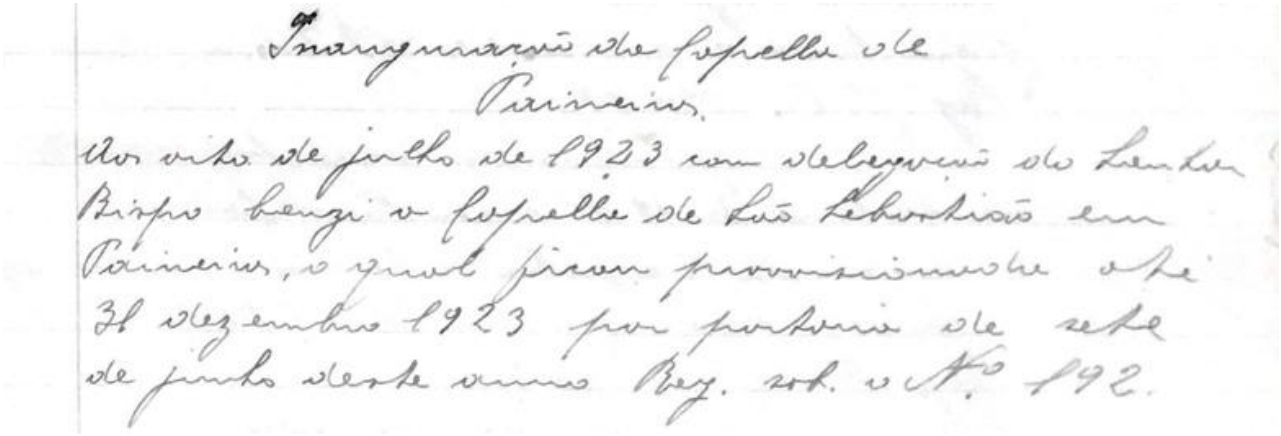
Figura 15. Pintura a óleo *Capela de São Sebastião das Paineiras*, de autoria de João Lázaro Silva, 2024

Fonte: Acervo do autor.

Figura 16. Capela de São Sebastião das Paineiras, em 1941.

Fonte: Acervo do autor.

Figura 17. Anotação acerca da inauguração da capela


Inauguração da Capella de
Paineiras.
Aos vinte de julho de 1923 com delegação do Senhor
Bispo benzi a Capella de São Sebastião em
Paineiras, a qual ficou provisionalmente até
31 dezembro 1923 por portaria de sete
de junho deste anno Rey. sob. o Nº 192.

Fonte: Livro de Crônicas, Paróquia de Abaeté, 1923.

Por muito tempo a antiga capela atendeu à vila de Paineiras, servindo, inclusive, como espaço para a Escola Isolada de Paineiras, criada em 1927. Na década de 1960, a edificação se encontrava em péssimo estado e o pároco responsável, Frei Pio Nieuwenhuizen, cedeu às pressões de demolirem-na para a construção da prefeitura municipal.

A implantação da prefeitura foi marcada pelo completo desprezo pela antiga capela que marcou o início da povoação. A dimensão autoritária e autocrática do projeto se fez perceber também na escolha do lugar, seguindo uma lógica aproximada

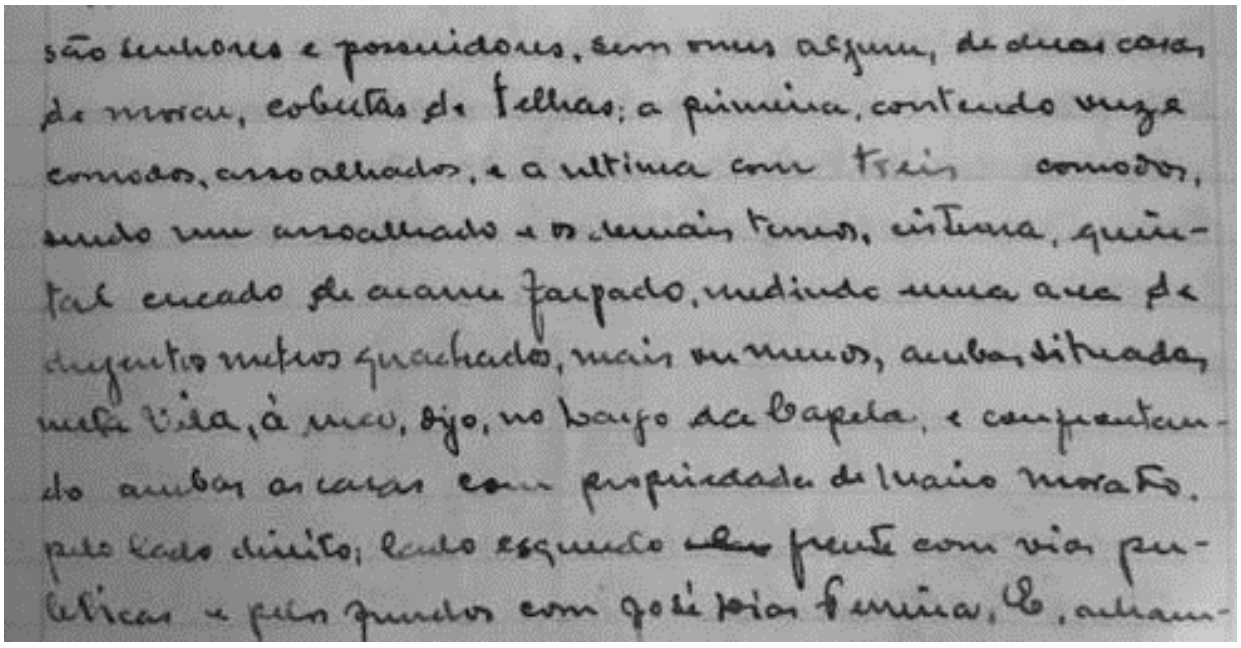
da que regia na República Velha, descentralizando-se a figura religiosa e dando lugar à política.

> Em 1963 esta capela estava muito estragada: sem reboque, tábuas de piso roubadas, portas penduradas (duas foram mais tarde usadas para a capela nova de Palmital). Me pediram para demolir a capela para construir aí a nova prefeitura. Houve protesto, circulavam 2 listas de assinatura (Nieuwenhuizen, 1989, p. 1).

A localidade de Paineiras nas primeiras décadas do século XX possuía poucas casas, todas térreas, e se desenvolveu basicamente no entorno da capela e de seu adro. As casas ocupavam pouco espaço nos lotes, que continham grandes áreas de plantio, com pomares e hortas, demonstrando a importância das culturas de subsistência para a população.

Essas casas eram descritas, muitas vezes, em antigos inventários e escrituras, mas de maneira extremamente sucinta e sem grandes detalhes:

Figura 18. Escritura de Compra e Venda, do sr. João Lourenço Gomes, em 1944



são senhores e possuidores, sem onus algum, de duas casas de morar, cobertas de telhas; a primeira, contendo duas comodos, assoalhados, e a ultima com tres comodos, sendo um assoalhado e os demais forros, sistema, quintal cercado de arame farpado, medindo uma area de duzentos metros quadrados, mais ou menos, ambas situadas nesta Vila, à rua, hoje, no bairro da Capela, e confrontando ambas as casas com propriedade de Mario Morato, pelo lado direito; lado esquerdo uma frente com via publica e pelos fundos com José Maria Ferreira, Lo, adquiri-

Fonte: Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Paineiras

Apesar das edificações não seguirem um rígido padrão arquitetônico, em 1904 foi publicado no Jornal *O Abaeté*, o Estatuto Municipal abaeteense, que em seu Título 7° definia acerca do *Tombamento, embelezamento e asseio das povoações*.

A legislação definia que os prédios que fossem construídos ou reconstruídos

na cidade e nas sedes dos distritos, deveriam estar alinhados em conformidade com as plantas, ou em sua falta, com os planos e instruções que a Câmara ministrasse.

As edificações de mais de dez metros de frente deveriam ter quatro metros de pé direito, janelas igualmente distantes, com dois metros de altura sobre um de largura, corpo de, pelo menos, nove metros e pavimento de um metro de elevação sobre o nível da rua ou de sua parte mais elevada.

As edificações com até dez metros de frente poderiam ter menos meio metro de pé direito, ou seja, três metros e meio, mas o corpo deveria ter a mesma largura e as janelas guardarem a mesma proporção em relação à altura do prédio. Estas edificações nunca poderiam ser acrescentadas de modo a aumentar sua fachada frontal. As dimensões das janelas podiam ser modificadas conforme o gênero da construção ou gosto do proprietário, contanto que não ficassem com vãos menores do que os determinados.

Além disso, a Legislação definiu que as paredes externas dos edifícios públicos e particulares deveriam ser conservadas sempre rebocadas e caiadas, e, quando alguma não se achasse nessas condições, o Fiscal ou Delegado Distrital definiria prazo a seu proprietário, para o cumprimento da obrigação.

Aos mais pobres, o estatuto definiu que a Câmara determinaria lugares em que pudessem edificar fora das prescrições do artigo.

Ao entorno da capela e de seu adro, surgiram as construções mais relevantes arquitetonicamente, muitas em estilo colonial tardio, fato que foi mudado na década de 1940, quando a população começou a construir exemplares de Art Déco que coexistiam harmoniosamente com as edificações lindeiras.

A Escola Isolada de Paineiras, primeira da localidade, foi criada na década de 1920. O então presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, decidiu, por meio do Decreto nº 7.987, datado de 16 de outubro de 1927, criar quatro escolas rurais mistas no município de Abaeté: uma localizada no povoado de Paineiras e as demais nas localidades de Gerais, Clarindo e Junco (Acervo Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1927). Anteriormente a isso, as crianças e jovens estudavam em casa, com acompanhamento de um professor particular.

Figura 19. Vista parcial da Escola Isolada de Paineiras em 1949

Fonte: Grupo Fotos Antigas de Paineiras

Figura 20. Edificação que abrigou a Escola Isolada de Paineiras, em 1970

Fonte: IBGE.

Em 1932, a antiga Igreja de São Sebastião, posteriormente Matriz de São Rafael, começou a ser construída, graças a doações e ao trabalho incessante dos fiéis, sendo em 1952 seu término. O projeto exigia muito esforço e disposição dos moradores da pequena vila, não só do trabalho braçal dos fiéis.

> Na entrada da Vila foi construída a nova Matriz, junto da qual uma elegante casa paroquial. A porta da Matriz, em altar alinhado foi exposta, à vista de todos, a sagrada Imagem. *(*Reminiscências da Peregrinação de N. Sra. de Fátima pelas Paróquias do Bispado de Aterrado, 1954, p. 54)

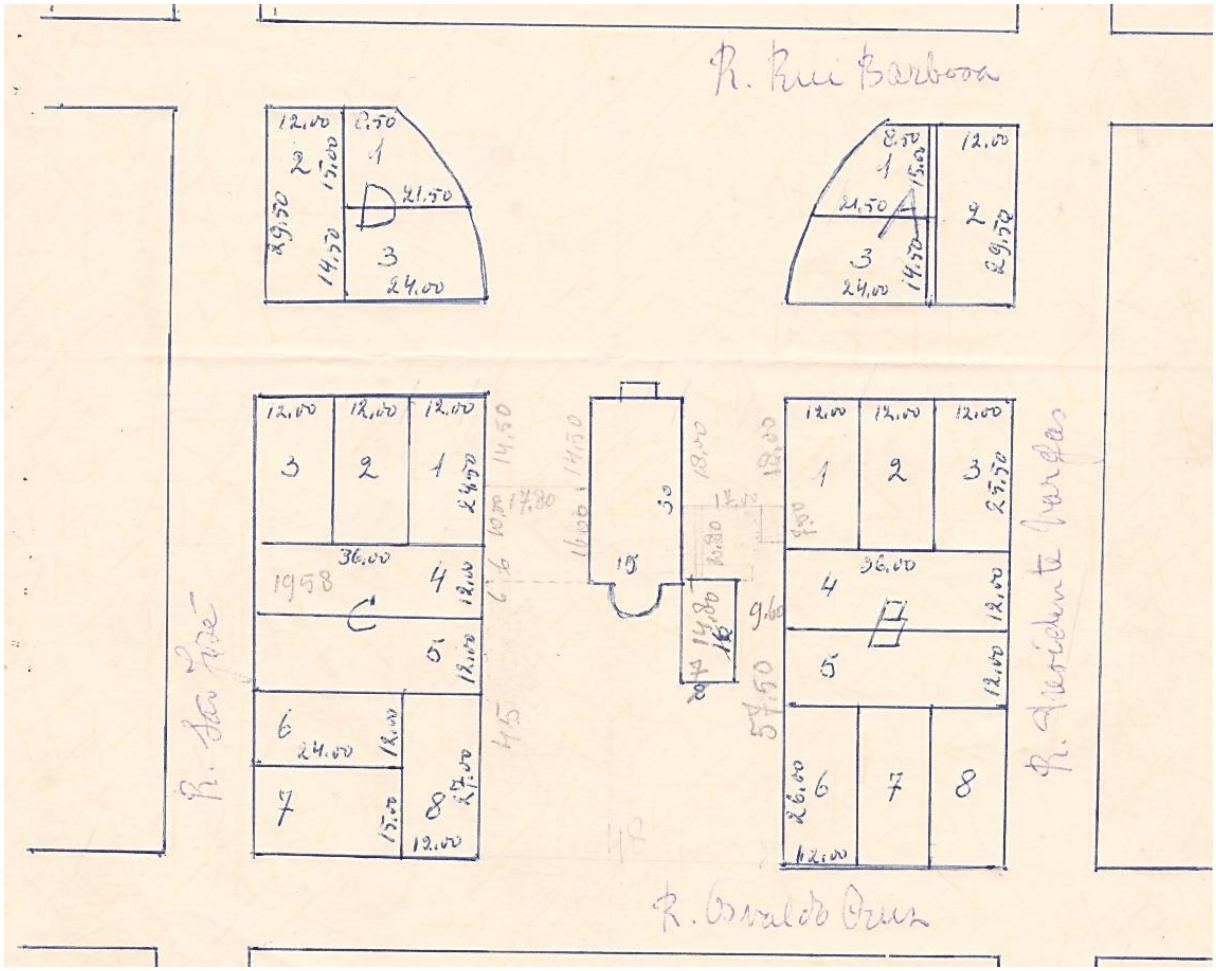
Figura 21. Antiga Igreja de São Sebastião, em 1954

Fonte: Arquivo Diocesano da Diocese de Luz

Figura 22. Vista lateral da Antiga Igreja de São Sebastião, década de 1950

Fonte: Acervo de D. Maria Marlene Vasconcelos do Amaral

Figura 23. Cópia da planta de loteamentos da Praça da Matriz



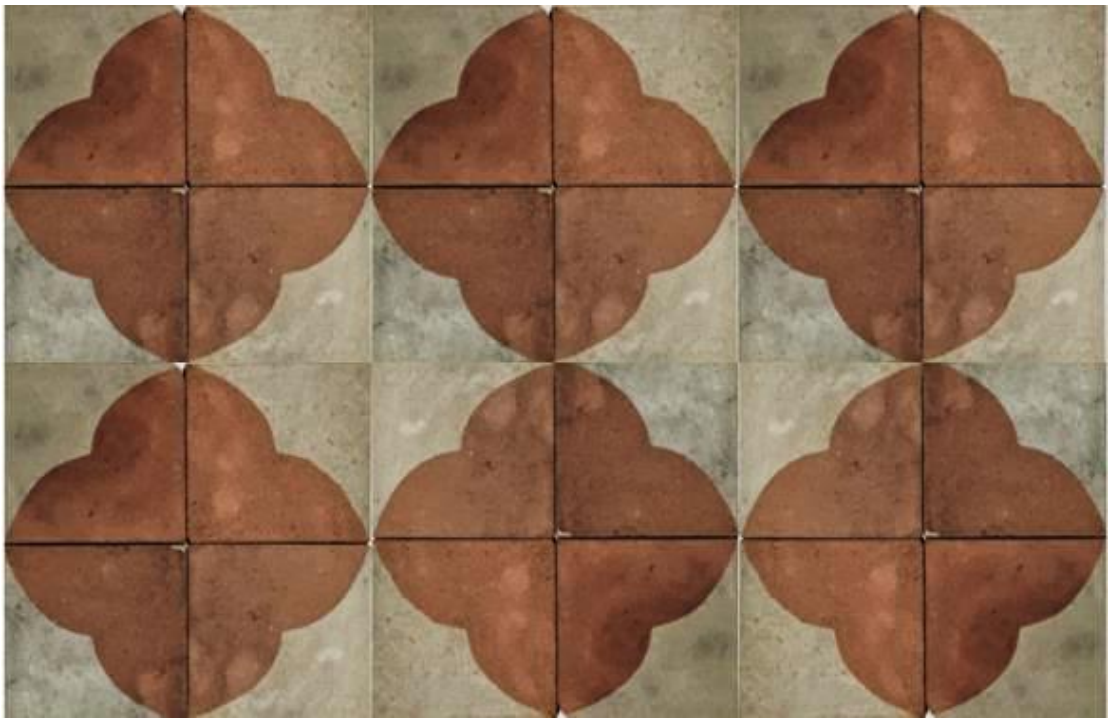
Fonte: Arquivo Paróquia São Rafael Arcanjo, 1964

Aos 17 dias de setembro de 1952 a paróquia de Paineiras recebeu o Sr. Bispo Diocesano, vindo de Dores do Indaiá, para a benção da Nova Matriz em vias de conclusão. A Igreja, sita ao centro da praça, com aproximadamente 30m de comprimento e 15m de largura foi construída em estilo eclético com influência neogótica. Seus vitrais eram multicolores e seu piso em ladrilhos hidráulicos. Os tijolos foram produzidos em uma caieira com três aberturas para a queima, sendo queimados aproximadamente 35 mil unidades, o que demandou a força de 07 carros de boi (Fonseca, 2023, p. 2). Seu altar, em versão popular, foi encomendado ao Sr. Sebastião de Paulo Valentim (Jaraguá), de Abaeté, em 29 de janeiro de 1964 e introduzido na Igreja no dia 04 de abril do referido ano (Cúria Diocesana de Luz, 1989).

Figura 24. Fachada Frontal e Altar-mor da Antiga Igreja

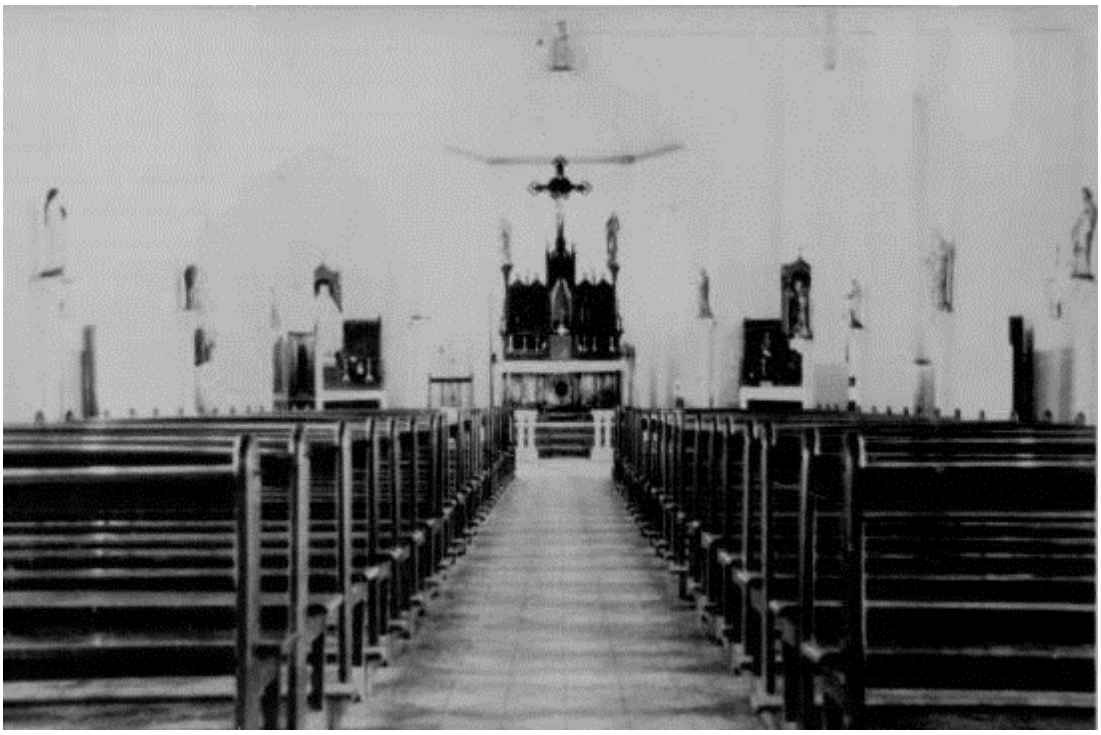
Fonte: Acervo de D. Ana Menezes / Grupo Fotos Antigas de Paineiras, criado pelo autor.

Figura 25. Ladrilhos hidráulicos piso da nave central



Fonte: Acervo do autor

Figura 26. Vista da nave central para os altares mor e colaterais



Fonte: Acervo de Fânia Mara

Figura 27. Casamento na Igreja de S. Sebastião

Fonte: Acervo da Família Ribeiro

A antiga Igreja transformou-se em Matriz na década de 1950, tendo como padroeiro São Rafael Arcanjo. Desmembrada da Paróquia de Abaeté, Paineiras erigiu-se também Paróquia, em 26 de março de 1952. Conforme documentos eclesiásticos, seu primeiro pároco foi o Rvmo. Padre Frei Mário Cornelisson, que devido à extensão entre as Paróquias e o grande número de Capelas, já previa a necessidade de fixar um vigário na sede da nova freguesia. A partir de 1953, Frei Antonelo passa a dirigir a Paróquia, como residente, até 1961, ano em que Frei Mário toma frente da paróquia novamente, permanecendo até fevereiro de 1963.

A partir do referido ano, a Paróquia recebe frei Pio Nievehuizen, destacando-se pelo empenho incansável em construir e reformar as capelas rurais. Permaneceu até 1968, quando partiu para Holanda e veio como substituto Frei Arthur Van der Voort, perdurando seu apostolado até 1973. Durante sua gestão foi construído o salão paroquial e demolida a antiga Matriz de São Sebastião, em 1971, que durou apenas 39 anos.

> Na igreja, as paredes não tinham rachaduras, mas estavam mais ou menos 12cm fora do plumo. As colunas não apoiavam o telhado, os tirantes de duas partes cada ajuntadas com arame não seguravam. Logo o telhado forçava a ceder as paredes para fora, em consequência goteiras em toda parte.
> Que fazer? Como ainda eu não tinha experiência e o serviço é grande, eu não tinha coragem pega-lo[sic]. 23/05/1963 procurei o engenheiro civil Dr. José Cândido da Cunha, em Abaeté. Dr. Cândido veio ver 23-05/ mais 02-07/ mais 19-08-1963... o serviço ficou adiado, veio o tempo de chuva, tudo ficou cancelado (Nieuwenhuizen, 1989, p. 7).

É notório que a edificação passava por um problema estrutural, problema que surgiu, provável e originariamente, de sua construção sem o devido acompanhamento técnico. De acordo com o relatório da Paróquia de Abaeté do ano de 1943,

> Continuaram as obras da construcção da nova Matriz de Paineiras; no mez de novembro colocou-se a Cruz na Cúpola da torre. Porque a casa da torre é insuficiente para o peso, a torre começou afundar para o lado da frente na ocasião das obras dos últimos dias do mez de dezembro. Possivelmente será preciso desfazer o que está feito, para começar de novo (Livro de Crônicas da Paróquia de Abaeté, 1943, p. 43).

Frei Pio, em sua crônica de 1989, escrita em São João Del Rei e narrando seu período de vicariato em Paineiras, traz a possível solução que deveria ter sido adotada na época:

> O que devia ter feito? Tirar o telhado, por meio de roscas nos tirantes, por as paredes no plumo depois por um cinto de cimento armado na parede em redor, depois podia tirar as colunas que não serviam para nada. Assim o espaço da igreja ficaria bem maior: antes 2 fileiras de 21 bancos cada 3ms; depois 2 fileiras de 26 bancos cada 3ms, mais encostados na parede 2 fileiras de 26 bancos, cada 1.50ms. Sobrando 3 passeios e igreja sem colunas.
> Debaixo das telhas do telhado do presbitério moravam muitos morcegos. O meu sucessor Frei Artur Van Der Voort mandou tirar todas as telhas do telhado do presbitério. Os morcegos desapareceram.
> Na véspera da visita pastoral do Sr. Bispo de Luz Dom Belchior choveu muito. Na igreja havia muita sujeira dos morcegos, recorrendo ao lado da parede e em cima do altar. Era opinião: demolir esta igreja, construir outra (Nieuwenhuizen, 1989, p. 7).

Frei Arthur Van der Voort criou uma comissão e definiram pela demolição da antiga Igreja. O projeto da nova edificação eclesiástica foi de um engenheiro civil e amigo, residente em Divinópolis. Após arrecadação de fundos, começou a nova empreitada e vendeu o Jeep que pertencia à paróquia. Mas apenas foi feita a fundação da igreja nova.

> Frei Arthur secularizou-se, casou, abriu hotel em Porto Seguro. [...] mandou registrar o valor em seu próprio nome e levou-o. (Roubou da Paróquia!) Um constrói, outro destrói! (Nieuwenhuizen, 1989, p. 8)

A partir de 1974, retornou Frei Antonelo, que ficou até 1976, quando voltou definitivamente para a Holanda. A construção da nova Matriz, agora de São Rafael Arcanjo, teve início durante o período de vicariato, já havendo os alicerces prontos quando ainda Frei Arthur era residente na Paróquia.

Figura 28. Construção da Matriz de S. Rafael Arcanjo

Fonte: Grupo Fotos Antigas de Paineiras, criado pelo autor.

O povoado de Paineiras, na primeira metade do século XX, contava com pouquíssimos pontos comerciais e a única escola possuía frequência demasiado baixa. Os primeiros comerciantes, Torquato Soares de Almeida, Pedro Lopes de Azevedo, Chico Ferreira, João Polino, Faustino Francisco de Sousa, Antônio Pinto da Fonseca, Pedro Ramiro e Mário Morato, vendiam desde gêneros alimentícios à tecidos, botinas, selarias, armas, ferramentas e afins.

Especificamente na década de 1930, o povoado começou, minimamente, a se desenvolver e progredir, sendo o maior tributário entre os demais.

> Entre os povoados desse município, Paineiras deve ser, pela densidade de população e melhor contribuinte dos cofres públicos, atendendo ao desenvolvimento comercial, aquele que presentemente exige dos nossos dirigentes, maior zelo para facilitar-lhe o surto progressista. (Jornal Abaeté, 1935, p. 1)

Apesar de em progresso, pelas vistas municipais, a população se queixava ainda do básico: falta de comunicações e vias rápidas, não sendo raro o desaparecimento de correspondências que não lhes chegavam às mãos, apesar de retiradas da repartição postal em Abaeté.

> [...] Não estando a situação financeira do município em condicções de custear a conclusão dos serviços de construção da auto via, iniciada em 1933, que atingiu o povoado de Patos, a creação de uma linha posta, municipal, a exemplo do que se faz em Dores do Indayà e Pitanguym semanalmente, resolveria a contencto o caso que tão de perto affecta os interesses dos comerciantes de Paineiras.
> [...]
> Alli, onde militam amigos e correlegionarios da situação politica do município, seria de extranhar que um pedido seus à administração municipal deixasse de ser atendido imediatamente, de vez que, satisfazendo-lhes, os dirigentes locaes prestariam relevante serviço não apenas os seus amigos, os habitante de Paineiras, mas, ella se extenderia mais longe, visto tratar-se de uma medida de real alcance e interesses geraes. (Jornal Abaeté, 1935, p. 1)

Apesar da alegação do poder municipal, as queixas se estenderam até o final do ano de 1935. Nos jornais de época, notícias tratavam o assunto ressaltando que a falta de amparo do administrativo e a ausência da assistência política impossibilitou Paineiras a alcançar situação de destaque, fato que se comprova pelo povoado só ter se elevado à distrito após três anos, pela lei n°148 de 17/12/1938.

> A esperança que por longo tempo alimentaram os habitantes de Paineiras, da elevação á districto, parece que já não mais existe. Aquelle enthusiasmo inicial se arrefeceu e hoje quando tocamos sobre o assumpto notamos um constrangimento geral. (Jornal Abaeté, Nov/1935, p. 2)

Desventurados aqueles que moléstias sentissem. Não havia sequer práticos de medicina. Os doentes procuravam seus tratamentos em plantas medicinais, saberes tradicionais sobre ervas, que eram transmitidos pelos antigos, ou com o auxílio de um boticário emergencial. Por não haver nenhuma farmácia propriamente dita, os antigos boticários eram quem preparavam e vendiam as drogas mais usadas.

A chegada do ano de 1937 não foi tão agradável no povoado de Paineiras. No mês de janeiro do referido ano houve no povoado casos de tifo que preocuparam os moradores. O surto foi tamanho que se fez preciso o amparo de médicos de Belo Horizonte por determinação da Saúde Pública para auxiliarem no caso, sendo os doentes transportados para Abaeté.

O corpo médico incumbido do suporte teria vindo da capital mineira, mas não permaneceu por muito tempo no município: em vista da indiferença dos poderes públicos que se recusaram fornecer transporte necessário para Paineiras e para o então distrito de Morada Nova, regressou à junta, já que se encontrava impossibilitada de locomover-se para tais pontos.

Como forma de justificar-se, o poder público publicou observações a serem seguidas rigorosamente a fim de que o quadro epidemiológico não se alastrasse. Entretanto, esqueceu-se a tão preocupada administração pública, que sequer uma dezena de moradores de Paineiras tinha assinaturas no Jornal.

Foi o Sr. Saint Clair Ferreira Álvares da Silva, nascido em 1869, o primeiro boticário que prestou serviços ao povoado de Paineiras. Não era diplomado em farmácia, mas pelo seu conhecimento e pela ausência de médicos era quem tratava os doentes. Aos que quisessem remediar doença mais específica ou grave, a única maneira era se dirigir, a cavalo, até Abaeté, em viagem de aproximadamente duas horas.

Apesar da precariedade do distrito, Paineiras começou a apresentar maior desenvolvimento e expansão na década de 1940, sob o entusiasmo e incitamento da administração municipal. Esse desenvolvimento, por mínimo que fosse, trazia à tona novas discussões sobre a cidade e acerca da paisagem: práticas de restauração começaram a ser criticadas por uma parcela dos moradores, que defendiam que o

progresso só se poderia dar a partir de novas construções, modificando-se drasticamente ou demolindo as antigas. Em Abaeté, essas críticas emergiram já na década de 1930, e muitas foram publicadas em jornais, como pode-se notar no noticiário de julho de 1935:

> Em nossa cidade o meio não comporta essas innovações. As adaptações são para nossa gente coisa do outro mundo.[...] A indole "conservadora" da nossa gente mantem-se apesar dos doestos – de archaismo, carrancismo, outros qualificativos de antiguidade dos costumes e habitos. Tudo aqui para ser apreciado, querido, admirado, carece ser, como o vinho o fumo e o ouro – velho – antigo. Nada de novo na frente, nem atraz e nem de lado.
> A reconstrução da nossa velha Matriz, vem ainda em abono do nosso ponto de vista. Organizou-se grupos para cuidarem da construção de um novo Templo mais amplo e espaçoso. No entanto, que vemos? Simplesmente a restauração da velha Igreja! As tradicções são aqui sagradas! [...] Admira-nos o facto de haver sido abolido – o uso do 'tundá", o "espartilho". Os chalés e o colete ainda contam alguns sectários que não os dispensam.
>
> [...] Os proprietários da Casa Moura com uma visão commercial muito nítida do meio-ambiente, não quizeram adoptar as novidades "intotum", preferiram se re-estabelecerem! Numa casa velha restaurada. É essa a orientação do João Gualberto, que já residiu em todos os solares primitivos da nossa velha "Marmellada". Por isso tudo e por muita coisa mais é que vae sendo mantido o velho cemitério ocupando meio quarteirão no Centro urbano, pastos fronteiriços a Avenida Affonso Penna Junior, o Beccão e as janelas de archadas medieval dos pórticos alexandrinos nas residências do Prof. Pierri e Tunico de Abreu. (Jornal Abaeté, julho/1935, p. 01-03)

As críticas tornaram-se tão veementes por parte da população, que a crença de que o progresso viria com o fenômeno da substituição de edifícios tomou proporções muito grandes comparas à dimensão municipal, o que acarretou diversas demolições e intervenções arquitetônicas, o que se pode averiguar em publicação feita em 1943:

> Agora a velha egreja de duas torres, foi demolida e construído um templo mais amplo, porem, sem nenhuma estetica. A Praça da Matriz, foi mutilada. Os moinhos desappareceram, surgiram novas construções, bungolows e casas confortaveis.
>
> Arrancaram a tela do Jardim, morreu a vegetação, derrubaram os eucaliptos. Remodelaram-se alguns prédios e dotaram os estabelecimentos comerciais de vitrines. Assim, o largo de jardim tomou a denominação de Praça Tiradentes.
>
> O antigo Hotel do Felicio, devidamente adaptado tem instalado em suas dependências – a Prefeitura Municipal e a Coletoria Estadual.

> O velho cruzeiro da outra praça foi transladado para o Cemiterio e surgiu ali como nos contos de Scherazade, das Mil e Uma Noites, um Jardim Moderno, com arbustos liliputianos.... As ruas cercadas de largos passeios cimentados e encascalhados a cristal de rocha, ostentam uma feérica iluminação.
>
> [...] Será isso evolução, progresso, desenvolvimento, prosperidade, civilização?! É possível!... (Jornal Abaeté, 1943, p. 02)

Em 1950, a partir do recenseamento de 1° de setembro, a população no povoado de Paineiras compunha-se ainda de 543 habitantes. Desprovidos de luz elétrica, telefone e outras modernidades que circulavam há décadas na capital, os habitantes estavam fadados a lidar com as dificuldades da lida.

Quanto à agricultura destacavam-se como principais produtos o café, o arroz, o milho, o feijão, a mandioca e a cana de açúcar e a pecuária, por sua vez, concentrava-se em bovinos, suínos e equinos.

Figura 29. Panorama de Paineiras na década de 1950

Fonte: Acervo da Família Ramiro

Figura 30. Panorama de Paineiras na década de 1950

Fonte: Grupo Fotos Antigas de Paineiras, criado pelo autor.

Figura 31. Lavoura de Algodão na fazenda Palmeiras, 1960

Fonte: Acervo da família Mascarenhas, recorte pelo autor.

Em 1957, o então prefeito de Abaeté, Sr. Jáder Moura, decretou uma lei sobre a emancipação de Paineiras:

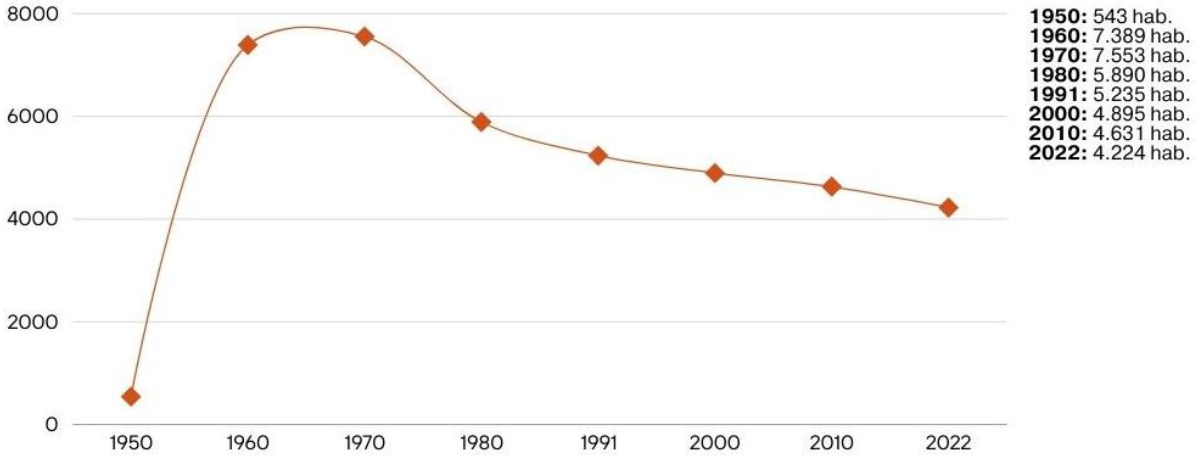
> O Povo do município de Abaete, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte lêi:
>
> Art. 1° - Fica o atual distrito de Paineiras de Abaeté autorizado a promover o processo de sua emancipação perante o órgão competente, na próxima DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO EST. DE MINAS GERAIS, prevista em lêi para o ano vindouro [...]
>
> Art. 2° - [...], reconhecendo o direito do citado distrito à EMANCIPAÇÃO em aprêço, empresta-lhe o necessário apoio.
>
> Art. 3° - Revogadas as disposições em contrario, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.
>
> Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução dessa lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contem.
> Dada do Gabinete do prefeito Municipal de Abaeté, aos 18 dias do mês de novembro de 1957. (Câmara Municipal de Abaeté, 1957).

Paineiras é desmembrada de Abaeté, pela Lei Estadual nº 2764 de 30/12/1962, sendo sua emancipação oficial em 13/03/1963; e em 01/01/1979, o município passou a constituir-se dos distritos de Paineiras e Poções de Paineiras. Sr. Bernardo Mendes Filho foi nomeado o primeiro prefeito intendente, até a primeira Legislatura, cuja posse ocorreu em 05/09/1963, pelo prefeito Sr. Modesto Alves Mendonça e o vice-prefeito Sr. Amâncio Romeiro Filho.

Em meados da década de 1970, o município apresentava expressivo crescimento e importância para a região. Em 1971 foi instalada a iluminação pública e a população na referida década se compôs por 7.401 habitantes, conforme censo, sendo o êxodo rural um dos fatores para o crescimento municipal, fomentado pelas infraestruturas que se instalavam na sede.

O gráfico a seguir mostra a linha de crescimento populacional de Paineiras. Faz-se importante salientar que a população de 1950 restringia-se apenas ao povoado. Os demais censos, tendo sido desenvolvidos após a emancipação de Paineiras, consideram a sede, o distrito de Poções e as comunidades rurais.

Figura 32. Gráfico de Crescimento Populacional



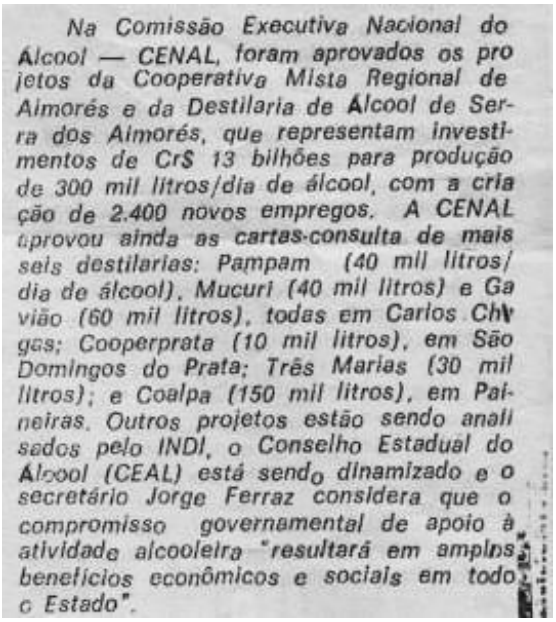
Fonte: Desenvolvido pelo autor, base de dados do IBGE.

Em 1970 Paineiras teve seu maior índice populacional, chegando a mais de 7 mil habitantes. Frise-se que desse total, apenas 1.862 viviam na sede do município, enquanto os outros 5.691 residiam na área suburbana.

Com a intensificação do Êxodo Rural, entre 1970 e 1980, muitos paineirenses se mudaram para cidades como Nova Serrana, Divinópolis, Belo Horizonte e Brasília, em busca de melhor qualidade de vida. Esse fato reduziu consideravelmente a população, que voltou a crescer após 1983, mas sofreu declínio antes de 1991, não demonstrando esse crescimento nos censos.

Na década de 1980, um grupo de paineirenses deu início a uma série de reuniões para o estudo de implantação de uma destilaria de álcool nas terras do município, e a partir de vários investimentos foi implantada oficialmente a COALPA - Companhia Agroálcool de Paineiras, fundada em 23/11/1983, sob a presidência de Ataíde Ramiro Campos. Com sua implantação, o município atingiu um período de grande desenvolvimento, e apresentou diversas mudanças na paisagem urbana, chegando a ostentar em população.

Figura 33. Notícia sobre a Coalpa, Jornal “A Cidade” - n°22, 1983, p. 4

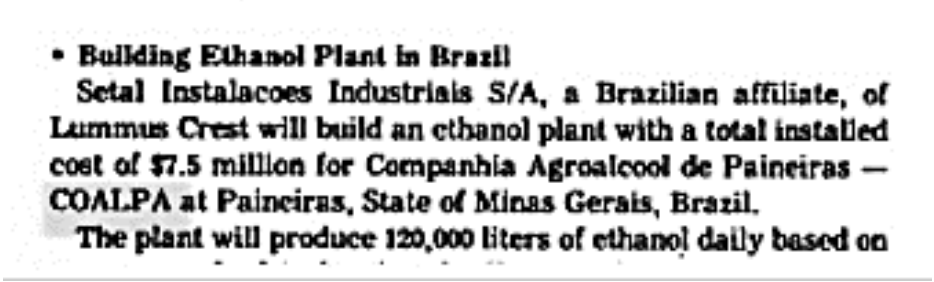


Na Comissão Executiva Nacional do Álcool — CENAL, foram aprovados os projetos da Cooperativa Mista Regional de Aimorés e da Destilaria de Álcool de Serra dos Aimorés, que representam investimentos de Cr$ 13 bilhões para produção de 300 mil litros/dia de álcool, com a criação de 2.400 novos empregos. A CENAL aprovou ainda as cartas-consulta de mais seis destilarias: Pampam (40 mil litros/dia de álcool), Mucuri (40 mil litros) e Gavião (60 mil litros), todas em Carlos Chagas; Cooperprata (10 mil litros), em São Domingos do Prata; Três Marias (30 mil litros); e Coalpa (150 mil litros), em Paineiras. Outros projetos estão sendo analisados pelo INDI, o Conselho Estadual do Álcool (CEAL) está sendo dinamizado e o secretário Jorge Ferraz considera que o compromisso governamental de apoio à atividade alcooleira "resultará em amplos benefícios econômicos e sociais em todo o Estado".

Fonte: Hemeroteca Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional

Tendo como base a Destilaria de Serra dos Aimorés, cuja produção diária de 300 mil litros de álcool, gerou 2.400 empregos, julga-se que pelo fato da Coalpa ter produzido 150 mil litros diários, tenha gerado cerca de 1.200 novos empregos. Os trabalhadores muitas vezes vinham de cidades distantes, outros estados e até do exterior. O investimento foi tão grande que chegou, inclusive, a ser noticiado em revistas internacionais, chegando a 7,5 milhões de dólares.

Figura 34. Notícia a respeito da Construção da Coalpa em periódico japonês



• **Building Ethanol Plant in Brazil**

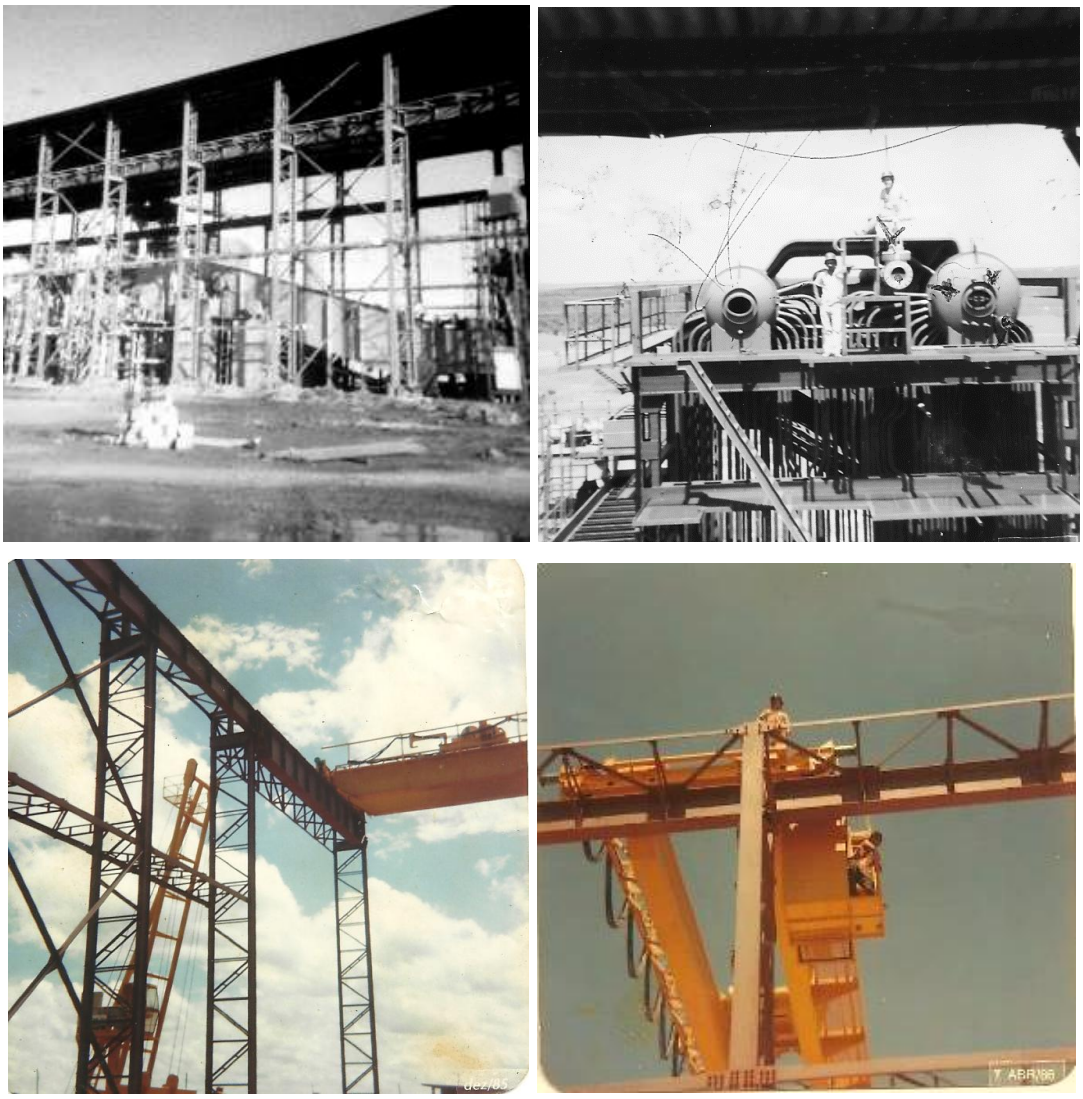
Setal Instalacoes Industriais S/A, a Brazilian affiliate, of Lummus Crest will build an ethanol plant with a total installed cost of $7.5 million for Companhia Agroalcool de Paineiras — COALPA at Paineiras, State of Minas Gerais, Brazil.

The plant will produce 120,000 liters of ethanol daily based on

Fonte: CEER

Com esse crescimento populacional, muitas edificações foram demolidas para dar espaço a novas e muitas daquelas que ainda preservavam características do início do século XX sofreram descaracterizações grotescas.

Figura 35. Companhia Agroálcool de Paineiras



Fonte: Acervo da Família Vargas

Entretanto, em meados da década de 1990, a COALPA, principal fonte de empregos do município, finalizou suas atividades, o que levou muitos moradores a migrarem para outras regiões a procura de novas oportunidades ou voltarem para suas cidades de origem, o que impactou fortemente o município.

De fato, Paineiras tem, desde seu surgimento, uma histórica intrínseca à processos de esvaecimento. As edificações que compunham o patrimônio cultural edificado, foram no decorrer do tempo demolidas ou extremamente alteradas, restando menos de uma dezena com valor histórico relevante, processo idêntico ao de cidades de pequeno porte lindeiras e muitas cidades interioranas em Minas Gerais.

Figura 36. Edificações séc. XIX e XX demolidas/descaracterizadas

Fonte: Grupo Fotos Antigas de Paineiras, criado pelo autor.

3.2 Abordagens sobre memória, técnica e o edificar em construções da primeira metade do século XX em Paineiras

No que concerne à tecnologia vinculada a produção de edificações em Paineiras, nas primeiras décadas do século XX, era ausente de técnicas avançadas em questão de máquinas. Os saberes eram locais, transmitidos pelos anciãos e mantidos pela oralidade e a prática. A técnica representava toda a sabedoria daquele núcleo, não eram necessários ensinamentos acadêmicos, aprendia-se no cotidiano e conforme as necessidades.

Grande parte das edificações era feita em estruturas autônomas de madeira com vedação em pau-a-pique, algumas em adobe e as demais, em maior quantidade, em tijolos cerâmicos. Cada uma delas era resultado da peculiaridade da técnica e dos saberes locais.

Conforme exposto por Vasconcellos (1979, p. 19), consideram-se como paredes estruturais as que, além de se constituírem em vedação, suportam por toda a sua extensão as cargas da construção. São, portanto, maciças e podem ser construídas de taipa de pilão, alvenaria de pedra (pedra seca, pedra e cal ou pedra e barro), ou alvenaria de tijolos.

O uso do adobe nas edificações paineirenses, no final do século XIX e início do século XX, era extremamente escasso. A técnica era mais demorada, os tijolos mais pesados e o melhor domínio sobre outras técnicas, faziam com que os construtores optassem pelas demais.

> Essas técnicas foram muito utilizadas no período colonial nas cidades e no meio rural, em suas formas originais e se adaptaram às diversas condições sociais, climáticas e ambientais. (Cruz, Boaventura; Gomes; 2016, p. 19)

As dimensões aproximadas dos tijolos eram de 20x20x40cm. O barro era colocado e moldado em formas de madeiras, fabricadas pelos construtores, e posto a secar naturalmente – em Paineiras, especificamente, à sombra, depois ao sol. A mistura era feita com terra e corrigida com areia, para não ficar muito plástica; e muitos acrescentavam capim ou esterco de boi. Depois de secos, eram assentados com barro, revestidos com reboco de argamassa de cal e areia, raras vezes com alguma pigmentação diferente (Fonseca, 2023, p. 8).

A terra normalmente era de coloração avermelhada, argilosa, peneirada sobre

uma cova que faziam no chão. Os aprendizes auxiliavam, colocando água aos poucos, areia para corrigir o solo e fibras para reforço da peça. Depois, por pisoteamento, amassavam até a mistura ficar consistente. Colocavam nas formas após molhá-las e polvilhar areia e depois de desenformá-los, os deixavam a secar à sombra. Esses tijolos normalmente eram associados como vedação da estrutura autônoma em madeira.

Usando a mesma matéria prima, a terra argilosa, o tijolo cerâmico se diferencia do sistema estrutural que era geralmente empregado ao adobe, por suas proporções inferiores e pelo fato de ser cozido em fornos, o que aumenta sua durabilidade.

As edificações em Paineiras, na década de 1940, já eram, em maioria, feitas em tijolos cerâmicos. Raramente havia uma larga escala de produção, o que se desvincula dos debates sobre Tecnologia e o ato de se produzir em massa, e se resume nas maneiras próprias do fazer.

> A arquitetura não se expressa sem a matéria trabalhada segundo a sua maneira própria de trabalhá-la. (Carsalade, A pedra e o Tempo, 2014)

A essa maneira própria abarca-se o conhecimento, a base da tecnologia. Conhecimento esse adquirido pelos processos de ensinamento e aprendizado, cada qual em um nível e atendendo às mais diversas sociedades.

Sobre o tijolo cerâmico,

> Sua durabilidade o rivaliza com a pedra. Foi talvez o primeiro material de construção durável utilizado pelo homem. Aliás, mesmo o homem fora feito de argila, de acordo com a Bíblia, que ensinava a utilizá-lo, e sua presença assinalava para a possibilidade de vida sedentária, junto aos aluviões dos rios. O Portão de Ishtar, na Babilônia, do século IV a.C. e a Muralha da China, do século III a.C., constituem-se em exemplos não somente da durabilidade como também do grau de evolução a que chegou esta técnica no período proto-histórico. Desde o século XVII, o tijolo era comumente empregado na Bahia e em 1711 já existe registro de uma olaria em Ouro Preto. A precariedade de condições, entretanto, reservava a maior parte da produção das olarias para telhas. As alvenarias de tijolos somente vão se tornar comuns no século XIX. Nos séculos precedentes perde, em importância para a taipa de pilão, a pedra e cal, e mesmo o adobe. Encontramos, entretanto, fiadas de tijolos associadas à pedra em muros de pedra e cal. (Colin, 2019, p. 08)

A produção desse tipo de alvenaria em Paineiras tinha maiores proporções que

as demais. A terra argilosa era posta em formas que costumavam ter 14x26 ou 14x28cm, e posteriormente os tijolos eram queimados em caieiras.

> Eu comprei esse tijolo que foi feito na fazenda do Dade, ainda era um tijolo muito grande, de tijolinho era o maior, era 14x28, era queimado. O povo aqui não fazia muita casa de adobe. (Zica, 2023 apud Fonseca, 2023, p. 09).

As caieiras eram os fornos de olaria construídos com os próprios tijolos, colocados a cozer ou assar. Em Paineiras, fazia parte do processo de produção, noites animadas, onde os trabalhadores e afins se reuniam para conversar, contar histórias, beber e assar legumes, enquanto queimavam os tijolos. Muitas vezes acompanhados de um tocador de viola ou sanfona. A lenha costumava ser levada por carros de boi, pois não podia faltar nas bocas da caieira durante a noite.

Depois de amassar o barro, o trabalhador preenchia o lastro de formas, onde os tijolos eram secados ao sol, antes de serem queimados. Depois de semanas de fabricação manual, e a consequente secagem no terreiro ao lado do barreiro, construíam a caieira para ser cozida durante a noite. Um processo da técnica arraigado à cultura local.

As vedações de pau a pique, também associadas a estrutura autônoma de madeira, conhecidas como taipa de sebe, taipa de mão, barro armado ou taipa de sopapo, consiste no entrelaçamento de madeiras verticais (paus roliços) e horizontais (varas) compondo uma trama que receberá o barro em uma segunda etapa.

> Acredita-se que já era utilizado pelos índios brasileiros antes da chegada dos portugueses. Por sua leveza foi bastante aplicado em paredes nos pavimentos superiores de construções. (Cruz, Boaventura; Gomes; 2016, p. 24)

Consiste na colocação de paus perpendicularmente entre os baldrames e os frechais, nele fixados por meio de furos ou pregos. Estes paus são frequentemente roliços, com sua casca inclusive, em seção compatível com a espessura pretendida para as paredes que vão compor, em geral 15 a 20cm, condicionando os paus a um diâmetro de 10 a 15cm (Vasconcellos, 1979, p. 19-45).

Esse tipo de vedação ainda hoje é utilizado em algumas construções rurais devido a suas qualidades, como o baixo custo, tendo em vista que todos os materiais

são naturais, a resistência e a durabilidade.

> Na sua versão mais depurada, consiste em uma estrutura mestra de peças de madeira, composta de esteios – peças verticais enterradas no solo, baldrames – peças horizontais inferiores, e frechais – peças horizontais superiores. Os esteios têm comprimento de até 15 m, dos quais 2 a 4 m são enterrados. (Colin, 2019, p. 12)

Em Paineiras, foi utilizada em grande escala no início do século XX. De acordo com a história oral, levantada por meio de entrevistas, a terra era peneirada, muitas vezes pelas senhoras, que ajudavam seus maridos no processo. Acrescentava-se água aos poucos e pisoteava até atingir um ponto pastoso e consistente para aderir à trama.

A trama era montada diretamente sobre o solo ou sobre uma base de alvenaria ou pedra. Os caibros eram colocados a uma distância aproximada de 20 a 25 cm e as ripas horizontais podiam ser inclusive de bambu, amarradas com cipó ou arame.

> No caso de paredes muito altas, utilizam-se peças intermediárias entre o baldrame e o frechal, denominadas madres10 . Sob os baldrames estão os socos, o espaço preenchido com alvenaria, funcionando apenas para vedação. Para reforço do baldrame, entre este e o solo, pode-se colocar peças de madeira, denominadas burros. (Colin, 2019, p. 13)

Após a trama montada, lançavam o barro apertando-o sobre a mesma. Esse processo era muitas vezes feito por duas pessoas ou pelo casal da casa, um de cada lado lançava a massa de terra argilosa. As paredes, que tinham aproximadamente 12cm de espessura podiam ter acabamento liso ou rústico.

Por muito tempo, esses sistemas construtivos foram sendo mantidos e transmitidos, um processo de manutenção do saber que, em seu âmago, assimila-se com o segundo estágio da técnica, de Ortega y Gasset, onde os atos técnicos são ensinados de geração a geração. Não havia engenheiros, arquitetos ou quaisquer indivíduos com formação acadêmica que pudessem desempenhar papel coordenador nesse quesito. Portanto, muitos descendentes de pedreiros e carpinteiros aprendiam desde cedo tais saberes, por ensinamento de seus próprios pais.

3.3 Memórias Cartográficas e Documentais: a evolução da paisagem e da mancha urbana paineirense

> Deixaram-me a mesma impressão agradável não só a sua situação topográfica como também quanto á fidalguia do seo povo.
> [...] Nas bellissimas e vastas campinas que cobrem o terreno suavemente ondulado, a flora é a commum dos campos mineiros, quer quanto ás espécies herbaceas, quer quanto ás arborescentes.
> Destas ultimas notei apenas a relativa abundância de algumas arvores, que em outros campos são escassamente representadas.
> Assim, por exemplo, uma Combretacea conhecida sob o nome de «capitão», Terminalia argentea Mart. et Zucc, existe em quantidade suficiente para formar, em vários pontos, cerrados densos e ás vezes de extensão bem grande.
> [...]Outra arvore, que se encontra também abundantemente em alguns dos cerrados da zona, é a «Cagaiteira», Stenocalix dysentericus Berg., cujos fructos polposos e de agradável sabor acidulo — adocicado são em geral bastante conhecidos em Minas.
> [...] Quando a sêde pretendia ás vezes torturar-me nos extensos e áridos chapadões, a Cagaiteira representava para mim, verdadeiro oásis naquelle meio em que a água se encontra com relativa difficuldade. Sob a fronde da humanitária arvore, me deliciava então com as saborosas bagas amarelladas, cujo succo era, alem de agradável, de um frescor salutar e bem em contraste com a desalentadora calidez da atmosphera. (Annuario de Minas Geraes, 1913, p. 236)

A partir de suas excursões em Abaeté e Dores do Indaiá, o doutor Álvaro da Silveira, descreveu para o *Annuario de Minas Geraes* de 1913, sobre a paisagem da região. A partir de suas pontuações, pode-se cunhar uma imagem topográfica, florística e até mesmo social de Paineiras no início de sua povoação.

> Nos cerrados dessa região dominam, como em todos os outros que conheço até agora em Minas, as Vochysiaceas, conhecidas sob os nomes de «páo-terra», miúdo, grande, etc.
> [...] não existe o tingui, Magonia glabrata St. Hil., Sapindacea esta que é abundantíssima nos da região do Rio das Velhas, onde os seos grandes fructos se utilisam no fabrico do sabão molle, commum.
> A conhecida Rhizobolacea, o «pequi», Cariocar brasiliense Camb., não falta em absoluto, mas existe em muito menor proporção do que nos cerrados do valle do Rio das Velhas.
> Outras arvores, como o Slryphnodendron Barbatimão Mart,, o bate-caixa (Yochysiacea), os páos-santos (Kielmeyera, Ternstroemiacea), são comuns aos cerrados das zonas [...].
> Nos campos limpos, encontram-se as Campomanesias (guabirobas), cujos fructos pejados de bagas verde-amarelladas são, como bem as cagaiteiras, apreciados pelo viandante; alem dessas, os diversos «Psidium., portadores dos saborosos araçás ; pitangueiras anãs, os muricys (Byrsonimas diversas, Malpighiaceas), os cajueiros (AnacardiumliumileSt. Hil.), as Anonas e as

> Rollinias, sustentando pesados araticuns, algumas raras uvaias e ainda ontras poucas arbusculas offerecem ao homem os seos fruetos sadios e confortativos.

Já o professor Modesto Pires Ribeiro, em 1912, discorreu sobre a região, descrevendo sobre a fazenda São Felix, a exemplo de muitas que compunham o entorno:

> Seos habitantes representados em grande numero de famílias, vivem pobremente de rudimentar lavoura de cereais, sendo que a maior parte deles não apresenta títulos de condomínio, no imóvel. Compõe-se de 36 fogos, sendo 22 casas de telhas e 14 de capim. (Annuario de Minas Geraes, 1913, p. 23)

Partindo de suas pontuações, pode-se rascunhar a realidade social e arquitetônica da região naquela época. Época essa em que Paineiras se compunha de um pequeno arrailete, como bem citado no *Annuario de Minas Gerais*, de 1918, que ressaltou suas propensões a terem terrenos com êxito às culturas de todos os cereais, bem como cana de açúcar, fumo, café e algodão, por causa de suas características acentuadamente planas, pois a elevação que mais se destaca na região é a serra do Tigre.

A *Estatistica Chorographica de Distâncias*, publicada em 1916, pela Secretaria do Interior, informava a distância dos povoados, entre uns e outros e com a sede de Abaeté. A população deste município, considerando os povoados, foi especificada, naquele ano, em 2.000 habitantes, destacando-se:

> Numero de casas no município – Na sede – 350; nos districtos de: Abaeté Diamantino – 46; S.José do Canastrão – 60; Santo Antonio dos Tiros – 250; Morada Nova – 210.
> Principaes lavouras – canna de assucar, fumo, algodão e cereais.
> Principaes industrias – A pastoril e de lacticínios.
> Principal commercio – Gado vacum e suíno, fumo e banha.
> Principaes fabricas – De manteiga e banha.
> Principaes produtos de exportação – Toucinho, gado, fumo, manteiga e cereaes. (Estatistica Chorographica de Distâncias, 1916, p. 85)

Logo, entende-se que por Paineiras ser um dos povoados do distrito da cidade, distando 36 km da sede de Abaeté, sua quantidade de edificações foi abarcada dentro das 350 mencionadas na estatística.

Como salienta o Professor Carlos Antônio Leite Brandão (2017),

> “Urbano” deriva de urbs, como vimos na origem etimológica”. E acabamos de mencionar o “Urvo” que traço o pomoerium de uma cidade nova, como as colônias etrusco-romanas. O urvum nomeia a curva arredondada da relha do arado que sulca a terra. Ele nos remete a orbis, algo que tem uma forma redonda: urbs et orbis. O círculo de pomoerium remete a esta armadura proveniente de um contexto e rito rural e agrícola que é transportado para a fundação da urbe e que dá origem ao contexto e à geografia humana. (Brandão, 2017 P. 225)

O círculo de *pomoerium* se refere à linha sagrada e ritualística que delimitava o território da cidade e suas fronteiras. Paineiras vivia no início do século XX, um rito de transposição do rural ao citadino. De acordo com João Boltshaouser (1968),

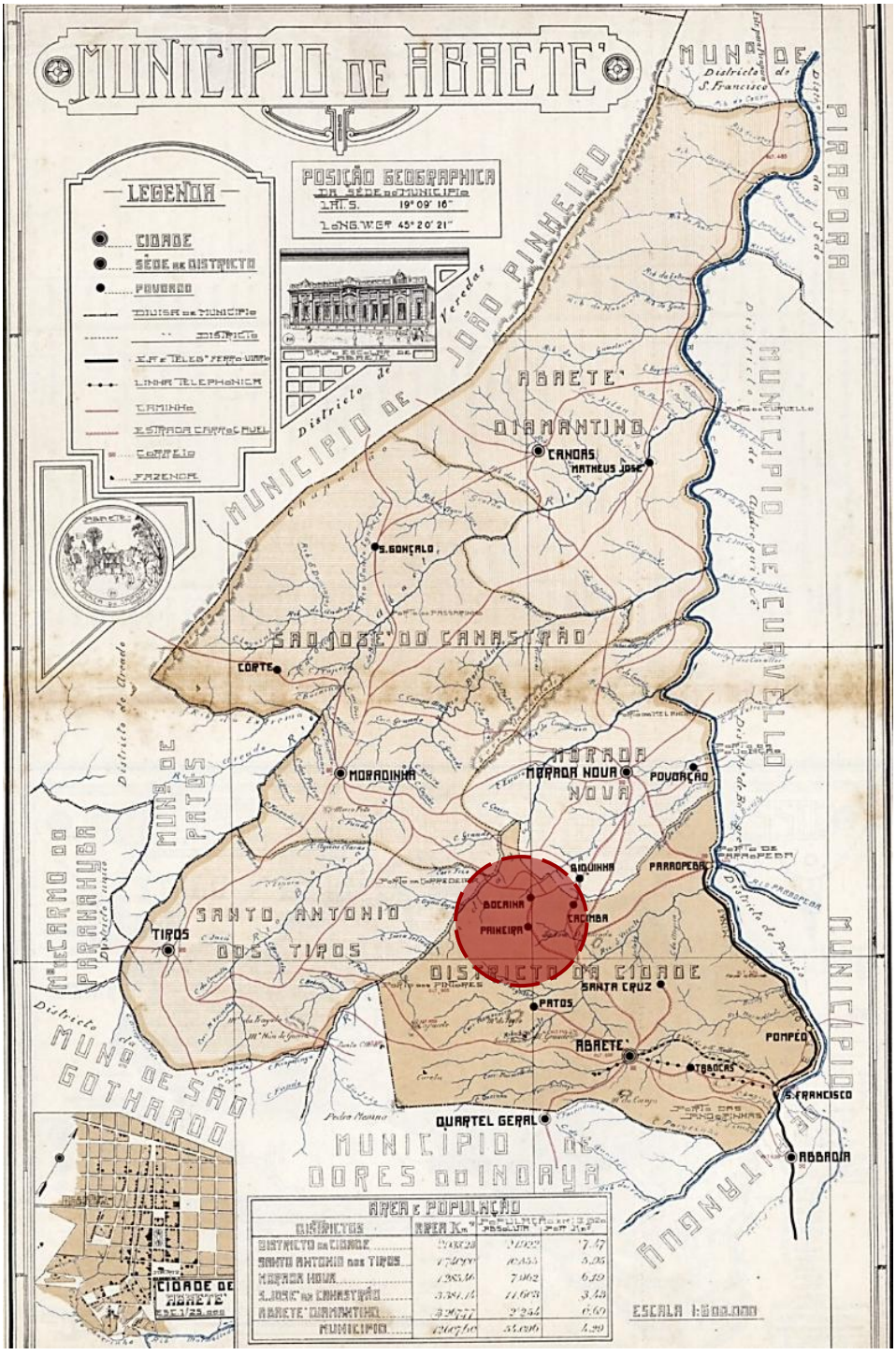
> O fenômeno urbano aparece, pois, nas Américas, desde os tempos iniciais da colonização. Êle acompanha a ocupação das terras e corresponde a determinadas funções, sociais e econômicas, que as cidades desempenham (Boltshauser, 1968, p. 21)

Em cartografia, Paineiras somente é referenciada na década de 1920, no mapa de Abaeté presente no *Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais* de 1922, sendo representada apenas pela marcação de um ponto dentro da área do distrito da cidade. Aparece desta mesma forma em outros mapas do município de Abaeté, anexados abaixo para título de curiosidade, conforme figuras 39 (1939), 41 (1942), 42 (1951) e 43 (1954). Durante esse período, inicialmente como povoado e posteriormente como distrito, Paineiras se apresenta, à certa maneira, isolada das cidades mais influentes da região, como é evidente:

> [...] Consequencia de uma aspiração da própria população, alliás, muito justa, apreciando as suas condicções, naturaes, situação geographica, clima, população, riquezas naturaes, afóra outros elementos que aconselhariam aos dirigentes do município, envidar esforços no sentido de corresponder sem discrepância e sem alternativas aquelle sonho dos habitantes de Paineiras. O que alli se observa deixa transpparecer o esforço heroico daquelle povo abandonado, sem o amparo de qualquer natureza por parte dos poderes publicos. Não tem siquer estradas que lhes facilite o acesso para qualquer dos pontos favoráveis ao escambo do seu commercio jà bastante desenvolvido. (Abaeté, Jornal: Semanario independente, dedicado aos interesses do município, nº62, 1935).

Esses acontecimentos evidenciam que, embora Paineiras, já na década de 1930 tenha experimentado uma produção agrícola significativa e um considerável intercâmbio de mercadorias, seus residentes enfrentavam o ônus de uma limitada interação regional.

Figura 37. Mapa do município de Abaeté, de 1922



Fonte: A partir de *Album chorographico municipal do Estado de Minas Geraes* / Estado de Minas Gerais.

Figura 38. Mapa do município de Abaeté e seus assentamentos urbanos; em detalhe o povoado de Paineiras, em 1939

Fonte: A partir do Serviço Geográfico Do Estado/Serviços Técnicos Estaduais Do Diretório Regional

O mapa apresentado anteriormente foi executado em obediência ao decreto lei nacional n°311, de 1938. Paineiras é apresentada por um ponto, junto às principais localidades e fazendas da época. Representa-se o Córrego das Paineiras, afluente do Córrego da Forquilha; o Córrego Palmito e o do Olho d'Água, que deu nome a uma antiga rua, hoje R. José de Campos Lourenço. Nota-se citações de importantes fazendeiros, como Pedro Cordeiro e Antônio Pinto. Observa-se também a ausência de informações significativas, como a marcação da Fazenda da Lagoa, fazenda Jabuticaba, e fazenda do Palmital, localizada ao pé da serra.

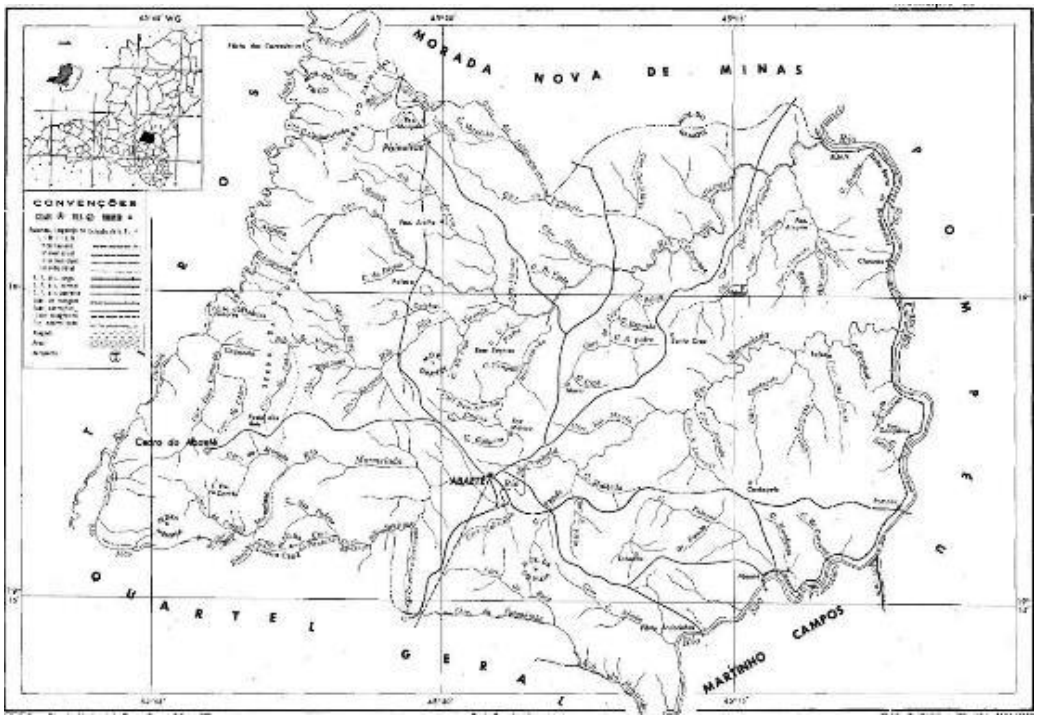
A seguir, apresenta-se o mapa do bispado de Aterrado, sendo Paineiras a 24° capela. O Bispado de Aterrado foi criado em 1918, com o total de 21 paróquias, desmembrando-se do Bispado de Mariana. Paineiras, ao tornar-se também paróquia, chegou a ter um total de 14 capelas.

Figura 39. Mapa da Diocese de Aterrado de 1942

Fonte: Diocese de Nossa Senhora da Luz do Aterrado

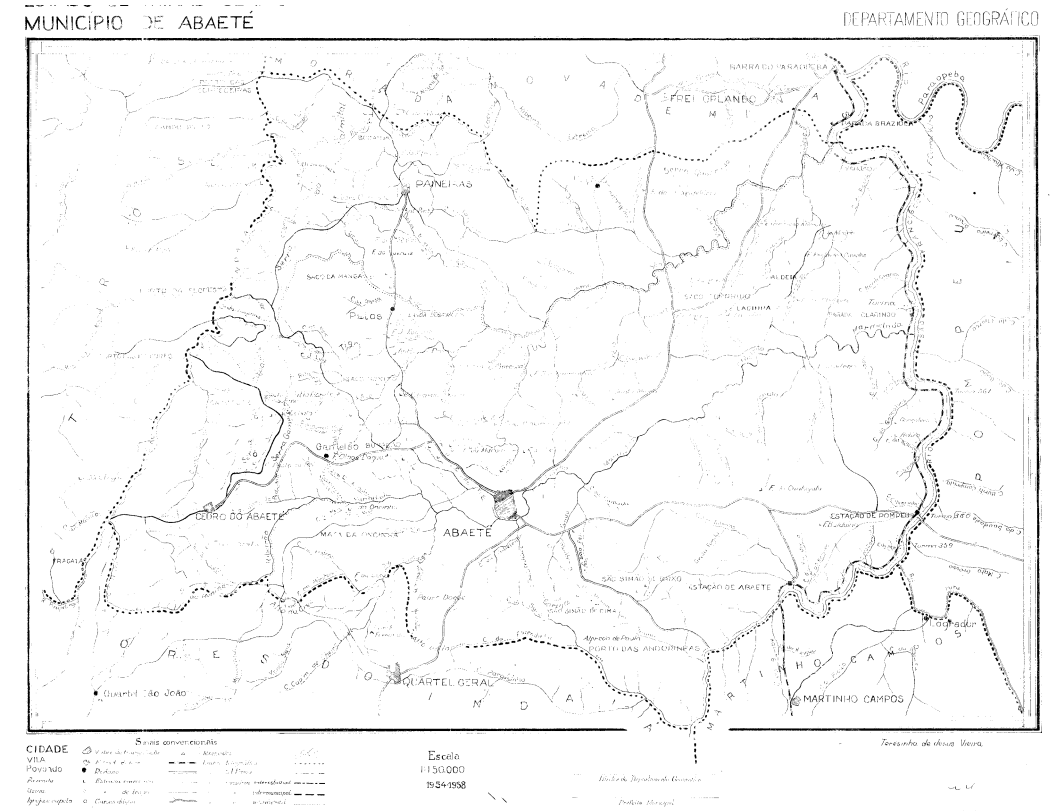
Posteriormente à 1942, Paineiras reaparece demarcada em mapas de Abaeté de 1951 e 1954, entretanto e novamente, apenas com uma marcação, repetindo-se as informações do mapa de 1939 e sem acréscimos relevantes de localidades, fazendas e afins.

Figura 40. Mapa de Abaeté de 1951



Fonte: Departamento Geográfico do Estado / Acervo FJP

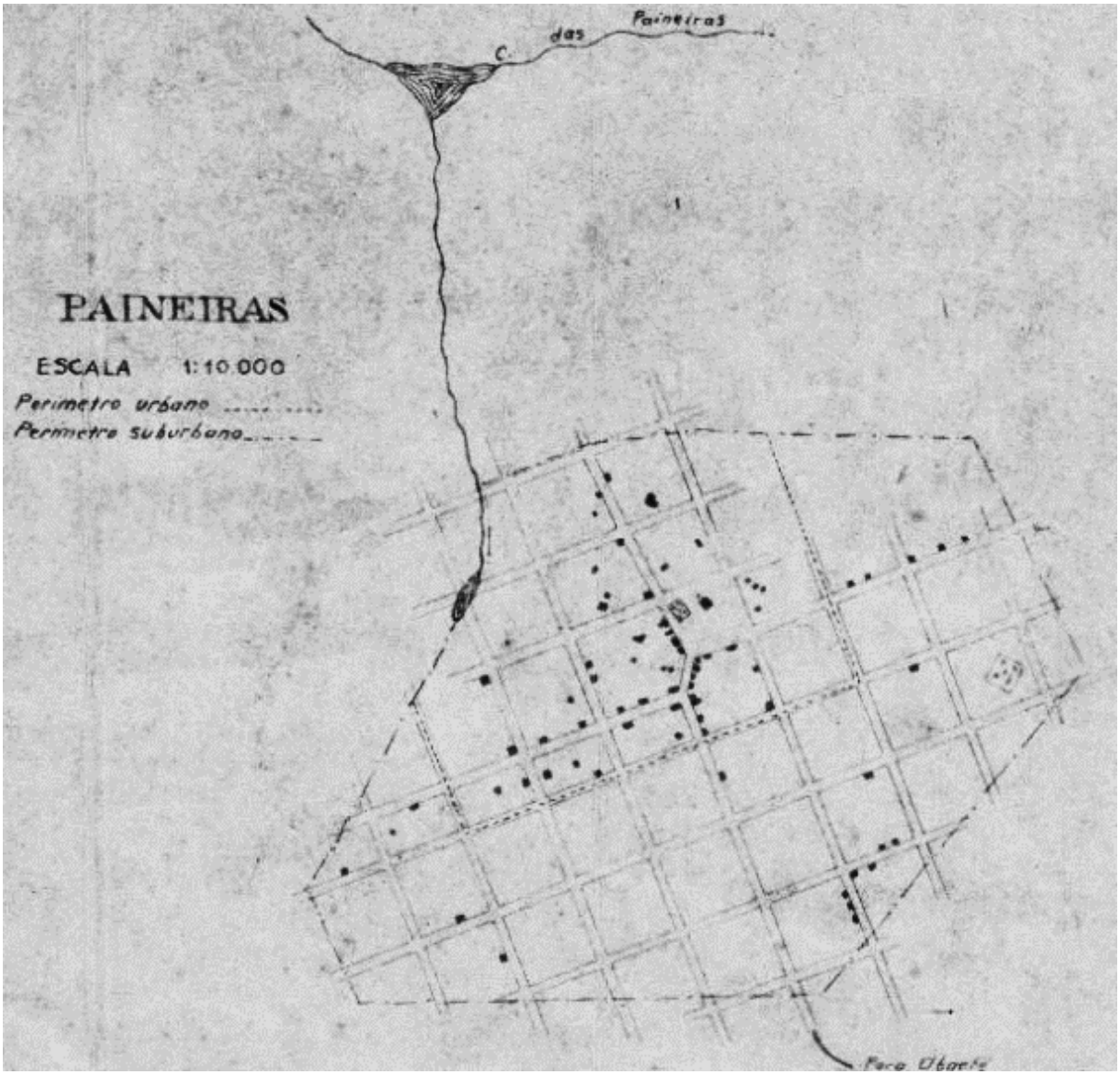
Figura 41. Mapa de Abaeté de 1954



Fonte: Departamento Geográfico do Estado / Acervo FJP

No que tange ao mapeamento urbano paineirense, o primeiro registro se deu em 1939. Nesse documento, a malha urbana, com seu traçado ortogonal, aparece em uma inserção, juntamente com outros dois distritos de Abaeté e a sede deste município. O mapa exibe 20 edificações dispersas na zona suburbana e 53 na zona urbana, com a capela sendo indicada por uma cruz. Observa-se que, já naquela época, o adro da capela se encontrava desativado, e o novo cemitério, situado na área suburbana, estava em funcionamento desde 1932.

Figura 42. Mapa do distrito de Paineiras de 1939



Fonte: Departamento Geográfico do Estado / Acervo FJP

Em 1930, a média de ocupação por residência podia variar bastante, mas uma estimativa razoável, tomando como base o IPEA e o Censo Demográfico do IBGE, poderia ser de aproximadamente 4 a 6 pessoas por casa. Considerando-se 1/3 das edificações como de apoio, ou comércio, o total de casas estaria em torno de 49.

Com uma média de 4 pessoas por residência: 49 edificações × 4 pessoas/edificação = 196 pessoas. Com uma média de 6 pessoas por residência: 49 edificações × 6 pessoas/edificação = 294 pessoas. Assim, a população do povoado podia variar entre 196 e 294 pessoas, dependendo do tamanho médio das famílias.

Em relação às edificações, em sentido estrito, nota-se neste primeiro registro, que as casas no entorno imediato da capela e de seu adro, que são, provavelmente, as primeiras edificações do lugar, aparecem em um arranjo diferenciado, desalinhadas com a proposta do projeto de quadras ortogonais exposto no mapa, conforme o mapa a seguir. Posteriormente, algumas destas edificações foram demolidas, dando espaço a novas que seguiram o novo traçado reticulado, impossibilitando a livre expansão orgânica e o emprego de padrões urbanos destoantes.

Figura 43. Arranjo das primeiras edificações no povoado de Paineiras

Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2024.

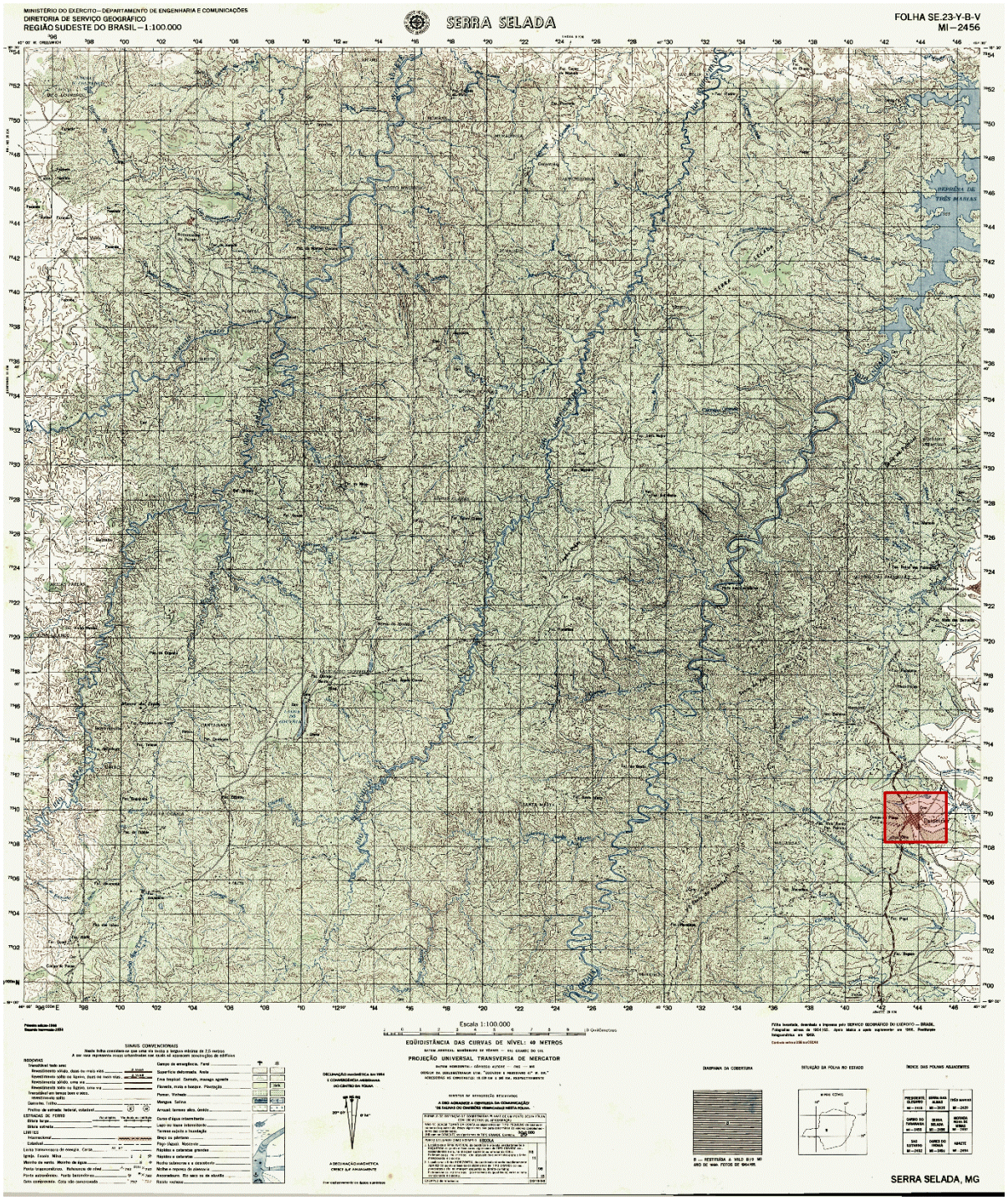
Paineiras, como muitos povoados mineiros, surge em torno de uma capela. Historicamente, muitos povoados passaram por esse processo, refletindo o papel central dessas instituições na formação das comunidades.

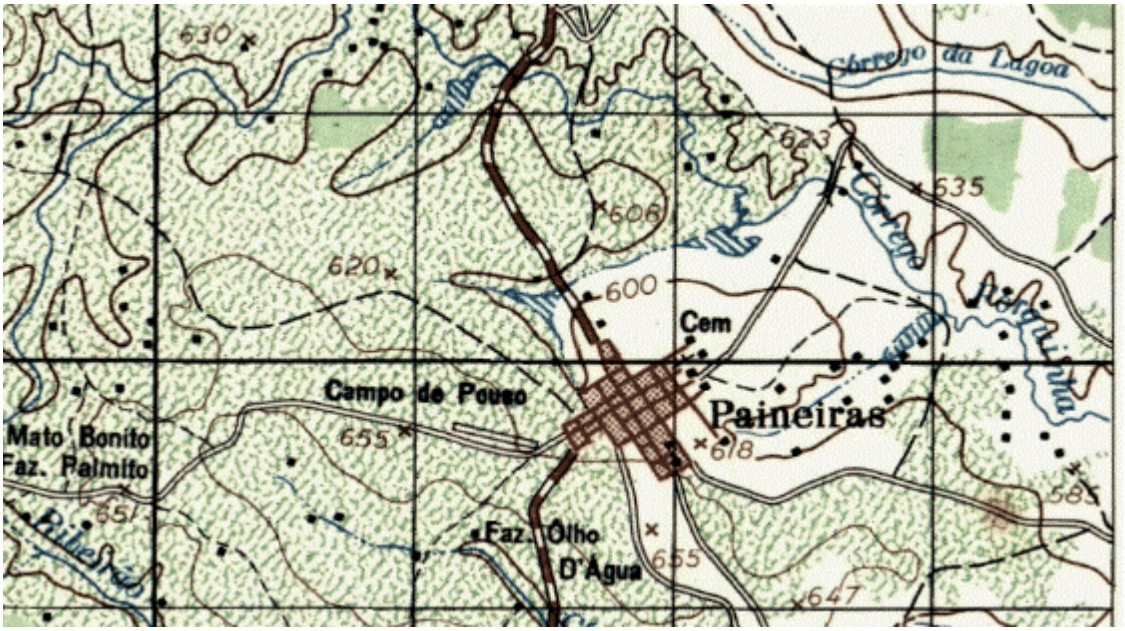
Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil, destaca como as igrejas e capelas serviam como centros comunitários e catalisadores para o desenvolvimento urbano, atraindo residentes e comerciantes para as áreas ao seu redor (Holanda, 1936). Da mesma forma, Maria Isaura Pereira de Queiroz, em suas análises sobre a formação social e econômica do Brasil, enfatiza que a presença de uma capela frequentemente antecedia o estabelecimento de núcleos habitacionais, promovendo a congregação social e o crescimento das comunidades (Queiroz, 1994). Caio Prado Júnior também aponta que, durante o período colonial, as capelas desempenhavam um papel crucial na organização e estabilidade das novas localidades, oferecendo um senso de ordem e proteção essencial para o surgimento de novos assentamentos (Prado Júnior, 1966).

Tratando-se da forma e do uso, dois tipos de espaço se distinguiam no traçado de Paineiras: a rua e a praça. A rua, ao contrário das casas, era o lugar da livre escolha. Pela ótica da organização material, é “linha” de continuidade do espaço público – continuidade material (horizontal) e temporal (vertical). A praça, nesse contexto celebrada como um largo ou paço, era o lugar do encontro e dos usos coletivos - que se associavam e se sobrepunham. A praça, enquanto alargamento da rua, constituía um “ponto” na continuidade material do espaço físico. Vistos na temporalidade, elas potencializam a dimensão significativa do espaço urbano por sua permanência, mesmo que com usos renovados e refeitos ao longo do tempo.

No que concerne ao município de Paineiras, emancipado de Abaeté, o primeiro registro cartográfico que retrata sua sede data de 1969, como evidenciado pela carta topográfica apresentada a seguir. Posteriormente, em 1976, foi elaborado o primeiro mapa do município, e, em 1985, foi realizado um levantamento aerofotográfico do projeto Três Marias pelo IBGE, conforme os documentos anexos abaixo. Nota-se que a malha urbana consolidada em 1969 segue o plano estabelecido na década de 1930, embora ainda em expansão.

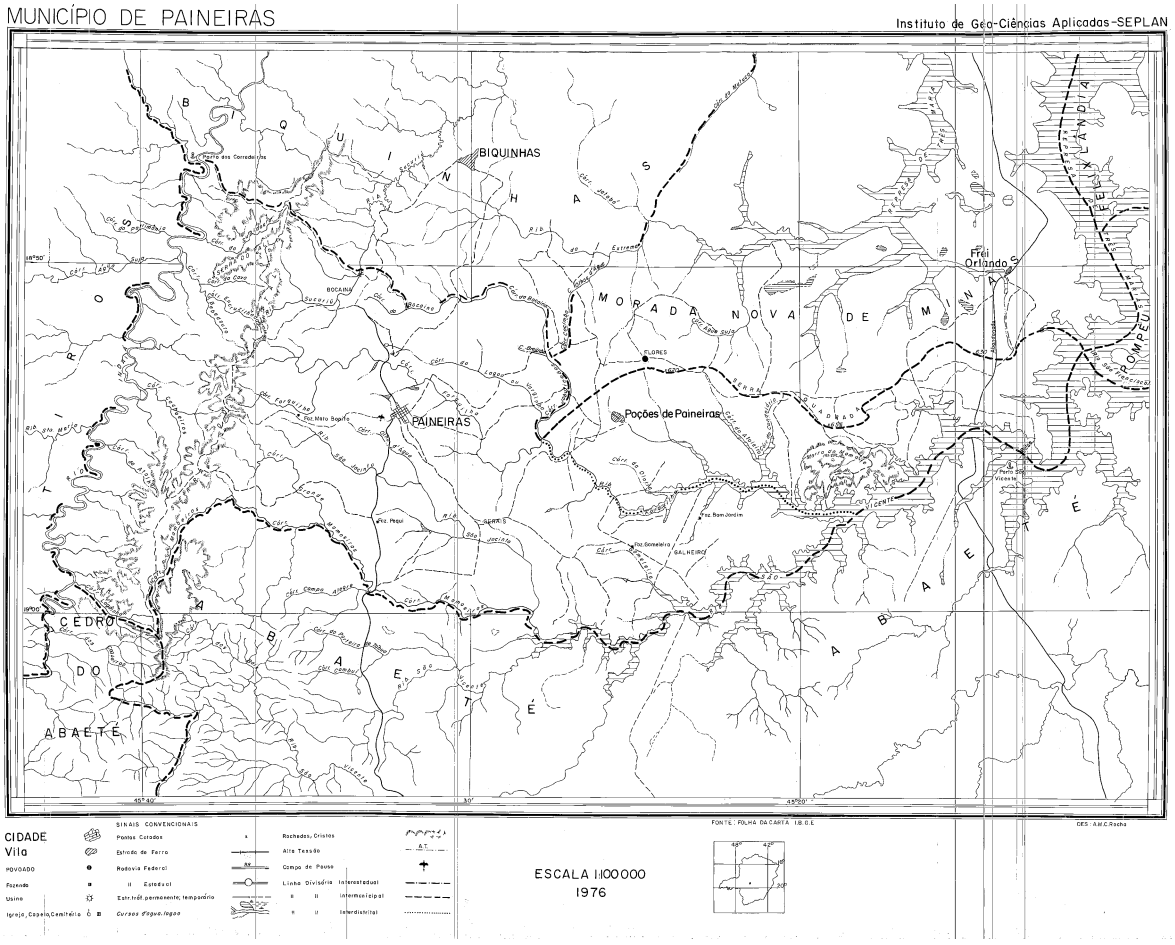
Figura 44. Carta topográfica Serra Selada MG MI-24506 e em detalhe recorte do município de Paineiras





Fonte: Serviço Geográfico do Exército do Brasil

Figura 45 Mapa do município de Paineiras 1976



Fonte: Instituto de Georreferências Aplicadas – SEPLAN

Figura 46. Aerofotografia de Paineiras em 1985

Fonte: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais de Belo Horizonte / IBGE

Em 1970, Jean-Yves Leloup, teólogo e filósofo francês, examinou a estrutura e a hierarquia das cidades mineiras em relação à sua gênese nas décadas de 1950 e 1960, em seu livro *Les villes du Minas Gerais*. O autor identifica as essas cidades com as seguintes tipologias: as cidades coloniais, ligadas ao ciclo do ouro e diamantes; as cidades agrícolas; as “Company Towns” nascidas do aparecimento de aglomerações que se criam isoladamente ou por justaposição ou existente; as “cidades-cogumelo”, de crescimento extraordinariamente rápido e regionalmente estratégicas; e como caso à parte analisa Belo Horizonte. (Leloup, 1970).

Paineiras, neste sentindo, enquadra-se em *cidades agrícolas*, que são centros de regiões agropecuárias, que apesar de terem uma grande diversidade, sua evolução está frequentemente ligada ao avanço de alguns produtos relevantes da agropecuária, como café e/ou pecuária de leite” (Amorim Filho; Arruda, 2002, p. 190)

Assim, reconhece-se que o espaço urbano paineirense resultou de um processo de expansão, que apesar de vagaroso, nas primeiras décadas após o surgimento do seu primeiro núcleo, conforme as manchas urbanas 1, 2 e 3, a seguir, desenvolveu-se de forma constante desde o momento de sua emancipação na década de 1960 até a atualidade, como se vê nas demais manchas.

Figura 47. Evolução da mancha urbana de Paineiras – Parte I

Fonte: O autor, 2024.

Figura 48. Evolução da mancha urbana de Paineiras – Parte II

Fonte: O autor, 2024.

3.4 Memória social em Paineiras: corrosão e esvaecimento

> Perto de lá tem vila grande – que se chamou Alegres – o senhor vá ver. Hoje, mudou de nome, mudaram. Todos os nomes eles vão alterando. É em senhas. São Romão todo não se chamou de primeiro Vila Risonha? O Cedro e o Bagre não perderam o ser? O Tabuleiro-Grande? Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda?
> Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado. Lá como quem diz: então alguém havia de renegar o nome de Belém – de Nosso - Senhor-Jesus-Cristo no presépio, com Nossa Senhora e São José?!
> Precisava de se ter mais travação.
> Senhor sabe: Deus é definitivamente; o demo é o contrário Dele...
> (Rosa, 2001 [1956], p. 58)

Nas primeiras décadas do século XX, provavelmente após a elevação de Paineiras à distrito, o poder legislativo de Abaeté definiu a denominação das primeiras vias públicas na vila de Paineiras. Em suma, a escolha pelos nomes anunciava a grande religiosidade do povo paineirense, cuja maioria de seus logradouros levava nomes de santos. Aos outros, foram utilizados nomes de estados brasileiros.

Após a emancipação do município, em 1962, as denominações das ruas começaram a ser modificadas. A primeira alteração se deu em 19 de maio de 1964, quando o então prefeito, Modesto Alves Mendonça, altera a denominação da rua Presidente Vargas para Zulma Ferreira Morato, que havia falecido precocemente e era irmã de sua esposa, Terezinha Ferreira Morato. Anos depois, em 1977, o prefeito Afrânio Alves Mendonça sanciona a lei que modificaria o nome da Rua Zulma Ferreira Morato para Rua Hipólito Rosa.

A década de 1970 marcou-se por diversas modificações de nomenclaturas. Em 08 de janeiro de 1973, as denominadas Praça e Rua da Matriz passaram a ser denominadas unicamente Praça Farmacêutico Manoel Ferreira. Em seguida, aos 15 de janeiro de 1977, por intermédio do prefeito Afrânio Alves, 16 ruas tiveram suas denominações alteradas. O prefeito municipal acreditava que os nomes anteriores não tinham ligações identitárias com o município, alterando seus nomes para o de pessoas que contribuíram para a história de Paineiras.

Por meio dessa ocasião, a Rua Bonfim passou a denominar-se Rua Bernardo da Lagoa (Bernardo Lourenço Gomes); a Rua São João passou denominar-se Rua Gustavo Soares Branco; a Rua São José passou denominar-se Rua Elói Leite Praça; a Rua Santa Maria passou denominar-se Rua Antônio Pinto da Fonseca; a Rua Santa

Tereza passou denominar-se Rua Silvestre Francisco de Oliveira; a Rua Santa Catarina passou denominar-se Rua João Batista de Mendonça; a Rua Nossa Senhora de Lourdes passou denominar-se Rua Pedro Lopes de Azevedo; a Rua Sergipe passou denominar-se Rua Joaquim Feliciano (Joaquim da Silva Santiago); a Rua Alagoas passou denominar-se Rua Brás Lourenço; a Rua Goiás passou denominar-se Rua Felisbino Pereira; a Rua Mato Grosso passou denominar-se Rua Job Feliciano Alves; a Rua Governador Valadares passou denominar-se, respeitando o trecho da Praça Engenheiro Maurício Campos – antigo Largo do Rosário, Rua Deputado Eduardo Lucas; a Rua Rui Barbosa passou denominar-se Rua Camilo Mendonça (Antero Alves de Mendonça); a Rua Osvaldo Cruz passou denominar-se Rua Orestes Cordeiro; e a Rua Padre Rolim passou a denominar-se Rua João Honório (João Manoel da Silva).

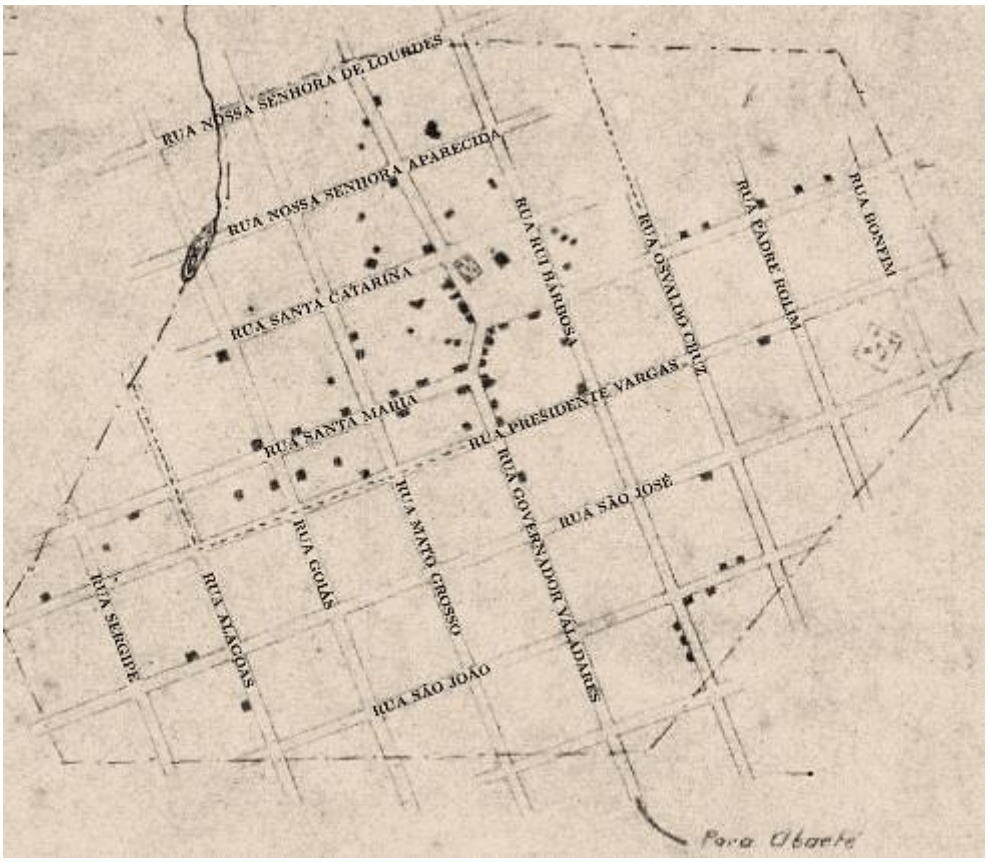
Na década de 1990, quando o prefeito era Luís Amador Alves da Silva, as modificações se retomaram: em 1992, a Rua Amador Alves passa a denominar-se Rua Pedro Ramiro, e em 1999, a Rua Santa Inês passa a denominar-se Moacir Alves Pimenta, e a Rua Saint Clair Ferreira, homenagem ao primeiro boticário e figura ilustre na história de Paineiras, passa a denominar-se Rua João Luís de Castro Machado.

No ano seguinte, aos 10 de maio de 2000, o prefeito altera a denominação da Praça Engenheiro Maurício Campos para Praça Terezinha de Vargas Mendonça, em homenagem à sua progenitora, que por muitos anos foi professora e diretora escolar no município.

No ano de 2013, quando prefeito Osman de Castro Menezes, a rua Olhos D’água, em referência à antiga fazenda e córrego de mesmo nome, teve sua denominação alterada para José Lourenço de Campos.

Por fim, em 2018, ocorreu uma das alterações que mais descontentaram a população: o prefeito Afrânio Alves de Mendonça Neto, sancionou a lei que modificava a denominação da Rua João Batista de Mendonça, muito conhecido por sua índole e por ter sido vice-prefeito na 4° Legislatura, para Rua Bento Lourenço de Oliveira, em homenagem ao pai do empresário paineirense Pedro Lourenço de Oliveira.

Figura 49. Mapa do distrito de Paineiras de 1939



Fonte: A partir do Departamento Geográfico do Estado / FJP

Entretanto, não somente os logradouros públicos tiveram suas nomenclaturas modificadas, causando, muitas vezes, o descontentamento da população. Alguns edifícios públicos também sofreram alterações em suas denominações.

O Terminal Rodoviário Gervásio Cardoso, inaugurado em 13 de abril de 1982, cuja denominação homenageava ao pai do arquiteto paineirense Gervásio Cardoso de Oliveira Filho, que contribuiu consideravelmente com os projetos de Brasília, trabalhando juntamente com Oscar Niemeyer, teve sua denominação alterada para Terminal Rodoviário Bernardo Mendes Filho.

Outro fato que muito descontenta à população se refere à Escola Estadual, criada pelo Decreto nº. 9.525, de 03/01/1955, sob a nomeação de Escolas Reunidas da Vila de Paineiras, como uma reestruturação da antiga Escola Isolada de Paineiras. Aos 27 de agosto de 1957, alterou-se a denominação de Escolas Reunidas da Vila de Paineiras para Escolas Reunidas “Celestino Nunes”

Celestino Nunes Álvares era natural de Abaeté, casado com D. Marietta José

Tavares Álvares. Possuía parentesco e era próximo do Dr. Amador Álvares da Silva, então prefeito de Abaeté e, consequentemente, do distrito de Paineiras, na época da criação da escola, o que influenciou a decisão pela nova nomeação.

Na década de 1970 alguns professores e intelectuais paineirenses fizeram emergir grande discussão sobre o nome do Grupo Escolar: o fato se dava pela má fama que teve o patrono na região de Paineiras. Fama regada a histórias de ofensas físicas, verbais e processos de homicídio com seu nome envolvido; sendo o próprio apontado como jagunço na história oral.

A ideia era muita objetiva: renomear a instituição para Escola Estadual Padre Miguel Vital. Entretanto, por questões burocráticas, pelo murmúrio e conflito que surgiriam a partir do novo nome, o protesto acalentou-se e o patrono continuou o mesmo.

Em meados da década de 1990, o vereador Fausto Gomes de Oliveira, retomou a discussão elaborando um Projeto de Lei na Câmara Municipal que chegou a ser aprovado e mudava o nome da instituição para Escola Estadual “Professor Canuto Ferreira”. Ainda assim, o poder municipal não deu o andamento necessário para o cumprimento da Lei.

Fato mais antigo ocorreu em 26 de março de 1952, com a criação da Paróquia de Paineiras, por Dom Manoel Nunes Coelho, bispo da Diocese de Aterrado: o antigo padroeiro, São Sebastião, redentor daquele povo contra a peste e a fome e protetor de seus rebanhos, foi alterado para São Rafael Arcanjo.

> Sob as vistas protetoras do glorioso mártir, o bonito povoado de Paineiras viveu longos anos, prosperou, chegou a vila. Não consta que ninguém estivesse mal satisfeito com o padroeiro. Entretanto, na hora de elevar o lugar a paróquia, São Sebastião foi pôsto de lado, sem mais aquela, dando-se como orago à nova freguesia S. Rafael.
> Está certo isto, ó paineirenses? O próprio S. Rafael deve estar constrangido, por ocupar um pôsto que de direito compete a um seu colega de Paraíso, e certamente gostará que vocês o restituam ao velho e tradicional padroeiro do lugar. É o que lhes cumpre fazer. (Oliveira, 1970, p. 78)

Desconsiderou-se, naquele momento, a fé da população, sobrepondo-se os interesses e a crença do próprio bispo aos dos moradores da vila. Dom Manoel Nunes Coelho foi o primeiro bispo de Aterrado, atualmente Luz, e era devoto fervoroso de São Rafael, sendo a ele dedicado o primeiro hospital criado na sede do bispado, um

colégio e a própria Diocese de Luz, que, a partir de 1933, passou a tê-lo por padroeiro oficial e perpétuo.

Por assim defendê-lo, Dom Manoel empreendeu uma campanha incansável para obter a declaração, por decreto pontifício, de São Rafael, como padroeiro do Brasil. Com esse intento, empreendeu diligências junto a autoridades eclesiásticas e governamentais e escreveu inúmeros artigos para revistas e jornais, inclusive uma carta circular aos bispos do Brasil, propondo que São Rafael fosse constituído padroeiro do Brasil para coroar a obra de “recristianização da pátria” (Diocese de Luz, Arquivos Diocesanos). Não conseguiu o intento. Talvez, pelo Brasil já ter uma padroeira, Nossa Senhora Aparecida, por decreto assinado pelo Papa Pio XI, em 16 de julho de1930.

Quando a população de Paineiras desconhece essas modificações que impactam socialmente a cidade, ou perdem a narrativa acerca da história do município, ela se enquadra em um processo de esvaecimento da memória, impactado muitas vezes pelo esvaecimento patrimonial, que gera lacunas nas referências do passado e contribui para o apagamento histórico. A memória, portanto, como qualquer outra fonte histórica, sofre de uma fraqueza, esvaindo-se na sua condição de desgaste ao longo do tempo.

Nesse enquadramento, a memória significa

> experiências consistentes, ancoradas no tempo passado facilmente localizável. Memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos, como canais de comunicação entre dimensões temporais, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos (Diehl, 2002, p. 116)

Astor Antônio Diehl (2002, p. 118) chama o processo de esvaecimento da memória, caracterizado com o desgaste sofrido com o passar do tempo, de “corrosão temporal” da memória. Segundo ele, quanto mais distante do fato, da época, ou do contexto tomado como objeto de pesquisa, tanto mais desgastada a memória estará.

A memória, nesse contexto vai perdendo força, capacidade explicativa, capacidade de informar, tornar-se transparente, sem pontos de referência substantiva para manter suas funções (Diehl, 2002, p. 118).

Esse desgaste pode chegar a um ponto em que da memória restem apenas vestígios, experiências fragmentadas do passado e, nesse cenário, apenas lembranças desbotadas permanecem. A perda de significado devido ao desgaste tem suas raízes na maneira como concebemos o tempo Histórico. Diehl sugere então, que a memória seja constantemente "refrescada", pois, caso contrário, ela perde toda à sua força e seu poder de evocação à medida que vai enfraquecendo (Diehl, 2002, p. 29).

> Com esse possível enfraquecimento, a memória passa a ser encarada com a mais absoluta desconfiança: definida como uma entidade que sofre uma espécie de corrosão interna, corrosão que vai desgastando-a com a passagem do tempo linear. E é essa conexão entre a memória e o tempo que precisa ser evidenciada, pois a memória só começa a ser apontada como. "doente" - — sofrendo de corrosão, de amnésia — quando associada a uma noção de tempo que se define-como uma linha em-movimento contínuo para frente, na direção do futuro (Diehl, 2002, p. 29).

Isso, entre outras coisas, resulta em um enfraquecimento gradual e progressivo da memória, que é lentamente substituída pelo esquecimento, sem qualquer compensação.

> Entretanto, não é possível pensar em (re)constituir sentidos sem levar em conta a pluralidade de perspectivas originárias da memória — sejam elas institucionais ou experiências exemplares de indivíduos ou grupos — e como sendo esta uma dimensão essencial da atividade de historiar (Diehl, 2016, 376).

Portanto, não é apenas o conteúdo que a memória pode revelar que se torna importante, mas principalmente a forma como esses conteúdos são transmitidos, a qual chamaremos de memória do temor ou memória negada. Assim, observa-se que a partir da memória emergem duas perspectivas sobre as possibilidades do passado em relação à nossa postura no presente: a coerção e a libertação.

A atualidade é marcada pela reconstituição das memórias individuais e coletivas, e essa abordagem demanda que o historiador (e também o leitor) se posicione em relação às inúmeras interpretações possíveis do passado, a partir dos

diversos sistemas de referência. Este é um momento de revitalização cultural e de integração da hermenêutica na análise do passado, rompendo com a ideia de uma verdade científica única e exclusiva.

Para Diehl (2008), a memória expõe destroços, ruínas e processos de desintegração, tornando-se um testemunho do passado onde o progresso rompeu com as estruturas tradicionais. O passado é visto como um vasto espaço temporal, composto por elementos desconhecidos, mas acessíveis para um processo criativo de reconstrução. Diante da diversidade reveladora da memória social, tanto escrita quanto oral, o historiador já não pode ter certeza absoluta sobre como reconstruir e significar o passado.

> Está claro que o refinamento da rede metodológica de aproximação das disciplinas servirá para captar não mais os processos modernizadores, mas, sobretudo, as ruínas, resultantes do processo de ação do tempo.
> O historiador, que antes varria a sala, deixando-a brilhante, livre de culpas e ressentimentos, se deu conta que todos aqueles restos varridos formavam um entulho de representações simbólicas no meio da sala, porém debaixo do tapete. Nosso esforço para higienizar o ambiente – tornando o passado em História -, condenou-nos a cair sobre a própria armadilha na sala.
> No entanto, não bastaria somente a consciência daquilo que fora condenado no passado. O historiador precisou de outros instrumentos metodológicos para poder dar conta de novos sistemas de referência e sentidos atribuídos aos fragmentos, para então reconstruir uma nova representação e, portanto, mais significativa, para o passado (Diehl, 2008, p. 47).

Consoante ao autor, a memória constitui-se por três elementos: Tempo, Espaço e Movimento. O Tempo como força de corrosão, o Espaço como *locus* da experiência da rememoração e o Movimento como a estrutura simbólica da cultura.

O tempo atua sobre o espaço da experiência como uma força que pode tanto desintegrar quanto unir, levando a movimentos culturais e identitários. Sob a influência do tempo, e a medida em que há consciência do presente, o espaço da experiência permite organizar as lembranças fragmentadas do passado em uma narrativa coerente.

No entanto, a consciência do presente, por meio da recordação, emerge como um ponto fundamental na definição do que se pode considerar identidade. O ato de recordar atribui sentido e significado por meio da ressignificação do sujeito e da reinterpretação do passado, formando uma nova estética histórica.

O quadro paineirense demonstra que muitos indivíduos mantêm vivas suas memórias afetivas relacionadas à infância e aspectos da família. Entretanto, ao tratar da memória social e história local, há um processo evidente de esvaecimento e corrosão, cujo enfraquecimento das lembranças fragmentadas ameaça a uma amnesia iminente.

3.5 Um Retrato do Esvaecimento

> Lembro-me vagamente da cidade. Não de uma cidade que vivi ou viverei, pois estas são apenas ruínas da cidade originária de que me lembro. [...] Quando olho para o alto penso que há milhões de anos as mesmas estrelas ocupam o mesmo lugar e fazem o mesmo circuito, loteando o céu que lhes foi determinado pela lei invariável e "originária" que deve ter também concebido a cidade que vagamente me lembro. [...]. Há tantas estrelas no céu quanto o que já foi escrito sobre a cidade.
> Há muitas estrelas que não vejo, tanto quanto são os livros que não li sobre a cidade. Mas estão lá, formando constelações. A descoberta de uma estrela nova pode mudar todo o firmamento até aqui concebido, assim como um livro que me escapou poderia revolucionar copernicamente toda a minha especulação sobre a cidade e as constelações que vejo nela. Mas parodiando o dramaturgo Terêncio (c.195-185 a.C.-159 a.C.), são essas constelações as que consigo ver e não há nada novo a ser visto que já não o tenha visto antes. Tento "reescrever" a cidade "originária" que me é tão contemporânea quanto a luz que me chega só aqui e agora da estrela mais longínqua do céu, que explodiu e que nem existe mais. A estrela explodiu, assim como a cidade. Mas o brilho que me chega dessa estrela e dessa cidade "originária" me é mais contemporâneo do que os néons das vitrines e as sombras em frestas das ruas que atravesso buscando uma forma de recordar a cidade "originária" com frescor, como se fizesse outras linhas ligarem os pontos brilhantes do céu noturno e compusesse nele um outro mosaico e uma outra mitologia, uma mitologia urbana historicamente cartografada como intriga ou enredo. Não busco a progressão linear causal de uma cidade numa fase da história para a que a sucedeu, mas uma constelação ou um mosaico que eu possa acrescentar aos inúmeros já feitos e por fazer (Brandão, 2023, p. 19-21).

A cidade é uma paisagem cumulativa de vestígios desiguais de tempo, articulando-se com as várias camadas de sua história e as determinações do presente. A paisagem de outrora, contracena com demolições, descaracterizações e intervenções imperativas no espaço urbano. Essas mudanças não são meramente físicas, mas também refletem uma reconfiguração das prioridades e da valoração de cada época.

A pressão por modernização, muitas vezes, resulta em uma reinvenção abrupta da cidade, onde o antigo é suprimido para dar lugar à novidade. Isso faz da cidade um

palco de tensões entre a preservação do legado histórico e as demandas por inovação, um cenário onde as faixas temporais se sobrepõem e redefinem continuamente o espaço urbano.

Na primeira fase da arquitetura em Paineiras, a relação entre os moradores, seus modos de vida e a concepção da casa é extremamente integrada, uma vez que os próprios moradores participavam do processo de construção. Em termos de programa, a casa paineirense no início do século XX, segue os valores e modos de vida concernentes aos costumes e hábitos da sociedade local daquela época. A casa, sempre térrea, subdividia-se, em até quatro porções: uma frontal, com o acesso principal e uma área social destinada aos proprietários, anexa a uma copa ou uma circulação que levava aos quartos, considerados aqui uma outra porção; uma posterior, onde ficava a cozinha, em nível mais baixo, marcada pelo fogão a lenha e a cisterna para retirada de água; e outra lateral, que muitas vezes servia como quarto, depósito ou ponto comercial. O banheiro, chamado de instalação, era, quase sempre, uma construção de apoio, fora da casa. Exteriormente à casa também era comum se deparar com paióis, pequenas tulhas e chiqueiros. As edificações populares, mais singelas e sem ornamentos, não seguiam um padrão específico. Muitas possuíam piso em chão batido, eram rebuçadas de folhas de palmeira e vedadas em pau-a-pique.

> Adentremos. A casa é nossa. Estamos agora no meio da sala. A porta por que passamos, como as demais, é formada de duas bandas. Fechadura comum, para época, mas enorme para os padrões modernos, tinha como reforço uma travessa, sustentada por dois encaixes nos portais. A segurança era total. O teto, de esteira de bambus, já quase enfumaçado pelas luzes de lamparinas e lampiões. O assoalho, de tábuas largas e justapostas. Ao lado da porta de entrada, duas janelas, também de duas bandas. Do lado oposto de entrada, uma outra porta que ligava à sala de jantar. Dependurado às paredes, um relógio, um calendário móvel, uma folhinha – geralmente oferta de uma casa comercial de Abaeté -, os quadros dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, retratos de pessoas da família [...] As mobiliários, o que hoje chamaríamos de rústico mineiro, ainda podemos lembrar: um banco comprido; duas poltronas de vime e várias cadeiras em forma de “X”, dobráveis; uma pequena mesa retangular, sempre forrada com uma toalha engomada e com um vaso de flores no centro. À noite tornava-se “mesa do carteado”. (Silva; Alvares, 1999, p. 17.)

De acordo com Gaston Bachelard (1958), em seu livro *A poética do espaço*,

> [...] é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas e se a casa se complica um pouco, se tem porão e sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados. Voltamos a eles durante toda a vida em nossos devaneios.
>
> Aqui o espaço é tudo. Porque o tempo não mais anima a memória. A memória — coisa estranha! — não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsoniano. Não se podem reviver as durações abolidas. Só se pode pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de toda densidade. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizados em longos estágios. O inconsciente estagia. As lembranças são imóveis e tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas (Barchelard, 2000, p. 203).

Bachelard (1958) define a casa como nosso canto do mundo, nosso berço, nosso primeiro universo, um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Buscar-se-á, anteriormente a evidenciar as transformações na paisagem de Paineiras e seu esvaecimento patrimonial através de fotografias, rememorar a casa, entender minimamente seus espaços no contexto de um pequeno povoado no interior das Minas, repleto de costumes, expressões locais e valores inerentes à época.

Como uma continuação do primeiro núcleo da casa, composto pela sala, por onde se dava o acesso principal, havia a copa, ou sala de jantar. Era, muitas vezes, o centro da casa, dando acesso à cozinha, aos quartos e até mesmo ao quintal.

> Quatro portas existiam nesta sala: uma que se comunicava com a sala de visitas; uma outra, mais ou menos no canto da parede lateral esquerda, ligada ao quarto de dormir; a que dava acesso à cozinha e, por fim, do lado oposto e na mesma direção desta, a porta que conduzia ao corredor dos quartos. Com frente para uma área tijolada próxima da cozinha e com vistas para o quintal, uma janela, também de duas bandas. O mobiliário, do mesmo padrão do da sala de visitas: uma mesa de aproximadamente 2,2m, cuja cabeceira ficava a altura da janela, com dois bancos um de cada lado; em frente a essa mesa um guarda-louças[...] Entre a porta do quarto e a janela num canto A talha, na “cabeceira” da mesa, à altura da janela, permanecia a máquina de costura manual de minha avó, que, mesmo costurando, tomava conhecimento do que se passava no quintal. (Silva; Alvares, 1999, p. 18).

Como um segundo núcleo da casa, os quartos, quase sempre acessados a partir de uma copa ou corredor. Em muitos casos de famílias com grande descendência, dividiam-se os filhos em apenas dois quartos: o das meninas e o dos meninos.

> Da sala de jantar, com apenas uma abertura de porta à direita, existia um corredor de tamanho médio, de onde saíam três quartos. É bom lembrar que neste corredor havia uma grande caixa onde se guardavam as roupas de cama. [...] À direita desse corredor, com uma porta na mesma direção da que lhe servia de acesso, ficava o "Quarto dos Rapazes" com duas janelas justapostas com frente para o Jardim [...] No fundo e à esquerda do corredor uma porta dava entrada ao "Quarto Escuro". Essa denominação provinha da peculiaridade de não possuir janela. Seus confrontos não permitiam.
>
> Em frente, o quarto de meus avós com quatro janelas, sendo que duas davam para o quintal e duas para o jardim. [...]. Fixas às duas janelas, uma que dava para o quintal e outra para o jardim, dois ganchos prendedores de rede. O assoalho e o teto, como as demais dependências, de tábuas justapostas e de esteiras de bambu. Do mobiliário do quarto ainda sou capaz de lembrar: uma cama rústica pertencente ao casal [...]; uma espreguiçadeira; um Oratório de Santo Antônio, sempre ornamentado com muitas flores frescas e viçosas; um lavatório com bacia de rosto e uma jarra, ambos de porcelana; no canto à direita um pote com água fria, tampado com um prato esmaltado e, sobre ele, um copo de asa da mesma cor e qualidade do prato.
>
> Saindo dele por uma porta à esquerda e quase no ângulo formado pelas duas paredes, adentrava-se no "Quarto das Meninas". A janela que dava para o quintal, a única diferente: possuía uma grade de madeira a qual se referida com o nome de balaústre (Silva; Alvares, 1999, p. 18-19).

A outra porção da casa diz respeito à cozinha. Ela era o ambiente de maior permanência. O ponto da conversa, do fazer, do experimentar; o lugar das quitandas, dos causos e dos conselhos, ela era o momento das trocas.

> Saindo da sala de jantar, com uma porta à esquerda descia-se um degrau improvisado por um pilão velho e estava na Cozinha. É bom notar que em relação ao corpo da casa apresentava-se num plano menos elevado. Para que a água da chuva não penetrasse rente à parede, havia uma espécie de calha, feita de aroeira. Ali estava uma obra-prima da engenharia improvisada. Da cozinha saiam quatro portas: uma, à esquerda, dava para o quintal; uma outra, para Sala de Jantar; outra mais, para o "Quartinho da Tuia", na mesma direção da anterior e, por fim, à direita, uma que dava para um "puxado", construção esta, mais rústica do que a casa. À direita de quem entrava para a Sala de Jantar ficava uma mesa comprida, encostada à parede e com o banco do mesmo tamanho, destinado às refeições do pessoal da casa. Entre a porta que dava para o "puxado" e a do "Quarto da Tuia", ficava o fogão de lenha. Sobre ele, próximo ao teto, ficava "Sote", que nada mais era do que um girau destinado à guarda de rapaduras. Na parte inferior dois depósitos chamados de ocas, onde se colocavam gravetos, palhas, sabugos e pequenas rachas de lenha, além de se servirem, também, como dormitórios para os gatos. Em frente ao fogão ficava um pilão, de duas bocas, onde se socavam o arroz, a paçoca, o café, além, é óbvio, de servir-se como assento (Silva; Alvares, 1999, p. 19-20).

O “Quarto da Tuia”, assim chamado pelos mais velhos, era muitas vezes separado da casa. A tulha, quando anexa, resumia-se a uma espécie de despensa, cuja extensão da parede era ocupada por repartimentos de madeira, destinados à guarda de mantimentos. Os puxados, por sua vez, eram cômodos anexos à cozinha, mal-acabados,

> Paredes mais rústicas do que o resto da casa, de bambus entrelaçados, sustentados por caibros e ripas rebocados com a mistura de terra com estrume de vaca, deixando grandes fendas, por onde se avistavam de um lado para o outro. Lá, no entanto, pareceu-nos o local mais frequentado pela meninada: ficava o forno de barro. E forno de barro significava quitandas gostosas. Nesse “puxado”, além do forno de barro, existia uma fornalha destinada ao fabrico caseiro do sabão preto. A “diquada” preparada em um balaio cheio de cinzas; o “barrileiro”, por onde se filtrava a água, cuja composição, de cor amarelada, seria um dos componentes cáusticos para se diluir a matéria que originaria o sabão, geralmente fato de animais (porco ou gado), ou coco de macaúbas. Reconstituindo este recinto improvisado, vejo-o mais ou menos assim: dava-lhe acesso uma porta que saía da cozinha; à esquerda, na entrada, uma fornalha; à direita e num canto, um armário alto e rústico, onde se guardavam vasilhames diversos; em frente, a uns dois metros, o forno de barro; no fundo, o barreiro. O teto era de telha, mas disforme e mal acabado; circundando o puxado, do lado de fora, existe uma calha improvisada, bambu jardim rachado no meio, que servia para recolher a água da chuva. O piso era de chão batido.

Figura 50. Padrão de edificações em Paineiras - final do séc. XIX / início do XX

Fonte: Grupo Fotos Antigas de Paineiras, criado pelo autor.

A fotografia acima evidencia o cômodo para comércio, como uma porção lateral da casa, e normalmente com uma pintura acima da porta trazendo o nome do

proprietário. Nota-se a presença de cachorros, peças em madeira que se apoiam nos frechais para sustentar o beiral do telhado, o que somente aparecia em casas cujos proprietários tinham mais posses.

As imagens abaixo ilustram remanescentes do padrão de edificações em Paineiras no início do século XX, com os cômodos laterais que serviam como “quartos de comércio”, seguidos de remanescentes de estruturas anexas, como a instalação e o paiol. Posteriormente, apresentam-se remanescentes de edificações populares.

Figura 51. Remanescente do padrão de edificações – Casa do Sr. Pedro Ramiro

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 52. Remanescente do padrão de edificações – Casa do Sr. Odilon Zica

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 53. Remanescente do padrão de edificações no distrito de Poções, município de Paineiras

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 54. Instalação e Paiol em Paineiras

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 55. Remanescente de edificação vedada em pau-a-pique e rebuçada de folhas de palmeira, localidade de Jatobazinhos, em 1999

Fonte: Acervo da família Lourenço Gomes.

Figura 56. Remanescentes de edificações populares no distrito de Poções

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Diante disso, destaca-se o fato de que pouco se tem ocupado com o tema da preservação patrimonial nas cidades de pequeno porte, onde as características e limitações exacerbam ainda mais a problemática.

A falta de uma abordagem estratégica para a conservação pode levar a um ciclo de destruição que apaga importantes aspectos da história local, enfraquecendo o tecido cultural e histórico que une as gerações passadas com o presente e mantém o patrimônio histórico.

> O tempo e o espaço contemporâneos se desfizeram em pedaços e sítios fragmentados e desarticulados, como mercadorias em vitrines. Nós também. Entre signos e significados vicários e provisórios girando continuamente à nossa volta, deixamos de ser capazes de habitar. (Brandão, 2023, p. 329)

Frente ao espaço contemporâneo fragmentado e à luz das discussões acerca do patrimônio, levantam-se questionamentos importantes para se pensar o futuro dos bens patrimoniais nas cidades de pequeno porte:

> Se não há como deter a transformação, qual o sentido da dicotomia entre permanência e transformação? Seria possível, como alternativa, falar-se de uma “mudança com permanência”? (Carsalade, 2017, p. 210)

De acordo com Carsalade (2017), do ponto de vista da materialidade, poderia se dizer que a solução estaria na ‘resiliência’ do bem: capacidade de absorver os efeitos dessas mudanças até um ponto em que ele possa suportar, sem comprometer sua integridade visual ou danificar sua estrutura física.

> No entanto, a solução para o problema não se encontra apenas na materialidade, até mesmo porque é impossível separá-la de seus conteúdos intangíveis. Paradoxalmente, a questão da preservação se centra agora, portanto, no conceito de ‘transformação’, ou seja, como manejar essa transformação de forma que não se rompa a delicada tessitura entre a tradição e a contemporaneidade, pois, ao intervir no bem patrimonial nós o estamos modificando, sempre, afinal pela tradição ele já nos chega alterado, pela cultura ele nos chega tematizado e, pelo tempo, com sua significação “original” perdida. (Carsalade, 2017, p. 210)

É importante considerar que o patrimônio cultural não é estático; ele está constantemente sujeito a interpretações e novos significados ao longo das gerações.

Portanto, qualquer estratégia de preservação deve incorporar abordagens dinâmicas que permitam não apenas a conservação física, mas também a revitalização dos valores culturais e históricos associados ao bem.

De acordo com Juhani Pallasmaa (2018), as edificações e seus vestígios sugerem histórias de destino humano, tanto reais como imaginárias.

> As ruínas nos estimulam a pensar nas vidas que já desapareceram e a imaginar o destino de seus ocupantes falecidos. As ruínas e os contextos erodidos tem um poder especial de evocar e emocionar: eles nos forçam a recordar e imaginar. A incompletude e a fragmentação possuem um poder evocativo especial. (Pallasmaa, 2018, p. 19)

Para o autor, existem diferentes abordagens arquitetônicas em relação à memória: uma que falha em resgatar ou conectar-se com o passado e outra que evoca um senso de profundidade e continuidade. Cada exemplar estabelece uma conexão respeitosa com o passado, tanto distante quanto imediata. Nesse sentido, ele traz o termo “amnésia arquitetônica”, ocorrido à medida que os elementos e as imagens arquitetônicos têm se tornado abstratos e desvinculados de suas origens e essências ontológicas (Pallasmaa, 2018, p. 31-32).

À vista disso, a amnésia arquitetônica se vincula ao esvaecimento patrimonial, à medida que uma cidade tem seu patrimônio cultural descaracterizado e/ou interferido sem o respeito às suas origens e à natureza de sua existência. A fim de abordar o processo de esvaecimento em Paineiras, emprega-se o método da fotografia para analisar as transformações na paisagem.

> Em muitos casos, a fotografia faz parte do método de apreensão de determinado assunto e demonstração propositiva do mesmo. Tal é o caso de estudos relacionados à paisagem. Pode-se dizer, em termos gerais, que a paisagem é a imagem resultante da síntese dos elementos presentes em um espaço territorial abrangido pelo olhar e que a câmera fotográfica, em seu registro, emula o olhar. Ao fotografar, enquadra-se determinada fatia do conjunto de elementos escolhidos pelo autor do registro. Assim sendo, a câmera fotográfica mostra-se importante instrumento para a apreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos. (Goltara; Mendonça, 2015, P. 123).

Logo, apresentam-se as transformações na paisagem paineirense a partir da comparação de fotografias antigas com novos registros:

Figura 57. Rua Deputado Eduardo Lucas, n° 475, em: a) a década de 1970; b) 2024

Fonte: a) Acervo da Família Damasceno Chamon; b) Acervo do autor.

Figura 58. Praça Terezinha de V. Mendonça, n° 04, em: a) 1958; b) 2024

Fonte: a) Acervo de Terezinha Campos de Oliveira; b) Acervo do autor.

Figura 59. Rua Hipólito Rosa, n° 451, em: a) b) c) 1987; d) 2010; e) 2024

Fonte: Acervo do autor

Figura 60. Terminal Rodoviário, em: a) 1982; b) 2024

Fonte: a) IBGE; b) Acervo do autor

Figura 61. Rua Deputado Eduardo Lucas, n°401, em: a) 1940; b) 2024

Fonte: Acervo do autor

Figura 62. Rua Deputado Eduardo Lucas, n°401, em: a) 1983; b) 2024

Fonte: Acervo do autor

Figura 63. Rua Camilo Mendonça, n° 582, em: a) a década de 1990; b) 2024

Fonte: Acervo do autor

Figura 64. Rua Orestes Cordeiro com rua Hipólito Rosa, em: a) a década de 1980; b) 2024

Fonte: a) Acervo da Família Chamon; b) Acervo do autor

Figura 65. Rua Orestes Cordeiro com rua Hipólito Rosa, em: a) a década de 1980; b) 2024

Fonte: a) IBGE; b) Acervo do autor

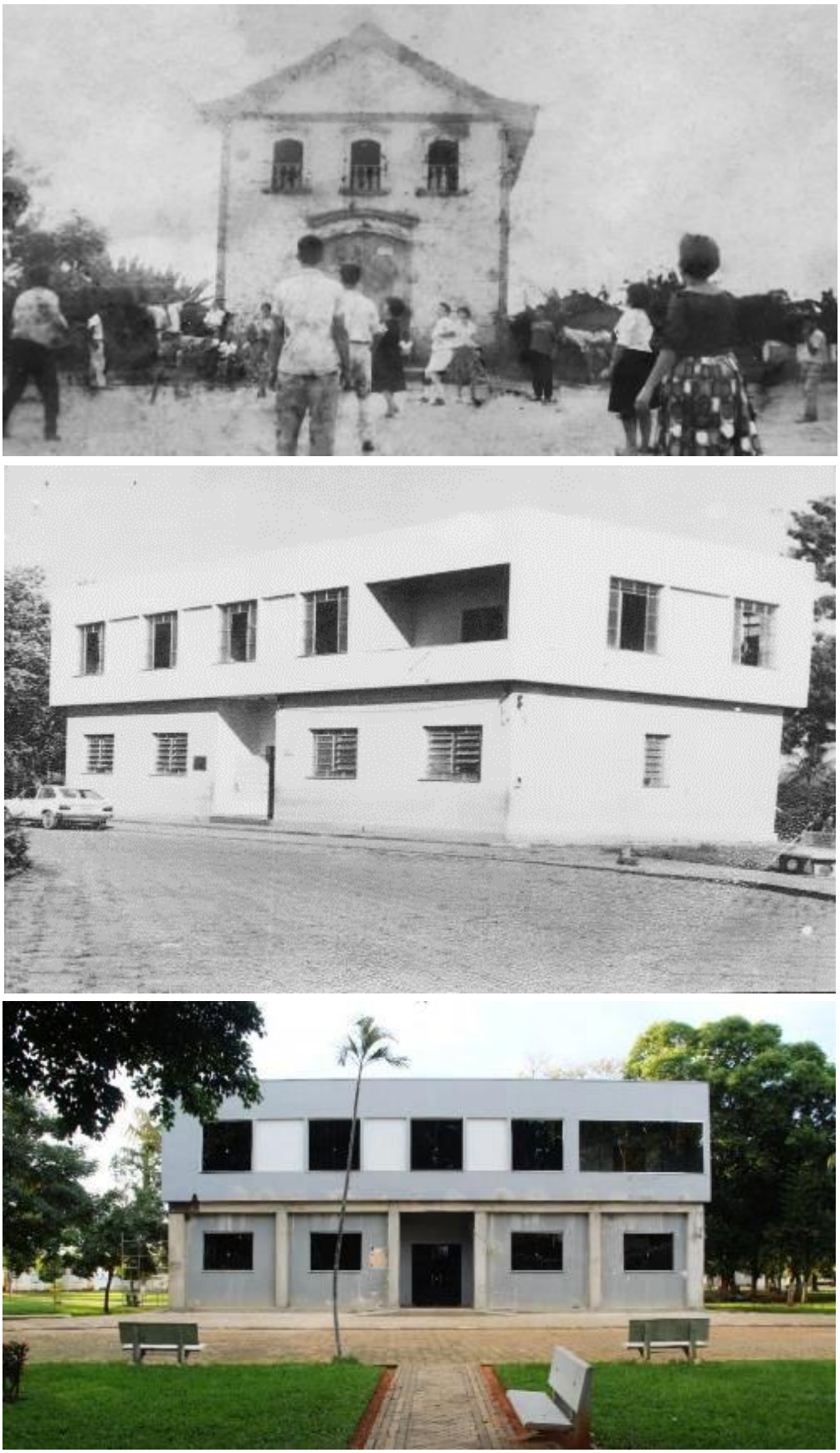
Figura 66. Rua Camilo Mendonça, nº 543, em: a) a década de 1960; b) 2024

Fonte: a) Acervo Família Morato; b) Acervo do autor

Figura 67. R. Deputado Eduardo Lucas, n°448, em: a) 1977; b) 2024

Fonte: a) Acervo Fausto Oliveira; b) Acervo do autor

Figura 68. a) Capela de São Sebastião, em 1941; Prefeitura Municipal em: b) 1970; c) 2024



Fonte: a) Acervo Família Morato; b) IBGE; c) Acervo do autor

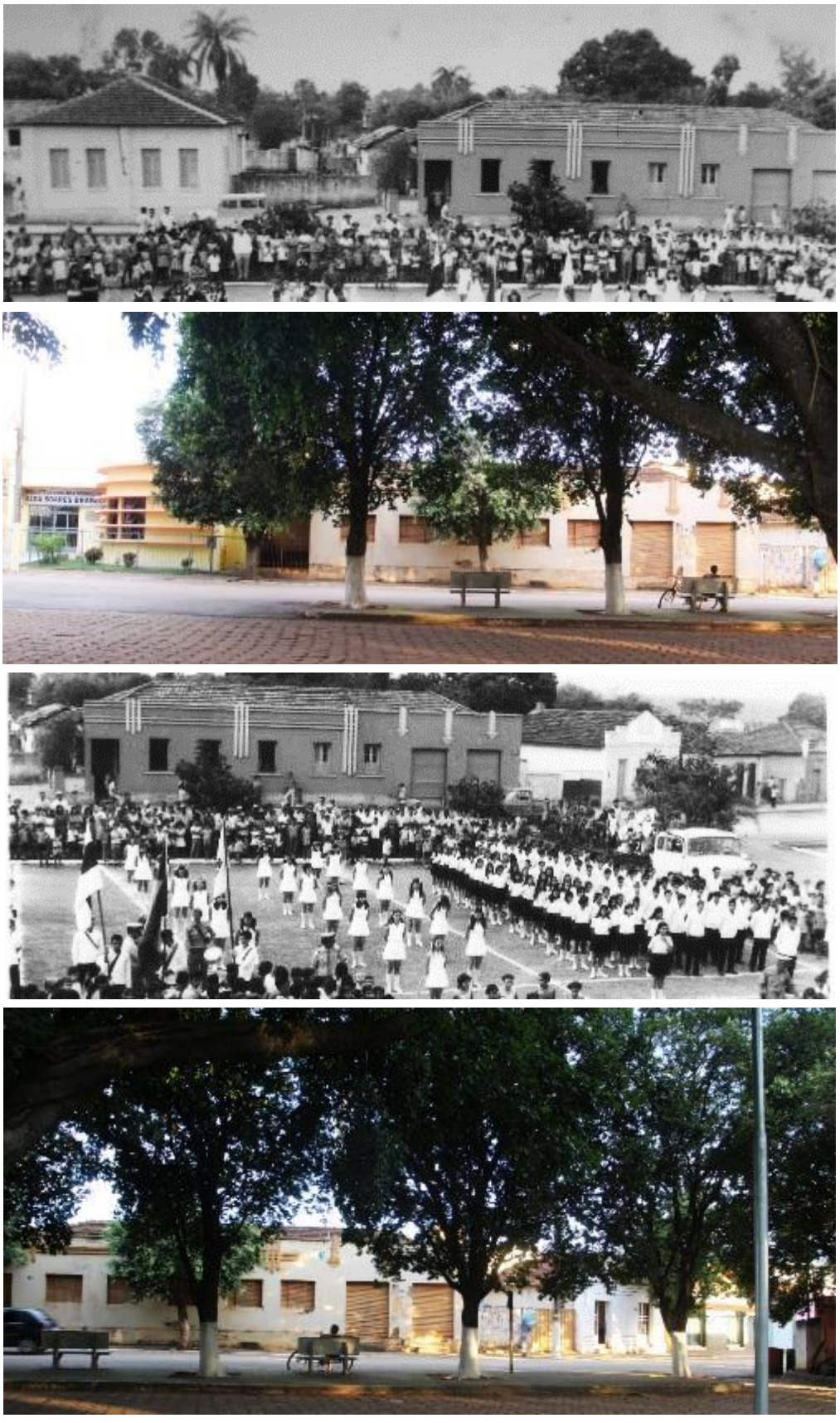
Figura 69. Prefeitura Municipal, em: a) a década 1970; b) 2024

Fonte: a) Acervo de Terezinha Campos; b) Acervo do autor

Figura 70. Comércios na rua Silvestre de Oliveira, em: a) a década de 1960; b) 2024

Fonte: a) Acervo Família Morato; b) Acervo do autor

Figura 71. Rua Silvestre Francisco de Oliveira, em: a) 1971; b) 2024; c) 1971; d) 2024



Fonte: a) c) Acervo de D. Galvina de Oliveira; b) d) Acervo do autor

Figura72. Rua Bento Lourenço de Oliveira, n° 330, em: a) a década de 1980; b) 2024

Fonte: a) Acervo de Maria do Carmo Oliveira; b) Acervo do autor

Figura 73. Rua Deputado Eduardo Lucas, n° 603, em: a) a década de 1970; b) 2024

Fonte: a) Acervo de Iony Aparecida; b) Acervo do autor

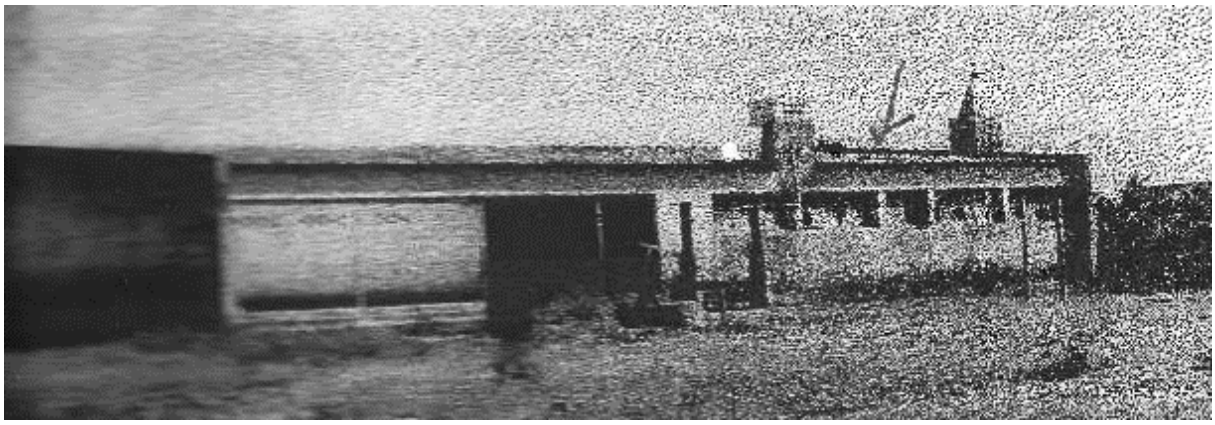
Figura 74. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 590, em: a) a década de 1990; b) 2024

Fonte: a) Acervo do Professor José Antônio Soares; b) Acervo do autor

Figura 75. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 464, em: a) b) 1980; c) 2024

Fonte: a) b) Acervo da Família Carvalho; b) Acervo do autor

Figura 76. E.E. Celestino Nunes, em: a) a década de 1970; b) c) a década de 1990; d) 2024



Fonte: a) b) c) Acervo E. E. Celestino Nunes; d) Acervo do autor

Figura 77. E.E. Celestino Nunes, em: a) a década de 1990; b) 2024

Fonte: a) Acervo E. E. Celestino Nunes / Acervo do autor

Figura 78. E.E. Celestino Nunes, em: a) a década 1990; b) 2024

Fonte: a) Acervo E. E. Celestino Nunes; b) Acervo do autor

Figura 79. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 544, em: a) a década de 1980; b) a década de 1990; c) 2024

Fonte: Acervo da Família Amaral / Acervo do autor

Figura 80. Rua Hipólito Rosa com rua Orestes Cordeiro, em: a) 1978; b) 1990; c) 2024

Fonte: a) b) Grupo Fotos Antigas de Paineiras; c) Acervo do autor

Figura 81. Rua Deputado Eduardo Lucas com rua Antônio Pinto da Fonseca, em: a) a década de 1950; b) 2024

Fonte: a) Acervo da Família Rosa; b) Acervo do autor

Figura 82. Casa do Sr. João Batista, R. Elói Leite Praça, em: a) a década de 1970; b) 2024

Fonte: a) Acervo de Fânia Mara; b) Acervo do autor

Figura 83. Praça Farmacêutico Manoel Ferreira, em: a) a década de 1980; b) 2024

Fonte: a) Acervo Família Rosa; b) Acervo do autor

Figura 84. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 434, em: a) b) a década de 1960; c) 2024

Fonte: a) b) Acervo da Família Ramiro; c) Acervo do autor

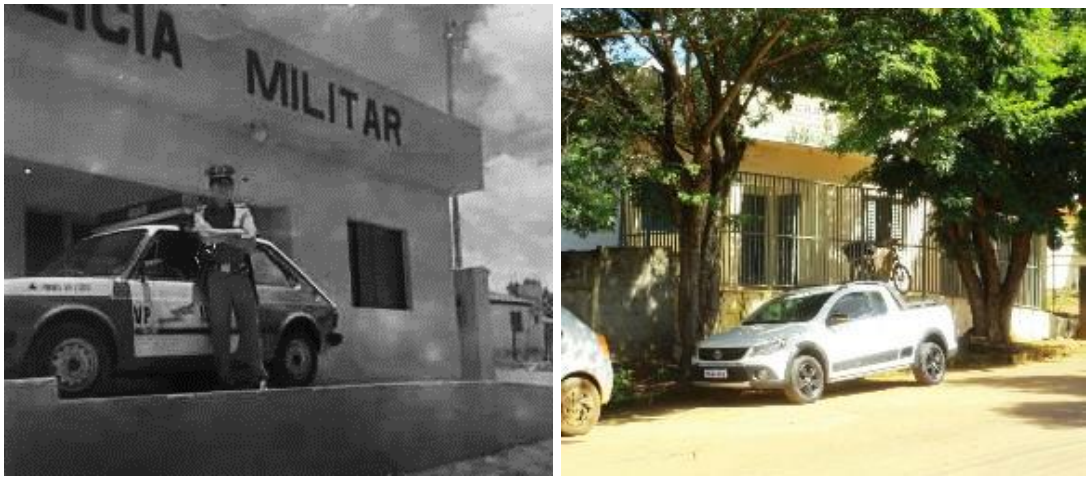
Figura 85. Rua Deputado Eduardo Lucas, nº 420, em: a) a década de 1990; b) 2024

Fonte: a) Acervo da Família Paula; b) Acervo do autor

Figura 86. Casa Paroquial de Paineiras, em: a)1957; b) 2024

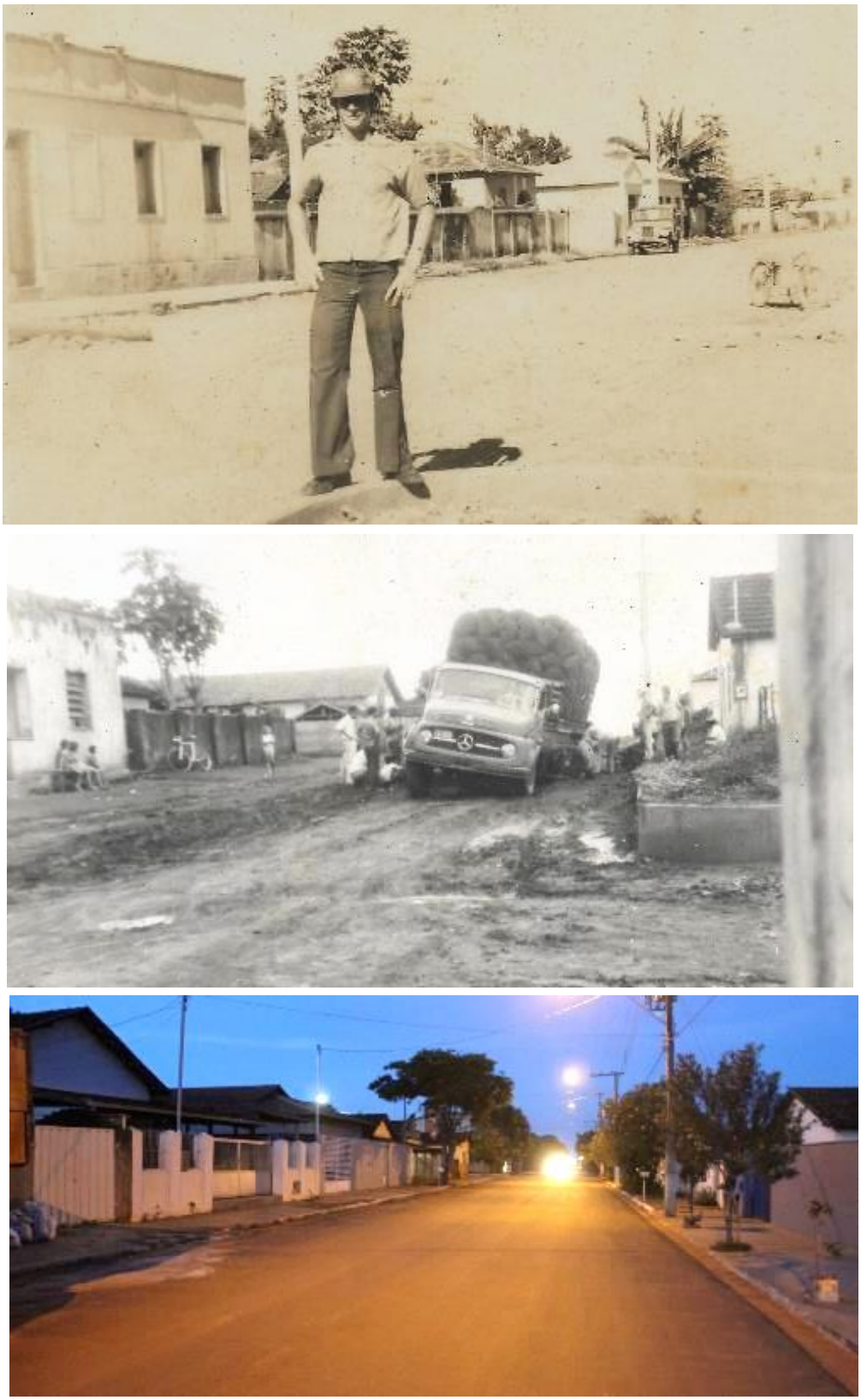
Fonte: a) Acervo da Família Amaral; b) Acervo do autor

Figura 87. Rua Antônio Pinto da Fonseca, a) delegacia em 1989; b) CRAS em 2024



Fonte: Acervo do autor

Figura 88. Vista da Rua Elói Leite Praça, em: a) a década de 1960; b) 1970; c) 2024



Fonte: a) b) Acervo da Família Barcelos; c) Acervo do autor

Figura 89. Rua Elói Leite Praça, nº 366, em: a) 1973; b)2024

Fonte: a) Acervo da Família Barcelos; b) Acervo do autor

Figura 90. Rua Camilo Mendonça com rua Elói Leite, em: a) a década de 1980; b)2024

Fonte: a) Acervo da Família Barcelos; b) Acervo do autor

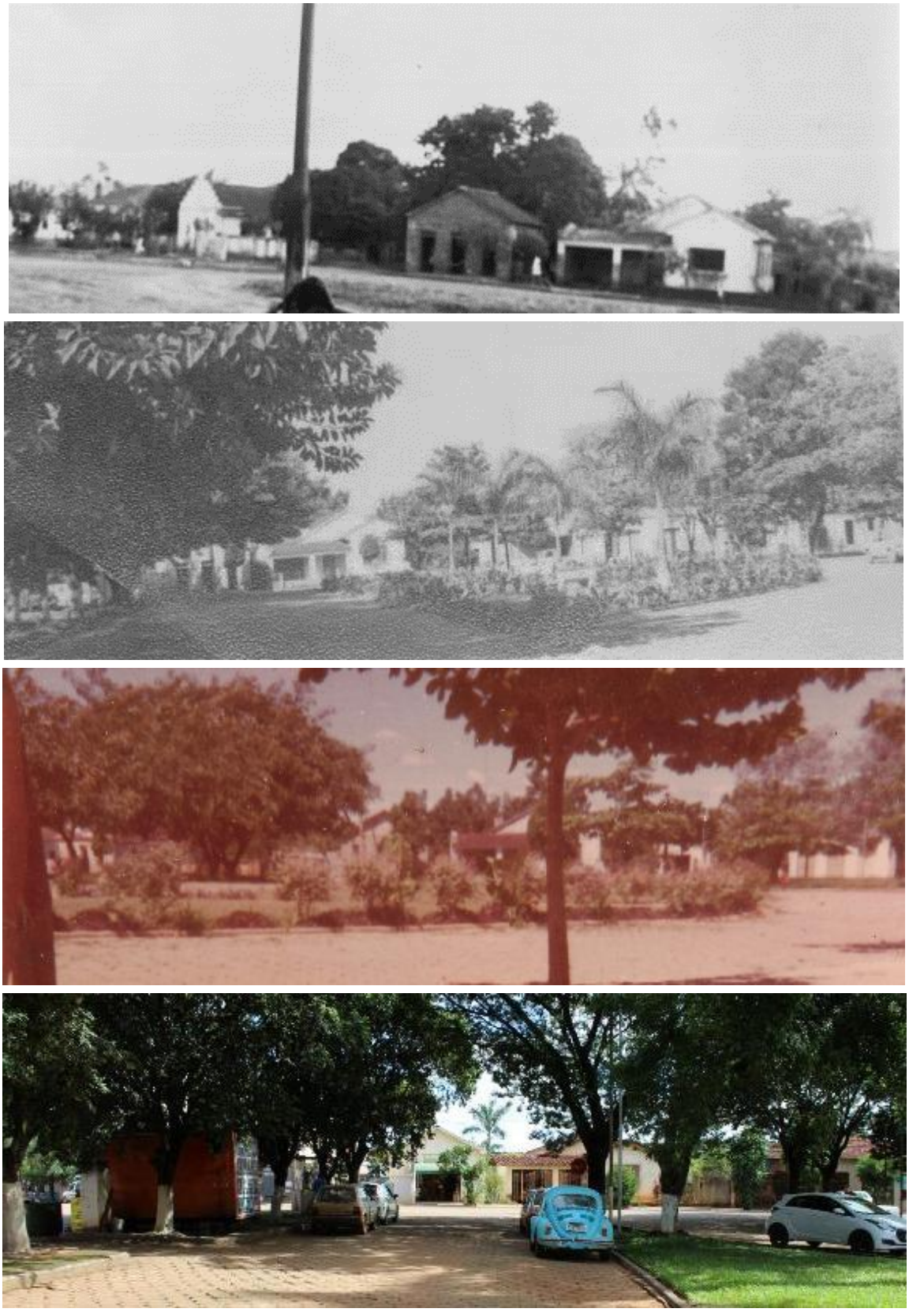
Figura 91. Rua Deputado Eduardo Lucas com rua Elói Leite Praça, em: a) a década de 1970; b) 2024

Fonte: a) Acervo da Família Barcelos; b) Acervo do autor

Figura 92. Rua Brás Lourenço com rua Antônio Pinto, em: a) a década de 1970; b) 2024

Fonte: a) Acervo Família Barcelos; b) Acervo do autor

Figura 93. Atual Praça Terezinha de Vargas Mendonça, em: a) a década de 1960; b) a década de 1970; c) a década de 1980; d) 2024



Fonte: a) Acervo da Família Morato; b) IBGE; c) Acervo de Terezinha Campos de Oliveira; d) Acervo do autor

Figura 94. Antiga Igreja de São Sebastião e atual Igreja de São Rafael, em: a) 1954; b) 2024

Fonte: a) Arquivo Diocesano de Luz; b) Acervo do autor

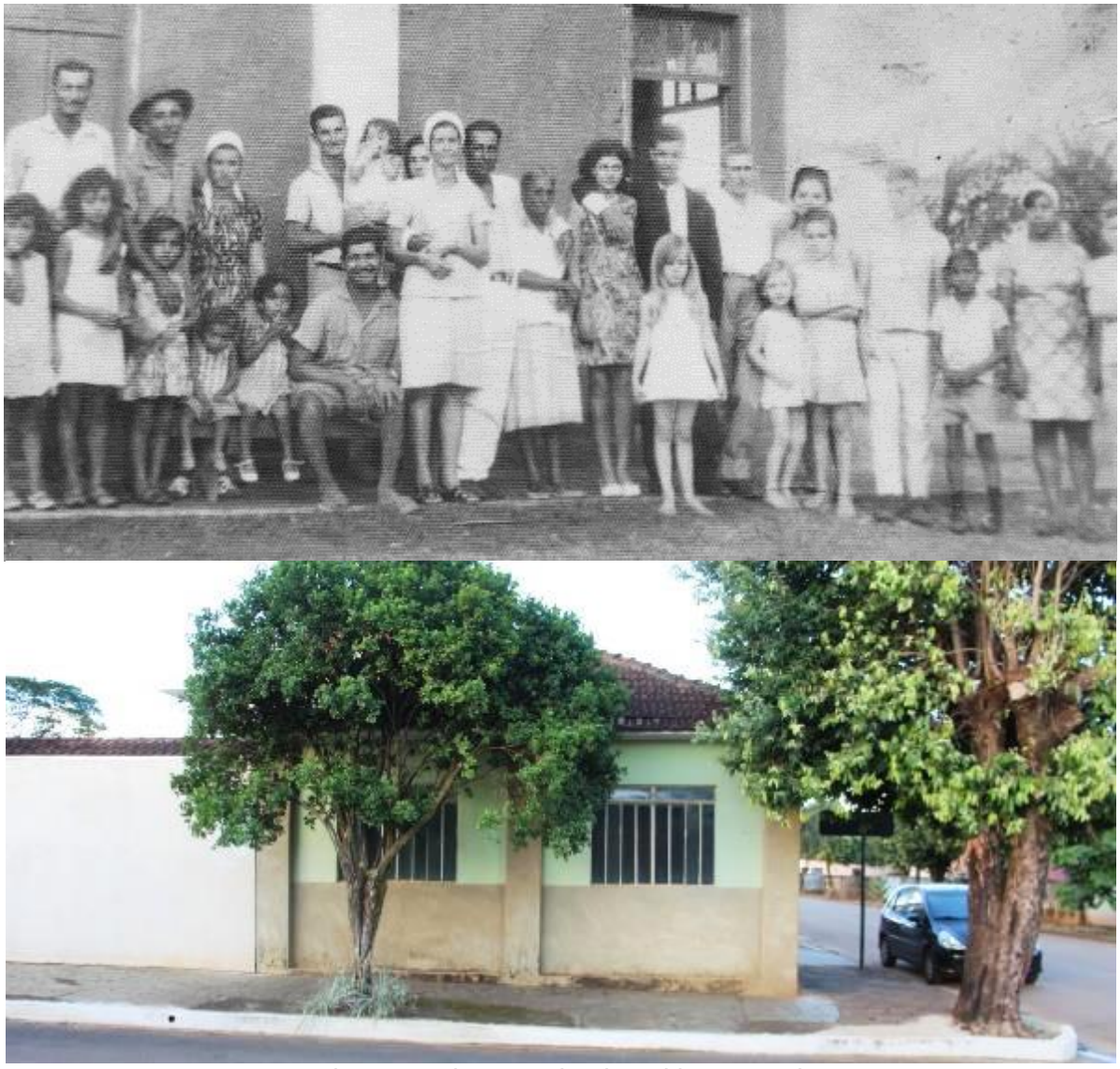
Figura 95. Nave da Antiga Igreja de São Sebastião e interior da igreja de São Rafael, em: a) a década de 1960; b)1990; c) 2024

Fonte: a) Acervo de Fânia Mara; b) Acervo da Família Amaral; c) Acervo do autor

Figura 96. Acesso à Cidade / Rotatória, MG-060, em: a) 1994; b) 2024

Fonte: a) Acervo da Família Vargas; b) Acervo do autor

Figura 97. Rua Orestes Cordeiro com rua Elói L. Praça, em: a) a década de 1970; b) 2024

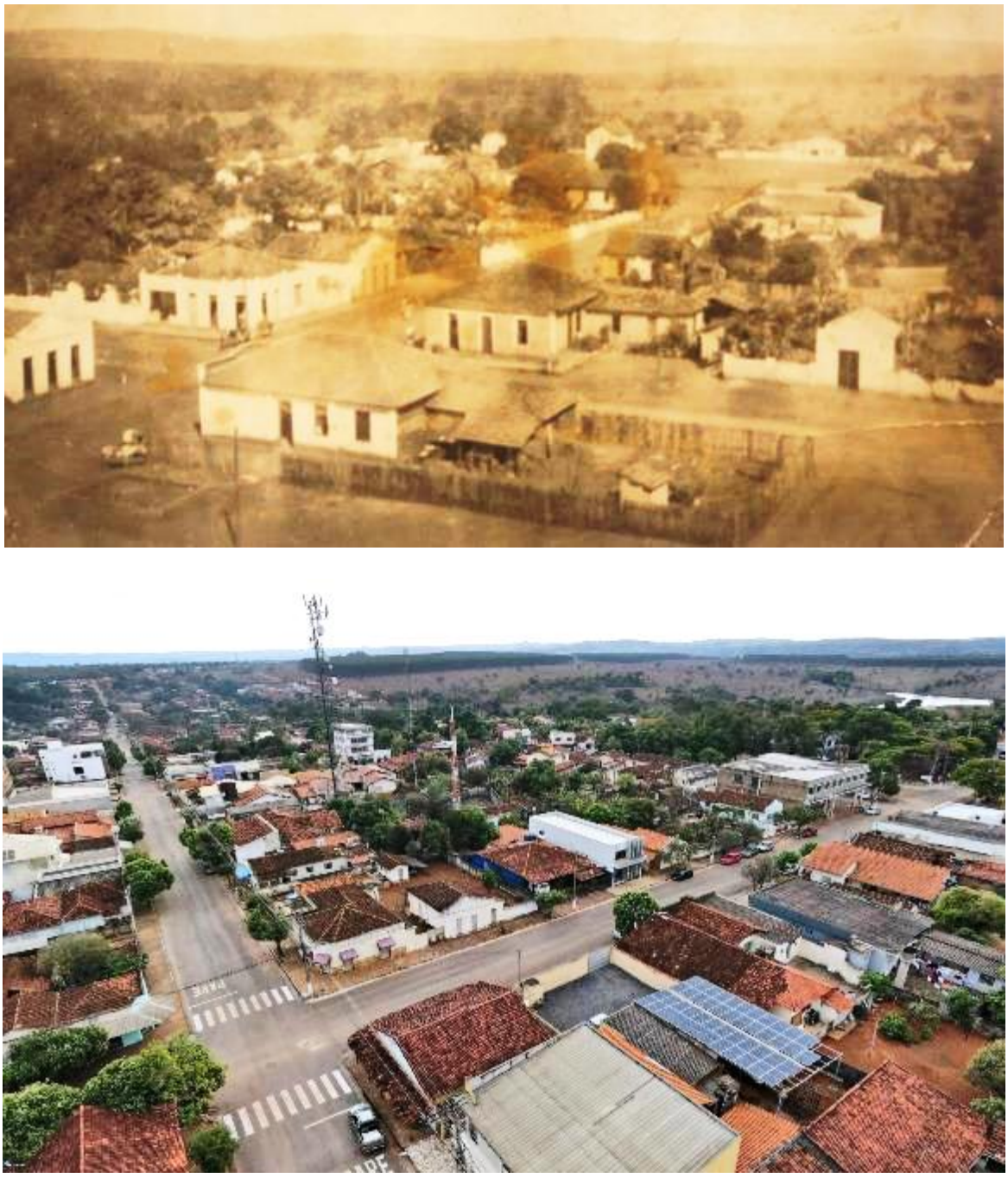


Fonte: a) Acervo de Lacerda Lima; b) Acervo do autor

Figura 98. Aspecto da rua Hipólito Rosa, em: a) 1952; b) 2023

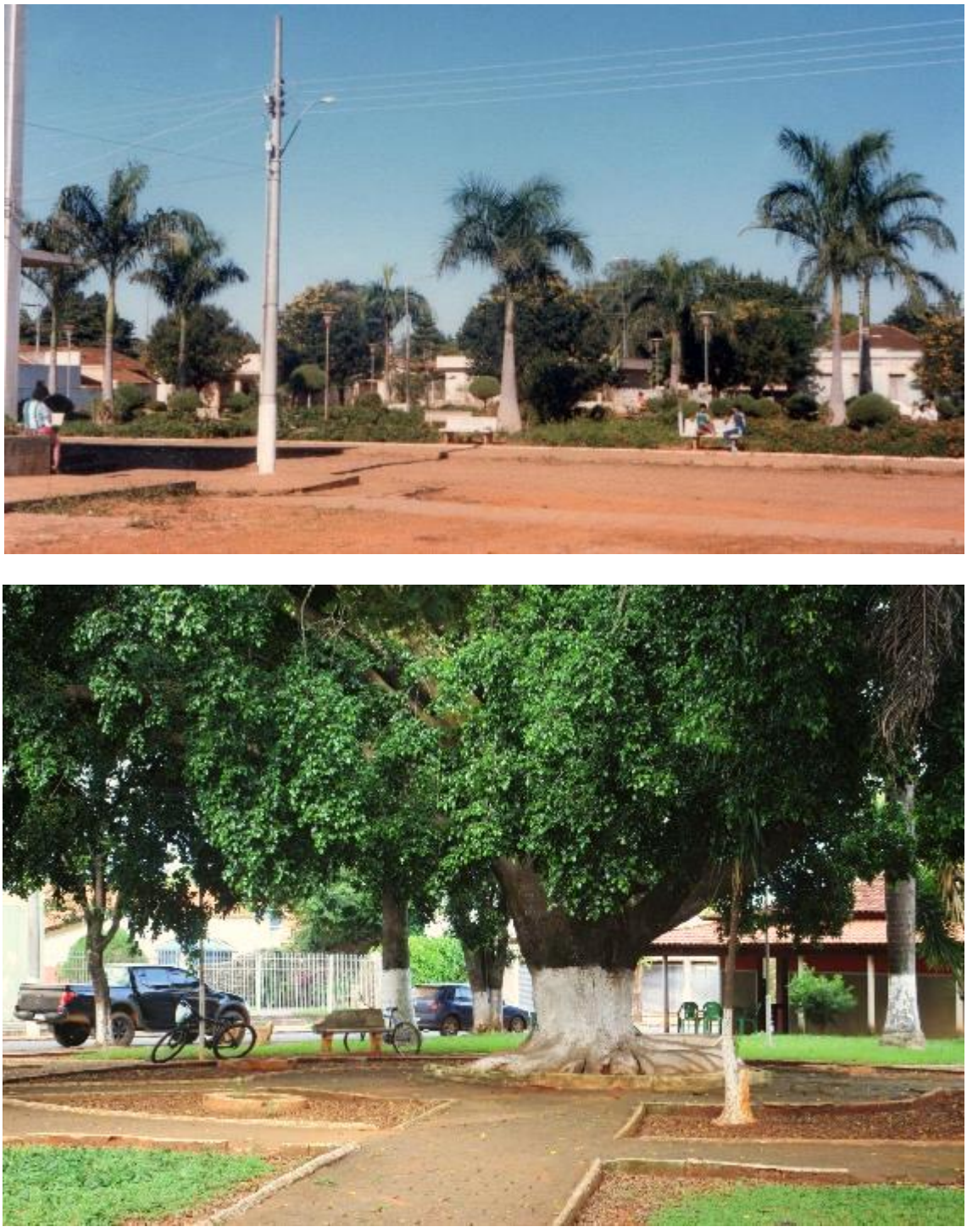
Fonte: a) Grupo Fotos Antigas de Paineiras; b) Acervo Solemon Junior

Figura 99. Foto aérea, rua Hipólito Rosa com rua Camilo Mendonça, em: a) 1955; b) 2023



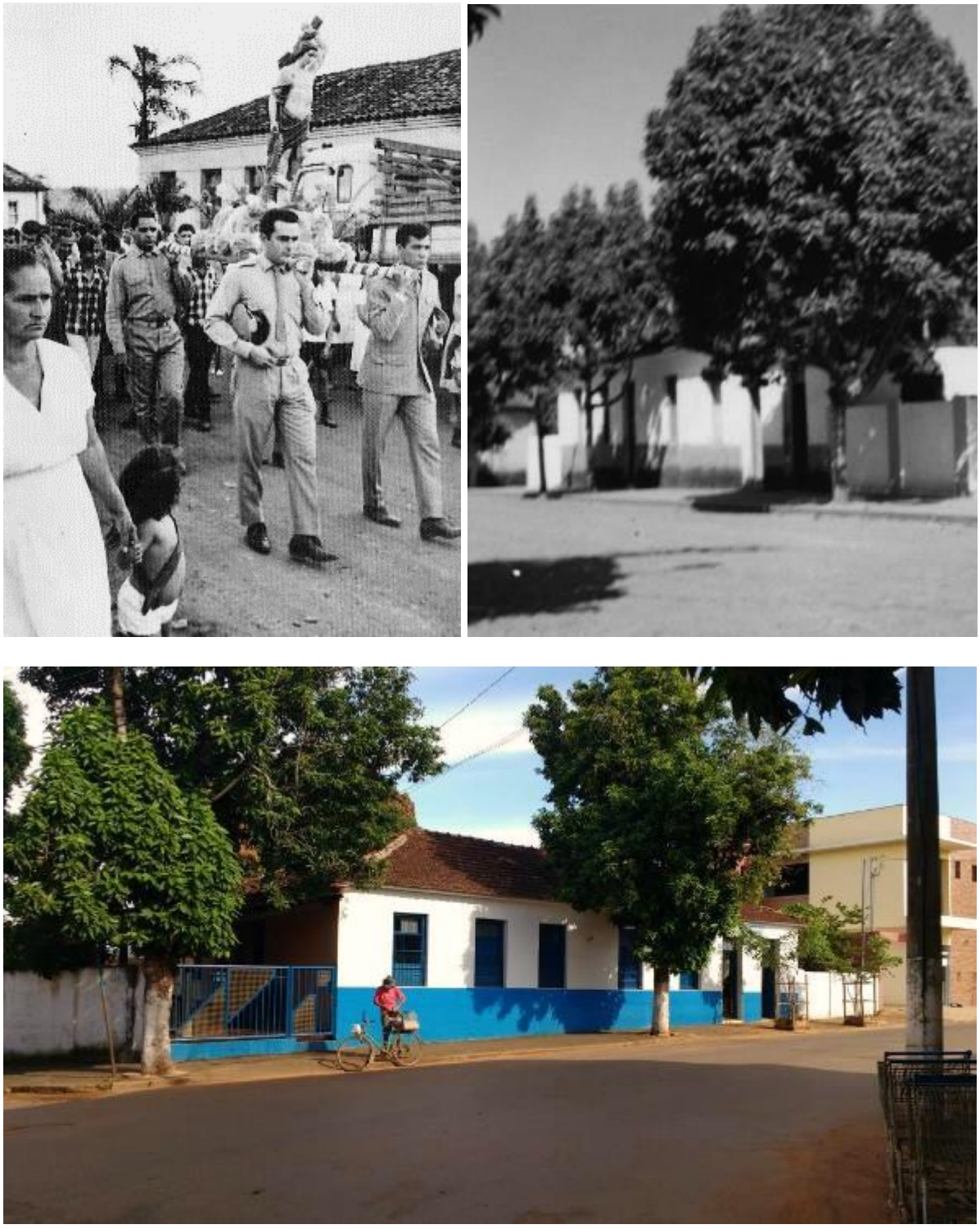
Fonte: a) Acervo da Família Ramiro; b) Acervo Solemon Junior

Figura 100. Praça Farmacêutico Manoel Ferreira, em: a) 1986; b) 2024



Fonte: a) Acervo de Figueiredo Alves; b) Acervo do autor

Figura 101. Rua Deputado Eduardo Lucas, n°396, em: a) 1968; b) 1983; c) 2024



Fonte: a) Acervo da Família Ramiro; b) Acervo do autor

Figura 102. Rua Pedro Lopes de Azevedo, n°396, em: a) b) 1990; c) d) 2022

Fonte: Acervo do autor

Figura 103. Vista da rua Camilo Mendonça, em: a) 1981; b) 2024

Fonte: a) Grupo Fotos Antigas de Paineiras; b) Acervo do autor

Figura 104. Vista da rua Camilo Mendonça, em: a) – déc. de 1970 e 2024

Fonte: Grupo Fotos Antigas de Paineiras / Acervo do autor

Figura 105. Vista da rua Deputado Eduardo Lucas, em: a) a década de 1970; b) 2024

Fonte: a) Grupo Fotos Antigas de Paineiras; b) Acervo do autor

Figura 106. Capela São Sebastião, Serra do Palmital, em: a) a década de 1960; b) 2024

Fonte: a) Família Menezes; b) Acervo do autor

Figura 107. Cooperativa dos Produtores Rurais, em: a) a década de 1980; b) 2022

Fonte: a) IBGE; b) Acervo do autor

Figura 108. Vista da rua Camilo Mendonça, em: a) a década de 1960; b) 2024

Fonte: a) IBGE; b) Acervo do autor

Figura 109. Vista da rua Elói Leite, em: a) a década de 1970; b) a década de 1980; c) 2024

Fonte: a) Acervo da Família Oliveira; b) Acervo do autor

4 O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL PARTICIPATIVA

De acordo com Salvador Muñoz Viñas (2021), o que definitivamente define tanto a conservação quanto a restauração não são suas técnicas ou instrumentos, mas sim a intenção subjacente à execução de determinadas ações: o cerne da questão não reside no que é feito, mas sim na finalidade com que é realizado (Muñoz Viñas, 2021, p. 25).

Assim, o patrimônio cultural edificado não se resume a um simples conjunto de edificações e práticas, configurando-se também como uma construção e prática social participativa. Esse conceito ultrapassa a materialidade dos edifícios e locais, englobando o valor simbólico e histórico que a sociedade lhes atribui.

A seleção e conservação de bens patrimoniais são processos que devem envolver a colaboração e o consenso de diversas esferas sociais. As decisões, por conseguinte, devem ser moldadas por uma série de fatores, dentre os quais se destacam a relevância histórica, a importância cultural e o impacto na identidade coletiva, de forma a assegurar a salvaguarda de um patrimônio que verdadeiramente reflita a memória e a essência da sociedade.

A teoria contemporânea propõe uma democracia gerida por representantes social e profissionalmente qualificados a fim de definir efetiva e coletivamente o que é o patrimônio. Trata-se de um processo recíproco de aprendizado, onde o especialista deve dispor de certa latitude para assumir riscos, e não pode limitar-se à aplicação das decisões despóticas.

> De certo modo, a teoria contemporânea tenta erradicar os excessos cometidos por “especialistas” demasiado poderosos, mas isto pode produzir novos problemas. As decisões democráticas podem conduzir à banalização e produzir abusos igualmente lamentáveis. Entretanto, a sustentabilidade intangível ou simbólica somente pode levar à moderação (Muñoz Viñas, 2021, p. 182-183).

A questão de o que determina a legibilidade de um bem cultural, bem como sua autenticidade, que já era objeto de debate desde a fervorosa rivalidade entre ruskinianos e leducianos, encontra apaziguamento provisório entre boitianos e brandianos, começa a ser relativizada por rieglianos, perpassa por cartas patrimoniais e motiva o Documento de Nara de 1994 e a Carta de Brasília de 1995 – esta última

concluindo que “nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado”.

Não obstante suas divergências, essas concepções convergem na ênfase na materialidade dos bens, a qual começa a perder relevância a partir do final do século XX, em razão do fortalecimento da ênfase na espacialidade dos bens e, o que é ainda mais revolucionário, em sua significância para as comunidades. Esse deslocamento conceitual, mais do que uma questão de preciosismo teórico, é um reflexo do avanço contemporâneo nos entendimentos de alteridade e diversidade, e reveste-se de grande importância, dada a centralidade da autenticidade nas políticas, planos, programas e projetos voltados ao patrimônio cultural.

Portanto, o patrimônio cultural edificado é, essencialmente, um produto das narrativas e valores compartilhados que uma sociedade estabelece ao longo do tempo. Esse processo de construção e definição conjunta não só ajuda a preservar a memória e a identidade cultural, mas também contribui para a compreensão e valorização do passado em um contexto contemporâneo.

4.1 Velhas lembranças: história oral e mapas mentais na construção da percepção espacial do passado

> Dirigidos por uma luz desgarrada, tombada de uma estrela sem véu, de um navio errante, ou do próprio Farol, com sua pálida pegada sobre degraus e tapetes, os pequenos ares subiram a escada e farejaram pelas portas dos quartos. Mas aqui, decerto, tinham que parar. Quaisquer que fossem as coisas que pudessem aparecer e desaparecer, o que aqui se encontra é bem sólido. Aqui, podia-se dizer àquelas luzes deslizantes, àqueles ares tateantes que respiram e se curvam sobre o próprio leito, aqui vocês nada podem tocar e nada podem destruir (Woolf, 1927, p. 181, tradução nossa).

Este é um ensaio sobre velhas lembranças, baseado nos estudos de Ecléa Bosi e em seu livro *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, de 1979. Para escrevê-lo, o autor entrevistou diversas pessoas com idades entre 70 e 103 anos. Aliado à essas entrevistas, o autor incrementou outras que vinha desenvolvendo há cerca de cinco anos. Essas pessoas tinham em comum a idade e a paisagem social prevalecente em suas vidas: o município de Paineiras. Elas faziam questão de se identificarem, de falarem de quem eram filhas ou filhos, netas ou netos. Elas se sentiram importantes por transmitirem suas histórias e recordações. Sorriram e choraram durante as longas

conversas. Essas pessoas são o retrato da sociedade interiorana de outrora. A única possibilidade de se viajar e pairar nas camadas do tempo.

> Talvez deva insistir em duas negativas para delimitar bem o âmbito da obra: não pretendi escrever uma obra sobre memória, tampouco sobre velhice. Fiquei na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos (Bosi, 1979, p. 3).

Para dar continuidade a este capítulo e aos estudos decorridos dele, percebeu-se a necessidade de considerar o contato com aqueles que viram Paineiras ser erigida e foram testemunhas das transformações ocorridas na cidade. Sobressai-se a importância de abordar a paisagem urbana e sua história a partir de “velhas lembranças”.

> Não se trata de uma obra com proposta de amostragem: o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal. Desde sua concepção o trabalho situava-se, portanto, naquela fronteira em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e da sua cultura: fronteira que é um dos temas centrais da Psicologia Social. Não é preciso dizer que o motivo da pesquisa foi explicado com toda clareza ao sujeito, e que ele sempre teve autoridade sobre o registro de suas lembranças e consciência de sua obra. (Bosi, 1979, p. 1)

Essas pessoas, cuja idade transcorreu nas mudanças da paisagem, são portadoras de memórias longínquas, arquivos vivos, guardiãs de um saber crucial no processo de salvaguarda da memória local.

Frisa-se, que essa ordem de exposição, primeiramente com os idosos, e depois com a população mais jovem, dar-se-á por uma maneira prática e pelas diferenças nas abordagens adotadas.

As lembranças não são apenas arquivos de eventos passados, mas um processo ativo de construção das identidades. Nesse sentido, para os idosos, lembrar é também refletir sobre quem são e como suas experiências moldaram suas visões de mundo. Através das narrativas de vida, os idosos não apenas recordam eventos, mas atribuem significado a eles. Isso inclui histórias pessoais que são transmitidas às gerações mais jovens, preservando não apenas os fatos, mas os valores e tradições.

> Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparição de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. (Bosi, 2015, p. 82)

A vista disto, o presente subcapitulo busca transpor a paisagem a um tempo remoto, vivenciado pelos idosos de Paineiras, e tendo em vista a importância das lembranças por eles trazidas, que, na ausência de documentos escritos, se fazem necessárias para manutenção da memória social.

> Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (Bosi, 1979, p. 22)

A história oral, metodologia fundamentalmente adotada nessa pesquisa histórica, analisa os relatos pessoais e testemunhos dos idosos de Paineiras, a fim de reconstruir eventos passados e experiências vividas. Ao capturar narrativas diretamente dos protagonistas dos acontecimentos, a história oral oferece uma perspectiva única e genuína sobre momentos históricos, muitas vezes ausentes em fontes documentais formais.

Além de preservar a diversidade de vozes e experiências que podem não estar registradas em textos escritos, a história oral enriquece o entendimento histórico ao revelar detalhes íntimos, emoções e interpretações pessoais dos eventos. Essa abordagem não apenas complementa, mas também desafia e enriquece os registros históricos estabelecidos, garantindo que uma ampla gama de histórias seja contada e valorizada ao longo do tempo.

> Muitas lembranças, que relatamos como nossas, mergulham num passado anterior a nosso nascimento e nos foram contadas tantas vezes que as incorporamos ao nosso cabedal. Entre elas, contam-se feitos dos avós, mas também nossos, de que acabamos “nos lembrando”. Na verdade, nossas primeiras lembranças não são nossas, estão ao alcance de nossa mão no relicário transparente da família (Bosi, 2015, p. 425).

Isto posto, adota-se para essa etapa do trabalho, a metodologia dos Mapas Mentais, estudada por muitos autores desde sua criação. Nesse contexto, a observância se dá no fato de que estes mapas podem ser instrumentos de representação da paisagem, rememoração social.

A importância dessas representações imagéticas no estudo dos lugares e a partir das vivencias daqueles que os habitam são muito abordadas por Kevin Lynch, um dos primeiros estudiosos a trazer essa metodologia, em seu livro "A Imagem da Cidade", publicado em 1960, no qual ele investigou como as pessoas percebem, organizam e dão sentido aos espaços urbanos, descobrindo essa forma de representação muito eficaz no sentindo de que não apenas retrata a paisagem, mas também revela uma realidade que não está registrada em lugar algum.

> Nesse sentido, há uma tendência em entender que mapas mentais se tornam mais densos e ricos quando os aproximamos dos espaços de intimidade da pessoa. Os lugares de vivência possuem elementos, resguardados pela experiência e memória, suficientemente claros para classificar uma variabilidade de termos relacionados ao ambiente em questão (De Paula, 2010, p. 06).

O mapa mental é, primeiramente, uma construção histórico-social, representando o que foi valorado particularmente e aquilo que adquire importância espacial no decorrer do tempo. A exploração da memória na criação de mapas revela uma conexão intrínseca entre espaço e tempo. Ao discutir a preservação do patrimônio urbano, esses mapas permitem registrar a visão contemporânea do ambiente, tornando o passado presente e destacando aspectos do território significativos para seus criadores.

A história é, sobretudo, um ponto de vista. Nesse sentido, ao conceber e produzir mapas mentais, o autor decide como contar a história a partir de sua maneira particular, com liberdade quanto à representação.

> Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de História que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da História oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (Bosi, 1979, p. 1).

A exemplo disso, pode-se verificar nas práticas abordadas neste trabalho que ao desenharem as lembranças acerca da cidade e a partir de suas recordações individuais, emergem percursos cotidianos, com evidência a locais onde trabalharam, moraram e fizeram parte do passado. Nota-se edificações isoladas e diversos contextos, muitas vezes distintos entre si, mas que se correlacionam e correspondem em lugares fundamentais à memória coletiva de uma comunidade que compartilha o mesmo espaço urbano.

Segundo Bosi (1979), apesar da influência da memória coletiva, é o próprio indivíduo quem recorda e dá significado às camadas do passado acessíveis a ele, retendo objetos que têm valor pessoal dentro de um contexto compartilhado. Nesse contexto, os mapas mentais são particularmente úteis em pesquisas que seguem uma cronologia estruturada, pois permitem uma narrativa mais abrangente.

Especialmente entre os moradores idosos, que possuem uma vasta experiência e vivência local, essa metodologia ajuda a identificar e selecionar as histórias mais representativas do lugar. Ao escolher quais vivências são mais significativas para contar, os idosos oferecem uma perspectiva única que enriquece a reflexão sobre as mudanças ocorridas no território ao longo do tempo.

> Nesse sentido, a construção desses mapas permite uma caminhada no passado, mas com forte atenção para o presente, fazendo com que os(as) idosos(as) possam perceber as transformações vividas pela cidade ao longo do tempo. (Leandro; Canto, 2019, p. 79).

A partir dos mapas mentais, procurou-se representar os elementos locais, urbanos ou rurais, que compõem a experiência de vida dos residentes. Esses elementos podem estar presentes no cotidiano das pessoas ou remeter a aspectos do passado que ainda têm relevância, contribuindo para seu sentimento de pertencimento à comunidade.

As diferentes representações, abordagens e contextos são notórias graficamente, entretanto considera-se o mais importante para a pesquisa compreender a percepção dos moradores idosos locais. Isso permite identificar o que ainda é significativo em suas vidas hoje, o que seria fundamental para orientar políticas eficazes de preservação do patrimônio urbano.

Buscou-se explorar essas questões através das vivências, destacando a importância de compreender a cidade do passado pela percepção das mudanças urbanas ao longo do tempo e pelo relacionamento que essas pessoas desenvolveram com a paisagem urbana. Ao todo foram entrevistados 25 idosos e desenvolvidos 10 mapas mentais, que serão apresentados juntamente à experiência.

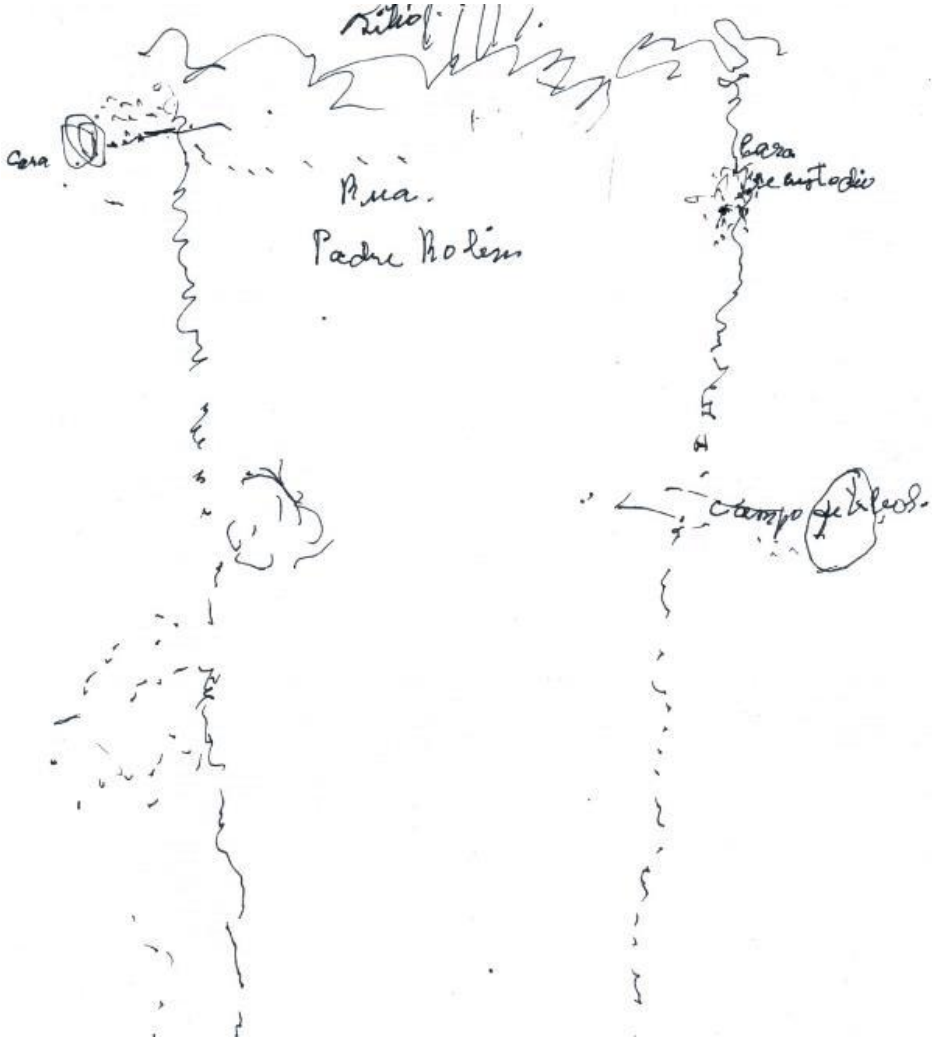
Muitos dos idosos não puderam representar seus mapas devido a limitações visuais, ou se negaram por afirmarem, veementemente, que não sabiam desenhar. No entanto, alguns, apesar das dificuldades, estavam dispostos a compartilhar suas experiências através das representações gráficas, às vezes acompanhadas de anotações, que refletiam suas vivências e memórias na cidade, destacando o que mais os marcou no passado.

O primeiro mapa apresentado retrata Paineiras ainda como distrito, onde a autora desenhou sua primeira residência, rodeada por mata e trilhos estreitos que levavam para outras localidades e a capela, bem como a primeira casa que foi construída nos intermédios e a antiga rua Padre Rolim.

Apesar de alguns pontos desenhados já não se encontrarem presentes na cidade atualmente (como a casa do Sr. José Custódio, a primeira casa da autora e a capela), o percurso é muito claro para quem conhece um pouco da história de Paineiras.

> *Isso aqui era a primeira rua, essa que agora sobe aqui, a João Honório. Pra cá não tinha nada, era só mato. Aqui é o cemitério hoje, nessa época era matinho, o cemitério era lá onde é a prefeitura. [...] Não tinha casa, sabe? A primeira casa que tinha aqui, embaixo ali, era do Zé Custódio, antigo. [...] Só tinha essa rua aqui. O trilho vinha do matinho, que era a fazenda do Sô Mundinho. Mas tudo aqui não tinha nada, Alex. [...] Tudo era mata, tudo era mata. Não tinha rua, era uns trilho, a gente passava pra ir para as fazendas. A gente tinha uns trilhos pra gente passar. A gente passava no campo pra sair lá na Celestino Nunes. Nessa época não tinha a Celestino Nunes, não tinha nada. Pra lá que tinha alguma casa, pra lá. Saia lá na igreja do Rosário, ali na praça da Prefeitura.* (Informação verbal, 85 anos, 12° entrevista, 2024)

Figura 110. Mapa mental da 12° entrevista



Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

É importante observar como a evolução urbana é simbolizada por ela, seja deixando uma lacuna no desenho, para representar o início do desenvolvimento urbano, ou enfatizando o que antes eram áreas de mata, há sete ou oito décadas atrás.

Essa primeira experiência foi fundamental para entender como as memórias individuais se relacionam com a paisagem urbana e a maneira de fazer a abordagem durante as conversas e atividades. A maioria dos entrevistados demonstrava orgulho em suas lembranças, mesmo que considerando os desenhos sem beleza, valorizaram sua utilidade.

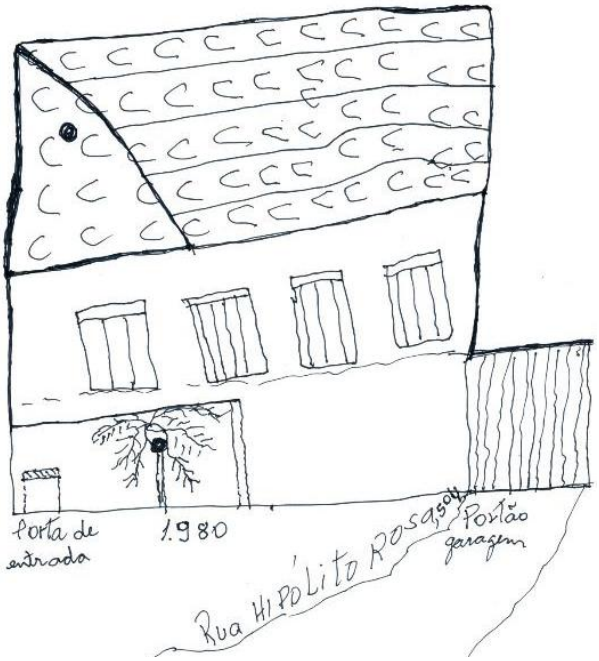
Pôde-se, nessa conjuntura, compreender o quanto a participação nessa etapa aproxima as pessoas de qualquer processo relacionado ao lugar onde viveram e vivem. Além de ganharem propósito ao se depararem com alguém interessado em suas histórias, os idosos se sentiam na obrigação de narrar o passado da maneira mais fiel possível, de acordo com suas vivencias. Muitos choraram, sorriram, se emocionaram ao reabrir gavetas de suas histórias.

Cada idoso revela sua própria perspectiva, única, ao narrar sua relação com a cidade. Alguns desenhos expressam de forma geral os percursos do passado (antigas ruas, trilhas e caminhos), enquanto outros destacam suas primeiras residências, as edificações que os marcaram e não existem mais, o traçado de antigas ruas, objetos ou edifícios isolados e específicos.

Foi possível perceber a antiga Igreja de São Sebastião e a Capela em quase todos os mapas, sempre citadas como grandes perdas na cidade. Além disso, todos os entrevistados ressaltaram as dificuldades de se viver em um povoado com poucos recursos e tantas dificuldades. A maioria não teve acesso a estudos e começou a trabalhar ainda criança, mas todos mencionaram sentir saudades daquele tempo, com toda a família reunida. Todos os entrevistados relataram ou desenharam a primeira casa que viveram, a casa de seus pais, e a partir disso foi possível verificar que nenhuma das edificações foi mantida, evidenciando o processo de esvaecimento tratado no decorrer do trabalho.

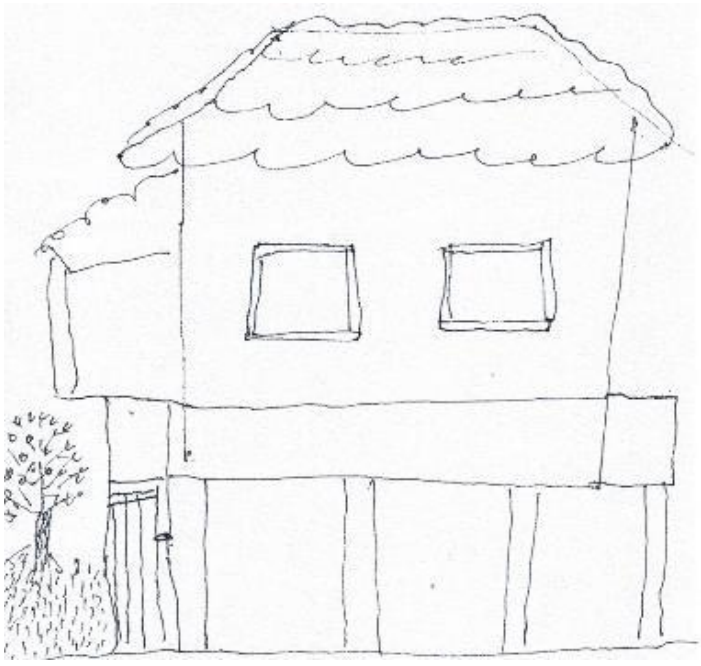
> *Se for uma coisa pra eu deixar de lembrança, você tinha que reformar sem tirar aquela característica de antigamente, sabe? Por exemplo, trincou? Você vai lá e passa uma massa. A telha quebrou? Você vai lá e arruma. E deixar, sabe?*
>
> *A casa do Sô Manel e do Sô chico são importantes pra história de Paineiras. A da minha mãe era antiguíssima, feita só no barro. Essa aqui. Ela já existia, mas meu pai continuou reformando alguma coisa. Tinha até cisterna. O chão era amarelão e chão duro, vermelhão. Só na sala que tinha uns quadrinho assim, aqueles antigo, ladrilho. No terreiro da porta da cozinha tinha cisterna, era toda tijolada. Mas hoje tá aquele tanto de loja ali. Eu acho ruim, no fundo eu acho, eu precipitei, eu não precisava ter vendido, mas eu precisava fazer faculdade [...]* (Informação verbal, 21° entrevista – 67 anos, 2024).

Figura 111. Mapa mental da 21° entrevista



Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

Figura 112. Mapa mental da 17° entrevista



Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

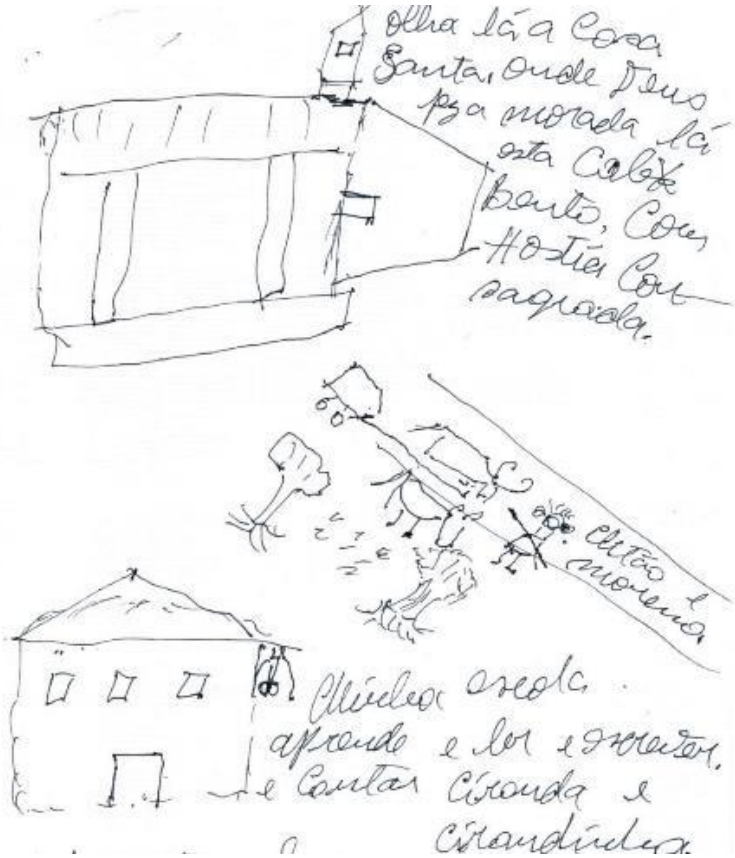
> *Eu nunca esqueci. Você sabe que quando a gente tem uma certa infância e é ligado à infância, você lembra de tudo, né? Isso na roça. Ela levava nois, cada um pra sua cama e ficava lá com nóis. Nóis era oito. Eu devia ter uns cinco, seis anos.* (Informação verbal, 17° entrevista – 78 anos, 2024)

No mapa anterior, a entrevistada contou sobre sua vida na fazenda, junto de seus pais e da única avó que conheceu. Ela demonstrava um domínio muito grande quanto aos detalhes, narrava as cenas como se as revivesse. No decorrer da conversa mencionou sobre a demolição da antiga Igreja de São Sebastião e falou com pesar a respeito da primeira casa de seus pais no povoado, demolida há décadas.

No mapa a seguir, o entrevistado demonstra um retrato da infância de quase todos os entrevistados: a relação entre a vida no campo e a vida no meio urbano. Ele descreve a relação que possuía com o povoado e como era seu cotidiano diante dessa conexão com o não urbano. Junto de sua mãe sempre se dirigiam da fazenda até Paineiras, em dias de missa ou festas religiosas. A igreja os causava grande encantamento e ele lembra com saudades do tempo da escola, localizada em frente à capela que cedeu lugar à praça da prefeitura. Além da relação com o local de moradia, o autor do mapa desenha a si mesmo e mostra de forma bem pessoal como sua vivência se relaciona com a escola, a capela e a Igreja Matriz, pontos marcaram sua infância.

> *Tudo era mato. Só vinha na Paineira de carro de boi. O trem que eu mais gostava de ver era essa cruz. E aqui era a janelinha. Hora que a mãe via a janela, ela falava assim: lá está o cálix bento, com a hóstia consagrada! Gente, eu lembro dela assim. Eu lembro era dos postes, dos trem que tinha no meio, e eu ficava rodando, brincando de roda lá dentro. [...] Aqui tem a sacristia, como que eu faço a sacristia? Ai, Deus vai me ajudar que eu vou fazer a sacristia. Ai, ai! Que trem mais feio! Mas não é duda não, deixa eu! Ah! Olha lá a casa santa, onde Deus fez a morada. Minha mãe em riba do cavalinho branco, ela falava: olha lá a torre da igreja! Olha que lindo, lindo demais!*
>
> *Aqui era a estrada. Como é que eu desenho esses boi? Faz de conta que eu lá vou embora. Faz de conta que eu lá vou embora já. Ai, desenhar esse carro que não tá fácil. A mesa era assim. Precisava desenhar outro boi. Pode por o nome deles? Precisava por eu guiando, porque eu guiava eles. Os cabelo esgandaiado! Eu tenho que me interpretar. E a vara de ferrão e eu guiando os boi, Chitão e Moreno. Agora aqui era mato. Tinha mato demais, não era pouco não. Tinha onça pintada, calango, tatu-canastra. Era uma vida difícil.*
>
> *A capelinha, aquela era engraçadinha demais. Era janela pura. Era três janela, nera não? A porta da frente era grandona. O sino era pendurado no canto. Aqui que era minha escola. E cantar ciranda, cirandinha, pode escrever? Ah, se eu subesse desenhar eu agarrado na mão dos menino cantando: ciranda, cirandinha, vamos todos... faz setenta anos.* (Informação verbal, 16° entrevista – 78 anos, 2024)

Figura 113. Mapa mental da 16° entrevista



Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

O mapa ressalta a realidade de grande parte dos paineirenses que moravam em sítios e fazendas e tinham que ir a cavalo ou carro de boi para o povoado, a fim de fazerem possíveis compras, estudarem ou participarem das celebrações.

Faz-se perceptível a relação entre a área urbana e a zona rural em cidades pequenas, principalmente compreendendo que grande parte dos idosos nasceram e passaram parte da vida morando em fazendas.

Outro ponto a ser assinalado é a forte relação com a religiosidade, materializada nas igrejas. Para todos os vinte e cinco entrevistados, a religiosidade era o que mais unia o povo na localidade. As festas da igreja eram sinônimo de encontro. Era nesse momento que aqueles se viam, trocavam experiências, vendiam quitandas e biscoitos. A igreja não era sagrada apenas em sua imaginária sacra, mas também em concepção social, em conjunto, em vivência.

Muitos dos entrevistados narraram o cotidiano na cidade, como funcionavam os pontos comerciais, como viajavam para outras localidades, como chegavam os

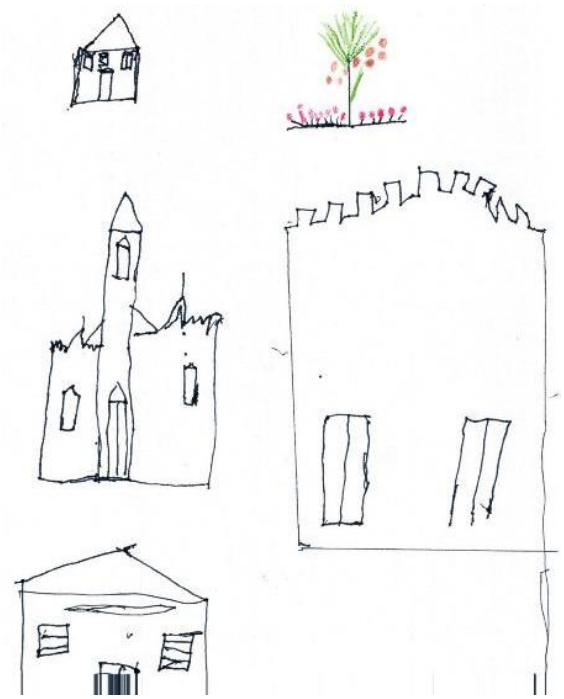
produtos comercializados e como eram as práticas do dia a dia sem a distribuição de energia elétrica.

A 19° entrevistada, no mapa a seguir, traz um pouco da dinâmica social local, descrevendo sobre a padaria de seu sogro, a primeira de Paineiras, também citada por outros entrevistados.

A princípio, apresenta um desenho da primeira casa que viveu no povoado, muito modesta e coberta de palhas, como muitas do povoado. Seguiu então com o desenho de um coqueiro, espécie vegetal muito comum na localidade. E depois representou a Igreja de São Sebastião, onde se casou aos quinze anos de idade. Por fim, desenha a casa de seus sogros e a padaria que era dirigida por eles, respectivamente e reforça o fenômeno do esvaecimento patrimonial: todas edificações citadas por R.F.S. foram demolidas.

> *Foi a primeira padaria na Paineira, foi a dele. Era lá onde era aquela casa...Tudo manual... Ele era inteligente pra daná. Na época que ninguém falava em energia elétrica, a padaria dele era iluminada por lâmpadas. Através de um cata-vento de uma roda de bicicleta, um gerador que ele adaptou ele, e o trem rodava, rodava e a fiação ficava quietinha. Ele fazia e o trem dava certo. Durante a noite a padaria era iluminada por lâmpada de 12W, e era a noite inteira, ficava a noite inteira três lâmpada, quatro lâmpada lá na padaria, desse jeito.* (Informação verbal, 18° entrevista – 78 anos, 2022).

Figura 114. Mapa Mental da 19° entrevista – 77 anos



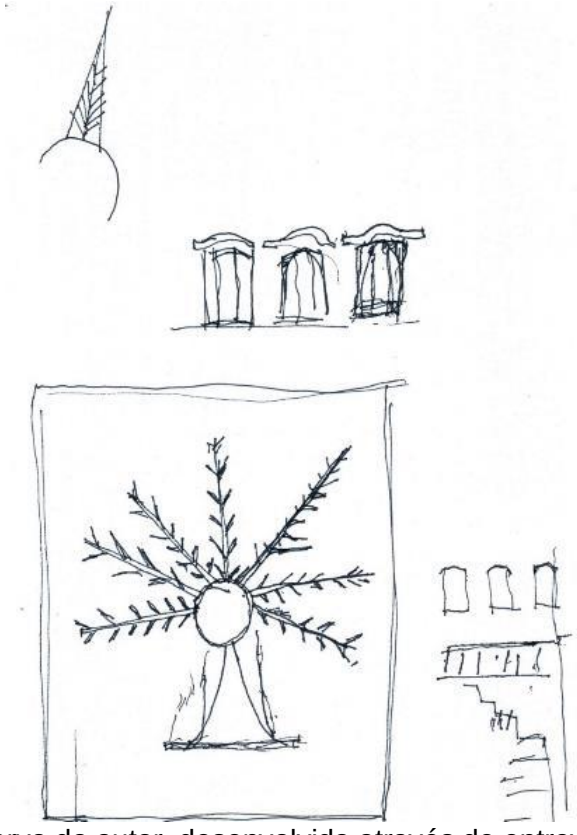
Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

As entrevistas desenvolvidas reforçam o que foi trazido no capítulo sobre a história de Paineiras: é possível observar que o povoado se desenvolveu a partir da edificação da igreja, e que além dela, o núcleo urbano era composto de poucas e pequenas casas, implantadas em lotes com grandes quintais, que aparentemente continham hortas e pequenas produções de alimentos para subsistência.

A 14° entrevistada ressalta esse percurso evolutivo ao desenhar um mapa com suas recordações a respeito do paço que deu origem ao povoado, sua capela, seu adro cercado por lascas de aroeira e a paisagem confinante.

> *A madeira era dessa cor escura, o forro todo da igreja, ele era meio abobadado, fazia uma quebra. Naquelas quebras eles fizeram um ostensório. Em cima ele fazia uma parte reta, nesta parte reta o artista lá, que era o Sô João Pinto, pai do Antônio Pinto, avô da Celina do Dade. Isso tudo, em pequeno, a gente escutava na nossa casa. No ostensório, a parte da hóstia era mais ou menos assim, uma hóstia do tamanho dum bacião, grandão, e os raios, os raios eram todos assim, saia o raio cheio daquelas arestas assim do lado, sabe? Aqueles raios lindos, tudo em pau marfim, branquinho. Presos no forro. O ostensório era enorme, e eu ficava lá, olhando pra aquilo, e o tio Joaquim depois me contava: quem fez isso aqui... eu ficava encaboladinha com a beleza daquilo.* (Informação verbal, 14° entrevista – 83 anos, 2024).

Figura 115. Mapa Mental da 14° entrevista, parte 01.

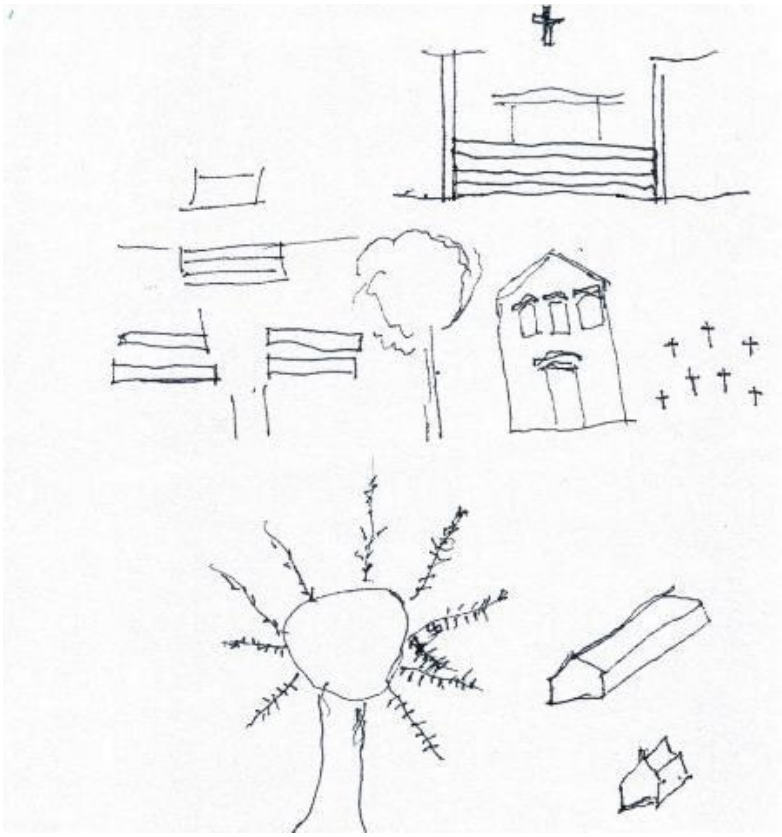


Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

O cemitério era aqui. A capela era no meio, de cá era uma parte do cemitério e daqui era outra parte do cemitério. Desse lado, tinha uns túmulos, pequenininho, baixinho, mais ou menos assim, da largura mesmo de uma sepultura, só que eles fizeram assim, uma casinha de cimento, subiram as paredes, fecharam de cá e de lá, e fizeram assim duas lajotas de cimento cobrindo. Não tinha cruz, nem nada. Elas num davam nem no seu ombro, era umas casinhas pequena. Mas elas eram assim, fechadinhas, muito tristes, e num tinha nem o nome da pessoa. Era uma coisa de cimento bruto. Mas num entrava, não tinha porta, não tinha nada. Era um marco de que tinha alguém enterrado ali.

No cemitério tinha um Cruzeiro na praça. Ele já era muito velho aquele cemitério. Cá perto da prefeitura, era a capelinha, lá tinha um túmulo chato. Esse túmulo, ele tinha aqui uma laje e aqui ele subia e tinha uma cruz. A cruz o povo quebrou ela, acho que era mal feita. E aqui era uma laje chata, larga, ela era mais que uma porta, umas duas portas, talvez um tumulo que eles quisessem enterrar mais gente da família. Mais rústico, só cimento, não tinha granito, não tinha mármore, não tinha nada. [...] Na hora do recreio a gente corria, e subia nessa laje, no túmulo. Então os menores corriam na frente, os grandes empurrava a gente pra chegar a gente lá em cima. E a gente recitava poesia, cantava, fazia teatro, em cima do tumulo lá. Só tinha esse grandão, esse nós gostava dele, os outros nem! Era preto de musgo, feio demais, a gente nem chegava perto deles. Só passava e via eles ali, quietinho lá. Esse cemitério eu não era nascida quando ficou desativado (Informação verbal, 14° entrevista – 83 anos, 2024).

Figura 116. Mapa Mental da 14° entrevista, parte 02.

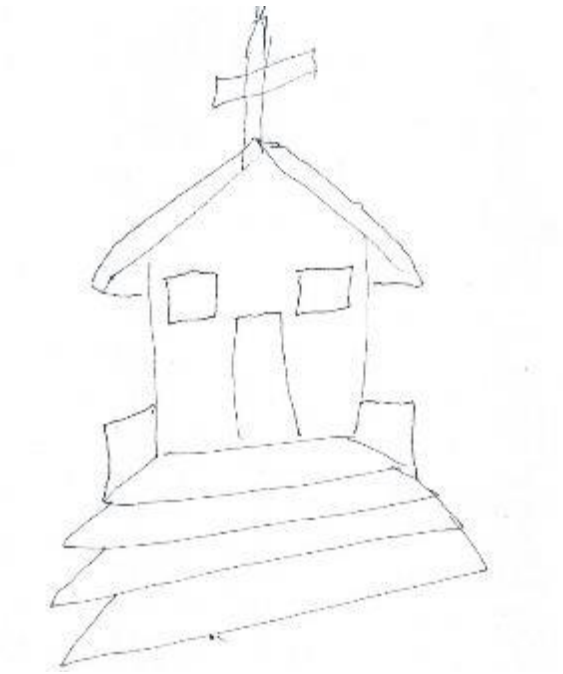


Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

Assim como alguns mapas indicam um percurso ou mostram elementos de forma segregada na representação, outros destacam pontos específicos que são considerados significativos na jornada dessas pessoas na cidade, seja relacionado ao trabalho, lazer, residência ou partes frequentemente vistas na paisagem de suas vidas.

O mapa a seguir demonstra o que foi posto: há uma representação de elemento isolado, considerando o que mais marcou sua história pessoal em Paineiras. A capela de São Sebastião foi novamente representada, dessa vez de forma simbólica, sem o preciosismo de se chegar em algum grau do realismo.

Figura 117. Mapa Mental da 15° entrevista



Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

> *O forro parecia um madeirite fino, embageado igual foia de porta assim, ó. Tinha até essas frisa. Muito bem feita na marcenaria, era forro que vinha dessas cidade adiantada de longe aí. [...] Eu lembro é de um lampião que usava lá, em vigência dessas beatona, essas viúva antiga, muito rica, e num queria assim, meio escuro, tá entendendo? As veiz era noite, ou madrugadinha, inda precisava duma claridade. E tinha os degrau de subi no poste do travamento onde era dependurado o sino. O degrau do sino era de fora da capela, beirando o pilastra do canto da esquerda, no chegar. Tinha um pau de cedro muito grande, muito bonito, lá perto, pra cá perto do grupo da escola, tinha tres pé de manga, naquele tempo. Os padre rezava virado, mas num era o tempo todo não, era uma cerimônia que eles fazia ali, um compromisso deles. E as mulheres de véu. As viúva era preto. (*Informação verbal, 11° entrevista – 85 anos, 2021).

Nos mapas que seguem, desenvolvido a partir da 15° e 22° entrevistas, foram representados edifícios comerciais, como a antiga venda do Sr. Antônio Pinto, descaracterizada pelo tempo; festas populares, como a discoteca Bola Branca; e o símbolo da cidade: as árvores paineiras. Além disso frisaram a história da pensão que a mãe possuía quando Paineiras era ainda povoado e narraram as práticas daquela época bem como a importância da antiga capela e da Igreja demolidas.

> Mãe cozinhava muito bem. A comida era um preço e a cama era outro. Tinha lá uns seis quartos. Passava muito boiadeiro, tocando a boiada, ô saudade. Ficava dias e noite. Caminhão de carvão, viajante de tecido...
> Com quinze anos eu vim pra cá [...], depois o Ernesto Ribeiro comprou a casa e foi aí que abriu a pensão, eu devia estar com dezesseis anos, dezessete. [...] Foi nos anos sessenta, vinte e dois anos que minha mãe tocou essa pensão. (Informação verbal, 15° entrevista – 80 anos, 2024).

Figura 118. Mapa Mental da 22° entrevista

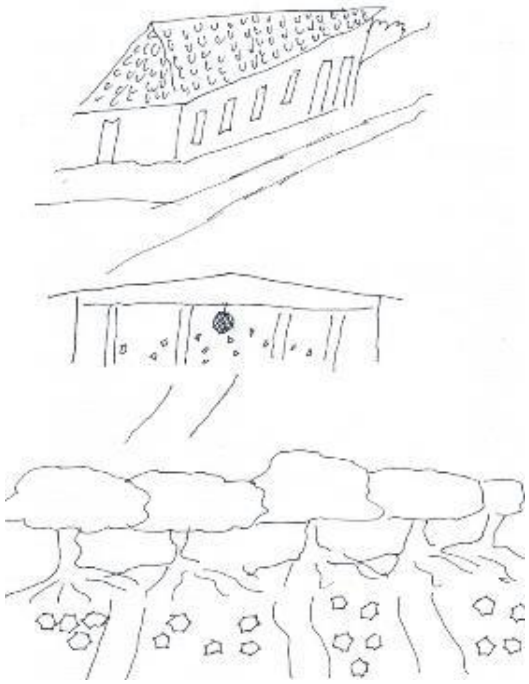
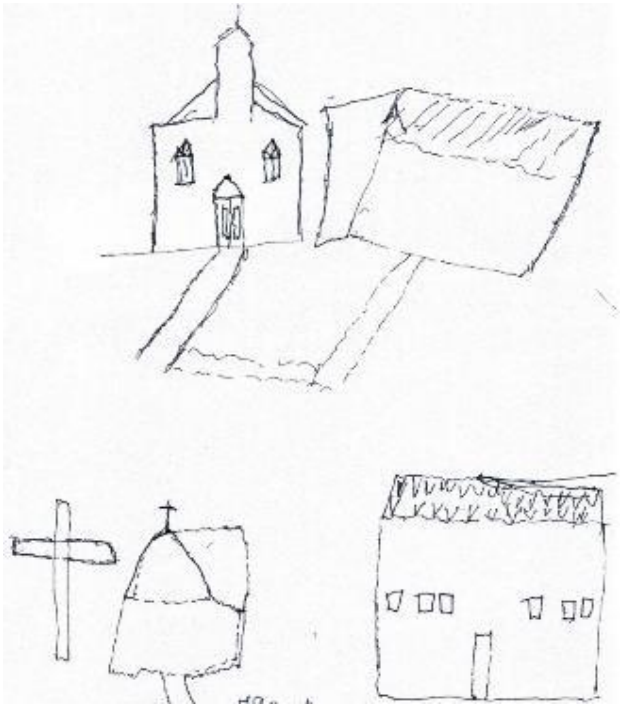


Figura 119 Mapa Mental da 15° entrevista



Fonte: Acervo do autor, desenvolvido através de entrevista, 2024.

Como já tratado no subcapítulo *Entre o esquecer e o lembrar*, a memória afetiva constitui um elemento essencial da vivência humana, distinto tanto da memória intelectual quanto da sensorial.

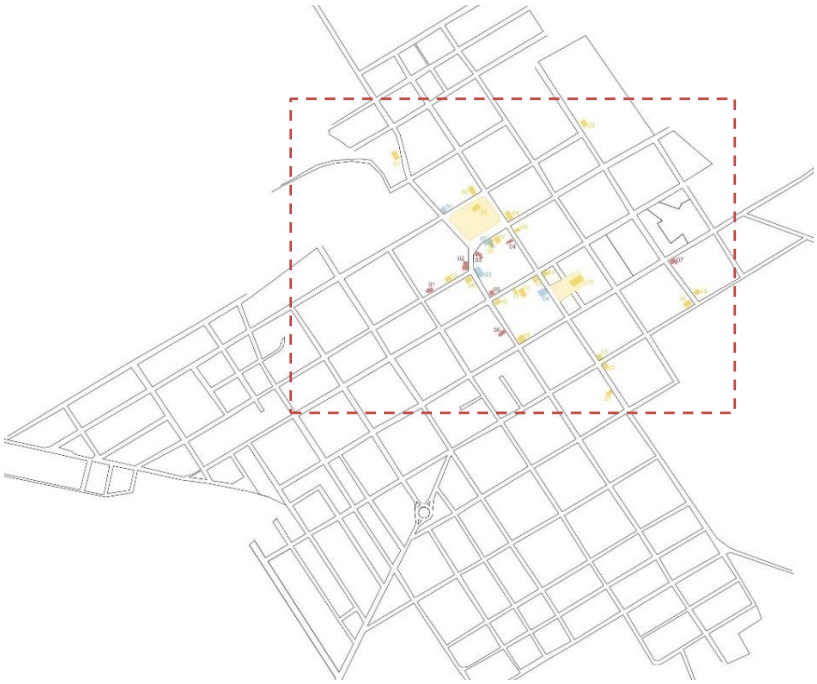
Théodule-Armand Ribot sugeria que as emoções e os afetos são resgatados

na consciência de maneira distinta das percepções sensoriais e das memórias declarativas. Ele argumentava que evocar voluntariamente uma memória afetiva difere significativamente da evocação de uma memória sensorial ou intelectual, destacando que as tentativas de recordar um estado emocional passado frequentemente dependem da autossugestão do que de uma simples reprodução da experiência afetiva original.

Portanto, ao reproduzirem antigas lembranças a partir de mapas mentais, os idosos entrevistados evocam essa memória afetiva, principalmente ao desenharem o que mais os marcou no passado e narrarem as histórias registradas emocionalmente.

Após a experiência e análise dos mapas, as edificações mencionadas pelos entrevistado foi mapeada em relação à zona urbana de Paineiras, possibilitando identificar as localizações no território e caracterizar seus estados como mantidas (aquelas que se mantiveram com poucas ou quase nenhuma alteração no decorrer temporal), descaracterizadas (aquelas que foram muito alteradas e sofreram intervenções mais acentuadas) e demolidas (aquelas que evidenciam o processo de esvaecimento patrimonial e foram destruídas). Pode observar esses apontamentos a partir do mapa a seguir

Figura 120. Mapeamento de Edificações Citadas



Fonte: Autor, 2024.

Figura 121. Recorte Mapeamento de Edificações Citadas

DEMOLIDAS:
01 - CASA E VENDA CHICO FERREIRA
02 - CASA D. MARIA E JOÃO BATISTA (PICA-PAU)
03 - CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO DAS PAINEIRAS
04 - CASA/COMÉRCIO DO SR. TORQUATO S. DE ALMEIDA
05 - CASA VICENTE MACHADO (ALFAIATE)
06 - VENDA DO SR. MÁRIO MORATO
07 - ESCOLA ISOLADA DE PAINEIRAS
08 - AÇOUGUE DO SR. ANTENOR
09 - FARMÁCIA DO SR. HIPÓLITO
10 - CASA FAMÍLIA LIMA
11 - PADARIA DO SR. ANTÔNIO PEDRO DE OLIVEIRA
12 - CASA SR. ANTÔNIO PEDRO E D. NILDA L. GOMES
13 - PENSÃO ERNESTO CORDEIRO
14 - CASA E COMÉRCIO D. MARIA E AGUINALDO MORATO
15 - IGREJA MATRIZ DE SÃO SEBASTIÃO
16 - CASA MARIA FERRÃO E JOSÉ FERREIRA MAIA
17 - BAR/BORDEL DO SR. JOÃO BORBA
18 - CASA DO SR. JOÃO CUSTÓDIO
19 - CASA FAMÍLIA D. MAQUITA LUÍSA DE SOUZA
20 - CASA/COMÉRCIO PEDRO BOIADEIRO
21 - COMÉRCIO JOÃO POLINO

DESCARACTERIZADAS:
01 - CASA DO SR. JOÃO DIAS / HOTEL DIAS
02 - CASA D. TINA E SR. ARMANDO
03 - CASA DO SR. ANTÔNIO PINTO
04 - CASA DO SR. BENÍCIO MARQUES

MANTIDAS:
01 - CASA DO SR. ODILON LEÔNCIO (CHICO DO ARTHUR)
02 - CASA/COMÉRCIO PEDRO RAMIRO
03 - CASA SR. JOÃO LOURENÇO E D. GALDINA / ATUALMENTE DE D. VIOLETA MORATO
04 - CASA SR. MÁRIO MORATO / ATUALMENTE DE D. MARIA
05 - CASA D. NENENGA
06 - CASA D. ZEZÉ
07 - CASA SR. CLARISMUNDO E D. MAQUITA

Fonte: Autor, 2024.

A partir do mapeamento dos pontos destacados nos mapas mentais, observa-se uma concentração significativa de referências na área central, circundando a antiga capela de São Sebastião, onde o povoado teve origem.

Um dos objetivos era investigar quais edificações e paisagens são mais emblemáticas para a comunidade idosa de Paineiras, e se essas representações ainda são fundamentais para sua identidade coletiva. É evidente que as construções mais antigas da cidade ainda permanecem vívidas na memória desse grupo, apesar de muitas terem sido demolidas. No entanto, isso se justifica pelo forte vínculo emocional que desenvolveram com esses lugares: suas próprias residências, a mercearia da esquina, a loja de tecidos onde acompanhavam suas mães, o templo onde praticavam sua fé, a praça onde namoravam, entre outros.

Assim, conclui-se que é possível obter uma compreensão mais profunda do relacionamento desses moradores com o ambiente urbano ao explorar suas experiências, suas recordações e seu sentido de pertencimento local.

> Imagine-se que um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo que pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral... (Bosi, 2015, p. 414)

A atividade de recriar uma paisagem histórica a partir de entrevistas e mapas mentais incentiva os idosos a reavaliarem o ambiente urbano, refletindo sobre o que permaneceu e o que mudou ao longo do tempo. Muitas vezes, eles recordam com intensidade atividades que faziam parte de suas vidas, ressaltando novamente a presença da memória afetiva nesse contexto.

> Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. (Bosi, 2015, p. 452)

Os diálogos com a comunidade de idosos de Paineiras revelam-se essenciais para compreender as modificações na cidade, a morfologia urbana do município e

para formular políticas de preservação do patrimônio mais eficazes. Políticas essas fundamentais para entender o que verdadeiramente sustenta a memória e o sentimento de pertencimento local.

4.2 Formulários e Pesquisas Online: o entendimento patrimonial em Paineiras pela faixa etária predominante nas redes

Após o desenvolvimento das atividades com idosos, tornou-se perceptível a necessidade de compreender também o que a população da faixa etária adulta, principal atuante direto no ambiente urbano, percebe como importante representação de suas vivências para com a cidade.

Apesar de, como abordado por Ecléa Bosi (2015, p. 60), os adultos em maior parte, absortos em suas rotinas de trabalho, não se voltarem para análises mais profundas de suas cidades e, diferentemente dos mais velhos, não terem a memória como maior elo de identidade com o ambiente que vivem, assim o fazem com as referências presentes em seu cotidiano.

Também, por isso, na busca pelas possibilidades de contato com essa faixa etária ativa, viu-se nas redes sociais – parte do cotidiano da maioria desses adultos, um meio de ouvi-los e perceber os seus olhares para com o lugar em que viveram, vivem e muitas vezes atuam, utilizando como ferramenta de coleta de dados um formulário online.

Notou-se que uma via poderosa para a divulgação do formulário criado poderia ser a página denominada *Fotos Antigas de Paineiras*, criada pelo autor no contexto da pandemia do COVID-19, para rememorar a história paineirense e tentar resgatar o máximo de informações e fotografias históricas, auxiliando no desenvolvimento de uma narrativa histórica do município.

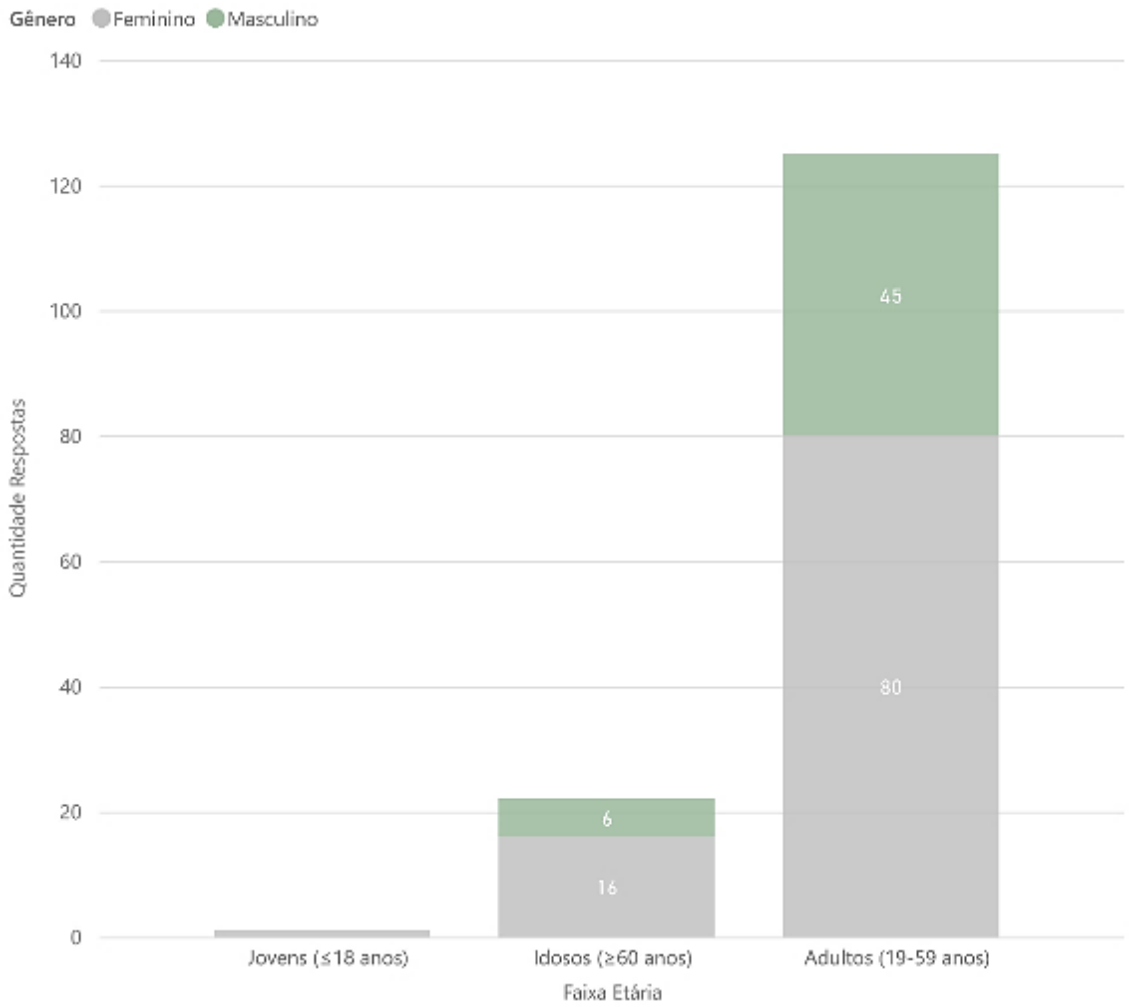
Dessa forma, principalmente tendo como suporte para divulgação esse grupo de Paineiras, que conta com grande quantidade de moradores e paineirenses, foi desenvolvida essa pesquisa online, a ser respondida por qualquer faixa etária que tivesse acesso às redes sociais, porém com objetivo específico de definir conjuntamente o patrimônio cultural edificado de Paineiras e mapear os lugares de memória dos adultos.

Com sua publicação no dia 12 de dezembro de 2023, ficou disponível por 4 meses, podendo ser respondido por qualquer pessoa que tivesse acesso ao endereço

virtual. Foram coletadas o total de 148 respostas, que puderam ser analisadas, conforme se apresentarão, principalmente por meios gráficos.

Tratando-se dos perfis dos participantes, algumas respostas como os nomes eram opcionais, mas as idades eram fundamentais para compreender o alcance da pesquisa e a variedade de faixas etárias que responderiam via internet. Dessa forma, é possível perceber que realmente a maior participação foi de adultos, sendo que do total de 148 respondentes, apenas um era jovem e vinte e dois eram idosos.

Figura 122. Quantidade de Participantes por Faixa Etária

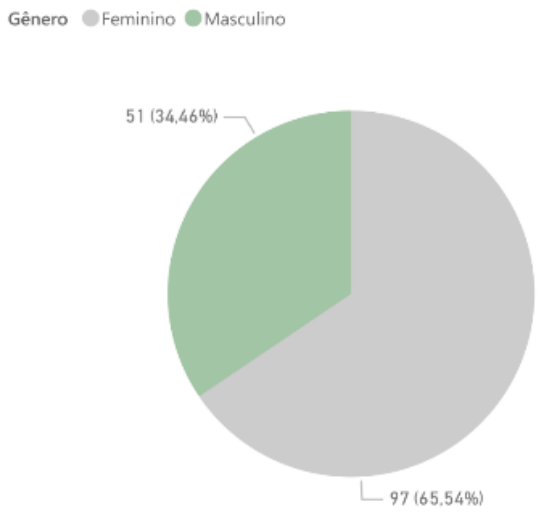


Fonte: Autor, 2024.

Outra informação relevante neste sentido é de que dentre esses idosos, a faixa etária variou entre 60 e 68 anos, evidenciando que o questionário em meio eletrônico foi acessível para pessoas consideradas idosas, mas de idades menos avançadas, muito próximas da faixa etária dos demais adultos, diferentemente das oficinas de

mapas mentais. Além disso, a grande maioria das participações foi de mulheres (97 respostas, configurando 65,5%), como pode-se analisar no gráfico abaixo.

Figura 123. Quantidade de Participantes por Gênero



Fonte: Autor, 2024.

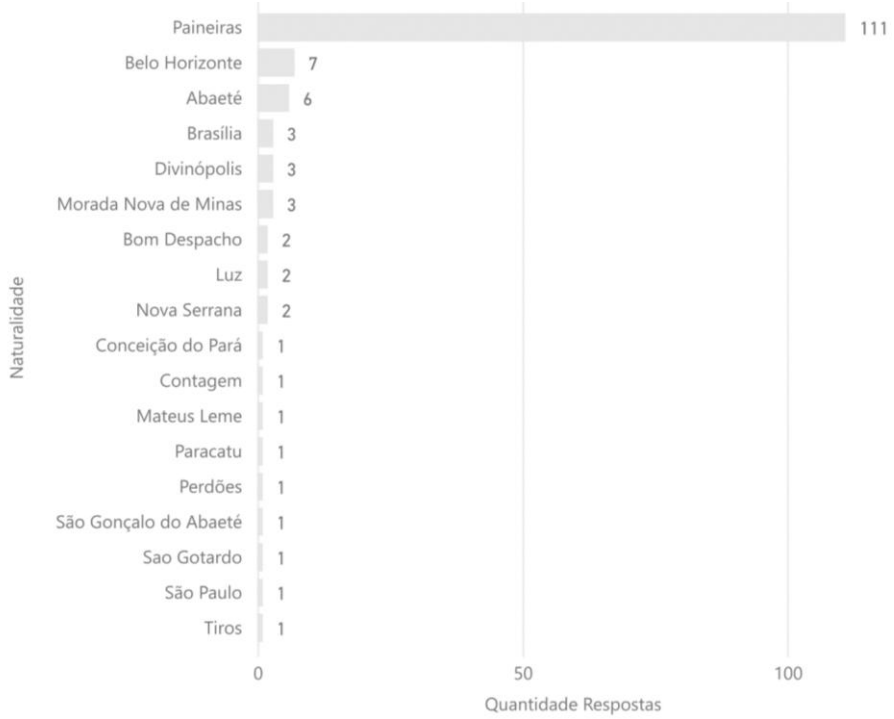
Primeiramente a pesquisa foi descrita para o respondente, evidenciando o que pode ser definido como patrimônio cultural e ressaltando que a síntese dos dados seria retornada ao respondente:

> O presente formulário é parte de uma pesquisa de mestrado na Escola de Arquitetura da UFMG, e tem como objetivo investigar o que a comunidade de Paineiras define como o seu Patrimônio Cultural e Histórico, bem como a sua visão sobre a conservação desse patrimônio. Considera-se, nessa pesquisa, edifícios, ruas, praças, objetos, festas, manifestações, cultos, tradições, modos de fazer e ambientes naturais como bens passíveis de patrimonialização.
> O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto e portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Conservá-lo contribui para manter viva a memória e a história, e a sua destruição significa, além da perda de qualidade de vida, perda de cidadania e de senso de pertencimento local e aos grupos comunitários.
> Ao final da pesquisa, a síntese dos dados coletados será enviada aos participantes, via e-mail.

Posteriormente a descrição, colheram-se informações como nome, e-mail, idade, gênero e naturalidade. Observou-se que a maioria dos participantes se

configura como paineirense, como pode-se analisar pelo gráfico abaixo:

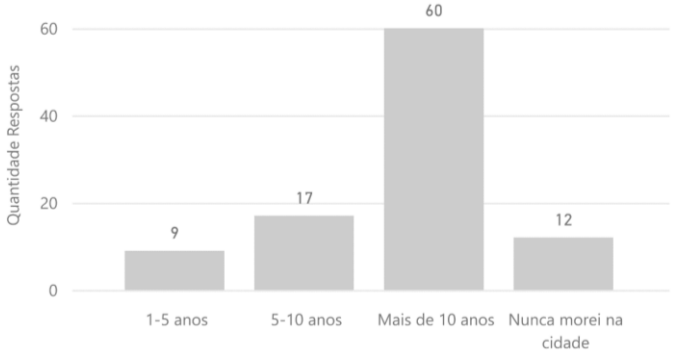
Figura 124. Quantidade de Participantes por Naturalidade



Fonte: Autor, 2024.

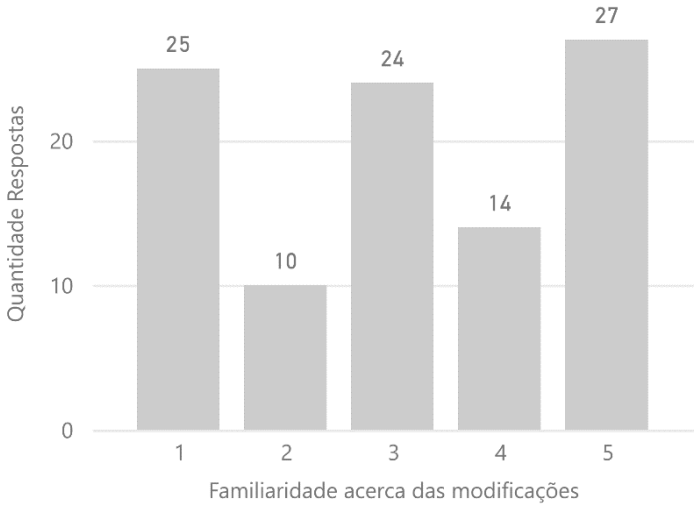
Tendo em vista o fato de que muitos paineirenses acabam se mudando em busca de melhor qualidade de vida, as próximas perguntas foram voltadas para moradores de outros municípios: há quanto tempo se mudaram de Paineiras e qual a grau de familiaridade acerca das modificações que ocorrem na cidade. Os gráficos das respostas seguem:

Figura 125. Gráfico a partir da pergunta: Há quanto tempo se mudou de Paineiras?



Fonte: Autor, 2024.

Figura 126. Gráfico a partir da pergunta: Qual seu grau de familiaridade acerca das modificações que ocorrem na cidade?

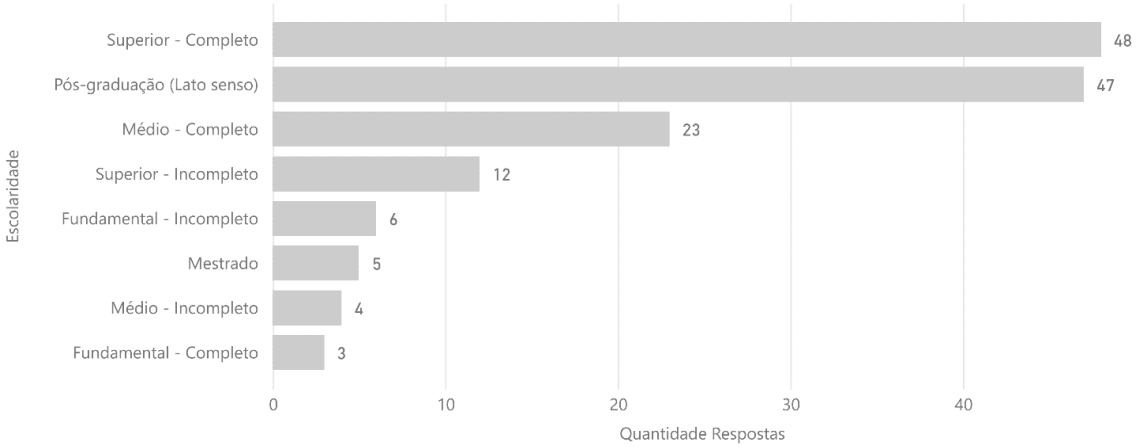


Fonte: Autor, 2024.

Intrigantemente, a maioria dos participantes são paineirenses que residem em outras cidades há mais de 10 anos, entretanto continuam possuindo grande familiaridade com as modificações ocorridas.

Também foram colhidas informações como escolaridade e atividade profissional, a fim de proporcionar uma imagem mais completa e precisa da população estudada, permitindo insights mais profundos e informados sobre uma ampla gama de questões sociais, econômicas e comportamentais

Figura 127. Quantidade de Participantes por Escolaridade



Fonte: Autor, 2024.

Posteriormente, foram feitas algumas perguntas para compreender o que, pelo olhar dos paineirenses, configura-se como seu patrimônio cultural e o quanto esse patrimônio se encontra preservado. O formulário também buscava responder questionamentos como: o que representa a cidade de Paineiras como seu conjunto patrimonial? Qual é a visão dos respondentes sobre o que pode ser consagrado como esse patrimônio? O que atualmente tem sido definido pela política local, é apenas algo imposto ou realmente faz parte das vivências dessas pessoas? Como os bens culturais de Paineiras encontram-se hoje? Eles têm sido conservados mesmo sem políticas de tombamento ou deveriam receber mais atenção? Quais as destinações possíveis? Qual a visão da população a respeito das demolições e descaracterizações de edificações histórias? Paineiras passa, realmente, por um fenômeno de esvaecimento patrimonial?

Dentre tantos questionamentos, as perguntas pontuadas no formulário foram colocadas de maneira a torná-lo mais objetivo:

1. Em sua opinião, quais bens podem ser considerados patrimônios ou referências culturais em Paineiras? (Podem ser edifícios, ruas, praças, objetos, festas, manifestações, cultos, tradições e modos de fazer, bens naturais, como cachoeiras, trilhas e afins). Por favor, indique 5 patrimônios em ordem de importância para você.
2. Em escala de 1 a 5, o quanto essas referências culturais se encontram preservadas?
3. Há outros bens que você considera como patrimônio em Paineiras? Quais? (Opcional)
4. Que ações você acredita que seriam positivas ao patrimônio cultural em Paineiras? Nesse sentido, quais destinações e/ou finalidades deveriam ser dadas a ele?
5. Você considera as demolições de edificações históricas em Paineiras algo negativo ou positivo? Por quê?
6. Em sua opinião, a demolição ou descaracterização de edificações históricas em Paineiras se deu / dá por quais motivos?

Ao analisar as respostas para as três primeiras perguntas, ficam evidentes os bens mais importantes na opinião dos paineirenses e o entendimento acerca de sua conservação. A tabela a seguir traz a quantidade de citações de cada uma das referências trazidas pelos participantes:

Tabela 2. Quantidade de Citações de Referências Culturais – Parte I

Referências Culturais	Quantidade Citações Referências Culturais
Praça Terezinha de Vargas Mendonça	76
Festa de N. S. do Rosário e São Benedito / Congado	66
Praça Farmacêutico Manoel Ferreira	52
Açude Pacífico	48
Igreja Matriz São Rafael Arcanjo	48
Festa Agropecuária / Festa do Peão Boiadeiro / ExpôPaineiras	29
Prefeitura Municipal	29
Cartório / Casa Ramiro	27
Terminal Rodoviário	27
Coralzinho São Rafael	25
Folia de Reis	20
Festa de São Rafael e São Sebastião	19
Casa Sr. Chico do Arthur	16
Árvores Paineiras - Praça Terezinha de Vargas Mendonça	14
Edificações Antigas / Históricas	13
Gruta de Nossa Senhora de Lourdes	12
Casa Armando Morato / D. Tina	11
Festas Juninas	11
Escola Estadual Celestino Nunes	10
Praça de Esportes Orestes Cordeiro de Menezes Sobrinho	10
Casa Antônio Pinto / Armazém do Silvinho	9
Casa D. Maria Pimenta / Nenenga	9
Escola Municipal Amâncio Romeiro	9
Imagem de São Cristóvão - Praça Prefeitura	8
Rio Indaiá	8
Casa D. Zé / João Machado	6
Escola Municipal Dona Augusta Alves da Silva	6
Estádio São Rafael	6
Festa do Carreiro e de São Sebastião da Serra do Palmital	6
Capela Senhor Bom Jesus de Bocainas	5
Casa D. Didi	4
Cavalgadas	4
Igreja de São Sebastião da Serra do Palmital	4
Parque de Exposições	4
Salão Paroquial	4
Bar da Rosinha / Bar da Gerais	3
Batismos de Fogueira	3
Capela Nossa Senhora do Rosário	3
Casa D. Maria / Antiga Casa de Mário Morato	3
Casa Violeta Morato	3
Coral Santa Cecília	3
Vila Vicentina	3
Badalar do Sino da Igreja Matriz (18h)	2
Bar do Walter	2
Biblioteca Pública	2
Biscoito de Queijo	2
Biscoito Frito	2
Cachoeira do Abelardo	2
Capela de Nossa Senhora Aparecida de Lajinha	2
Carnaval de Rua	2
Casas Antigas em Poções	2
Cemitério Municipal	2
Coroação de Nossa Senhora	2
Festas Religiosas Rurais	2

Fonte: Autor, 2024.

Tabela 3. Quantidade de Citações de Referências Culturais – Parte II

Pamonha	2
Produção de Farinha de Mandioca	2
Queijo de Trança	2
Trevo - Saída p/ Abaeté	2
Casa do Balofo / família Mendonça	1
Açude Antônio Ribeiro	1
Alvorada da Festa Nossa Senhora do Rosário	1
Banho de São João no Rio Indaiá - Varginha	1
Bar da Luzia	1
Bar do Divino	1
Bar do João Lucimar	1
Bar do Sr Orlando	1
Bar do Têra	1
Cachoeira do Acrisio	1
Calçamento Pétreo nas ruas	1
Campo de futebol	1
Campo de Futebol do Abilio	1
Campo de Futebol do Baiano	1
Capela Santo Antônio de Macaúbas	1
Casa e Sapataria do Sr. Benicio	1
Casa Helaine em Poções	1
Comemoração de 7 de setembro	1
Coral Raízes	1
Cruz das Gerais	1
Desfiles de 7 de Setembro	1
Edifícios Antigos	1
Escola Combinada "Maria Afonsina" - Palmital	1
Estádio Municipal	1
Evento Aniversário da Cidade	1
Fazenda Bom Jardim	1
Fazenda do Dade	1
Fazenda Macaúbas	1
Feirinhas Municipais	1
Festa de São Sebastião e Carreiro de Serra do Palmital	1
Hotel Paineiras	1
Linguiça artesanal e paçoca	1
Mercearia do Geraldo	1
Modo de fazer a Cachaça de Macaúbas	1
Modo de fazer a Peneira de Poções	1
Modo de fazer Cestos de Bambu do Sr. Jadir	1
Modo de fazer Vasos e Vasilhas Cerâmicas em Bocainas	1
Pão de Queijo	1
Pasto do Sr. Mundinho	1
Ponto de maior altitude da Serra do Palmital 903m	1
Praça Dona Irene	1
Produção da Farinha de Mandioca	1
Receita do queijo da região	1
Represa	1
Restaurante Marrom Glacé	1
Rua Deputado Eduardo Lucas	1
Rua Gustavo Soares Branco	1
Rua Hipólito Rosa	1
Serra do Palmital	1
Sorveteria Bola de Neve	1
Trailer - Praça Terezinha de Vargas Mendonça	1
Total	**759**

Fonte: Autor, 2024.

Nota-se que, voltando-se para o patrimônio edificado, a Praça Terezinha de Vargas Mendonça, localizada no antigo núcleo do povoado, onde havia o paço e a capela de São Sebastião, é a referência mais importante para os participantes, com 76 apontamentos. Seguida da praça Farmacêutico Manoel Ferreira (Praça da Matriz), com 52 apontamentos; do Açude do Pacífico, localizado na saída para Biquinhas, com 48; da Igreja de São Rafael Arcanjo, com 48; e da Prefeitura Municipal, com 29.

Algumas das edificações históricas tiveram número relevante de citações, como o caso da Casa do Sr. Manoel Ramiro - atual Cartório, Casa do Sr. Chico do Arthur e casa da Dona Tina. Outras edificações antigas também foram mencionadas, como a antiga casa do Sr. Antônio Pinto - atualmente descaracterizada, a casa de D. Nenenga, a Casa de D. Zé, Pensão da D. Didi, Casa do Sr. Mário Morato, Casa de D. Violeta Morato etc.

A concentração desses elementos se dá na área central, a mais antiga da cidade. Apesar das edificações históricas terem sido muito citadas em relação às outras referências, o que mais representa o patrimônio cultural edificado em Paineiras, são espaços e edificações mais novas, como as praças Terezinha de Vargas Mendonça e Farmacêutico Manoel Ferreira, a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal e a Rodoviária.

Além disso, as respostas incluíram referências culturais rurais, como a Capela Senhor Bom Jesus de Bocainas, Igreja de São Sebastião da Serra do Palmital, Fazenda do Dade, Fazenda Macaúbas, Capela de Santo Antônio de Macaúbas, Fazenda Bom Jardim, Capela de Nossa Senhora Aparecida da Lajinha, casas antigas em Poções etc. A zona rural abordada a partir de seus elementos construídos e naturais se mostra bastante representativa para os respondentes.

Faz-se importante ressaltar que as referências culturais mais bem citadas passam a dividir a posição com uma referência cultural natural: o Açude do Pacífico, terceira referência mais citada e marco da cidade. Isso demonstra a ampliação do reconhecimento desses moradores em relação aos elementos naturais como parte do patrimônio cultural.

Muitas das citações coincidem com as mencionadas pelos idosos durante as entrevistas, mas principalmente as que se voltam para edificações antigas/históricas. Apesar disso, quando questionados sobre o estado atual do patrimônio da cidade, de um modo geral, grande parte respondeu que eles se encontram relativamente preservados, sendo avaliado, no geral, com nota 3, dentro do intervalo de 1-5.

Esse questionamento é muito significativo para compreender a percepção dos moradores sobre a eficácia das políticas de preservação do patrimônio na cidade. Portanto, a próxima pergunta foi formulada especificamente para explorar como os moradores enxergam as oportunidades de melhorar essa situação e tornar as políticas de preservação mais eficazes.

Quando questionados sobre quais as possíveis sugestões, destinações e/ou finalidades seriam positivas ao patrimônio cultural de Paineiras, as respostas indicam desde intervenções pontuais até o maior envolvimento da população em todo o processo, passando pela responsabilização do poder público e por instrumentos mais tradicionais e conhecidos popularmente.

Tratando-se das intervenções pontuais, a maioria se refere às edificações mais antigas do Centro, principalmente tendo como solução a restauração e conservação: “Reconhecimento daquilo que ainda é importante historicamente, e assim buscando o possível tombamento e preservação destes” (3º respondente do questionário, 2024); “Preservação de todo patrimônio, incentivo à cultura e suas tradições” (6º respondente do questionário, 2024); “Conscientização acerca de preservação da história do povo e tombamento dos prédios históricos” (9º respondente do questionário, 2020); “Acho que seria positivo preservar as características iniciais das edificações. Para preservar a identidade” (23º respondente do questionário, 2020); “Um trabalho de conscientização coletiva da população sobre os bens materiais e imateriais que a cidade possui e a importância do patrimônio para a memória da cidade. Existe grande potencial nas edificações citadas nas respostas anteriores, para além de suas funções atuais, seja sendo transformadas em cafés, restaurantes (evidenciando a culinária da região) ou em museus, fazendo uso da própria história para contá-la mais profundamente” (18º respondente do questionário, 2020), dentre tantas outras respostas parecidas.

Algumas mostram a preocupação com os espaços públicos e sua manutenção, deixando transparecer o descontentamento com o estado atual das edificações e praças, e a falta de educação patrimonial, com respostas como: “Acho que nas escolas deveria ser introduzido estudos sobre a cidade, para as crianças darem valor. A prefeitura deveria se empenhar mais em manter a história e não em homenagear quem pouco fez pela cidade. Falta investimento em cultura, em preservar as memórias, em homenagear quem merece, as histórias vão se tornando esquecidas junto aos grandes nomes que por lá passaram” (5º respondente do questionário,

2024), e “Manter as construções preservadas, reformadas, e já que estão ativas, com acessibilidade. No caso das praças, melhorar a iluminação e instalar banheiros” (61º respondente do questionário, 2024); “Mudar de lugar o trailer que ocupou o canteiro onde o monumento a São Cristóvão está localizado, fazer a restauração do monumento e o paisagismo do canteiro” (68º respondente do questionário, 2024); “Maior apoio e valorização das festas citadas. Uma reforma verdadeira das praças do município” (42º respondente do questionário, 2024).

As respostas foram muito importantes para o entendimento acerca das visões da população concernentes à paisagem urbana e às ações que podem ser tomadas. Procurou-se dividir algumas das respostas à questão em quatro tópicos principais, a fim de melhor compreensão:

1. Preservação e Conservação do Patrimônio:

- Conscientização acerca de preservação da história do povo e tombamento dos prédios históricos (9º respondente do questionário);
- Alguns patrimônios não têm tanta visibilidade, seria interessante divulgar/reformar esses patrimônios (20º respondente do questionário);
- Além de ser necessário a conservação é necessária que todos vejam a importância da cultura no município, e ter mais apoio tanto da população quanto do poder público (43º respondente do questionário);
- Tombamento das casas antigas, incentivo a festa junina, tornando um evento da Secretaria da Cultura. Arborizar a praça da prefeitura com Paineiras, preservando sua fonte original (51º respondente do questionário);
- Conservação e tombamento (62º respondente do questionário);
- Preservação de bens móveis e imóveis, proteção do patrimônio, apoio financeiro, apoio institucional, divulgação, educação patrimonial, avaliações de risco (64º respondente do questionário);
- Conservação do patrimônio material por meio de incentivo financeiro aos proprietários e estímulo da propagação do patrimônio imaterial (96º respondente do questionário).

2. Políticas Públicas e Incentivo e Valorização:

- Mais patrocínio, ambiente particular para acervo, ensaios, reuniões e visitações (17º respondente do questionário);
- Recursos e reconhecimento das autoridades, e preservação dos mesmos (31º

respondente do questionário);

- Criação de uma comissão que atue somente nessa área, ajudando na preservação e conservação desses patrimônios (34º respondente do questionário);
- A criação de um estatuto no qual teria seu regimento interno, também registraria uma associação p receber verbas p destinar cuidados a esses locais, montaria uma comissão responsável para isso (39º respondente do questionário);
- Políticas públicas e incentivo à conservação e preservação, Conselho Municipal de Patrimônio Cultural mais efetivo e atuante. Acredito que muitos bens poderiam ser inventariados e alguns terem fachadas tombadas, de maneira a preservar a linguagem arquitetônica do passado que tem sido perdida drasticamente (146º respondente do questionário);
- Divulgação, Mídia, Turismo. Envolver as Redes sociais e promover eventos diversificados (21º respondente do questionário);
- Investimento e reconhecimento cultural e intelectual por parte dos poderes públicos municipais (78º respondente do questionário);
- Apoio financeiro, proteção ao patrimônio natural, divulgação, incentivo à preservação, pois é o patrimônio cultural da comunidade e a maioria das pessoas desconhece (97º respondente do questionário).

3. Educação Patrimonial:

- Elaboração de Plano de Educação para o Patrimônio e estudo e disciplina permanente nas escolas municipais de tal temática (127º respondente do questionário);
- Ações que focassem na disseminação da cultura paineirense e da importância de mantermos ela viva para as próximas gerações (139º respondente do questionário);
- Incentivo cultural da secretaria de cultura, valorização dessa cultura nas escolas (46º respondente do questionário);
- Só educando os moradores na preservação já será de grande valia. Acredito que recursos o município consiga sem grandes ações (13º respondente do questionário).

4. Manutenção da Memória, História e Cultura:

- Um trabalho de conscientização coletiva da população sobre os bens materiais e imateriais que a cidade possui e a importância do patrimônio para a memória da cidade (18º respondente do questionário);
- Ouvir e transcrever as histórias dos moradores antigos para não se perderem no tempo (55º respondente do questionário);
- Criação de um museu, criação de um livro com as histórias de Paineiras (47º respondente do questionário);
- Reconhecimento, valorização, divulgação, registro de memória, tombamento (52º respondente do questionário).

Desde as primeiras opiniões sobre o destino das casas mais antigas, é evidente que a restauração é vista como a principal medida para melhorar a preservação do patrimônio na cidade. Em alguns casos, a sugestão de restauração é frequentemente acompanhada pela proposta de tombamento dos prédios antigos ou pela necessidade de um inventário abrangente desses bens.

Isto posto, as respostas também mencionam uma carência quanto aos profissionais especializados no assunto, como bem colocado: “Falta de reconhecimento ou proteção legal, além da falta de profissionais especializados na área na política local, com conhecimentos técnicos para garantir a manutenção da identidade dos edifícios em casos de reforma ou restauração. Além de muitas vezes a própria população não terem conscientização da importância destes, o que leva a uma falta de pressão popular para suas manutenções” (63º respondente do questionário, 2024), além do entendimento de que as próprias Secretarias Municipais sejam responsáveis por esse olhar para o patrimônio, a partir de “Mais incentivo político na preservação e maior empenho da Secretaria de Cultura; inventariando e tombando bens de valor cultural e histórico” (146º respondente do questionário, 2024), e que, necessariamente, seja organizado um grupo para tratar especificamente do assunto: “Políticas públicas e incentivo à conservação e preservação, Conselho Municipal de Patrimônio Cultural mais efetivo e atuante” (148º respondente do questionário, 2024).

Em contrapartida, algumas respostas enfatizam a importância de criar um órgão dedicado à preservação, independente ou com pouca influência das gestões políticas municipais. Para que esse órgão funcione efetivamente, percebe-se a importância da colaboração entre iniciativa pública, iniciativa privada e participação da população, enfatizando a necessidade de “Criação de uma comissão que atue somente nessa área, ajudando na preservação e conservação desses patrimônios” (34º respondente do questionário, 2024) e “A criação de um estatuto no qual teria seu regimento interno, também registraria uma associação para receber verbas e destinar cuidados a esses locais. Montaria uma comissão responsável por isso. Após a criação dessa Associação Patrimonial, ficariam as arquiteturas antigas preservadas (39º respondente do questionário, 2024).

Percebe-se em muitas respostas um discurso focado na "conscientização". Ademais, isso aparece de forma muito clara como efeito da Educação Patrimonial,

como se pode ver em algumas das respostas trazidas em tópicos.

Para além de ações de educação para o patrimônio, são citados também a necessidade de incentivo à cultura pela própria Secretaria Municipal e também de patrocínios e investimentos. Muitas respostas ressaltam que a cidade precisa da valorização da memória por parte de órgãos responsáveis, como a prefeitura municipal.

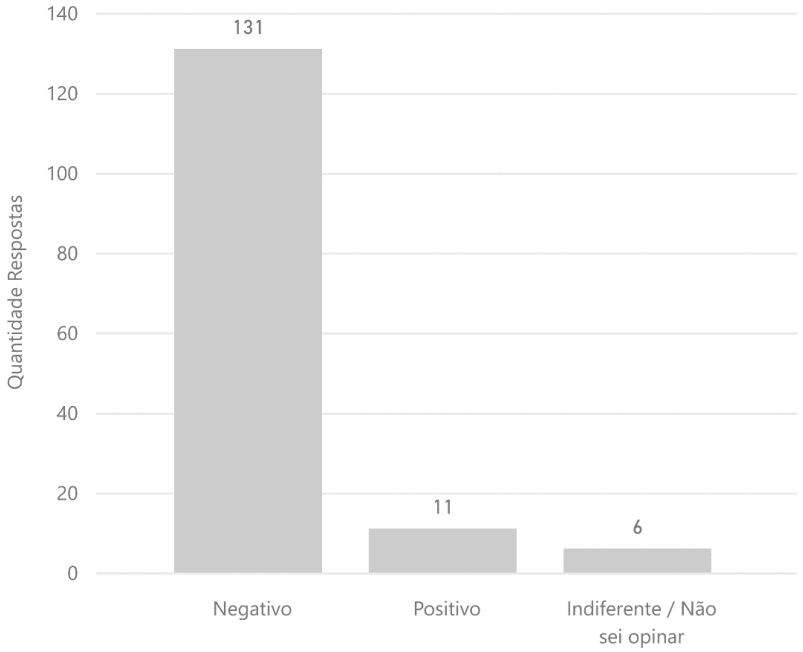
Entre as respostas, faz-se importante ressaltar 06 delas, que mencionam a importância da criação de um museu. Em um caso específico apenas como um indicativo da necessidade de um lugar para tratar da história local: A criação de um museu e de uma casa da cultura (37º respondente do questionário, 2024), ou como maneira de salvaguardar também as edificações: As construções podem ser usadas por repartições públicas ou utilizados como museu para guarda e exibir curiosidades sobre a história da cidade (130º respondente do questionário, 2024). Uma das respostas sugere, inclusive, a criação de um "Museu virtual e maior conservação dos imóveis vinculado a uma explicação sobre os benefícios de reformar bem ao invés de demolir" (70º respondente do questionário, 2024), algo que o autor objetivou ao criar o grupo *Fotos Antigas de Paineiras* no Facebook, funcionando como uma plataforma museológica conjunta, onde os usuários podem contribuir com o acervo e informações históricas.

Percebe-se nas respostas que muitos dos participantes desconhecem a diferença entre restauro e reforma, sendo o segundo termo muito utilizado quando mencionam intervenções em edificações históricas.

Nota-se, ainda, a vontade de que alguns desses bens, mesmo que se tratando de propriedades privadas, atendam uma demanda de uso público, como ONGs, espaços culturais e repartições públicas. Muitas outras respostas exprimem o desejo de que se tornem cafés ou pontos comerciais em geral.

A quinta questão traz um ponto essencial para a análise do entendimento da visão paineirense sobre o esvaecimento patrimonial: busca compreender se a população vê as demolições de edificações históricas em Paineiras como algo positivo ou negativa, e por quais motivos.

Figura 128. Gráfico a partir da pergunta: Você considera as demolições de edificações históricas em Paineiras algo negativo ou positivo?



Fonte: Autor, 2024.

O gráfico anteriormente apresentado mostra que 131 dos 148 participantes consideram negativas as demolições e descaracterizações de edificações históricas. Outros 11 participantes discordam, defendendo que são ações positivas. Enquanto os demais, em número de 06, acreditam ser indiferente ou não souberam opinar a respeito.

Muitas respostas expressaram o descontentamento com demolições que ocorreram na cidade no decorrer do tempo ou com o corte de algumas Paineiras centenárias que havia na cidade:

> Muito negativo, principalmente os prédios que ficavam no entorno do Largo do Rosário (atual Praça Terezinha de Vargas Mendonça) e Praça da Matriz, a destacar-se as seguintes edificações: Antiga Igreja Matriz de São Sebastião, Igreja do Rosário e prédio que existia onde hoje é a atual biblioteca municipal, onde foi escola, prefeitura, cadeia e etc. (3° Respondente do questionário, 2024);

> Negativo. A cidade perde suas características fundamentais, a história não é valorizada e elementos primordiais da construção da identidade do município desaparecem. Um exemplo claro: a demolição da antiga igreja da cidade, onde hoje é a prefeitura. (128° Respondente do questionário, 2024)

> Considero negativo na medida em que não vejo qualquer tipo de política de preservação desse patrimônio. As edificações e bens carregam historias, como o exemplo das árvores de paineiras que foram retiradas da praça da prefeitura. (114° Respondente do questionário, 2024)
>
> Negativo. Por informações de meu pai, foram grandes percas a demolição da antiga igreja e da capela da praça da prefeitura. Segundo meu pai, era uma arquitetura muito rica, infelizmente não tive oportunidade de conhecer. (109° Respondente do questionário, 2024)
>
> Negativo, por que acaba com a identidade da cidade, exemplo a antiga igreja que foi demolida a qual continha muita história e beleza. (5° Respondente do questionário, 2024)
>
> Negativo. Apaga a memória da cidade. Como exemplo, cito a igreja matriz antiga, que era maravilhosa e contava a história da cidade e do povo. (117° Respondente do questionário, 2024)

É notório o descontentamento que se manteve na população paineirense resultante das demolições de edificações históricas, principalmente da Capela de São Sebastião (posteriormente conhecida como de Nossa Senhora do Rosário) e da Antiga Igreja Matriz. Mesmo após seis décadas, a população ainda lastima essas perdas.

Outras respostas ressaltam o fato de o esvaecimento patrimonial impactar no da memória, em um processo resultante da perda de referenciais arquitetônicos históricos. Essa ausência de referências colide diretamente com aspectos relacionados à memória social e contribui para o processo de corrosão. Pode-se observar esse posicionamento em diversas respostas, como: Negativo. “Acredito que o esvaecimento das edificações históricas impacta no esvaecimento da memória social e das identidades locais” (146° Respondente do questionário, 2024); “Negativo. Uma vez que as demolições resultam no apagamento de parte da história da cidade e das relações construídas nela pelos diferentes grupos sociais. Assim, sem conhecermos a história, é impossível preservar a memória e a identidade individual e coletiva daquele espaço” (129° Respondente do questionário, 2024); “Negativo. A destruição dessas edificações pode resultar em uma perda irreparável da história da cidade, além de destruir com elementos únicos que contribuem com a identidade do local” (64° Respondente do questionário, 2024); “Negativo. Essa destruição apaga um pouco a memória cultural da cidade de modo que as futuras gerações não conheçam a história dos seus antecessores” (50° Respondente do questionário, 2024).

O impacto desse processo, muitas vezes, atinge grandes proporções, colidindo,

inclusive, com questões identitárias, como colocado por um respondente: Negativo, porque tenho a sensação de perda do senso de pertencimento e a descaracterização da comunidade local (97° Respondente do questionário, 2024).

Outro fato que chamou a atenção foi que a maioria dos respondentes enfatizou a ausência de edificações históricas em Paineiras, ressaltando insatisfação e, sobretudo, preocupação por esse fato: “Negativo, pois já quase não temos nenhuma casa antiga em perfeito estado de conservação: ou foram demolidas, ou modificaram toda a estrutura.” (88° Respondente do questionário, 2024); “Super negativo! Paineiras já possui tão poucas construções antigas! Sou fã da casa ao lado da Rodoviária, localizada na rua Camilo Mendonça, é antiga, alta, tem alpendre… só conheço por fora, mas vejo que está bem conservada. Gosto também da casa do senhor Chico do Artur, não está muito conservada, porém acho ela um charme!” (100° Respondente do questionário, 2024); “Negativo. As estruturas dos imóveis antigos são bem resistentes e suas fachadas descreviam o período arquitetônico de quando Paineiras começou a ser povoada, antes mesmo de virar cidades. Atualmente existe pouquíssimos imóveis que conservam alguma referência histórica do município.” (106° Respondente do questionário, 2024); e, por fim: “Negativo, hoje existem poucas casas dos primeiros moradores e a tendência é que vai acabar mesmo, uma lástima, porque hoje você pode criar qualquer espaço aliando o novo com o clássico e manter a memória da cidade.” (85° Respondente do questionário, 2024);

Apesar da maioria das respostas se mostrar contrária a demolições e descaracterizações de edificações históricas, alguns respondentes acreditam que essas intervenções são algo positivo (11 respondentes). Desse total, apenas 02 justificaram suas respostas: “Positivo, não tem nenhum patrimônio histórico e a cidade tem que crescer.” (33° Respondente do questionário, 2024); “positivo, acredito que a demolição não é sem motivação” (72° Respondente dos questionários, 2024).

Isto posto, a sexta e última pergunta busca levantar, de acordo com o ponto de vista dos participantes, quais os motivos podem ter levado a essas demolições e descaracterizações.

A maioria das respostas ressalta a falta de conhecimento acerca do patrimônio e da história de Paineiras, muitas apontando para uma ignorância sobre a importância da cultura, da preservação histórica e da identidade cultural.

Alguns respondentes afirmaram que muitas pessoas não reconhecem o valor das tradições e da história local, o que resulta em desvalorização e desinteresse tanto

da população quanto do poder público, comprometendo as ações efetivas para a preservação.

Nota-se que a maioria das respostas aponta para uma possível falha na educação patrimonial, evidenciando as demolições e descaracterizações como ações causadas pelo desconhecimento da importância dos bens culturais, da memória e história, e das identidades, como se pode perceber em algumas. “Por desconhecimento da importância de manutenção da história de um povo e desvalorização disso, há uma clara ignorância” (105° Respondente, 2024); “Falta de conhecimento por parte da população e ausência de ações efetivas da prefeitura para preservá-los” (139 Respondente, 2024); “Para modernizar o ambiente, muitos proprietários de imóveis optam por reformas ou até mesmo novas construções, e acabam se esquecendo da história dessas antigas construções, e até mesmo por falta de incentivo, por não haver o tombamento da propriedade, dentre outros” (43° respondente, 2024); “Falta de conhecimento acerca do patrimônio, considerando apto à patrimonialização apenas o que tem características monumentais e ignorando-se os aspectos históricos e culturais de edificações com características mais simplórias” (146° Respondente, 2024); “Desconhecimento da importância de preservar a história do povo da cidade” (8° Respondente, 2024); “Falta de conscientização acerca da necessidade de preservação e desinteresse do poder público” (145° Respondente, 2024).

Dentre as respostas que apontam o desconhecimento histórico, uma delas chama a atenção ao responder também com uma pergunta: “Não atenção à importância histórica; necessidade de modernização (seria possível conciliar a modernização com a história?)” (4° Respondente, 2024).

Outras destacam-se por considerar as demolições e descaracterizações como ações intrínsecas ao processo de urbanização, ou parte de um processo natural evolutivo (05 respostas). Tais apontamentos, podem ser associadas com um texto de Jean Renoir (1958) sobre o destino concreto da obra de arte e contraposto com um de Carsalade (2017).

> Cheguei mesmo a me perguntar se toda obra humana não é provisória – mesmo um quadro, mesmo uma estátua, mesmo uma obra arquitetural, mesmo o Partenon. Seja qual for a solidez do Partenon, o que resta dele é muito pouco e não temos nenhuma ideia do que era quando acabara de ser construído. Mesmo o que resta vai desaparecer. Talvez se consiga, a custa de tanto colocar cimento nas colunas, mantê-lo por cem anos, duzentos anos,

> digamos quinhentos anos, digamos mil anos. Mas, enfim, chegará um dia em que o Partenon não existirá mais. Pergunto-me se não seria mais honesto abordar a obra de arte sabendo que ela é provisória e irá desaparecer, e que, na verdade, relativizando, não há diferença entre uma obra arquitetural feita em mármore maciço e um artigo de jornal, impresso em papel e jogado fora no dia seguinte (Jean Renoir, entrevista dada ao Cahiers du Cinéma, nº 8, nov. 1958 apud Coli, 1995, p. 74).

Renoir argumenta que a arte, em si, não possui valor material inerente; sem a atenção e os cuidados humanos, ela tende a desaparecer, como um processo natural. O texto leva aos limites extremos a noção do perecimento dos bens, e coloca o esforço dispendido para manter a sobrevivência dos objetos artísticos como um outro problema. Logo, não se trata de uma tarefa fácil, e se liga à ideia de ruído trazida por Coli em seu livro *O que é Arte*. A obra – quadro, estátua, edifício – vive, sofre acidentes, envelhece (Coli, 1995, p. 73-74).

Contrapondo o que foi posto, pode-se voltar ao que, já em partes abordado, ressalta Carsalade em sua discussão a respeito da permanência e transformação no patrimônio:

> Ao agregar a dimensão imaterial à equação, parece-nos que o que se preserva, de fato, é 'a identidade em transformação', ou seja, a 'preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de manter significação junto com as mudanças sócio-culturais. Essa concepção se choca com a acepção de imutabilidade do bem a ser preservado, pois também ele, como a tradição e a cultura, está em constante transformação (Carsalade, 2017, p. 210).

Destarte, o objeto de restauro não deve ser visto como uma entidade imutável que sobreviveu à história. Em vez disso, ele faz parte de um processo contínuo de transformação: não há esse objeto a-histórico "essencial" — além do que isso seria uma contradição com seu valor como "patrimônio histórico" conferido exatamente por estar inserido na história (Carsalade, 2017, p. 210).

Retomando acerca das demais respostas, algumas delas coloca as demolições/descaracterizações como resultado ao mau estado das edificações, aos altos custos, ou ao desinteresse de herdeiros em mantê-las quando os antigos proprietários falecem, preferindo comercializá-las. Com a especulação imobiliária, os atuais proprietários preferem vender essas edificações, muitas vezes considerando apenas o valor do terreno.

> Por mau estado de conservação, falta de estado financeiro para sua melhoria ou recuperação (35° Respondente, 2024);
> Por achar que os aspectos empregados nas edificações eram muito simplórios ou insignificativos, como também contribuições do modernismo e comercialização dos espaços (3° Respondente, 2024);
> Interesses financeiros, pois os donos de imóveis não se preocupam tanto com a preservação dessas edificações. A falta de promoção cultural desses edifícios também contribui para que fiquem acabados e eventualmente sejam demolidos (88° Respondente, 2024).

Muitas das respostas destacam a falta de políticas, incentivos, interesse e ações do poder público e de outras autoridades na preservação do patrimônio histórico de Paineiras: “Falta de ações que partam do departamento de cultura em preservar os bens históricos de Paineiras“ (78° Respondente, 2024); “Descuido da administração pública e falta de interesse da mesma para preservação das edificações“ (130° Respondente, 2024); “Falta de incentivo à cultura pelas autoridades“ (24° Respondente, 2024); “Incompetência do poder público por não interagir com o setor privado“ (14° Respondente, 2024); “Pela ausência de políticas de conservação visto que o poder municipal não se interessa pelos aspectos culturais e não legitima quem o defende; e pela adequação dessas edificações de maneira abrupta, na crença que apenas o que é contemporâneo é valorável“ (146° Respondente, 2024).

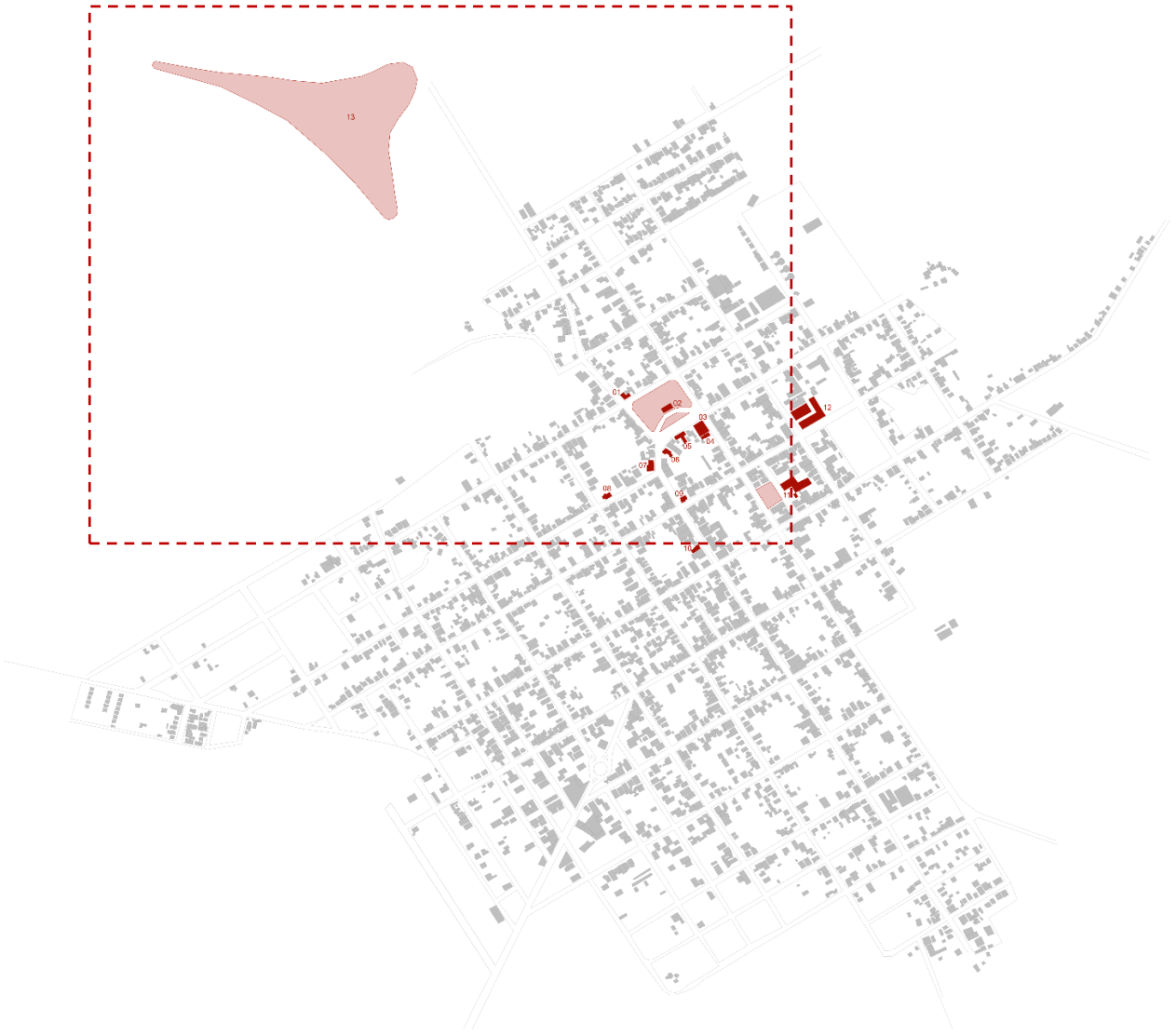
Por fim, faz-se importante destacar que alguns respondentes viram o espaço como um ambiente propício à livre expressão e voltaram a referenciarem a antiga Igreja, demolida em 1971. Destacaram sentimentos de tristeza e frustração por sua demolição, atribuindo as razões a ações fraudulentas, negligência na conservação, e ausência de valoração por desconhecimento histórico: “a Paróquia de São Rafael Arcanjo, por exemplo, era linda e tomou um formato totalmente diferente de uma igreja tradicional“ (123º Respondente, 2024); “Da antiga igreja, poderia ter sido restaurada. Era tão linda! “ (101° Respondente, 2024); “A igreja São Rafael era linda, apesar de tê-la visto somente por fotos. O motivo não sei ao certo, mas pessoas mais velhas da cidade comentam que foi por negligência na conservação“ (13° Respondente, 2024).

No geral, as respostas indicam uma prevalente falta de conhecimento sobre a importância do patrimônio cultural e histórico, refletindo em desinteresse e negligência tanto por parte da população quanto do poder público. A falta de políticas de preservação e de incentivo à educação patrimonial são apontadas como principais causas, resultando na deterioração e demolição de construções históricas. Alguns

participantes também mencionam a pressão por modernização e interesses financeiros como fatores contributivos. Conclui-se que a indagação como pergunta aberta foi fundamental para revelar a necessidade de uma maior conscientização e ações efetivas para preservar a identidade cultural de Paineiras, destacando a importância da educação patrimonial e da valorização do patrimônio histórico como elementos essenciais para a memória e identidade coletiva da cidade.

Como fechamento deste capítulo e estudo, apresenta-se um mapeamento dos bens culturais edificados mais importantes na cidade de Paineiras, embasando-se nas respostas dos formulários, entrevistas e estudos acerca do patrimônio na cidade.

Figura 129. Mapeamento do Patrimônio Cultural Edificado de Paineiras



Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2024.

Figura 130. Recorte Mapeamento do Patrimônio Cultural Edificado de Paineiras

01 - ANTIGO HOTEL OLIVEIRA / CASA D. DIDI
02 - CONJUNTO PRAÇA TEREZINHA VARGAS DE MENDONÇA
03 - TERMINAL RODOVIÁRIO BERNARDO MENDES
04 - ANTIGA CASA SR. MÁRIO MORATO
05 - CASA D. TINA DO ARMANDO
06 - CASA VIOLETA MORATO
07 - CARTÓRIO / ANTIGA CASA DO SR. MANOEL RAMIRO
08 - CASA SR. ODILON (CHICO DO ARTHUR)
09 - CASA D. NENENGA
10 - CASA D. ZÉ
11 - CONJUNTO PRAÇA FARMACÊUTICO MANOEL FERREIRA
12 - ESCOLA ESTADUAL "CELESTINO NUNES"
13 - AÇUDE DO SR. PACÍFICO

Fonte: O autor, 2024.

Além dos bens situados na sede do município, considera-se também como patrimônio cultural edificado de Paineiras, a capela Bom Jesus de Bocainas e a Igreja São Sebastião de Palmital, as mais antigas entre as capelas rurais e muito citadas

nas pesquisas. Todos esses bens foram inventariados pelo autor, cujas fichas encontram-se em anexo.

A definição do patrimônio cultural edificado de Paineiras é fundamental para preservar a identidade cultural e a memória coletiva da cidade. Este mapeamento fornece uma base sólida para a elaboração de estratégias e ações voltadas à preservação e conservação desses bens, envolvendo tanto a população quanto as autoridades locais.

A pesquisa identificou que a população valoriza tanto os bens materiais como imateriais, incluindo edifícios históricos, praças e espaços naturais, modos de fazer e celebrações locais. Através das respostas coletadas, ficou evidente que muitos paineirenses ainda têm um forte vínculo com o patrimônio cultural da cidade, mesmo aqueles que residem fora há anos. Essa percepção é essencial para a definição e a conservação do patrimônio, pois reflete um desejo de preservar a história local, apesar das mudanças e modernizações.

As informações coletadas destacam a necessidade de políticas de preservação e conservação adequadas, além de uma maior conscientização sobre a importância do patrimônio histórico e cultural, demonstrando que, embora haja a valorização dos bens, muitas vezes esses elementos são negligenciados em favor de novos desenvolvimentos urbanos. Portanto, a definição do patrimônio de Paineiras e o engajamento da comunidade na sua preservação são primordiais para garantir que esses exemplares sejam mantidos para as futuras gerações.

O resultado dos formulários aponta que, para aprimorar a preservação, são necessárias intervenções pontuais, maior envolvimento da população e ações efetivas por parte do poder público, servindo de alerta para a importância da valorização e conservação do patrimônio e reforçando a necessidade de um compromisso coletivo e governamental para a proteção do legado histórico.

5 À MANEIRA DE UMA CONCLUSÃO

A cidade pode ser entendida como o resultado das relações sociais e das condições históricas que a influenciam; uma paisagem que acumula camadas históricas e arquitetônicas. Não se configura apenas por um aglomerado de edifícios e infraestrutura, mas como espaço representativo, palco entre as interações e os conflitos de diferentes grupos sociais.

A cidade reflete a reconfiguração das prioridades e valores de cada época. A pressão por modernização a reinventa, causando uma dinâmica de tensões entre a preservação do legado histórico e as demandas por inovação. A cidade é coexistência.

O patrimônio cultural edificado, como componente da *urbis*, mostra-se como produto das narrativas e valores compartilhados que uma sociedade estabelece ao longo do tempo. Esse processo de construção conjunta não apenas preserva a memória e a identidade cultural, mas também contribui para a compreensão e valorização do passado em um contexto contemporâneo, incorporando o valor simbólico e histórico que a sociedade lhes atribui.

A perda do patrimônio, no processo aqui chamado por esvaecimento patrimonial, não apenas elimina referências físicas, mas também desarticula a conexão emocional e histórica dos habitantes com seu passado. Ao explorar as narrativas de memória, identidades e patrimônio sob a perspectiva da nova história, compreendemos que a preservação vai além de manter edificações: trata-se de manter vivos os significados e práticas coletivas que definem uma comunidade.

a preservação de bens patrimoniais em cidades de pequeno porte, a exemplo de Paineiras, requer uma abordagem equilibrada entre transformação e permanência, respeitando tanto a materialidade quanto os valores intangíveis. O desafio encontra-se em gerenciar e conduzir a transformação mantendo a conexão temporal e de tradições, de forma que o patrimônio histórico se mantenha e não ocorra impactos negativos na identidade cultural e na memória coletiva, principalmente tendo em vista que a indiferença da população local e a falta de interesse da política pública tem levado cidades interioranas a passarem por fenômenos de degradação patrimonial e corrosão da memória.

A sociedade contemporânea faz parte de um processo inexorável de esvaecimento, em que tradições, memórias e patrimônios tendem a se perder. Nesse

processo, o presente, aparece danificado por um regime de perdas. E a perda é um processo histórico objetivo, desdobrando-se no tempo e no espaço.

O interminável jogo entre desaparecimento e salvaguarda é o que move as narrativas nacionais sobre o patrimônio, que, por sua vez, é colocado como num processo de desaparecimento e destruição, sob a ameaça de uma perda definitiva.

No decorrer do trabalho, foi possível perceber que, além das particularidades e desafios relacionados à preservação do patrimônio em cidades de menor porte, como Paineiras, a noção de patrimônio cultural estabelecida no país - desde a definição e seleção dos bens até as políticas implementadas para sua proteção legal e administração – muitas vezes, dificulta a execução de ações efetivas nesses locais.

Nas discussões sobre patrimônio, é possível entender de forma resumida a origem dessa visão e da "construção de uma memória nacional". Embora tenham ocorrido novas discussões e ampliações acerca do campo, fundamentais para a superação de preceitos limitados, o conceito de outrora ainda se mantém em muitos contextos, criando um descompasso entre o bem reconhecido, seu entorno e os agentes sociais envolvidos.

O entendimento acerca do que é patrimônio ainda possui uma imagem pública voltada aos bens isolados de caráter monumental, reiterando uma visão arraigada à construção da memória consolidada nacionalmente - o que se pode reafirmar a partir de muitas respostas do questionário quando das sugestões para a preservação do patrimônio local.

Além do tombamento, praticamente como um sinônimo de preservação no Brasil, a musealização, muitas vezes sugerida em uma edificação específica, mostra-se como uma ideia presente nas respostas, exibindo a visão isolada do bem. Embora tombamentos e inventários sejam fundamentais para a proteção de certos patrimônios, sua aplicação pode ser desafiadora em locais como Paineiras, onde os valores estão mais ligados às experiências que à materialidade dos bens.

Portanto, é essencial considerar a cidade como um todo, pois, embora edificações individuais possam não se destacar por si mesmas, elas estão profundamente conectadas ao desenvolvimento urbano e à consolidação territorial, além de estarem ligadas à memória da população, como demonstrado pelo valor afetivo associado a elas.

Enquanto resultados desta pesquisa, espera-se que o trabalho contribua diretamente à discussão sobre as memórias, o patrimônio e as identidades,

focalizando o cenário paineirense e identificando as fragilidades que corroboraram o processo de esvaecimento da memória e do patrimônio cultural edificado no município.

Para uma maior integração com o tema abarcado, através do recorte de pesquisa e estudo de caso, apresentou-se uma narrativa histórica da cidade, embasada pela história oral e pelos resquícios documentais, concomitantemente investigando os processos de esvaecimento e analisando o impacto das perdas nos aspectos da memória e do esquecimento, e da construção e reconstrução de identidades, o que se configurava como um objetivo do trabalho.

Ao correlacionar os pilares da pesquisa, filtrando bibliografias que fundamentam o tema abarcado e servem de base para propostas vinculadas à política patrimonial, o estudo auxilia também na manutenção e fortalecimento da memória. A exemplo, elaboram-se fichas de inventário das edificações de valor histórico e relevantes para a população paineirense, definidas em conjunto, a fim de incentivar a salvaguarda do patrimônio cultural edificado no município.

O valor emocional, evidenciado nas atividades discutidas no capítulo 04, em conjunto com outros valores envolvidos e com base nas respostas da comunidade, revela os laços com o ambiente urbano por meio de memórias que têm como marcas a infância, os percursos, as primeiras moradias, os locais de encontro e as crenças. Muitos desses cenários são lembrados, mas já desapareceram.

> As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória (Bosi, 2015, p. 444 apud Rocha, 2020).

Os processos de esvaecimento fazem com que as conexões com o passado se tornem fragmentadas, levando a um enfraquecimento da memória coletiva e ao risco de amnésia histórica. Demonstram como a memória coletiva e a identidade local são influenciadas por decisões políticas e pessoais. Essas modificações, muitas vezes, resultam no descontentamento popular e no enfraquecimento das memórias compartilhadas.

Um aspecto importante a ser considerado é a transformação contínua das cidades ao longo do tempo. Isso ficou evidente nas atividades com a população e nas comparações fotográficas da paisagem ao longo dos anos. A cidade muda, mas muitos valores persistem através das gerações, não se limitando a bens individuais,

mas formando uma imagem urbana.

Apesar de a população usar elementos citadinos como referência para sua memória e experiências, a falta de uma percepção de monumentalidade no patrimônio local faz com que não reconheçam a maneira que eles podem ser abordados no campo da conservação, bem como na preservação das memórias.

É notório no decorrer do trabalho que os elementos mencionados vão além da área urbana e estão intimamente ligados ao ambiente natural. Isso é claro tanto nas áreas adjacentes à cidade, como o Açude do Sr. Pacífico, quanto em aspectos específicos da zona rural, como capelas, fazendas e cachoeiras. Além disso, as características das edificações, geralmente modestas, mas fruto da evolução urbana, são componentes importantes dessa paisagem urbana.

Essas questões refletem-se politicamente. O Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) de Paineiras, composto em grande parte por membros da sociedade civil, enfrenta desafios significativos em sua eficácia: até o momento nenhum bem foi tombado e os inventários realizados se caracterizam por limitada participação da comunidade. Um exemplo notório é o inventário da Biblioteca Pública Municipal, que foi mencionada apenas duas vezes nas pesquisas por formulários e não se configura como um patrimônio para a comunidade local. Esse cenário reflete uma dificuldade estrutural do COMPAC, que resulta também na ausência de um engajamento significativo da comunidade e prejudica a preservação efetiva do patrimônio local.

Nesse contexto, a abordagem discutida desde o segundo capítulo até a conclusão do trabalho fundamenta as análises e conclusões apresentadas. Ela visa compreender o patrimônio em sua relação com o território, as paisagens e os elementos que conferem singularidade ao ambiente, destacando o patrimônio como uma referência essencial para as pessoas que vivenciam e interagem com o espaço urbano.

Além disso, as abordagens que focam na percepção da população sobre a cidade revelam-se importantes ao demonstrarem o deslocamento dos valores atribuídos aos bens de caráter monumental para os valores das vivências urbanas. Essas metodologias permitiram mapear as principais referências culturais identificadas pelos moradores, o que faz muito significativo, pois, além de documentar essas referências no território, oferece uma visão mais clara das mudanças na cidade ao longo do tempo e da evolução da cidade.

Paineiras exemplifica, em sua gênese, a complexa interação entre geografia, economia, sociedade e cultura na formação de uma comunidade urbana no interior de Minas Gerais: ereta a primeira capela, surgiram logo ao redor, as primeiras casas. A construção dessas edificações, marcadas por sua rusticidade, estava profundamente enraizada no saber local e nas práticas tradicionais.

Essa arquitetura inicial, datada do final do século XIX e início do século XX, surge de uma intensa integração entre os moradores e seus modos de vida, refletindo os valores e costumes da comunidade local. No entanto, pouco resta dessa arquitetura original, evidenciando como a memória, as edificações e os valores são moldados e transformados ao longo do tempo.

A demolição e descaracterização dessas edificações podem ser atribuídas a uma série de fatores interligados. Em primeiro lugar, destaca-se a falta de conhecimento e conscientização sobre o valor histórico e cultural das construções, tanto por parte da população quanto do poder público, que muitas vezes se impunha por interesses políticos. A ausência de políticas efetivas de preservação e de incentivos para a conservação também contribui significativamente para esse cenário.

Além disso, questões práticas como o mau estado de conservação das construções, altos custos de restauração e a especulação imobiliária influenciam a decisão de demolir ou descaracterizar os imóveis. A pressão por modernização e interesses financeiros frequentemente levam à substituição de estruturas históricas por novas construções, que são vistas como mais valiosas ou necessárias para o desenvolvimento urbano. Essas dinâmicas revelam a necessidade urgente de maior conscientização e medidas efetivas para proteger o patrimônio histórico e cultural de Paineiras.

Justamente nos terceiro e quarto capítulos encontram-se etapas extremamente importantes do trabalho, em que há uma análise mais aprofundada dos processos de esvaecimento e maior contato com a população, visto que, compreendendo o valor afetivo como predominante no local, é fundamental que se inclua a população na consagração dos bens patrimoniais remanescentes.

A ampliação da percepção de patrimônio, que antes se restringia aos conhecimentos acadêmicos, agora inclui saberes populares e experiências locais, evidenciando a importância da troca de conhecimentos para uma visão mais abrangente da cidade, como forma de ampliar um olhar apenas técnico e compreender o olhar da população.

Como indicado pelo título da dissertação, Paineiras vivencia um processo de esvaecimento da memória e do patrimônio cultural edificado, que causou danos às narrativas da história local, à materialidade dos edifícios históricos e à manutenção do patrimônio intangível e da memória.

É essencial desenvolver políticas locais que integrem a participação da sociedade civil, permitindo uma análise crítica dos discursos sobre patrimônio. Essas políticas devem expandir a compreensão do patrimônio cultural, reconhecendo-o como algo dinâmico, moldado pelo presente, vinculado ao passado pelas experiências e constantemente atualizado pelo cotidiano.

Os resultados obtidos, que incluem levantamento de dados, construção de narrativas, mapeamentos e atividades desenvolvidas com a população, podem contribuir com o resgate da história local e promover o incentivo a políticas de preservação municipal.

No entanto, é crucial destacar que, apesar da importância da participação popular, o papel das políticas públicas eficazes é indispensável, e deve agir em conjunto com a sociedade civil na proteção do patrimônio cultural.

Para além disso, considera-se importante destacar que este estudo representa uma das primeiras investigações sobre a história e o patrimônio de Paineiras. Ele serve como um marco inicial, com o objetivo de estimular a continuidade das pesquisas e a atualização constante das informações. Ao considerar o patrimônio como uma parte integrante e dinâmica do cotidiano, o estudo oferece uma base para o desenvolvimento de novos trabalhos, incentivando a exploração contínua e a ampliação do entendimento sobre o legado cultural da cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. R. Memória serve pra quê? Uma análise “do que deve ser esquecido” e “do que pode ser lembrado” na história. In: **ANÁIS DO XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.** Rio de Janeiro: Numem, 2010. Disponível em: https://snh2011.anpuh.org/resources/anais/8/1276701927_ARQUIVO_MemoriaservepraqueGelsomanpuh2010.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

ALVES, H. V. S. **Urbanização Líquida**: Uma Interpretação da Urbanização Contemporânea a partir do Pensamento de Zygmunt Bauman. 2020. 173 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/39963. Acesso em: 26 dez. 2023.

AMORIM FILHO, O. B.; ARRUDA, M. A. Os Sistemas Urbanos. In: **BDMG Minas Gerais do Século XXI**: reinterpretando o espaço mineiro. Belo Horizonte: BDMG, 2002. Disponível em: https://pt.slideshare.net/slideshow/volume-2-reinterpretando-o-espaco-mineiro/72765. Acesso em: 02 jul. 2023.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1958.

BRASIL. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital. **Abaeté = Jornal: Semanário independente, dedicado aos interesses do Município (MG) - 1934 a 1945**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761796&pesq=&pagfis=1 . Acesso em 12 jan. 2024.

BRASIL. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital. **O Abaeté : Orgam Semanal (MG)** [1904] Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761788&pesq=&pagfis=1. Acesso em 12 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jun. 2024.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

BLIER, S. P. **The anatomy of architecture**: ontology and metaphor in Batammaliba architectural expression. Chicago: The Chicago University Press, 1987.

BOLTSHAUSER, J. **Noções de evolução urbana nas américas**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura/UFMG. 1968. 3 vol.

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, C. A. L. **Genealogia da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ABAETÉ**. Leis Municipais**. Abaeté/MG: Câmara Municipal de Abaeté, 2024. Disponível em: https://www.camaraabaete.mg.gov.br/normas_juridicas.aspx. Acesso em: 10 jul 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PAINEIRAS**. Legislação Municipal**. Paineiras/MG: Câmara Municipal de Paineiras, 2024. Disponível em: https://www.paineiras.cam.mg.gov.br/documentos/legislacao/legislacao-municipal. Acesso em: 10 jul 2024.

CANDAU, J. **Memoria e Identidad**. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2001.

CARSALADE, F. L. **A Pedra e o Tempo:** Arquitetura como Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARSALADE, F. L. Dualidades patrimoniais. **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 203-216, 2017. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/3870. Acesso em: 20 março 2024.

CARTA DE WASHINGTON**. Carta de Washington**. 1987. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/washington-e.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural:** conceitos, políticas, instrumentos**.** SP: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CEER - CHEMICAL ECONOMY & ENGINEERING REVIEW. Japão: Chemical Economy Research Institute, 1985.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**, Petrópolis: Vozes, 1998.

CINTRA, E. M. U.; FIGUEIREDO, L. C. **Melanie Klein: Estilo e pensamento**. São Paulo: Escuta, 2003.

COELHO, D. M. N. **O Bispado de Aterrado**: Dados Históricos e Estatísticos de todas as suas Paróquias, com ilustrações. Luz: Tipografia Diocesana, 1941.

COELHO, D. M. N. **Reminiscências da Peregrinação de N. Sra. de Fátima pelas Paróquias do Bispado de Aterrado**. Luz: Tipografia Diocesana, 1954.

COLI, J. **O que é arte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2020.

COLIN, S. **Técnicas construtivas do período colonial. [s.l.]:** Imphic - Instituto da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultural, 2010.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jan. 2024.

CRISTELLI, D. Martin Heidegger e a essência da técnica. **Margem**, São Paulo, nº 16, p. 83-89, dez. 2002.

CRUZ, L. A.; BOAVENTURA, M. J.; GOMES, M. H. **Manual de Técnicas de Preservação e Manutenção de Patrimônio.** IHGT. Tiradentes, 2016.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru/SP: Edusc, 2002.

DIEHL, A. A. Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n.º 36, p. 368-394, jul./dez. 2006.

DIEHL, A. A. Ideias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança. In: **História da Historiografia**, n. 1, ago. 2008, p. 45+. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/A351082138/AONE?u=anon~b628a33e&sid=googleScholar&xid=6cb3bd6a. Acesso em: 10 jul. 2024.

FEBVRE, L. Combats pour l'histoire. In: Le Goff, Jacques. **História e Memória**: Tradução Bernardo Leitão. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FEENBERG, A. **O que é Filosofia da Tecnologia?** Conferência, Komaba, 2003. Tradução de Agustín Apaza.

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos**.** Artigo. Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866005. Acesso em: 08 jan. 2023.

FONSECA, A. C. O**.** Abordagens sobre técnica e tecnologia em edificações da primeira metade do século XX no município de Paineiras/MG. In: **VI Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, 2023, Belo Horizonte. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/paisagemcultural/697289-abordagens-sobre-tecnica-e-tecnologia-em-edificacoes-da-primeira-metade-do-seculo-xx-no-municipio-de-paineirasmg/. Acesso em: 21 jan. 2024.

GAMA, R. **A tecnologia em questão**. Artigo. Revista USP, 1990.

GAMA, R. **A tecnologia e trabalho na História**. Editora Nobel/ Edusp, 1989.

GONÇALVES, J. R. S. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. **Antropologia da esfera pública**, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj; https://portal.abant.org.br/aba/files/CAP-146091781.pdf Acesso em: 18 fev. 2024.

GRANATO, M., RIBEIRO, E. S., & ARAÚJO, B. M. de. Cartas patrimoniais e a preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia. **Informação & Informação**, 23(3), 202-229, 2018. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/108470. Acesso em: 18 fev. 2024.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

HEIDEGGER, M. **A questão da Técnica**. Tradução por Marco Aurélio Werle. Scientiæ studia, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

HEMEROTECA BRASILEIRA. **Coleção de jornais históricos**. São Paulo: Biblioteca Nacional, 2022.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 36 volumes, 1958.

IBGE. **Portal Cidades: Brasil, Minas Gerais, Paineiras**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paineiras/panorama. Acesso em: 02 de jan 2024.

ICOMOS. **Carta de Washington**. Washington: 1986.

INGOLD, Tim. Ancestry, generation, substance, memory, land. In: Ingold, Tim. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2000c. p. 132-152. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://leiaarqueologia.files. wordpress.com/2017/08/the-perception-of-the-environment-tim-ingold.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

JUNIOR, M. A. B. **A memória afetiva e os telespectadores: um estudo do canal viva** [Tese]. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7407. Acesso em: 20 fev. 2024.

JUNIOR, M. A. B. Como a memória afetiva pode auxiliar no desenvolvimento das habilidades socioemocionais? *In***:** JUNIOR, M. A. B. **Mario Bressan [Blog].** Florianópolis, 2023. Disponível em: https://mariobressan.com.br/blog/. Acesso em: 15 nov. 2023.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dez. 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069. Acesso em: 14 março 2024.

LE BRETON, D. **As paixões ordinárias: Antropologia das emoções**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LE GOFF, J. [et al.]. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

LE GOFF, J. **Patrimoine et passions identitaires**. Paris: Fayard, 1998.

LELOUP, Yves. **Les villes du Minas Gerais**. Paris: Université de Paris, 1970.

MARTINS, C. **Patrimônio Cultural da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Ed. Roca. 2006.

MARTINS, J. C. O. Tempos sociais acelerados, patrimônio cultural em risco. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 169-193. Disponível em: https://books.scielo.org/id/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940-09.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Interior. **Estatística Chorografica de Distancias**. Belo Horizonte: Secretaria do Interior, 1916.

MITCHELL, A. **Identidades Plurais e Espaços Públicos.** Repositório da Ponticifia Universidad Católica Argentina, 2020. Disponível em: https://repositorio.uca.edu.ar /bitstream/123456789/12916/1/identidades-plurais-espaco.pdf. Acesso em: 10 dez 2022.

MORIGI, Valdir José; BONOTTO, Martha E. K. Kling. A narrativa musical, memória e fonte de informação afetiva. **Em Questão**, v. 10, n. 1, p. 143-161, jan./jun. 2004. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/88/47. Acesso em: 19 fev. 2024.

MORIM FILHO, O. B.; ARRUDA, M. A. Os Sistemas Urbanos. In: **BDMG Minas Gerais do Século XXI**: reinterpretando o espaço mineiro. Belo Horizonte: BDMG, 2002.

MOTTA, L. **Patrimônio urbano e memória social:** práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990. 2000. 173f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12610/Dissert%c3%a7%c3%a3o%20Lia%20Motta%20UNIRIO%202000.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 dez. 2022.

MUÑOZ VIÑAS, S. **Teoria contemporânea da restauração**. Tradução de Flávio de Lemos Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

NIEUWENHUIZEN, Pio. **Crônica Paróquia São Rafael de Paineiras, 09-02-1963 a 22-04-1968**. São João Del Rei, 1989. Arquivo Diocesano da Diocese de Luz, MG.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História** (10). São Paulo: EDUC, 1995.

NORA, P. **Science et conscience du patrimoine**. Paris: Fayard, 1997.

NOZOE, N. Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, FEAUSP, v. 7, n. 3, 2006. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon /nucleos_pb.php?i=8. Acesso em: 15 dez. 2023.

OLIVEIRA, J. A. d. **História de Abaeté (temperada com um pouco de sal e pimenta)**. Brasil: Imprensa Oficial, 1970.

ORTEGA Y GASSET. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.

PAINEIRAS. **Acervo Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas**. Paineiras/MG: Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas, 1939.

PAINEIRAS. Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural. **Atas Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC)**. Disponível em: https://www.paineiras.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/conselho-deliberativo-municipal-do-patrimonio-cultural---compac/6549. Acesso em: 10 jan. 2024.

PALLASMAA, J. **Essências**. São Paulo: Editorial GG, 2018.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO. **Livro de crônicas, 1916-1940**. Abaeté, MG: Arquivo Paroquial, Livro 1

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO**. Livro de crônicas, 1940-1952**. Abaeté, MG: Arquivo Paroquial, Livro 2.

PARÓQUIA SÃO RAFAEL ARCANJO. **Acervo Documental.** Paineiras, MG: Arquivo Paroquial.

PARÓQUIA SÃO RAFAEL ARCANJO. **Livro de crônicas, 1978.** Paineiras, MG: Arquivo Paroquial.

PEREIRA, D. C. **Cidades patrimônio:** uma geografia das políticas públicas de preservação do patrimônio no Brasil. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

POULOT, D. A Razão Patrimonial na Europa do Século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 2012.

POULOT, D. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46: p. 471-480, jul./dez. 2011.

POULOT, D. **Musée, nation, patrimoine**, 1789-1815. Paris: Gallimard, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. **Formação social e econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

REZENDE, M. A. P. **Inovação tecnológica nas edificações e a introdução da estrutura metálica em Minas Gerais**. 2003. 226 p. Tese (Doutorado). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: _____. (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

ROCHA, B. A. G. **A preservação do patrimônio em cidades de pequeno porte: proposta de articulação entre a comunidade e o governo local em Patrocínio Paulista.** 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: https://repositorio. ufu.br/bitstream/123 456789/31155/1/PreservacaoPatrimonioCidades.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1956.

SANSOT, P. **Les gens du peu**. Paris: PUF, edição 2009 [1991].

SANTOS, C. R. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. São Paulo, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/kcCJYyRRHJqHM3xh57 cDGxx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 dez. 2022.

SIBONY, D. **Le patrimoine:** un lieu d´être autrement. Paris: Fayard, 1998.

SILVA, I. F. Á.; ÁLVARES, O. F. **Gerais de todos os tempos**: reminiscência dos tempos da Gerais e folhas caídas. Brasília: Verano, 1999.

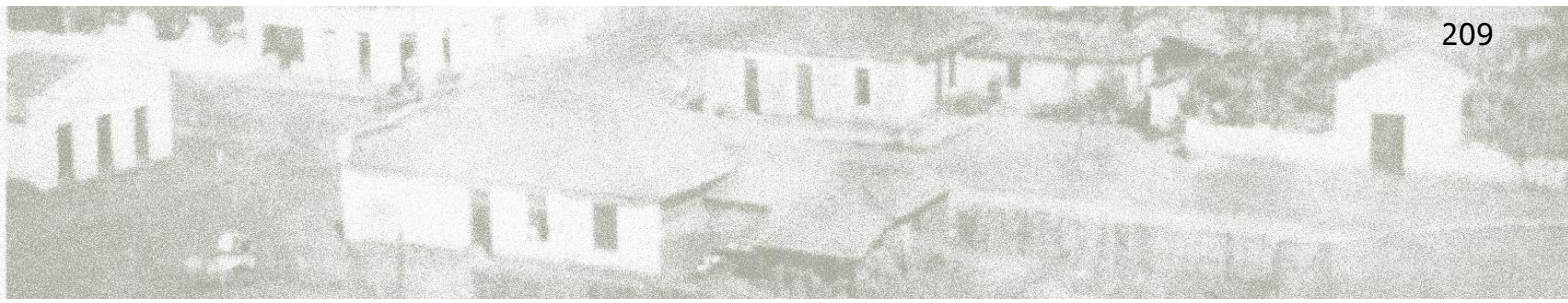
TITCHENER, E. B. Affective Memory. **The Philosophical Review**, v. 4, n. 1, jan. 1895. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2175845. Acesso em: 19 fev. 2024.

TOFANI, F. de P. **Erejakasó Piáng?** As Culturas Sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil. 2008. 533 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-7TJKXF. Acesso em: 15 jun. 2024

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS**. Acervo Minas Justiça**. Disponível em: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acervo-minas-justica. Acesso em: 07 abr. 2024.

VASCONCELLOS, S. **Arquiteturas no Brasil**: Sistemas construtivos. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1979.

APÊNDICE A - Inventário de Bens Culturais Edificados do Município de Paineiras / MG



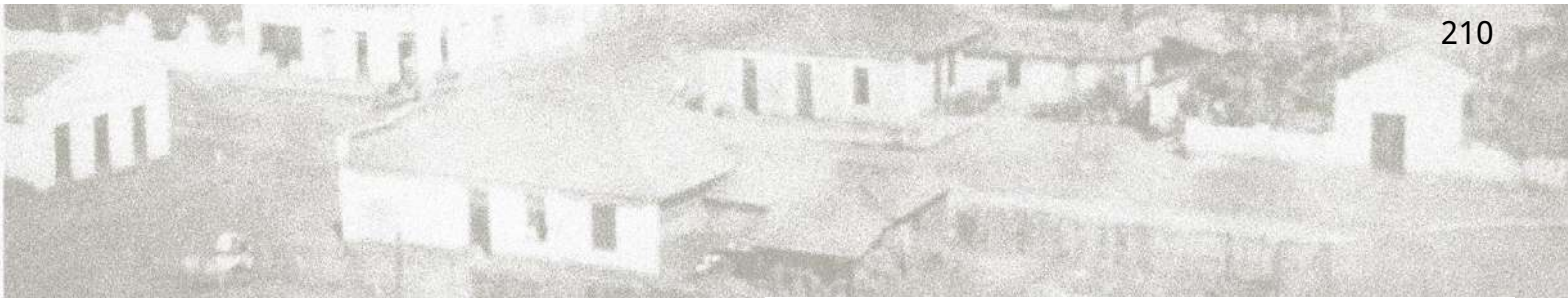
INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS/MG

Este inventário é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada *O Esvaecimento da Memória e do Patrimônio Cultural Edificado: O Caso do Município de Paineiras, Minas Gerais*, desenvolvida por Alex César de Oliveira Fonseca, em 2024, pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

O inventário reúne um total de 15 bens culturais edificados em Paineiras, destacando sua importância histórica, arquitetônica e cultural para o município. Os bens catalogados foram selecionados com base em critérios que levam em consideração sua representatividade e o impacto na preservação da memória coletiva local.

Além de servir como um registro formal dessas edificações, o inventário também busca sensibilizar a comunidade e as autoridades locais sobre a importância da preservação do patrimônio cultural, contribuindo para a construção de uma identidade local fortalecida e consciente de seu valor histórico.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2024
Alex César de Oliveira Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

CASA FARIA MORATO

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Camilo Mendonça, n°438, Bairro Centro.

Proprietário
Família Morato

Data da Construção
entre 1920 e 1930

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Residencial

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação em questão foi construída entre o final da década de 1920 e início da década de 1930, configurando-se, provavelmente, como a mais antiga de Paineiras. Sabe-se que por muitos anos nela residiu o sr. Mário de Faria Morato, filho de Alexandre de Faria Morato e D.Fausta Maria de São José, sua segunda esposa. Seu pai era natural de Pitangui e foi escrivão da paz de Abaeté pelo período de 1889 a 1892 e procurador da Câmara de 1894 a 1897.

Mário nasceu em Abaeté, e casou-se com Maria das Dores Andrade, com quem não teve descendentes. Entretanto, foi pai de dois filhos: Murilo Morato, com D. Jó; e Armando Fagundes Morato, com D. Alzira Josefina Fagundes, cujo primeiro casamento foi com Antônio Cândido d'Abreu e Silva.

Estabeleceu-se em Paineiras onde trabalhava como comerciante e em Abaeté integrava o primeiro Conselho Consultivo, em 1931. Com sua renuncia, para seu lugar foi nomeado o Dr. Edgardo da Cunha Pereira.
Na década de 1930 possuía uma fábrica de banha e exportava lenha para outras localidades, ofício que o fez até o final da década. Em seu comércio, localizado ao largo do Rosário, vendia diversos gêneros e viveu na edificação até seu falecimento.

Sabe-se também que D. Adelina de Faria Morato, irmã de Mário e seu esposo José Luiz Ferreira também residiram na edificação, mudando-se para a localidade do Junco por provisão de 1953. Portanto, podem ter sido eles os primeiros proprietários.

A edificação foi construida em um período de transição do ecletismo para o art déco, portanto tem elementos mesclados: apresenta características ecléticas, como a varanda lateral e o frontão triangular, combinadas com formas geométricas e uma simetria típica do Art Déco. A platibanda escalonada e a organização equilibrada dos elementos ao longo do eixo central, incluindo a reflexão exata de um lado para o outro, criam uma sensação de ordem e harmonia visual, característica do Art Déco.

Ao longo dos anos, a casa sofreu diversas modificações, como a troca do piso, a substituição das janelas e a colocação de gradil. Essas alterações, embora tenham impactado a originalidade da edificação, não diminuem sua importância como um exemplo da transição estilística na arquitetura de Paineiras.

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01: Família de D. Adelina Morato em frente a edificação na ocasião de sua mudança para localidade do Junco, 1953.

Fonte: Acervo da familia Mendonça

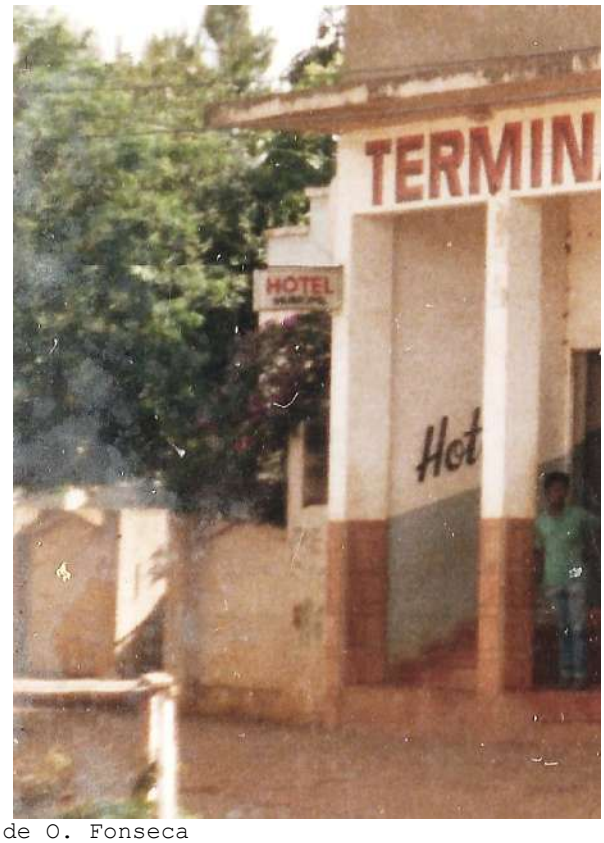
Fig. 02: Destaque da edificação em fotografia de 1955

Fonte: Acervo da familia Ramiro

Fig. 03: Vista aérea, posterior, da edificação, na década de 1980

Fonte: Foto por Dercy Oliveira, acervo da familia

Fig. 04 e 05: Desfile em frente a edificação, e detalhe do muro na década de 1980



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

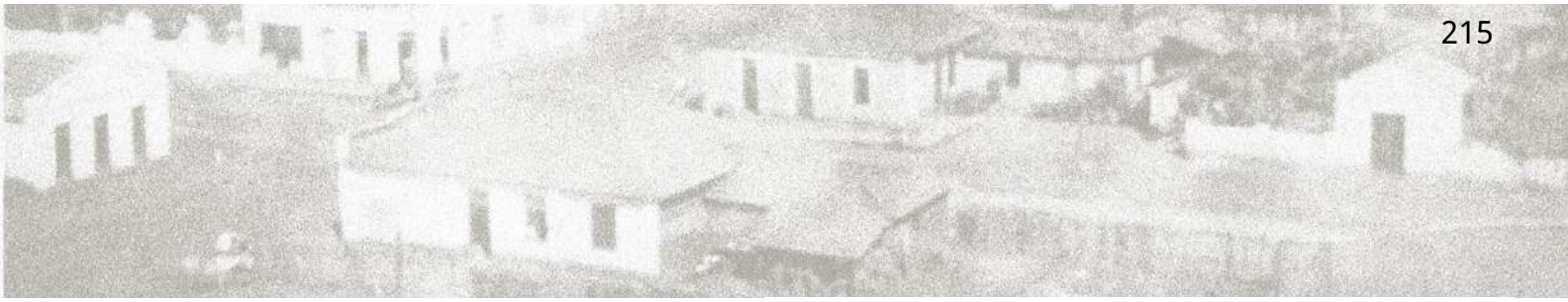
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

Fig. 06 e 07: Fachada Frontal da edificação

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 08 e 09: Detalhes do frontão

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DOS BENS CULTURAIS EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS - MINAS GERAIS

CASA MENESES

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Deputado Eduardo Lucas, 564. Bairro Centro.

Proprietário
Família Machado

Data da Construção
1930

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Residencial

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação em questão foi erigida por provisão de 1930, pertencendo ao sr. José Marcellino de Menêses e D. Isaura Cordeiro Maciel.

Após o casamento de um dos filhos, sr. Orestes Cordeiro de Meneses, com D. Maria Romeiro de Meneses Sobrinha (filha do vereador e fazendeiro Amâncio Romeiro de Meneses e de D. Angelina Maria Cândida Romeiro), em 1939, os recém-casados se mudaram para a casa com os primeiros filhos.

Quando crescidos, seus filhos mudaram-se de município para estudarem em um colégio interno. Com a mudança, D. Ica e Sr. Orestes mudaram-se para a fazenda e a casa foi vendida ao Sr. João Luiz de Castro Machado e D. Maria José de Meneses, sobrinha de Orestes e neta dos primeiros donos.

João Luiz de Castro Machado nasceu em Pompéu, em 1919, filho de Joaquim de Castro Machado e D. Jacinta de Campos Cordeiro. D. Maria José de Meneses, D. Zé, nasceu em Paineiras, em 1923, filha de Pedro José de Meneses e D. Isabel Álvares da Silva.

Trata-se de edificação com influência do estilo neocolonial, destacando-se pelo seu frontão ornamentado e pela presença de duas belas, características que reforçam sua elegância e o cuidado estético de sua construção. Erigida com recuos frontal, posterior e laterais, a casa preserva um caráter equilibrado, criando uma harmoniosa interação entre a edificação e o entorno.

A fachada frontal, "avarandada", é um dos elementos de maior destaque, proporcionando uma área de transição suave entre o interior e o exterior da casa. O revestimento é em argamassa pintada, o que contribui para a durabilidade e a preservação da aparência original da edificação ao longo dos anos.

A cobertura, composta por telhas cerâmicas, é configurada em diversas águas, um detalhe que não apenas enriquece o desenho arquitetônico, mas também reflete a complexidade e o cuidado técnico empregados na construção.

Com a mudança de donos, algumas alterações foram feitas na casa, que anteriormente tinha seu piso em assoalho e passou a ser de cerâmica. Os forros também foram modificados e o muro aumentado, sendo a última intervenção datada de 2014.

DESENHOS TÉCNICOS

FACHADA FRONTAL - CASA MENESES
ESC.: 1:50

Fonte: pelo autor, 2024

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01: D. Isaura Cordeiro Maciel e Sr. José Marcellino de Meneses
Primeiros proprietários da casa

Fonte: Acervo da família Machado.

Fig. 02: Sr. João Luiz de Castro Machado e D. Maria José de Meneses, neta dos primeiros proprietários e últimos moradores da casa

Fonte: Acervo da família Machado

Fig. 03 e 04: Vista aérea da edificação e recorte da fachada lateral direita, na década de 1980

Fonte: Acervo da família Machado

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

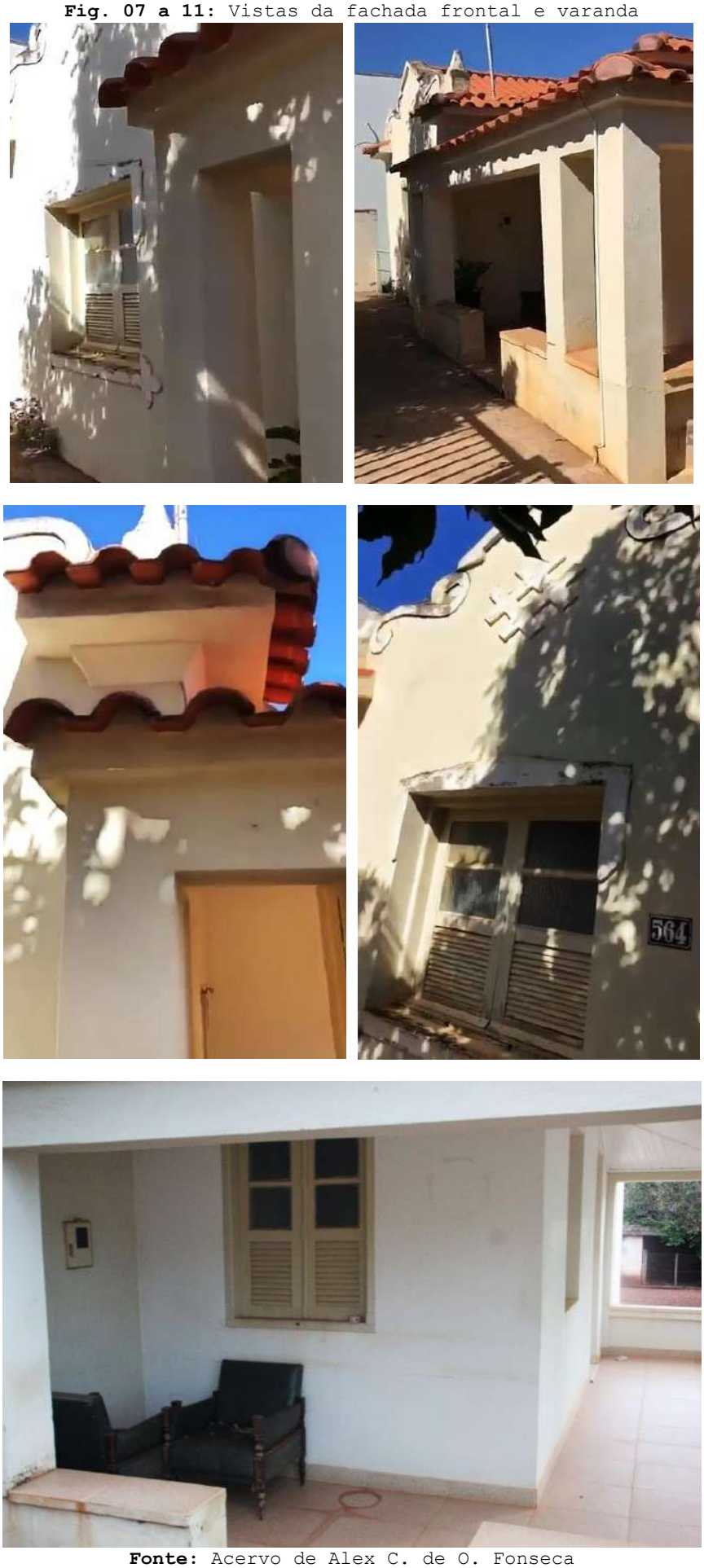
Fig. 05: Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 06: Vista do Frontão neocolonial

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

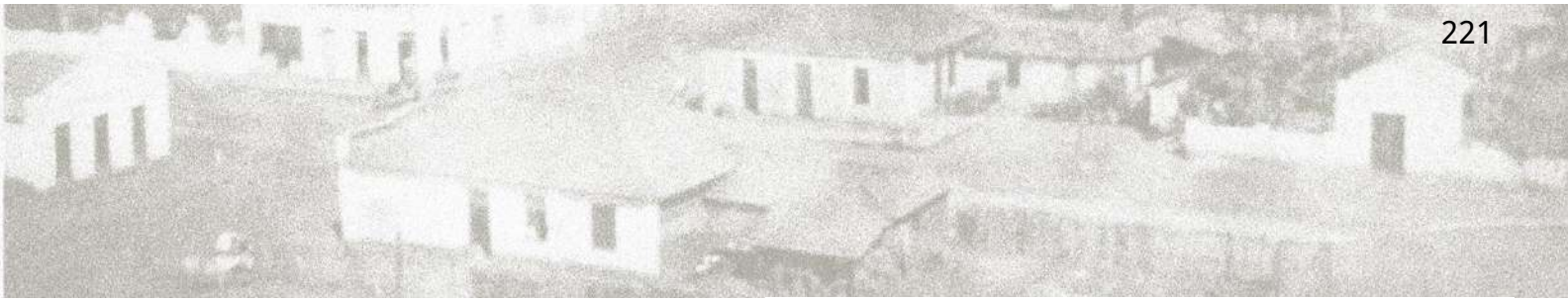
Fig. 07 a 11: Vistas da fachada frontal e varanda



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 12 e 13: Vistas da varanda

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

CASA NENENGA

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Deputado Eduardo Lucas, 564. Bairro Centro.

Proprietário
Família Chamon

Data da Construção
1920 - 1930

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Residencial

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação em questão foi erigida por provisão de 1930, pertencendo a D. Maria Pimenta, figura muito conhecida em Paineiras, e uma das primeiras costureiras do povoado.

Após seu falecimento, a edificação ficou com sua filha, D. Nenenga, que ainda é a atual proprietária, mas reside em Belo Horizonte.

A edificação foi construida em estilo colonial tardio, e no decorrer dos anos sofreu algumas alterações: a porta principal foi retirada e substituida por uma janela em madeira, sendo o acesso restrito à sua porção lateral esquerda; o piso foi trocado e acrescentaram-se pequenos degraus para o acesso.

Ainda pode-se notar as características originais, como janelas e portas em madeira. Foi edificada com estrutura de esteios, grandes pilares de madeira cravados no solo, que também sustentam a cobertura. Esse tipo de construção era comum na época do povoado, sendo a tradição de construção em madeira mantida por um longo tempo.

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01: Casa Nenenga na década de 1970

Fonte: Acervo da família Chamon

Fig. 02 e 03: D. Maria Pimenta, primeira proprietária

Fonte: Acervo da família Chamon

Fig. 04 e 05: D. Nenenga e seu marido Geraldo

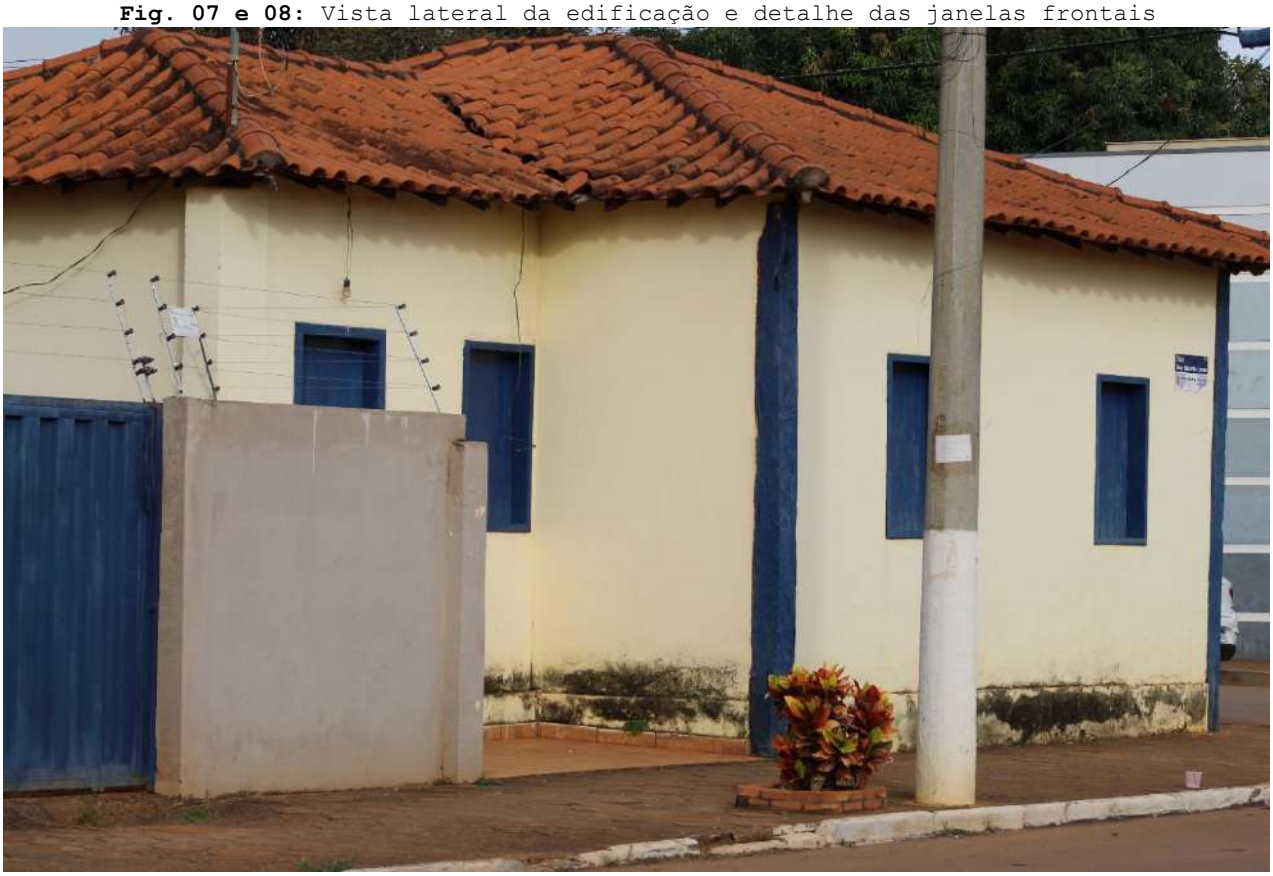
Fonte: Acervo da família Chamon

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Fig. 06: Fachada Frontal da edificação

Fonte: Acervo da Alex C. de O. Fonseca

Fig. 07 e 08: Vista lateral da edificação e detalhe das janelas frontais



Fonte: Acervo da Alex C. de O. Fonseca

Fig. 09 e 10: Fachada Frontal da edificação

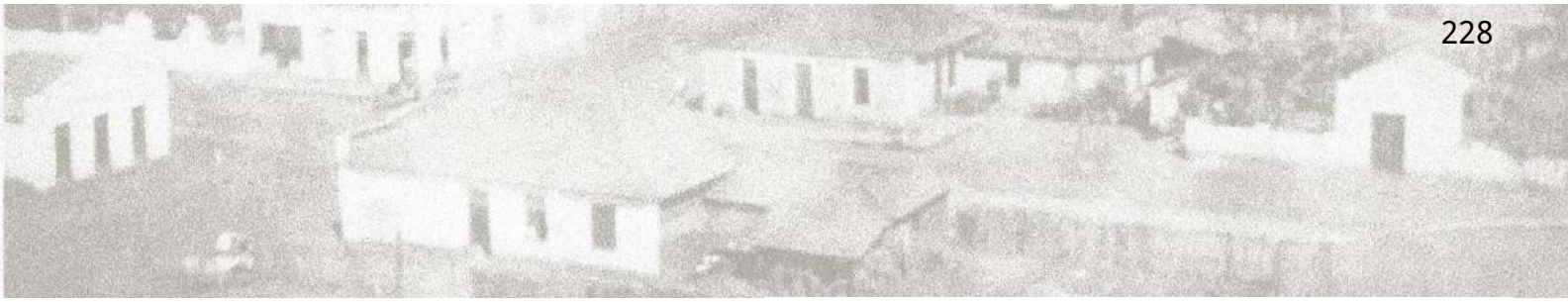
Fonte: Acervo da Alex C. de O. Fonseca

Fig. 11 e 12: Detalhe porta na fachada Frontal da edificação

Fonte: Acervo da Alex C. de O. Fonseca

Fig. 13 e 14: Detalhes da edificação

Fonte: Acervo da Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS - MINAS GERAIS

CASA RAMIRO / CARTÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Dep. Eduardo Lucas, 396. Bairro Centro.

Proprietário
Família Ramiro

Data da Construção
1935

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Comercial / Misto

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

Edificação marcante na paisagem da principal rua da cidade, à Rua Deputado Eduardo Lucas, a residência Ramiro, conhecida popularmente como "casa do Manoel Ramiro", permaneceu inalterada por muitos anos, testemunhando a evolução da cidade de Paineiras.

A edificação em estilo colonial tardio, construída na década de 1930, foi erigida para que o Sr. Pedro Henrique de Carvalho, conhecido como Pedro Ramiro, sobrenome de sua mãe, fixasse morada e um ponto comercial, anteriormente localizado no povoado de Macaúbas, consistindo-se como um dos primeiros pontos comerciais da cidade.

Pedro Henrique de Carvalho, filho de Manoel Henrique de Carvalho e Anna Ramira da Silva, casou-se com D. Minergilda Maria de Jesus, filha de José Feliciano de Sousa e Maria Jeronyma da Silva, aos 21 de junho de 1914.

Entre seus filhos, Manoel Ramiro de Sousa, seguiu os passos de seu pai e deu continuidade ao ofício comercial. Sua loja vendia gêneros como tecidos, chapeus, calçados, sedas, ferragens, armarinho, cigarros, querozene, entre outros.

Posteriormente, a edificação deu espaço ao Cartório de Registros Civil de Pessoas Naturais de Paineiras, criado em uma outra edificação a 25/03/1939, sendo o Sr. Manoel Ramiro o escrivão e tabelião, ofício atualmente de seu filho, Alair de Castro Ramiro.

A edificação apresenta uma fachada distinta e bem organizada, refletindo a funcionalidade típicas das edificações paineirenses da época. Na porção lateral direita do edifício, reservada para atividades comerciais, duas portas de madeira robusta oferecem acesso ao espaço.

A parte residencial, no passado, era destacada por uma entrada centralizada, com uma porta de madeira que servia como principal acesso ao ambiente residencial. De cada lado da porta, duas janelas em madeira, completavam o equilíbrio simétrico da fachada. Cada janela é composta por duas folhas que se abrem internamente, permitindo ventilação e luz natural, enquanto a parte externa é equipada com uma seção de madeixa fixa, garantindo privacidade e segurança.

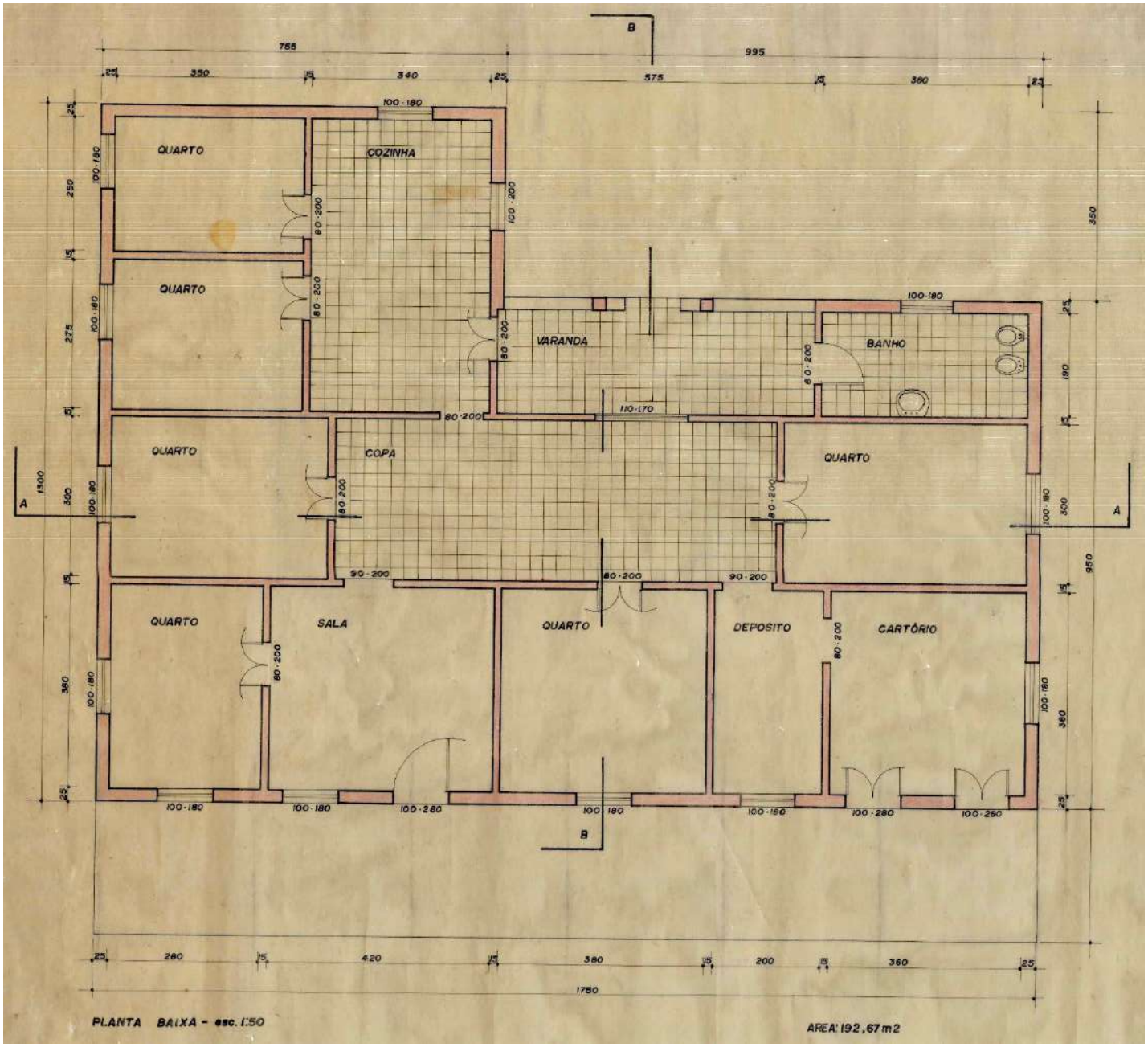
O telhado do edifício é um exemplo clássico da arquitetura colonial. No passado era marcado com a presença de uma beira que se estendia para além das paredes.

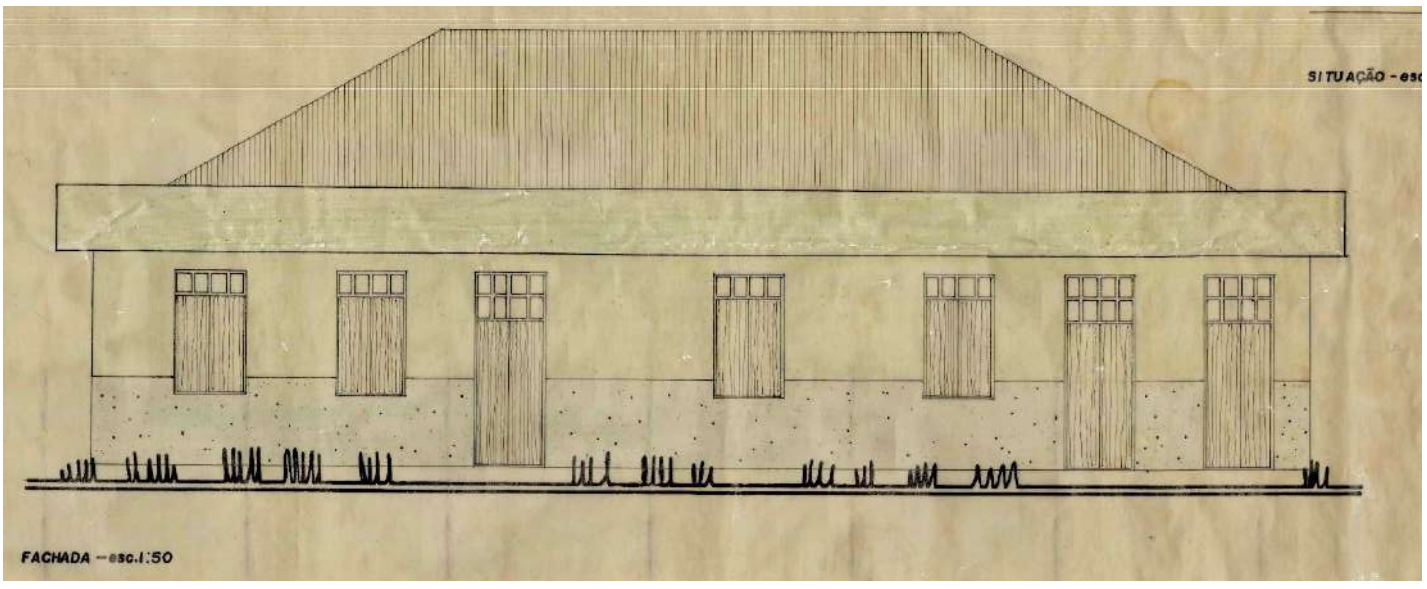
A cornija, localizada logo abaixo da beira, adicionava à edificação um toque de sofisticação. A cornija não só embelezava a transição entre o telhado e as paredes, mas também ajudava a proteger a estrutura ao evitar que a água da chuva se acumulasse na junção. Combinando funcionalidade e estilo, a cornija completava a harmonia colonial da edificação, realçando sua estética histórica.

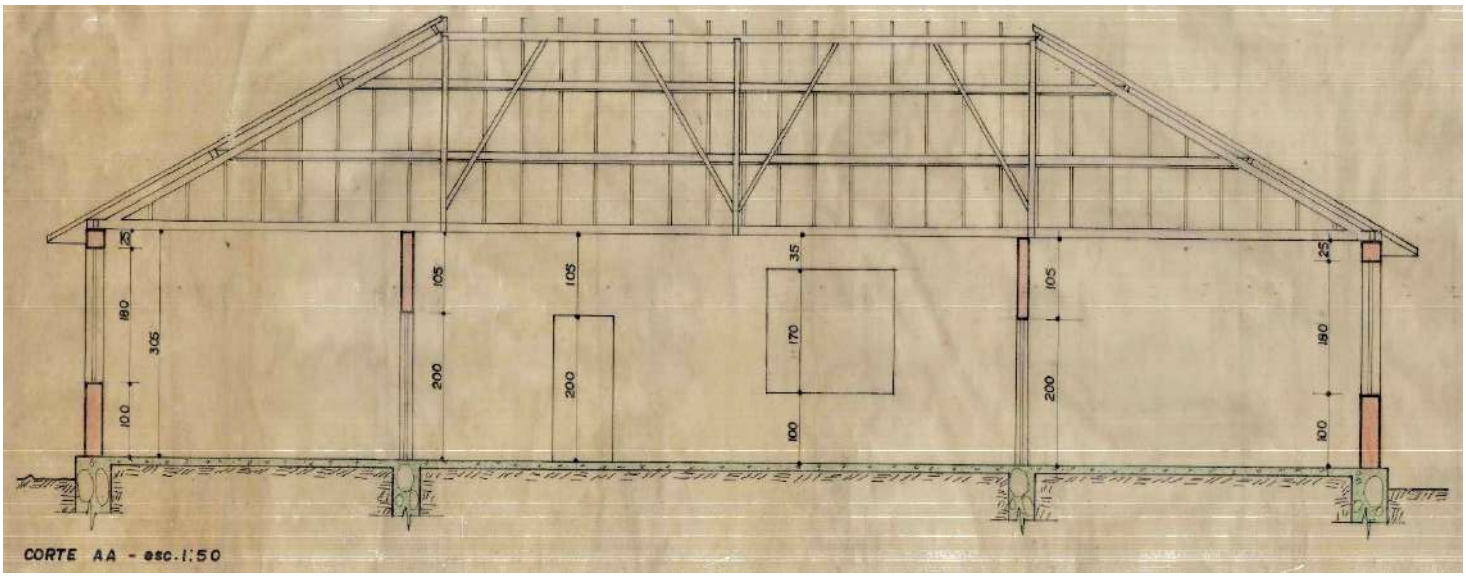
Entretanto, por volta da década de 1970, a edificação começou a sofrer alterações, tanto nas subdivisões, quanto estéticas. Os desenhos técnicos anexos, mostram um levantamento da edificação desenvolvido em 1978. A partir dele, percebe-se que a edificação, antes retangular, foi acrescida em um formato de “L”. A fachada foi modificada, retirando-se as cornijas e a beira. O desenho anexo apresenta uma platibanda, embutindo parte do telhado, entretanto ela não foi executada.

Como últimas alterações, a porta de acesso à sala foi retirada, substituindo-a por uma janela. A sala passou a se configurar como quarto e novas modificações internas foram feitas. Parte do piso que era em cimento pigmentado, foi substituída por cerâmica, e uma varanda na lateral esquerda foi acrescida à edificação.

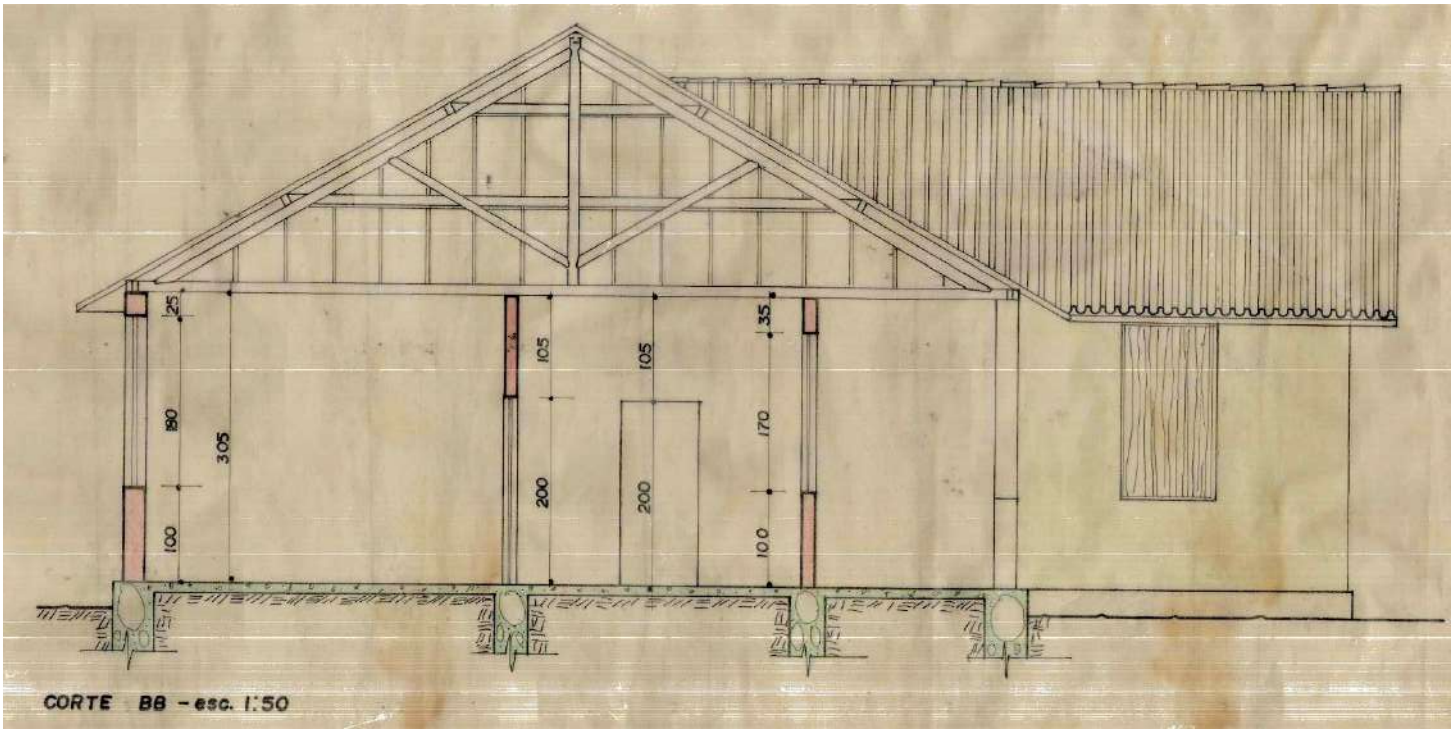
DESENHOS TÉCNICOS



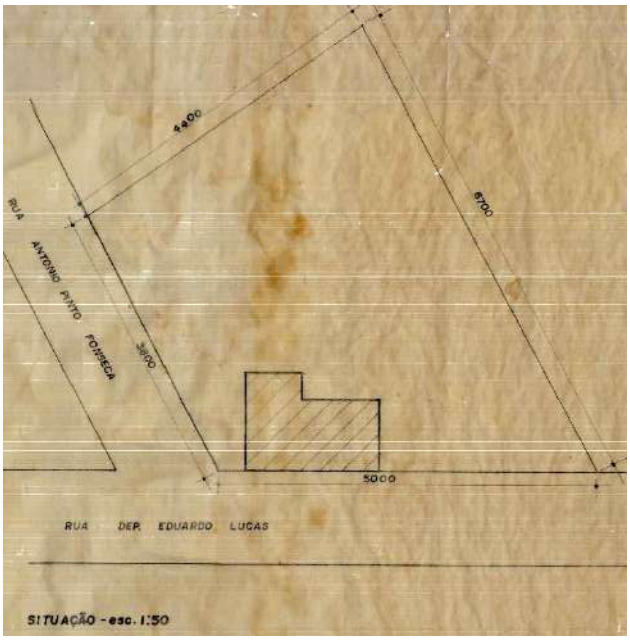




CORTE AA - esc. 1:50



CORTE BB - esc. 1:50



SITUAÇÃO - esc. 1:50

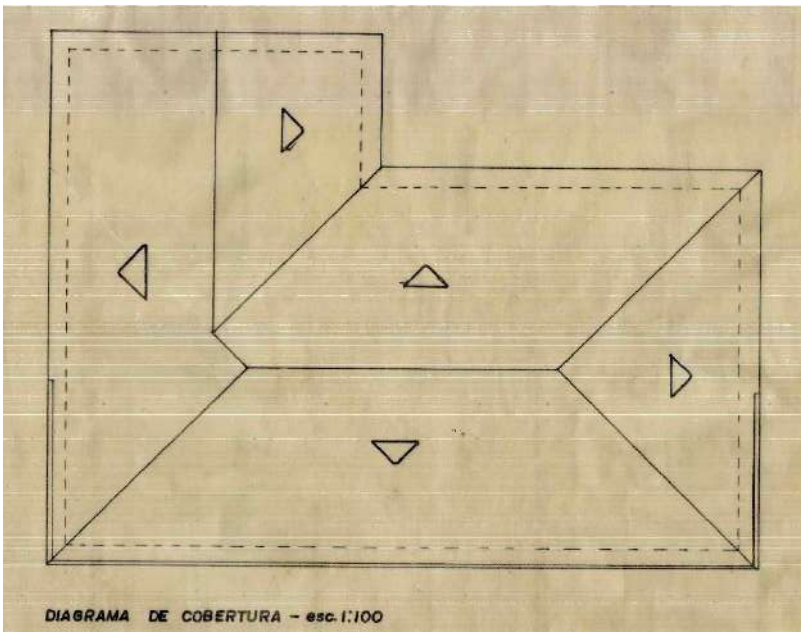
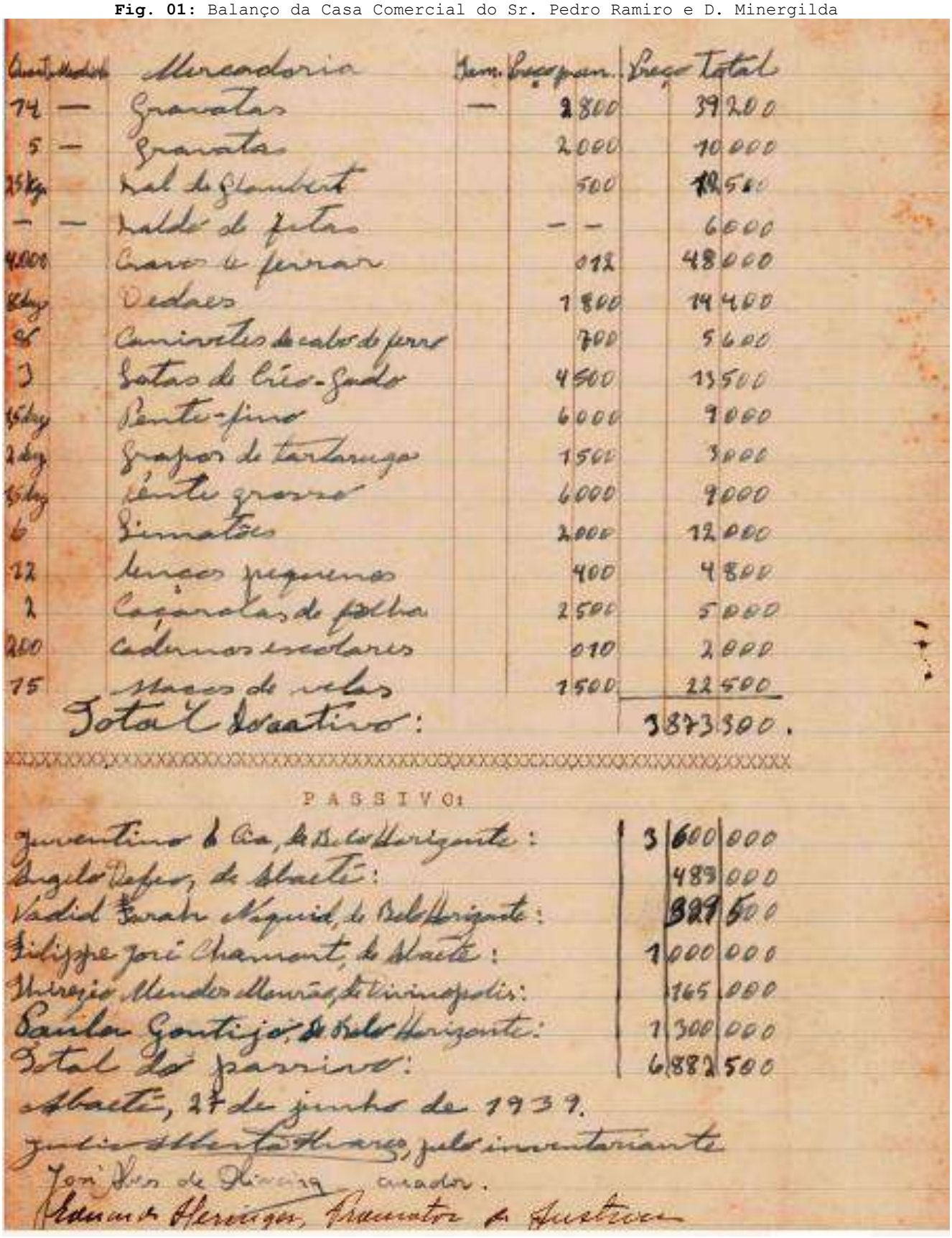


DIAGRAMA DE COBERTURA - esc. 1:100

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01: Balanço da Casa Comercial do Sr. Pedro Ramiro e D. Minergilda



Quantidade		Mercadoria	Gen.	Preço unit.	Preço Total
14	—	Gravatas	—	2800	39200
5	—	Gravatas		2000	10000
25 kg		Sal de Glauber		500	12500
—	—	Saldo de fitas	—	—	6000
4000		Cravo de ferrar		012	48000
8 kg		Dedaes		1800	14400
8		Canivetes de cabo de ferro		700	5600
3		Latas de Chá-Gado		4500	13500
1 kg		Sente-fino		6000	9000
2 kg		Grampos de tartaruga		1500	3000
1 kg		Sente grosso		6000	9000
6		Limatões		2000	12000
12		Lenços pequenos		400	4800
2		Cabaretas de folha		2500	5000
200		Cadernos escolares		010	2000
15		Maços de velas		1500	22500
		Total do ativo:			3873300.

PASSIVO:

Inventariante & Cia, de Belo Horizonte:	3	600	000
Angelo Defes, de Abaeté:		483	000
Vadid Farah Miguid, de Belo Horizonte:		829	500
Filippe José Chamont, de Abaeté:	1	000	000
Thiago Mendes Moraes, de Tiros:		165	000
Paulo Gontijo, de Belo Horizonte:	1	300	000
Total do passivo:	6	882	500

Abaeté, 27 de junho de 1939.

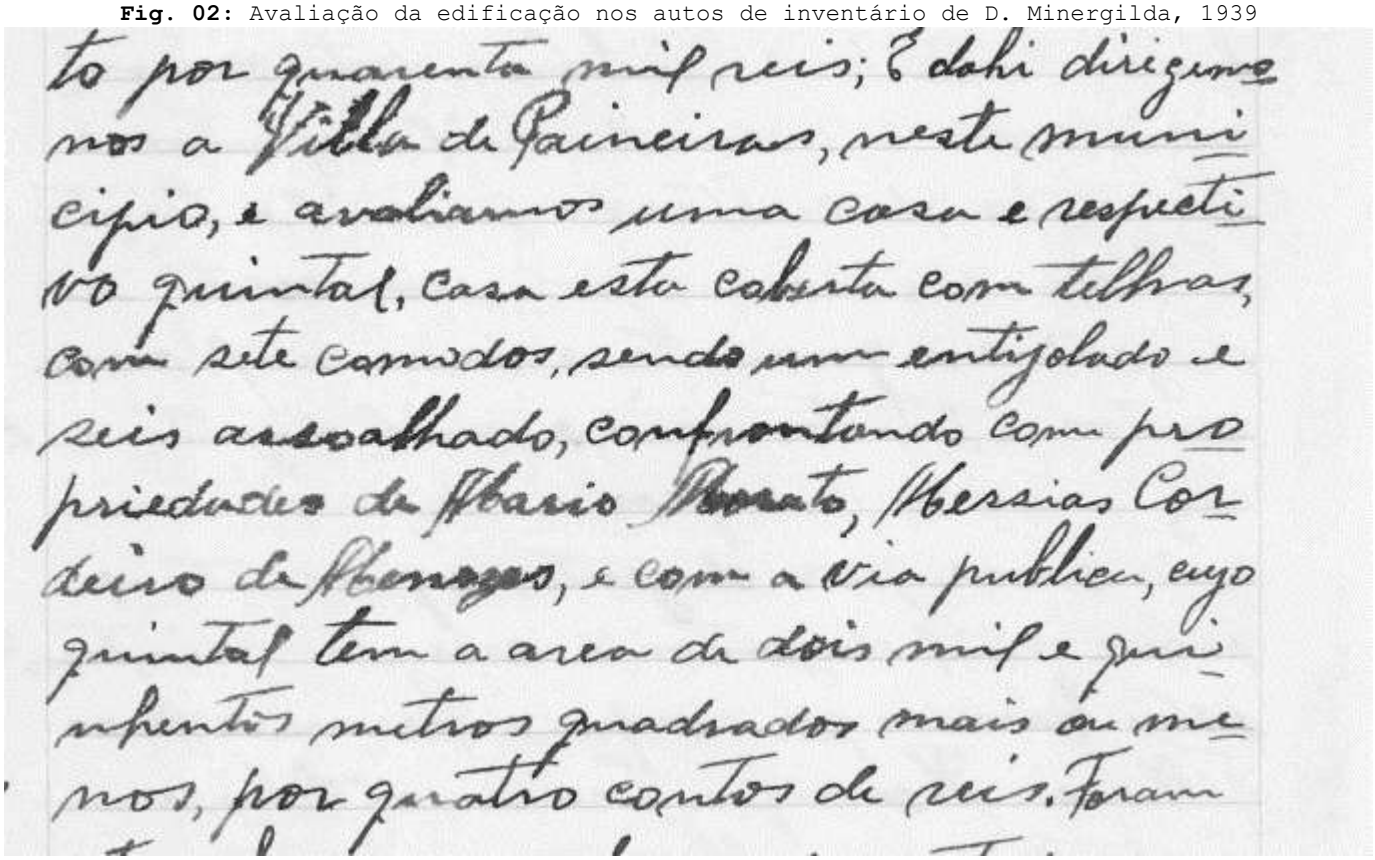
Inventariante

José [illegible] de Oliveira curador.

[illegible], Procurador da Justiça

Fonte: COARPE

Fig. 02: Avaliação da edificação nos autos de inventário de D. Minergilda, 1939



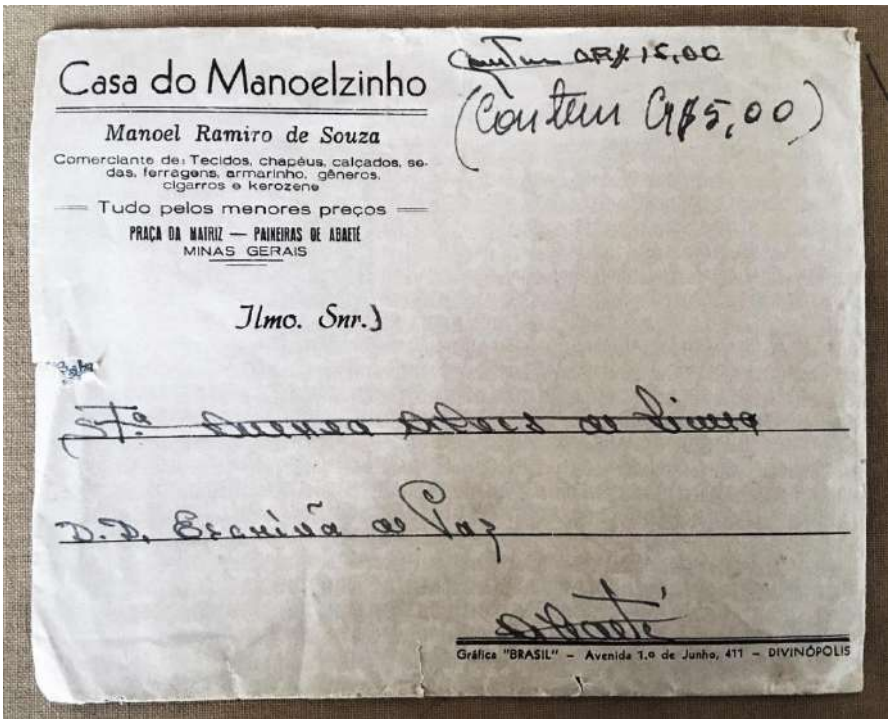
to por quarenta mil reis; E dahi dirigimo-
nos a Villa de Paineiras, neste munici-
pio, e avaliamos uma casa e respecti-
vo quintal, casa esta coberta com telhas,
com sete comodos, sendo um entijolado e
seis assoalhado, confrontando com pro-
priedades de Mario Moreira, Messias Cor-
deiro de Menezes, e com a via publica, cujo
quintal tem a area de dois mil e qui-
nhentos metros quadrados mais ou me-
nos, por quatro contos de reis. Foram

Fonte: COARPE

Fig. 03: Manoel Ramiro de Sousa e D. Alvarina de Campos Cordeiro, sua primeira esposa

Fonte: Acervo da família Ramiro

Fig. 04 e 05: Registro Comercial da loja do sr. Manoel Ramiro de Souza



Fonte: Acervo da família Ramiro

Fig. 06: Vista lateral da edificação, ao fundo, quando funcionava como parada de ônibus para Abaeté.

Fonte: Acervo da família Ramiro

Fig. 07 e 08: Procissão de São Sebastião em frente à casa Ramiro, 1968

Fonte: Acervo da família Ramiro

Fig. 09 e 10: Vistas Frontal e dos fundos/quintal da edificação

Fonte: Acervo da família Ramiro

Fig. 11 e 12: Regristros de casamentos no cartório

Fonte: Acervo da família Ramiro

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

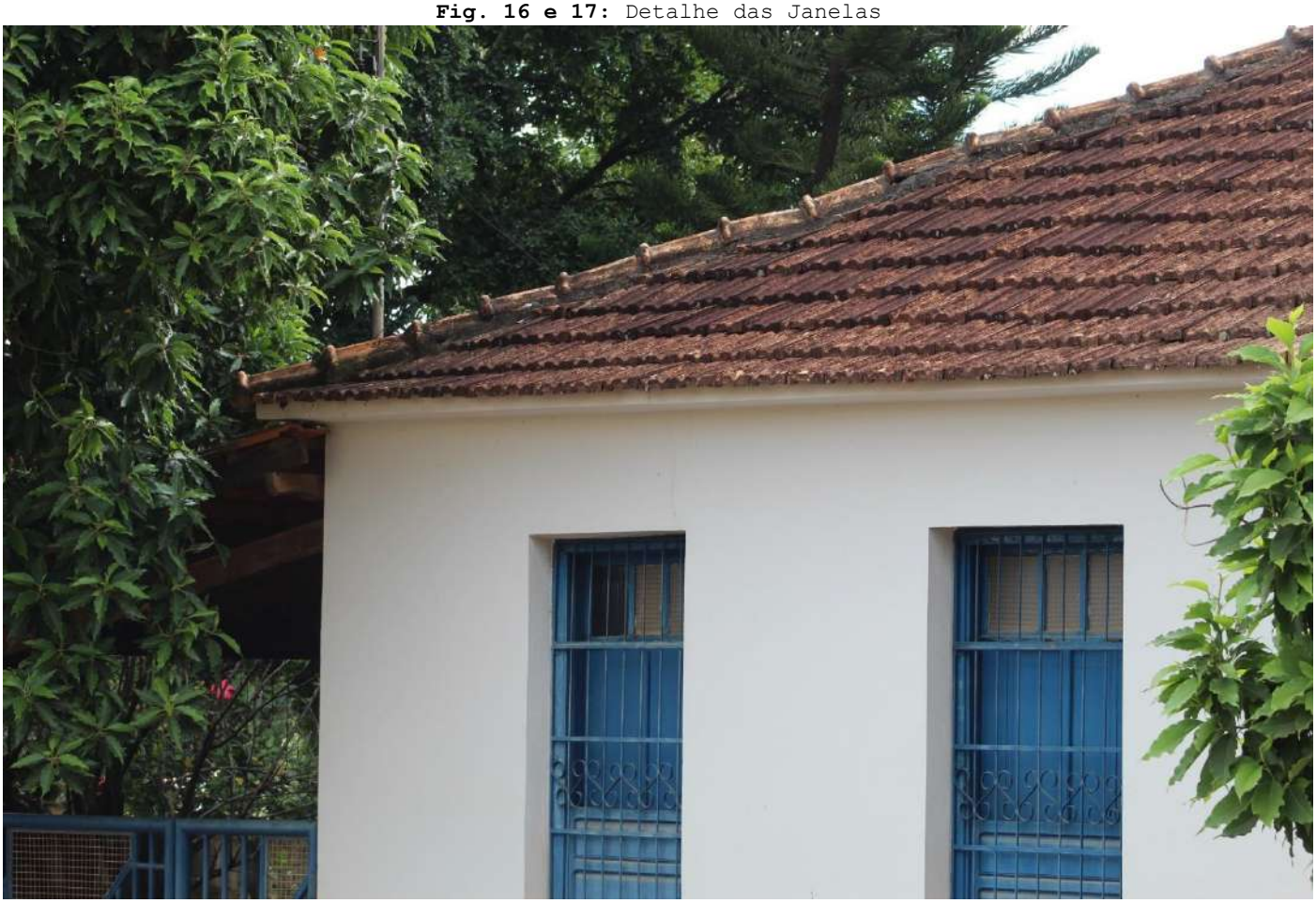
Fig. 13: Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 14 e 15: Vistas da Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 16 e 17: Detalhe das Janelas



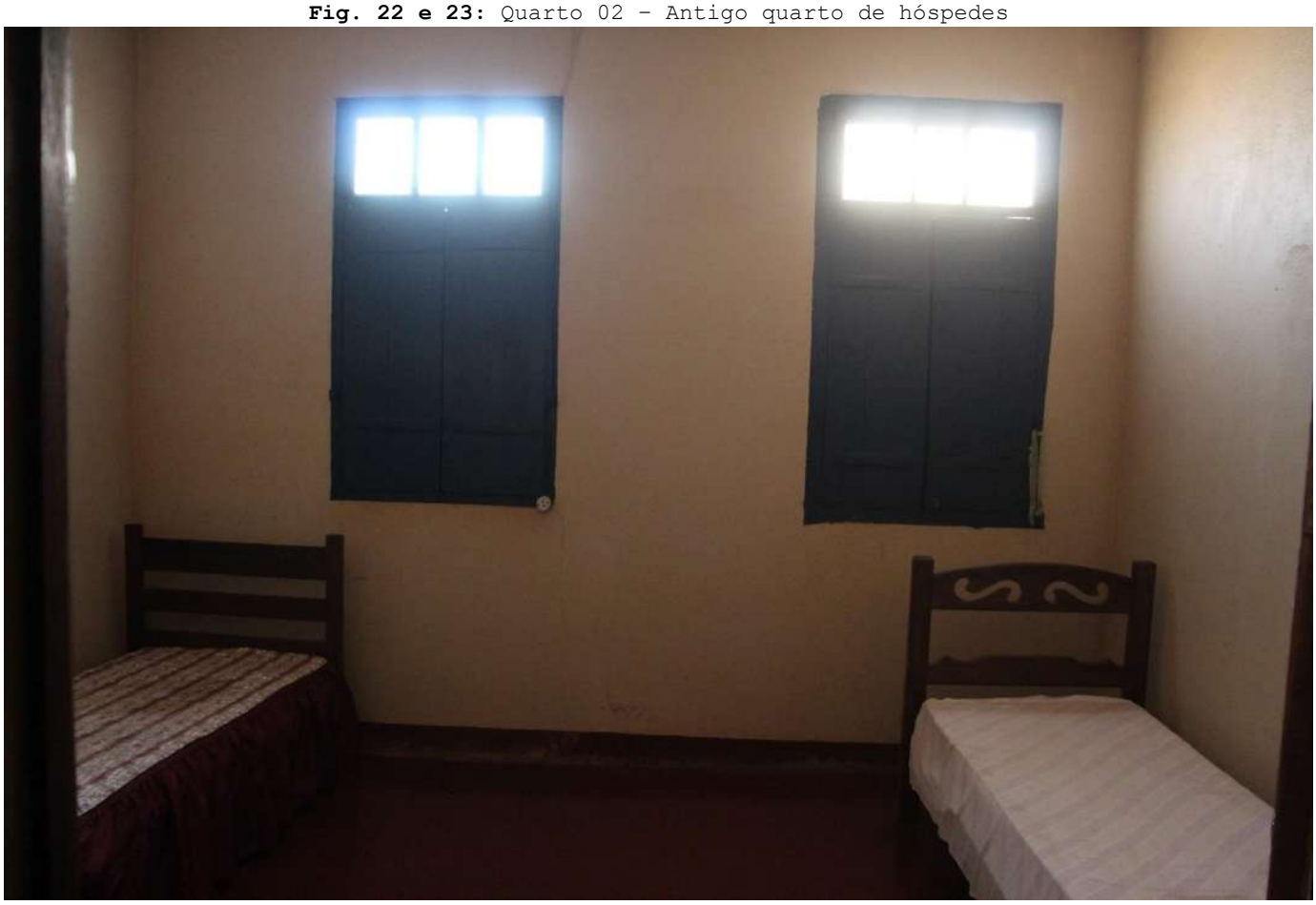
Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 18 e 19: Vistas externa e interna da janela

Fig. 20 e 21: Sala de Arquivamento e Quarto 01

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 22 e 23: Quarto 02 – Antigo quarto de hóspedes



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 24: Copa

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

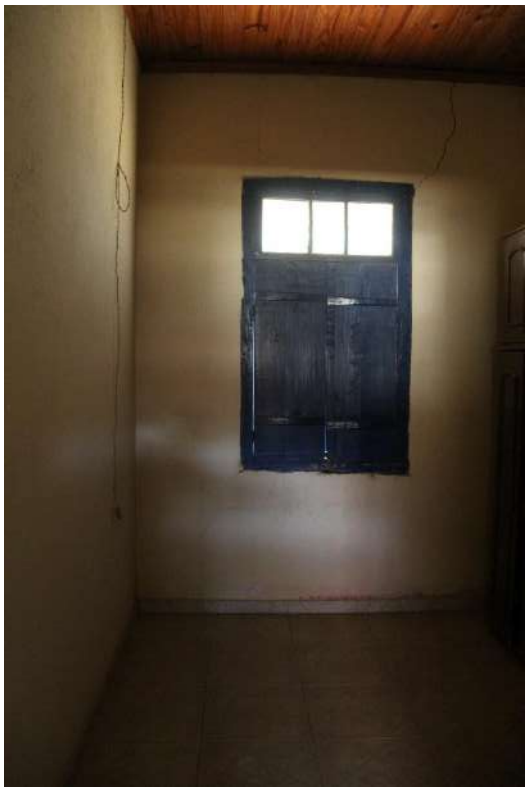
Fig. 24: Sala de estar

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 25 e 26: Vista da copa e sala de estar, respectivamente

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 27 a 30: Demais quartos da edificação



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 31 e 32: Vista do anexo da cozinha e da varanda com anexo do banheiro

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

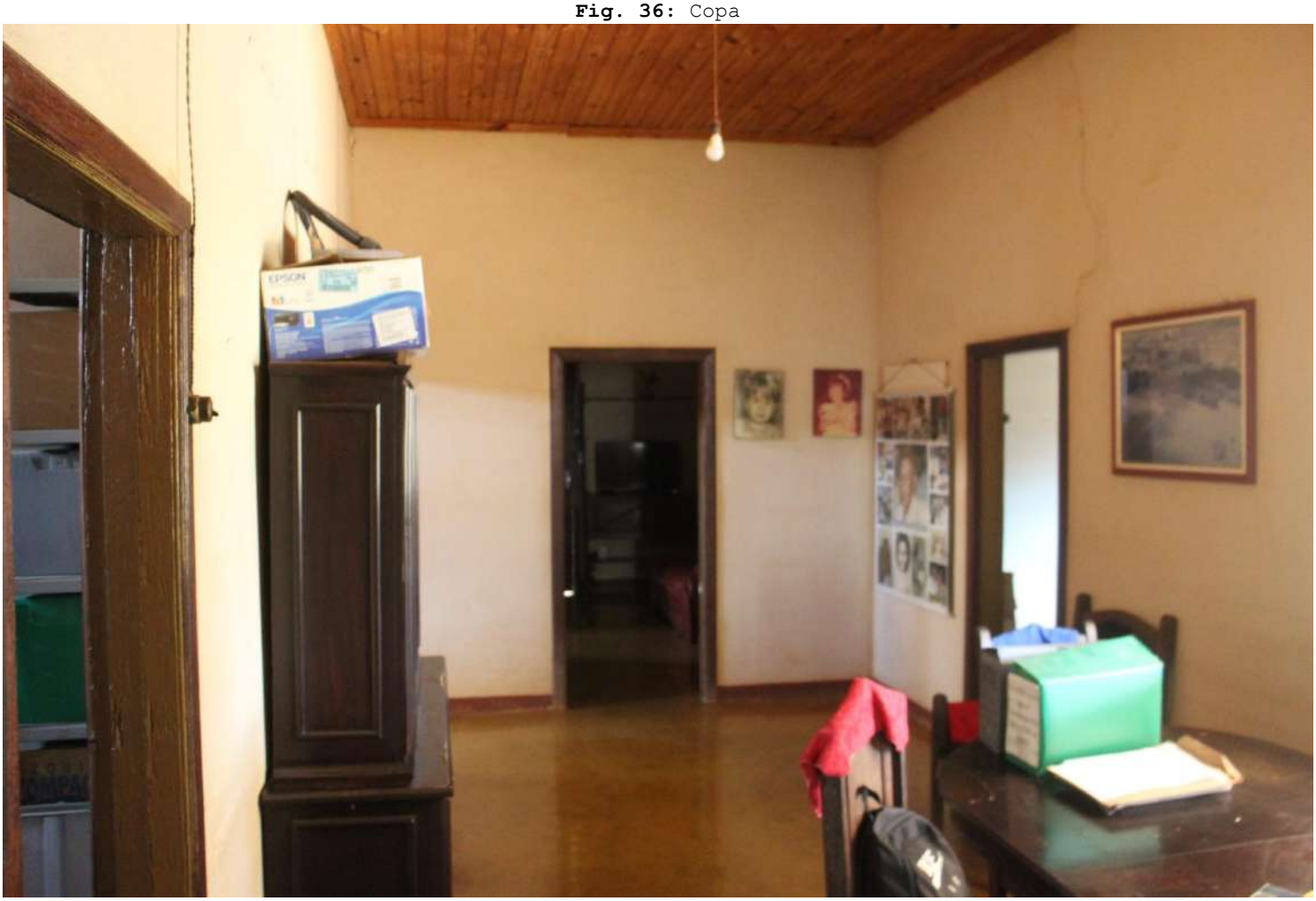
Fig. 33 e 34: Varanda lateral esquerda

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

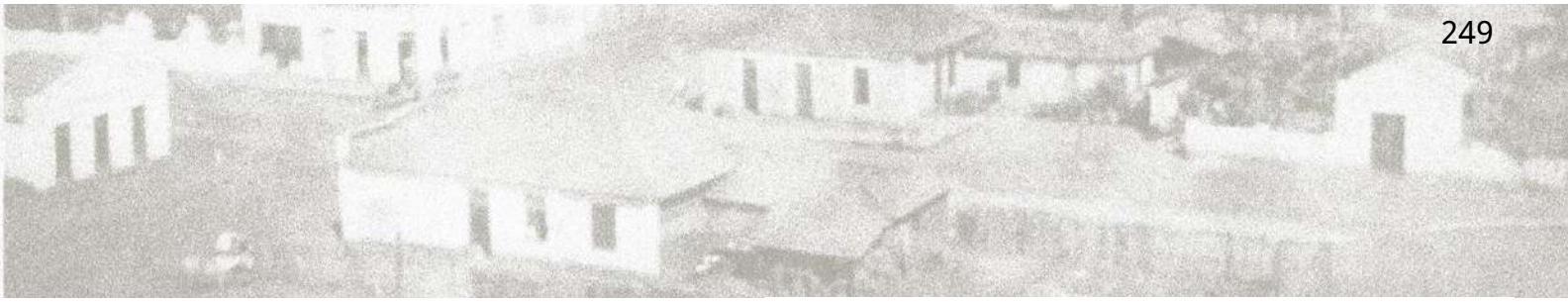
Fig. 35: Varanda lateral esquerda

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 36: Copa



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

CASA MORATO

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Silvestre Francisco de Oliveira, n°52, Bairro Centro.

Proprietário
Família Morato

Data da Construção
entre 1930 e 1940

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Residencial / Misto

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação em questão, construída entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940 por Armando Fagundes Morato e sua esposa Faustina Mendes Morato, está localizada na Praça Terezinha de Vargas Mendonça e é um dos poucos remanescentes do estilo Art Déco em Paineiras. Durante as décadas de 1930 e 1940, muitas edificações em estilo colonial deram lugar a construções Art Déco na região, e a Casa Morato se destaca como uma das poucas que resistiram ao esvaecimento patrimonial do município.

A construção é composta por um único pavimento com grande extensão e foi inicialmente projetada para incluir espaços laterais destinados ao comércio da família. A vedação da edificação foi realizada com tijolos cerâmicos de caeeira, um material que contribui para a durabilidade do prédio.

Os relevos da fachada são uma característica marcante, com linhas horizontais e verticais que aumentam de extensão da esquerda para a direita, criando uma sensação de movimento e dinamismo típica do Art Déco. A porção lateral direita, reservada para o comércio, recebeu relevos diferentes para demarcar essa área, embora os padrões sejam projetados para harmonizar com o resto da fachada.

No entanto, a edificação perdeu parte de sua originalidade devido a diversas modificações ao longo do tempo. As janelas de madeira foram substituídas, a fachada teve suas cores originais alteradas para uma tonalidade bege, os relevos tiveram subtrações, e anexos foram acrescentados. A varanda também foi modificada e grades foram adicionadas à fachada, o que contribuiu para a transformação do edifício.

Apesar dessas alterações, a Casa Morato continua a ser um exemplo valioso da arquitetura Art Déco em Paineiras, oferecendo uma visão sobre a interpretação e adaptação local do estilo. A preservação dos elementos originais de relevos e a harmonia dos padrões são aspectos importantes que ajudam a manter a identidade e o valor histórico da edificação.

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01: Armando Morato e Faustina Morato, primeiros proprietários

Fonte: Acervo da família Morato

Fig. 02: Família Morato em 1974

Fonte: Acervo da família Morato

Fig. 03 e 04: Desfile de Sete de Setembro em frente à edificação, década de 1960

Fonte: Acervo da Família Soares

Fig. 05: Desfile de Sete de Setembro em frente à edificação, década de 1960

Fonte: Acervo da família Soares

Fig. 06: Passeata em frente à edificação, década de 1970

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 07: Vista aérea, posterior, da edificação, década de 1980

Fonte: Foto por Nercy Oliveira, acervo da família.

Fig. 08 e 09: Desfiles com a edificação em segundo plano, década de 1980

Fonte: Acervo de Maria Marlene do Amaral

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

Fig. 10 e 11: Fachada Principal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 12 e 13: Recortes da Fachada Principal

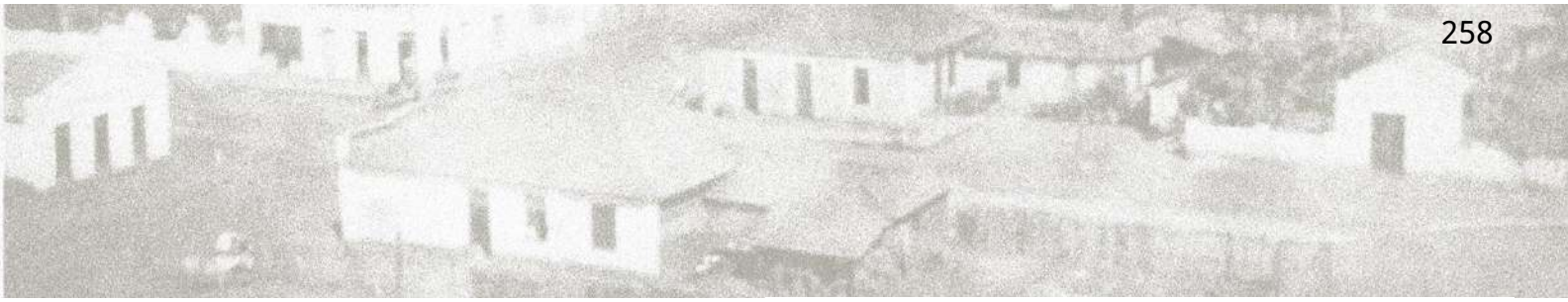
Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 14 e 15: Antigos cômodos comerciais

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 16 e 17: Detalhes dos relevos da fachada

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

HOTEL OLIVEIRA

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Bento Lourenço de Oliveira, 330, Bairro Centro.

Proprietário
Família Dias

Data da Construção
1940

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Sem uso / Misto

Alterações
☐ Inalterada ☐ Regular ■ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[C] Cobertura [C] Vedos [C] Detalhes
[B] Estrutura [B] Fundação [C] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

Inserida na Praça Terezinha de Vargas Mendonça, onde surgiram as primeiras edificações de Paineiras, a construção em questão destaca-se pela influência do estilo Art Déco, evidenciado pelas formas geométricas e padrões simétricos que marcam sua arquitetura. Originalmente de propriedade do Sr. Vicente Dias e sua esposa, D. Didi, a edificação está atualmente sob a posse de seus herdeiros.

O edifício, erguido na década de 1940, foi um marco significativo na cidade, refletindo uma era de modernidade e sofisticação. Caracteriza-se pela sua planimetria distintiva, platibanda escalonada, e frisos decorativos que são típicos do Art Déco. A arquitetura geometrizada, com seus elementos decorativos cuidadosamente elaborados, é um testemunho do estilo característico da época.

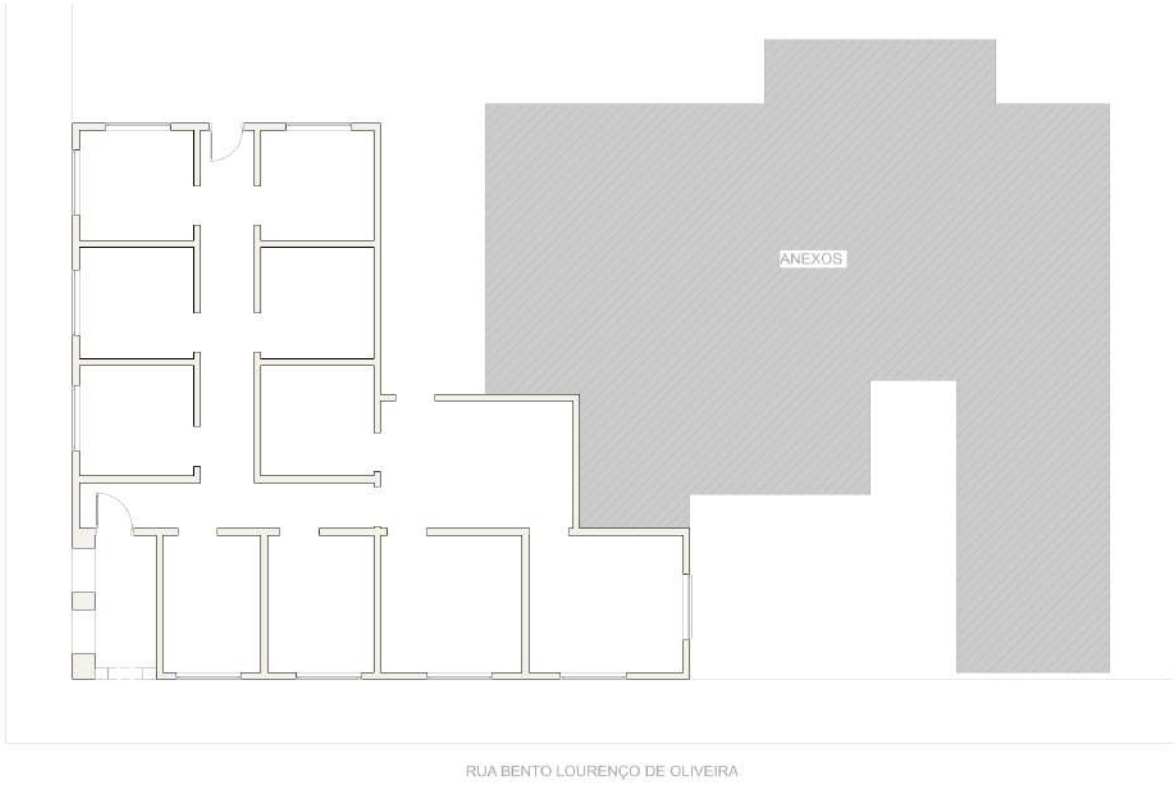
Em primeiro momento caracterizava-se por sua forma prolongada, em forma de "L", com a fachada frontal voltada para o paço da Capela de São Sebastião das Paineiras, possuindo portas e janelas em madeira, e três acessos pela fachada principal.

Atualmente, a edificação enfrenta um estado avançado de degradação. O telhado colonial original foi removido, resultando em danos significativos que podem provocar várias patologias nos revestimentos, vedações e na estrutura geral. A frontaria foi despojada de seu frontão, e o piso encontra-se em condições extremamente precárias.

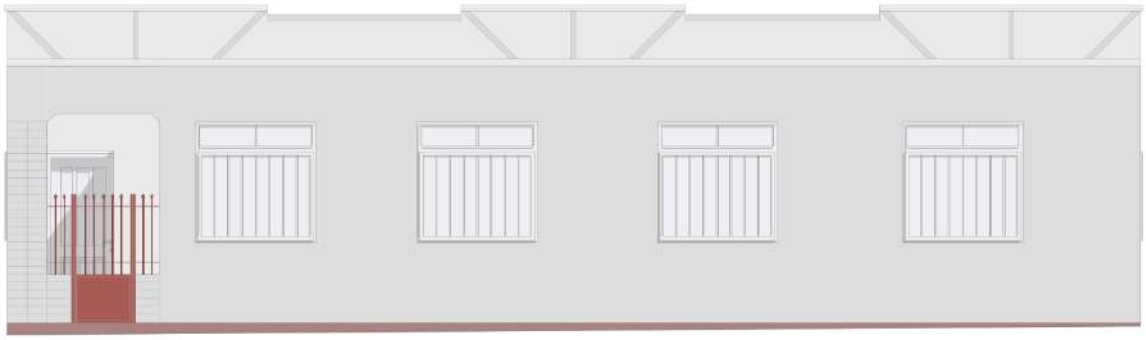
Originalmente projetada como residência e pensão, a construção foi realizada com tijolos cerâmicos de caieira, conferindo-lhe uma robustez característica. Posteriormente, sofreu modificações substanciais, incluindo a adição de uma varanda e a substituição das janelas e portas de madeira por versões em metal e vidro.

Apesar de seu estado, a edificação não apenas representa um capítulo significativo da história local, mas também destaca a importância da preservação do patrimônio arquitetônico para manter viva a memória cultural da cidade.

DESENHOS TÉCNICOS



CROQUI ARQUITETÔNICO - HOTEL OLIVEIRA
CASA DIDI E VICENTE DIAS
ESC.: 1:100



FACHADA FRONTAL - HOTEL OLIVEIRA
CASA DIDI E VICENTE DIAS
ESC.: 1:50

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01: Sr. Vicente Dias e sua esposa, D. Didi

Fonte: Acervo da família Dias

Fig. 02: Recorte da edificação na década de 1960

Fonte: Acervo da família Morato

Fig. 03: Hotel Oliveira na década de 1980

Fonte: Acervo da familia Dias

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

Fig. 04 e 05: Vista da esquina da Rua Dep. Eduardo Lucas com Bento Lourenço

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 06: Vista da janela da Prefeitura Municipal

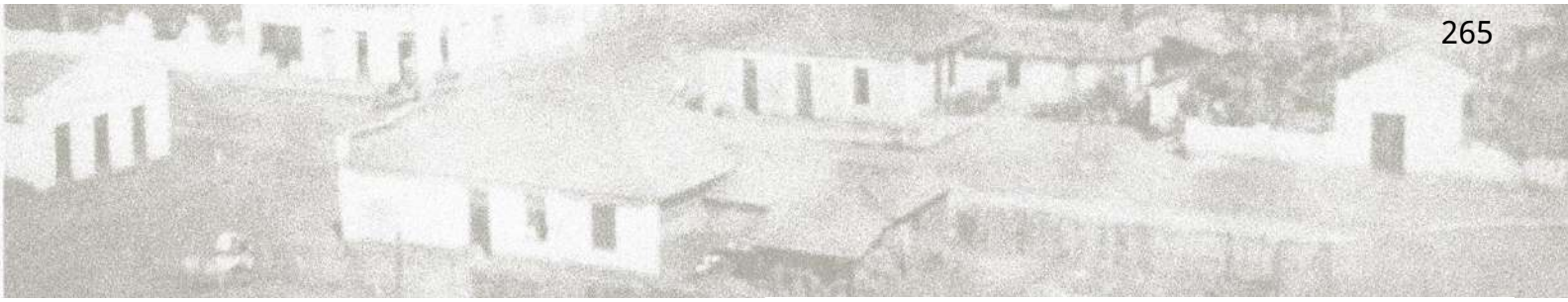
Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 07 e 08: Fachada frontal e vista da varanda, respectivamente

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 09: Aspectos do gradil e varanda da edificação

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS - MINAS GERAIS

CAPELA SENHOR BOM JESUS DE BOCAINAS

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Povoado de Bocainas, Paineiras/MG

Proprietário
Paróquia São Rafael Arcanjo

Data da Construção
1945

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Institucional

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação foi construída por provisão de 1945, sendo o terreno doado à Mitra do Bispado de Aterrado em 27 de maio de 1946 por D. Maria Antônia da Cunha, que o havia adquirido do Sr. Balbino José Pereira.

O referido terreno teve como primeiros donos Ana Maria da Cunha e Antônio Leandro da Cunha, que o venderam ao Sr. Balbino Pereira em 1915. D. Maria Antônia da Cunha, como última compradora, doou uma faixa de cento e vinte metros quadrados ao redor da capelinha existente, que foi ampliada em 1987. Atualmente, é a capela mais antiga do município de Paineiras e a segunda mais antiga da paróquia.

A Capela foi erigida frente a um cruzeiro e nas primeiras décadas de sua existência, seu entorno consistia em um adro onde os moradores de Bocainas enterravam crianças ou recém-nascidos que faleciam logo após o parto. Muitos idosos ainda mencionam o fato, ressaltando o enterro dos "anjos".

A edificação, após ampliação da década de 1980, possui dimensões de 14,7m x 6m. As vedações são em alvenaria convencional, a estrutura do telhado é aparente e o piso, após a última reforma proposta pelo arquiteto José Elias Vargas em 2023, é de porcelanato. A fachada principal perdeu as portas originais em madeira e o frontão triangular, sendo substituídos por portas metálicas com folhas de vidro e um frontão geometrizado.

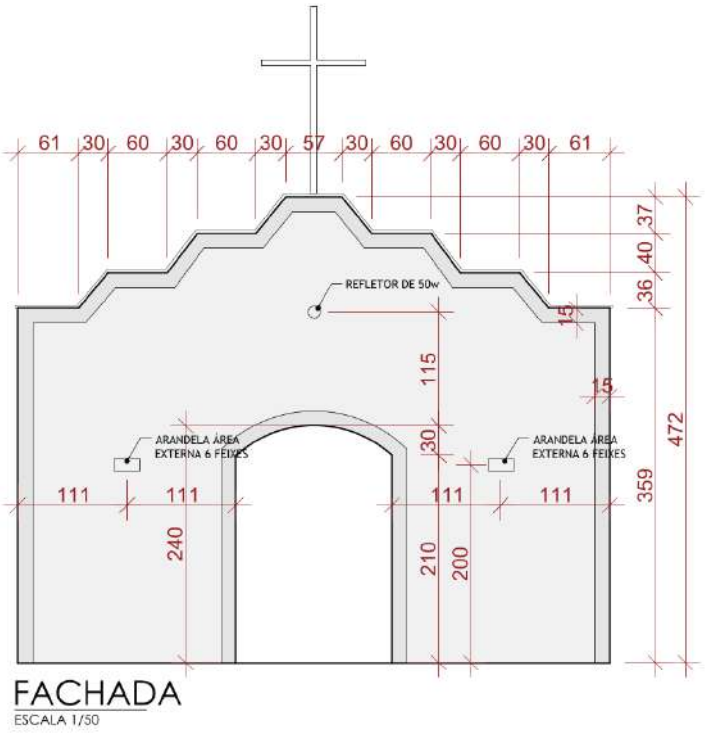
[1]Em busca documental nos arquivos da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio de Abaeté/MG, a primeira menção à capela no livro de batismos é datada de 22 de abril de 1945. Anteriormente à data, todos os registros em Bocainas aparecem antecedidos pela letra F, provavelmente como referência à fazenda.

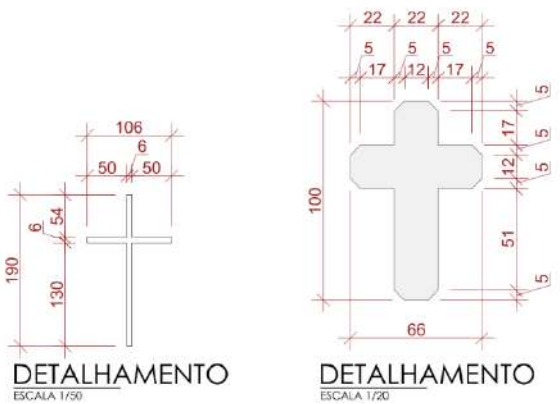
O local ainda é um marco para a fé de muitos paineirenses. Em 2024, no término das obras da última reforma, a população de Paineiras, após reunir fiéis na praça da Matriz, saiu em passeata até o povoado, onde foi celebrada uma missa em ação de graças pela finalização das obras.

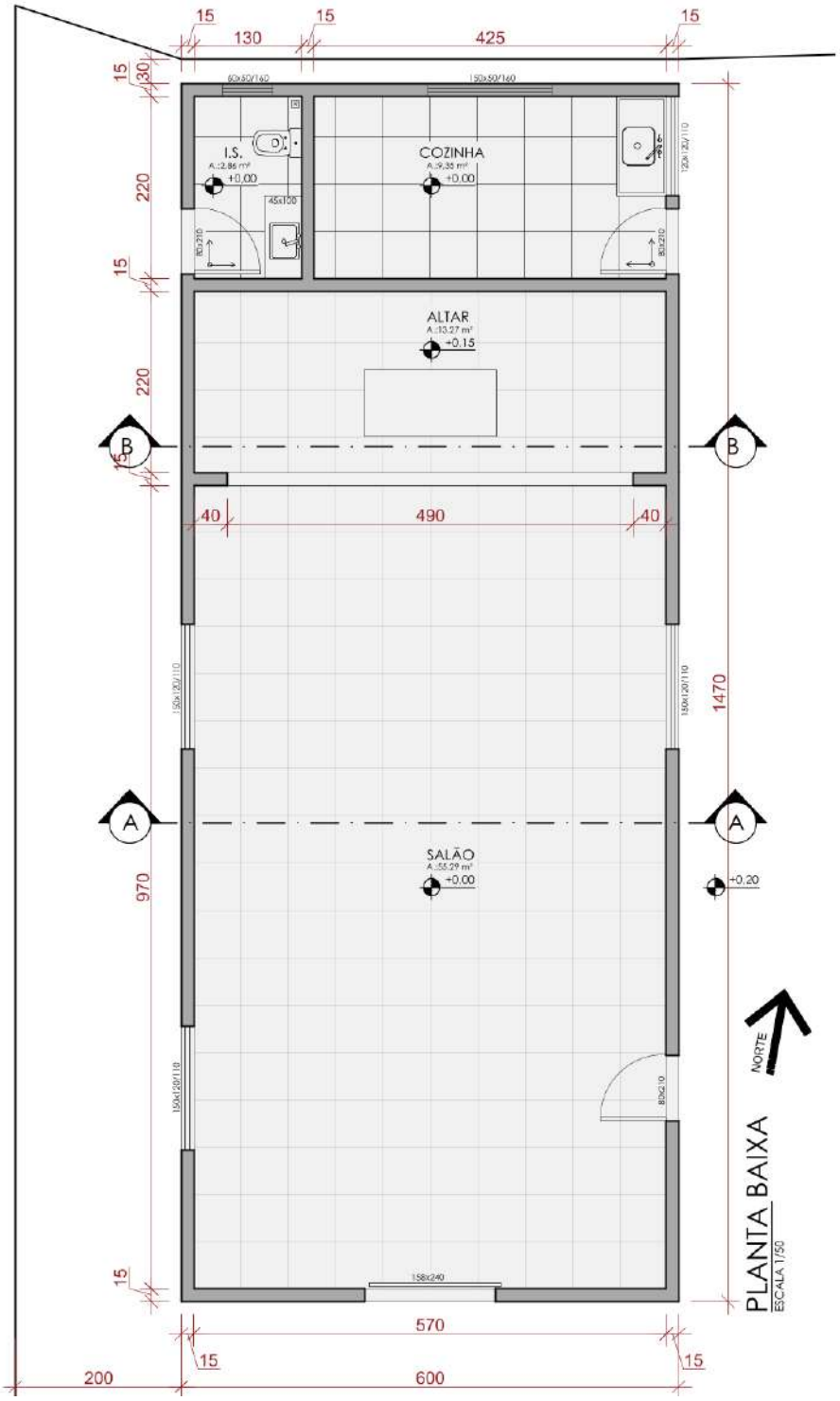
A Capela do Senhor Bom Jesus de Bocainas, por sua história e relevância cultural, representa um símbolo de fé e tradição para a comunidade local. Desde sua construção em 1945, a capela tem sido um local de congregação e espiritualidade, preservando memórias e práticas religiosas de geração em geração. As recentes reformas sublinham o compromisso da comunidade em manter viva essa herança, demonstrando um profundo respeito pela continuidade das tradições religiosas. A capela se configura como um testemunho da identidade coletiva e da devoção dos moradores de Bocainas e Paineiras.

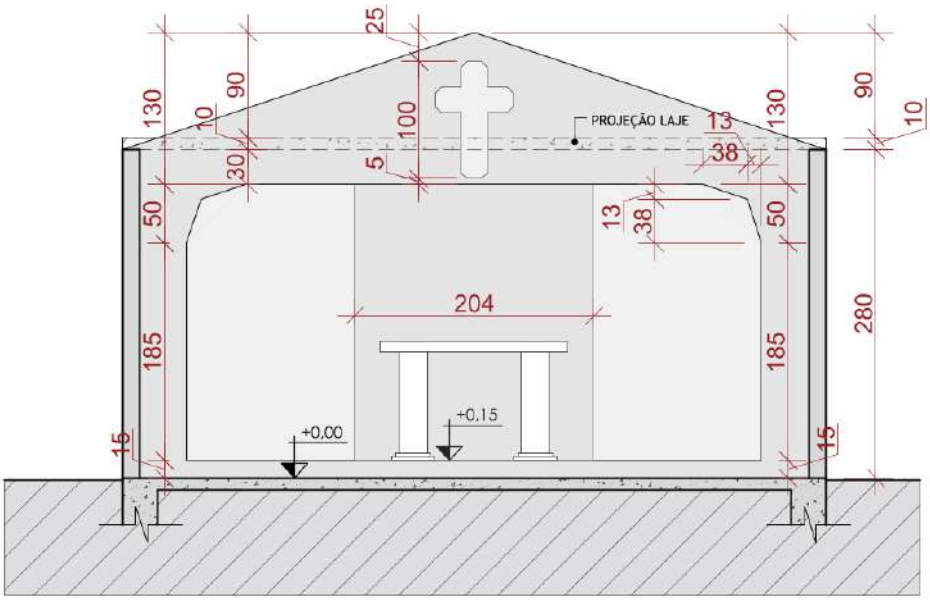
DESENHOS TÉCNICOS

Fig. 01-06: Proposta Arquitetônica, 2024

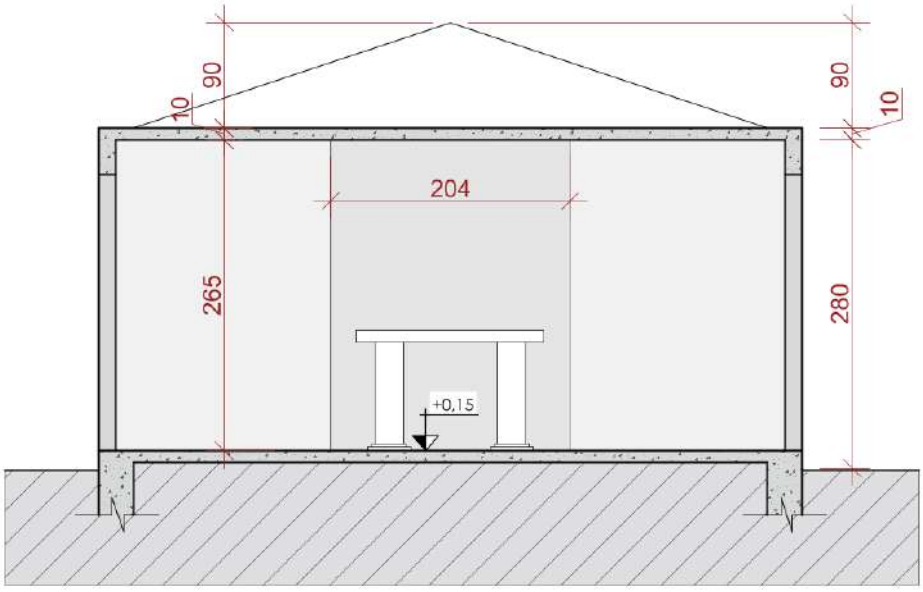





15
130
15
425
15
15
30
220
15
220
15
1470
970
15
570
15
200
600
I.S.
A.:2.86 m²
+0.00
COZINHA
A.:9.35 m²
+0.00
ALTAR
A.:13.27 m²
+0.15
SALÃO
A.:55.29 m²
+0.00
+0.20
B
B
A
A
40
490
40
NORTE
PLANTA BAIXA
ESCALA 1/50



CORTE AA
ESCALA 1/50

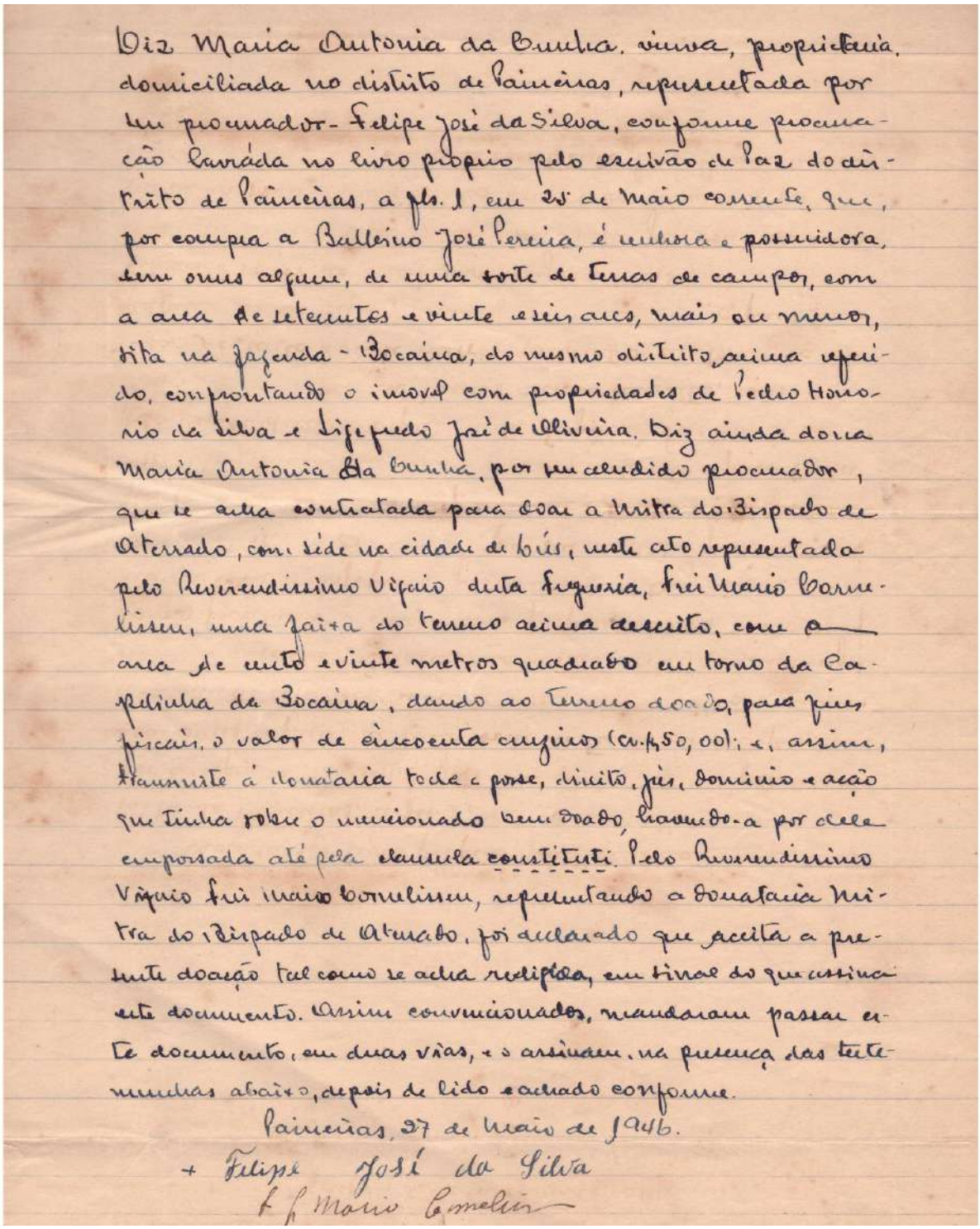


CORTE BB
ESCALA 1/50

Fonte: Arq. José Elias Vargas e Silva

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 07: Escritura de Doação do Terreno, 1946



Diz Maria Antonia da Cunha, viuva, proprietaria, domiciliada no distrito de Paineiras, representada por seu procurador - Felipe José da Silva, conforme procuração lavrada no livro proprio pelo escrivão de Paz do distrito de Paineiras, a fls. 1, em 25 de maio corrente, que, por compra a Balbino José Pereira, é senhora e possuidora, sem onus algum, de uma sorte de terras de campos, com a area de setenta e vinte e seis ares, mais ou menos, sita na fazenda - Bocaina, do mesmo distrito, acima referido, confrontando o imovel com propriedades de Pedro Honorio da Silva e Sig. Pedro José de Oliveira. Diz ainda dona Maria Antonia da Cunha, por seu alludido procurador, que se acha contractada para doar a Mitra do Bispado de Araxuba, com sede na cidade de Botucatú, neste acto representada pelo Reverendissimo Vigario desta freguesia, frei Mario Bommeliren, uma faixa do terreno acima descrito, com a area de cento e vinte metros quadrados em torno da Capellinha da Bocaina, dando ao terreno doado, para fins fiscais, o valor de cincoenta cruzeiros (Cr.$ 50,00); e, assim, transmitte á donataria toda a posse, direito, jus, dominio e acção que tinha sobre o mencionado bem doado, havendo-a por delle empossada até pela clausula constituti. Pelo Reverendissimo Vigario frei Mario Bommeliren, representando a donataria Mitra do Bispado de Araxuba, foi declarado que aceita a presente doação tal como se acha redigida, em virtude do que assignou este documento. Assim convencionados, mandaram passar este documento, em duas vias, e o assinam, na presença das testemunhas abaixo, depois de lido e achado conforme.

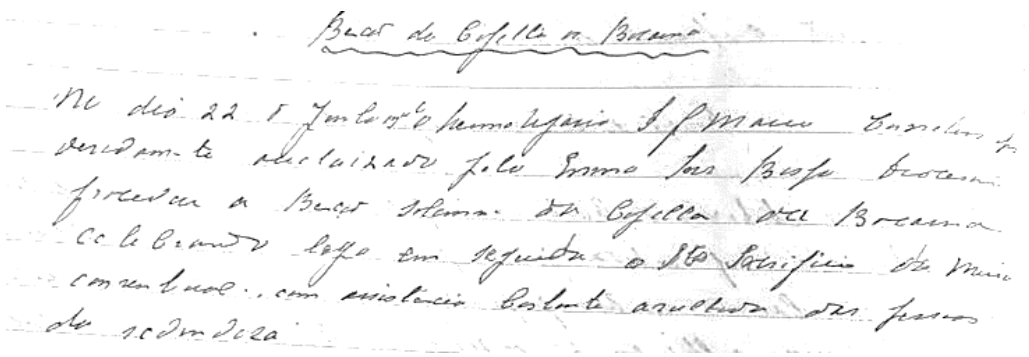
Paineiras, 27 de maio de 1946.

+ Felipe José da Silva

f. f. Mario Bommeliren

Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo.

Fig. 08: Anotação acerca da benção da capela, 1946

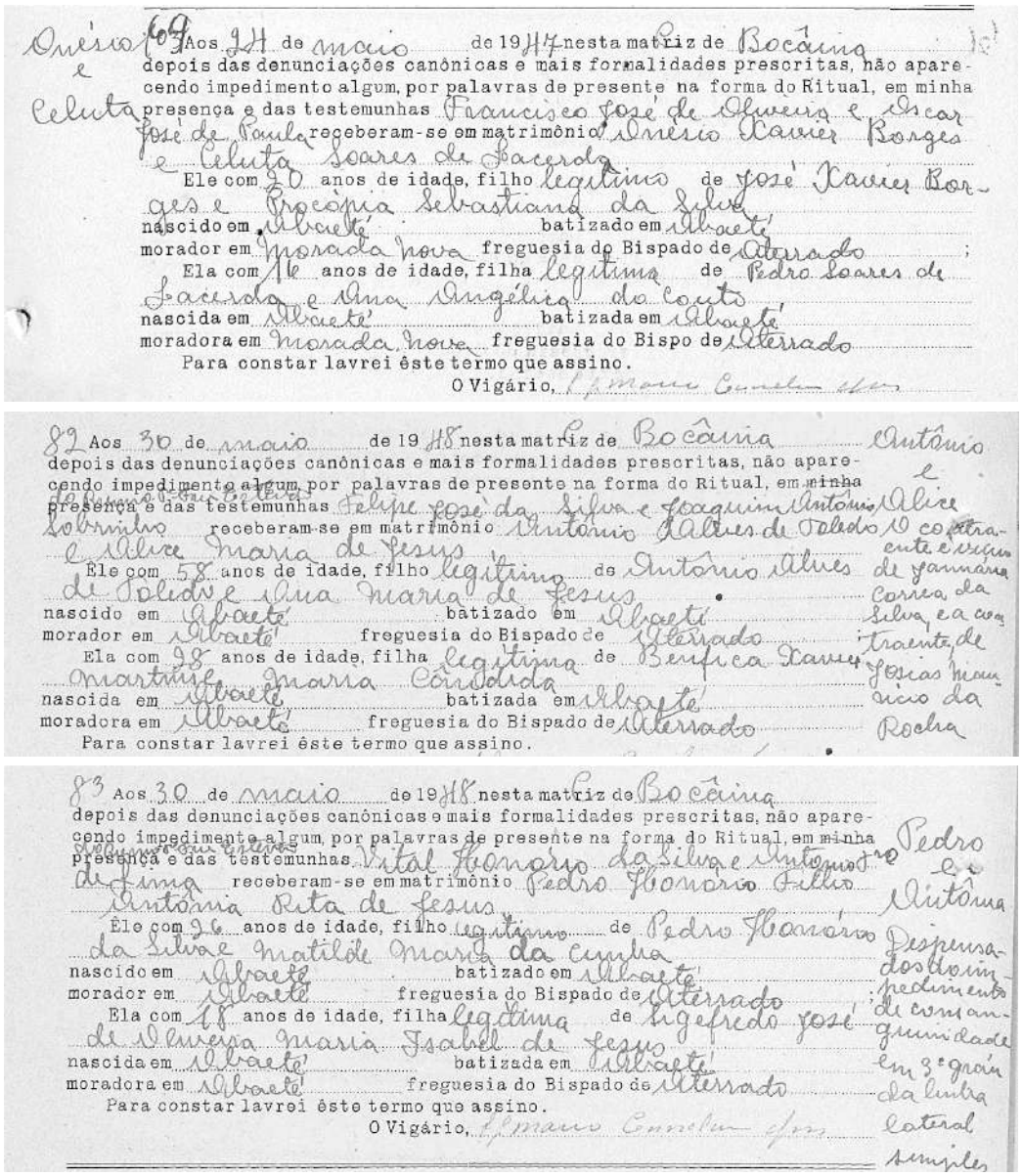


Benção da Capella de Bocaina

No dia 22 de junho 1946 o Revmo. Vigario Frei Mário Cornnelisson devidamente auctorizado pelo exmo sr bispo diocesano procedeu a benção solene da capella da Bocaina celebrando logo em seguida o sto sacrificio da missa conventual, com assistencia constante ... das pessoas da redondeza

Fonte: Livro de Crônicas, Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio de Abaeté

Fig. 09: Primeiros registros de casamentos e batizados na capela



81 Aos 21 de maio de 1917 nesta matriz de Bocaina depois das denunciações canônicas e mais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum, por palavras de presente na forma do Ritual, em minha presença e das testemunhas Francisco José de Oliveira e Oscar José de Paula receberam-se em matrimônio Dnério Xavier Borges e Celuta Soares de Sacerda.
Ele com 20 anos de idade, filho legitimo de José Xavier Borges e Procópia Sebastiana da Silva
nascido em Abaeté batizado em Abaeté
morador em morada nova freguesia do Bispado de Alterrado ;
Ela com 16 anos de idade, filha legitima de Pedro Soares de Sacerda e Ana Angélica do Couto
nascida em Abaeté batizada em Abaeté
moradora em morada nova freguesia do Bispo de Alterrado
Para constar lavrei éste termo que assino.
O Vigário, [illegible]

Dnério e Celuta

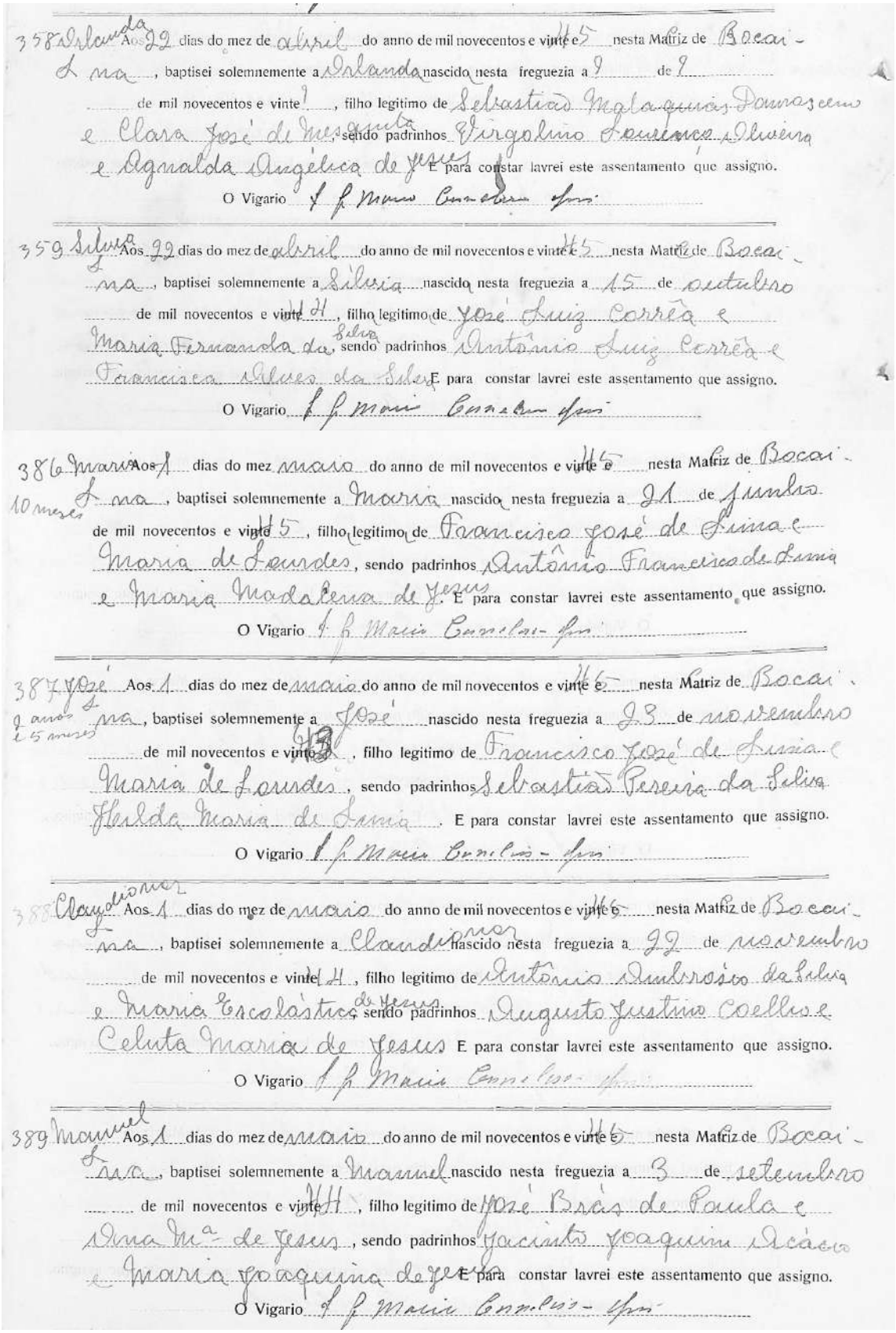
82 Aos 30 de maio de 1918 nesta matriz de Bocaina depois das denunciações canônicas e mais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum, por palavras de presente na forma do Ritual, em minha presença e das testemunhas Felipe José da Silva e Joaquim Antônio Alves Sobrinho receberam-se em matrimônio Antonio Alves de Toledo e Alice Maria de Jesus
Ele com 58 anos de idade, filho legitimo de Antônio Alves de Toledo e Ana Maria de Jesus
nascido em Abaeté batizado em Abaeté
morador em Abaeté freguesia do Bispado de Alterrado
Ela com 28 anos de idade, filha legitima de Benfica Xavier Martins Maria Candida
nascida em Abaeté batizada em Abaeté
moradora em Abaeté freguesia do Bispado de Alterrado
Para constar lavrei éste termo que assino.

Antônio e Alice

83 Aos 30 de maio de 1918 nesta matriz de Bocaina depois das denunciações canônicas e mais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum, por palavras de presente na forma do Ritual, em minha presença e das testemunhas Vital Honorio da Silva e Antonio Ferreira de Lima receberam-se em matrimônio Pedro Honorio Filho Antonia Rita de Jesus
Ele com 26 anos de idade, filho legitimo de Pedro Honorio da Silva e Matilde Maria da Cunha
nascido em Abaeté batizado em Abaeté
morador em Abaeté freguesia do Bispado de Alterrado
Ela com 18 anos de idade, filha legitima de Ingefredo José de Oliveira Maria Isabel de Jesus
nascida em Abaeté batizada em Abaeté
moradora em Abaeté freguesia do Bispado de Alterrado
Para constar lavrei éste termo que assino.
O Vigário, [illegible]

Pedro e Antonia

Dispensados dos impedimentos de consanguinidade em 3º grau da linha lateral simples



358 Orlanda — Aos 22 dias do mez de abril do anno de mil novecentos e vinte e 5 nesta Matriz de Bocaina, baptisei solemnemente a Orlanda nascido nesta freguezia a 9 de 9 de mil novecentos e vinte ?, filho legitimo de Sebastião Malaquias Damasceno e Clara José de Nazareth, sendo padrinhos Virgolino Francisco Oliveira e Agnalda Angélica de Jesus. E para constar lavrei este assentamento que assigno.
O Vigario P. Mario Conceição Gomes

359 Silvia — Aos 22 dias do mez de abril do anno de mil novecentos e vinte e 5 nesta Matriz de Bocaina, baptisei solemnemente a Silvia nascido nesta freguezia a 15 de outubro de mil novecentos e vinte 24, filho legitimo de José Luiz Corrêa e Maria Fernanda da Silva, sendo padrinhos Antônio Luiz Corrêa e Francisca Alves da Silva. E para constar lavrei este assentamento que assigno.
O Vigario P. Mario Conceição Gomes

386 Maria — Aos 1 dias do mez maio do anno de mil novecentos e vinte e 5 nesta Matriz de Bocaina, baptisei solemnemente a Maria nascido nesta freguezia a 21 de junho de mil novecentos e vinte 5, filho legitimo de Francisco José de Lima e Maria de Lourdes, sendo padrinhos Antônio Francisco de Lima e Maria Madalena de Jesus. E para constar lavrei este assentamento que assigno.
10 mezes
O Vigario P. Mario Conceição Gomes

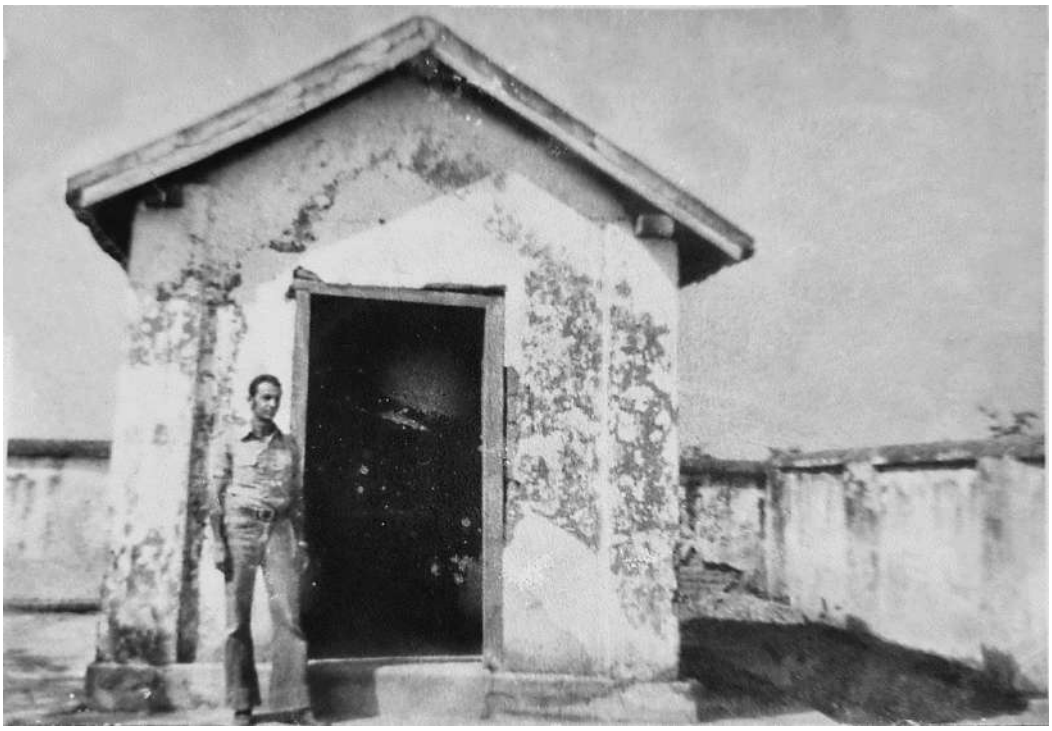
387 José — Aos 1 dias do mez de maio do anno de mil novecentos e vinte e 5 nesta Matriz de Bocaina, baptisei solemnemente a José nascido nesta freguezia a 23 de novembro de mil novecentos e vinte 3, filho legitimo de Francisco José de Lima e Maria de Lourdes, sendo padrinhos Sebastião Pereira da Silva e Herilda Maria de Lima. E para constar lavrei este assentamento que assigno.
2 annos e 5 mezes
O Vigario P. Mario Conceição Gomes

388 Claudiomar — Aos 1 dias do mez de maio do anno de mil novecentos e vinte e 6 nesta Matriz de Bocaina, baptisei solemnemente a Claudiomar nascido nesta freguezia a 22 de novembro de mil novecentos e vinte 4, filho legitimo de Antônio Ambrosio da Silva e Maria Escolastica de Jesus, sendo padrinhos Augusto Justino Coelho e Celuta Maria de Jesus. E para constar lavrei este assentamento que assigno.
O Vigario P. Mario Conceição Gomes

389 Manuel — Aos 1 dias do mez de maio do anno de mil novecentos e vinte e 6 nesta Matriz de Bocaina, baptisei solemnemente a Manuel nascido nesta freguezia a 3 de setembro de mil novecentos e vinte 4, filho legitimo de José Brás de Paula e Dona Maria de Jesus, sendo padrinhos Jacinto Joaquim Acácio e Maria Joaquina de Jesus. E para constar lavrei este assentamento que assigno.
O Vigario P. Mario Conceição Gomes

Fonte: Livros de Assentamento da Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio de Abaeté

Fig. 10: Capela Senhor Bom Jesus de Bocainas no final da década de 1960

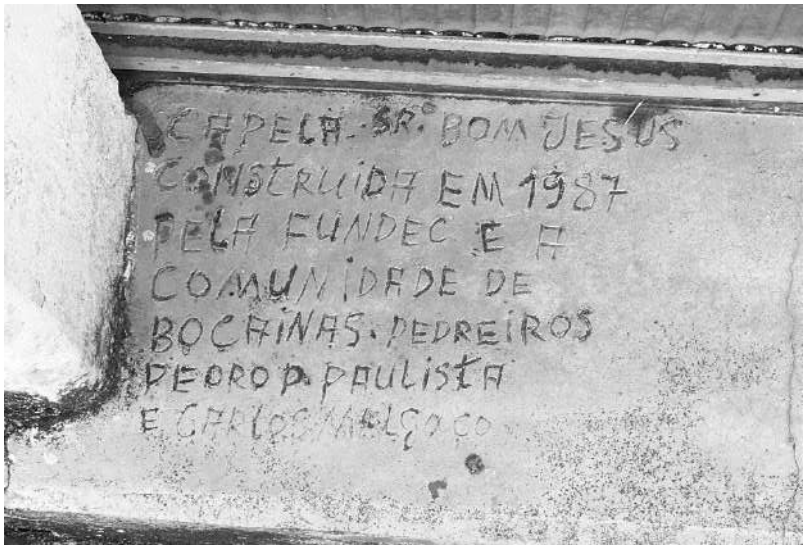


Fonte: Acervo da família Tavares.

Fig. 11: Capela Bom Jesus de Bocainas em 1983

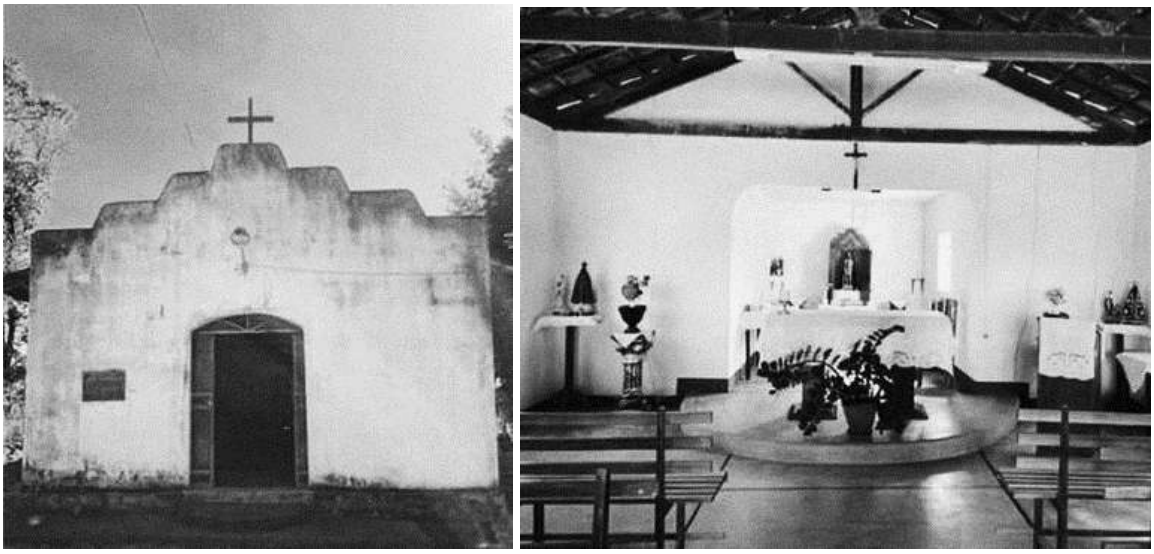
Fonte: Acervo da família Tavares.

Fig. 12: Registro da Ampliação da Capela de 1987, 2024.



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 13 e 14: Capela Sr. Bom Jesus após ampliação, década de 1990.



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2022)

Fig. 15: Fachada Frontal da Capela

Fig. 16 e 17: Placa de Ampliação de 1987 e cruzeiro frente a fachada, respectivamente

Fonte: Acervo de Alex. C. de O. Fonseca

Fig. 18: Nave Central da Capela, vista para o Altar

Fonte: Acervo de Alex. C. de O. Fonseca

Fig. 18: Nave Central da Capela, vista do altar

Fonte: Acervo de Alex. C. de O. Fonseca

Fig. 19 e 20: Nave Central e altar, respectivamente

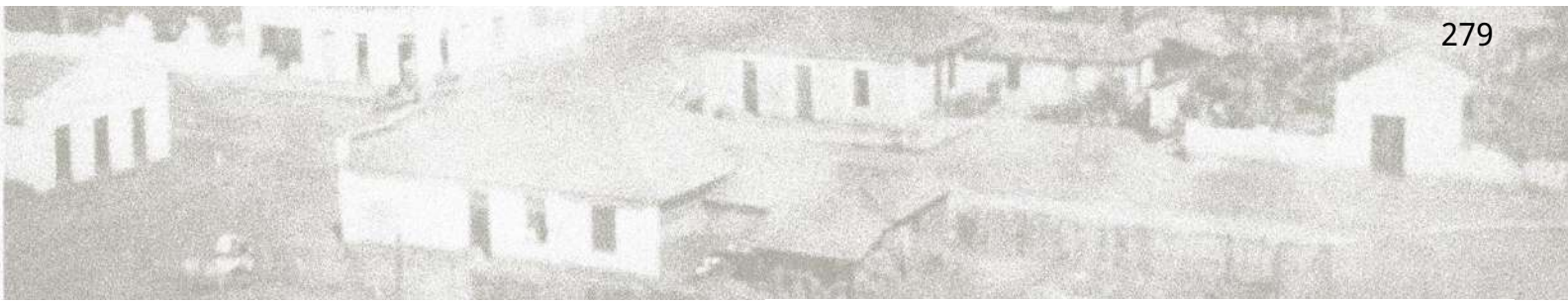
Fig. 21 e 22: Imagem de Senhor Bom Jesus de 1945 e detalhe da estrutura do telhado

Fonte: Acervo de Alex. C. de O. Fonseca

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

Fig. 23 a 25: Capela Senhor Bom Jesus após última reforma, 2024

Fonte: Acervo de José Elias V. Silva



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

CASA ODILON ZICA

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Antônio Pinto, 49. Bairro Centro.

Proprietário
Herdeiros de Odilon Zica

Data da Construção
1948

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Residencial

Alterações
■ Inalterada ☐ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[C] Cobertura [C] Vedos [C] Detalhes
[B] Estrutura [A] Fundação [C] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação em estilo colonial tardio, com características simplórias, foi construída por provisão de 1948 / início da década de 1950, quando o Sr. Odilon Leôncio Zica[1] casou-se com D. Isaura Bontempo. O casal mandou derrubar uma antiga edificação que havia no terreno e erigir a nova, com maiores dimensões e mais adequada às suas necessidades. A população da cidade era avessa ao uso de adobe em edificações e preferiam então utilizar tijolos queimados em caieiras.

A casa do Sô Chico, como era conhecida, recebeu suas vedações em tijolos 14x28cm, a dimensão maior que faziam na região. As caieiras, fornos de olaria construídos com os próprios tijolos, colocados a cozer ou assar, foram feitas na fazenda do Sr.Bernardo Mendes. Em Paineiras, fazia parte do processo de produção, noites animadas, onde os trabalhadores e afins se reuniam para conversar, contar histórias, beber e assar batatas, enquanto queimavam os tijolos. Muitas vezes acompanhados de um tocador de viola ou sanfona. A lenha, normalmente, era levada por carros de boi, pois não podia faltar nas bocas da caieira no decorrer da noite.

[1]Odilon Leôncio Zica, *Sô Chico*, como era conhecido, nascido em setembro de 1930, era filho de Arthur Theodoro da Silva e D. Francisca Leôncio Zica. Conhecido por todos da cidade, sô Chico era referência sobre assuntos históricos de Paineiras. Faleceu aos 22 dias de fevereiro de 1924, com 93 anos, não deixando filhos.

Depois de amassar o barro, o trabalhador preenchia o lastro de formas, onde os tijolos eram secados ao sol, antes de serem queimados. Depois de semanas de fabricação manual, e a consequente secagem no terreiro ao lado do barreiro, construíam a caieira para ser cozida durante a noite. Um processo da técnica muito arraigado à cultura local.

A edificação não teve projeto arquitetônico, sendo o construtor o sr. João Custódio, um dos mestres de obras mais solicitados na época. Foi composta por 08 cômodos e um anexo externo de instalação sanitária e construída no alinhamento do passeio, sem muros ante a fachada frontal, o que era muito comum da época.

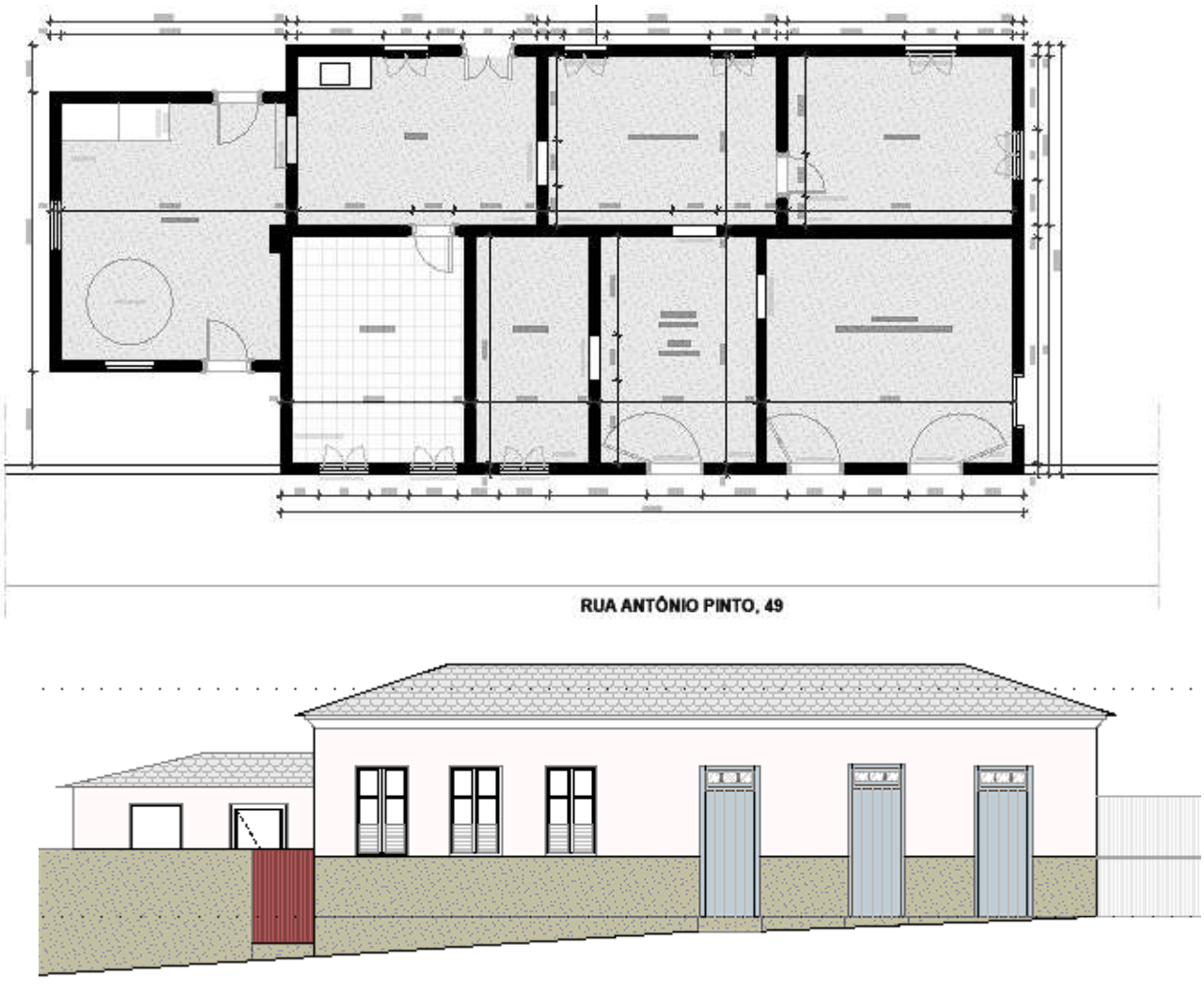
Por 15 anos a sala lateral, que atualmente abriga um depósito, foi um ponto comercial, onde o sr. Odilon Leôncio Zica e D. Isaura Bontempo comercializavam diversos gêneres.

Todos os cômodos possuem pavimentação em cimento queimado, com excessão ao quarto de hóspedes, que foi reformado colocando-se piso cerâmico. A cozinha é ainda uma típica viagem ao tempo da criação do povoado: composta por fogão a lenha e cisterna para retirada de água.

As portas da fachada frontal são em madeira, normalmente estruturadas com 5 tábuas contínuas verticais, pintadas na cor azul, com altura média de 2,35m. Na parte superior há um caixilho com 3 divisões em vidro, entretanto faltosos na maioria das portas.

DESENHOS TÉCNICOS

Fig. 01 e 02: Levantamento da Edificação – Planta e Fachada



Fonte: Pelo autor, 2023.

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 03 e 04: Família Sr. Odilon Zica e D. Isaura Bontempo

Fonte: Acervo Familiar, sem data.

Fig. 05 e 06: Festividade realizada na edificação, déc. 1970 / Det. Mobiliário da época

Fonte: Acervo Familiar.

Fig. 07 e 08: Sô Chico

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Fig. 09, 10 e 11: Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 12 e 13: Fachada Frontal / Fachada de Fundos

Fig. 14: Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 15 a 18: Detalhe Janelas / Portas - Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 19: Detalhe Porta - Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 20 a 23: Sala de Estar

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 24 e 25: Depósito / Antigo Ponto Comercial

Fig. 26 e 27: Depósito / Quarto

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 28 e 29: Quarto Hóspedes

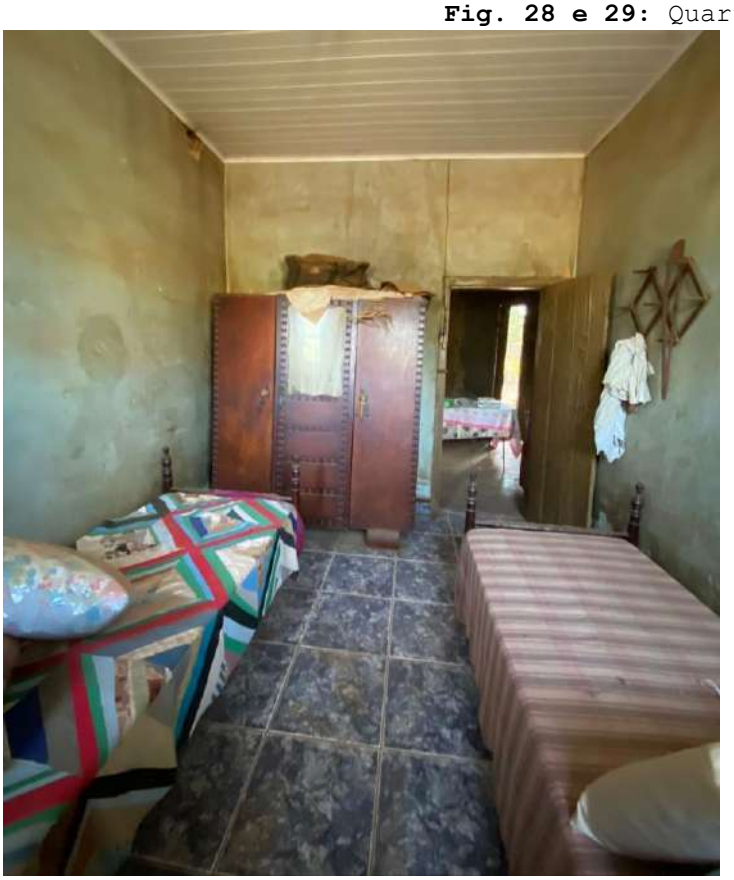


Fig. 30 e 31: Quarto Principal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

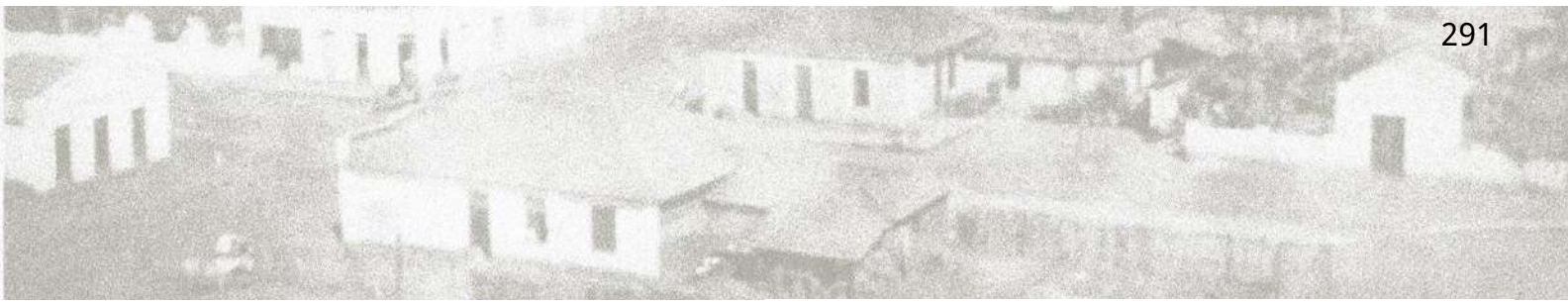
Fig. 32 e 33: Sala de Jantar

Fig. 34 e 35: Copa

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 36 a 39: Cozinha

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

ESCOLA ESTADUAL CELESTINO NUNES

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Rua Orestes Cordeiro, 203, Bairro Centro.

Proprietário
Estado de Minas Gerais

Data da Construção
1955

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Institucional

Alterações
☐ Inalterada ☐ Regular ■ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A atual Escola Estadual "Celestino Nunes" foi criada pelo Decreto nº. 9.525, de 03/01/1955, sob a nomeação de Escolas Reunidas da Vila de Paineiras, como uma reestruturação da antiga Escola Isolada de Paineiras de 1927.

À princípio funcionou na antiga capela de São Sebastião, conhecida posteriormente como de N. Senhora do Rosário, até a construção da edificação que a abriga atualmente, no final da década.

Aos 27 de agosto de 1957, o governador do Estado de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, decretou a lei nº5.312, alterando a denominação de Escolas Reunidas da Vila de Paineiras para Escolas Reunidas "Celestino Nunes"

Celestino Nunes Álvares era natural de Abaeté, casado com D. Marietta José Tavares Álvares e tinha certa proximidade com o Dr. Amador Álvares da Silva, então prefeito de Abaeté na época da criação da escola, o que influenciou a decisão pela nova nomeação.

Em 1966, as Escolas Reunidas Celestino Nunes foram renomeadas como Grupo Escolar Celestino Nunes. O Grupo Escolar funcionou com as quatro primeiras séries (antigas 1ª à 4ª série) até fevereiro de 1976, quando houve extensão de séries até a 8ª. (oitava), pela Resolução SEE nº. 1.790/1976, publicada no "Minas Gerais" de 09/03/76.

Na década de 1970 alguns professores e alunos paineirenses fizeram emergir certa discussão sobre o nome do Grupo Escolar. O fato se dava pela má fama que teve o patrono na região de Paineiras. Fama regada à histórias de ofensas físicas, verbais e até processos de homicídios envolvendo-o. A ideia era muita clara, renomear a instituição para Escola Estadual Padre Miguel Vital.

Por questões burocráticas e pelo murmúrio que surgiria a partir do novo nome, o protesto acalentou-se e o patrono continuou o mesmo...

Décadas depois o vereador Fausto Gomes criou um projeto de lei para a mundança do nome da escola, dessa vez Escola Estadual "Canuto Ferreira", em homenagem ao professor que lecionou durante anos na escola, entretanto o projeto não obteve êxito, permanecendo a antiga denominação.

O Ensino de 2° Grau, sem habilitação profissional – Ensino Geral, foi criado pelo Decreto n°. 28.784/1988, publicado no "Minas Gerais" em 14/10/1988 e autorizado pela Portaria n°. 1.823/1988, publicada no "Minas Gerais" de 24/11/1988.

Pela Portaria n°. 1.296/1990, a Escola passou a ministrar também com o Ensino Normal em nível médio, encerrado em 1998. A partir de 1997, iniciou-se o Ensino Médio Comum Geral, pela Resolução SEE n°. 7.884/1996, publicada no "Minas Gerais" de 18/11/1997.

Em 16/02/1998, municipalizou-se o 1° Ciclo do Ensino Fundamental (1° ao 4°ano), pela Resolução SEE n°. 9.391/98, publicada no "Minas Gerais" de 01/04/1998, continuando a funcionar o 2° Ciclo do Ensino Fundamental até o ano letivo de 1999.

Mediante a Resolução SEE n°. 12/1999, publicada no "Minas Gerais" de 27/01/1999, Resolução SEE n°. 008/2000, publicada no "Minas Gerais" de 27/01/2000, esta escola reorganizou o Ensino Fundamental em séries anuais, para funcionar a partir do ano letivo de 2000, ministrando, portanto, as quatro séries finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª) e o Ensino Médio.

No ano letivo de 2001, reiniciou-se, mediante autorização, o Curso Normal em Nível Médio, para formação de docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série); sendo encerrada a autorização para oferta desse Curso no final do ano letivo de 2007.

A partir do ano letivo de 2002, esta Escola passou a oferecer a Educação Infantil (pré-escola) através da Portaria Ato 44/2002 – publicada no "Minas Gerais" de 30/05/2002. No ano letivo de 2007, iniciou-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Médio, mediante autorização da SRE Pará de Minas.

Em 2009, houve redução de turmas na Educação Infantil; a SRE Pará de Minas autorizou o funcionamento apenas do segundo período. Também, em 2009, mediante as legislações específicas do Ensino Fundamental de nove anos (Resolução 1086/08), a Escola reorganizou o referido nível de ensino – passando-se a substituir a nomenclatura de "Série" por "Ano" e ficando assim especificada a equiparação de turmas: 5.ª Série = 6.° Ano; 6.ª Série = 7.° Ano; 7.ª Série = 8.° Ano; 8ª Série = 9.° Ano.

A partir de 2009, a Escola foi autorizada pela SRE Pará de Minas a oferecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos finais do Ensino Fundamental.

A escola construída em 1955 reflete as tendências modernistas da época, com um foco na funcionalidade, simplicidade das formas e integração dos espaços. As fachadas são simples e lineares, com uma clara ênfase na horizontalidade. A utilização de vidro, especialmente nas antigas janelas, garante uma boa iluminação natural nas salas de aula, refletindo a crença de que a luz do sol era benéfica para o aprendizado e a saúde dos estudantes.

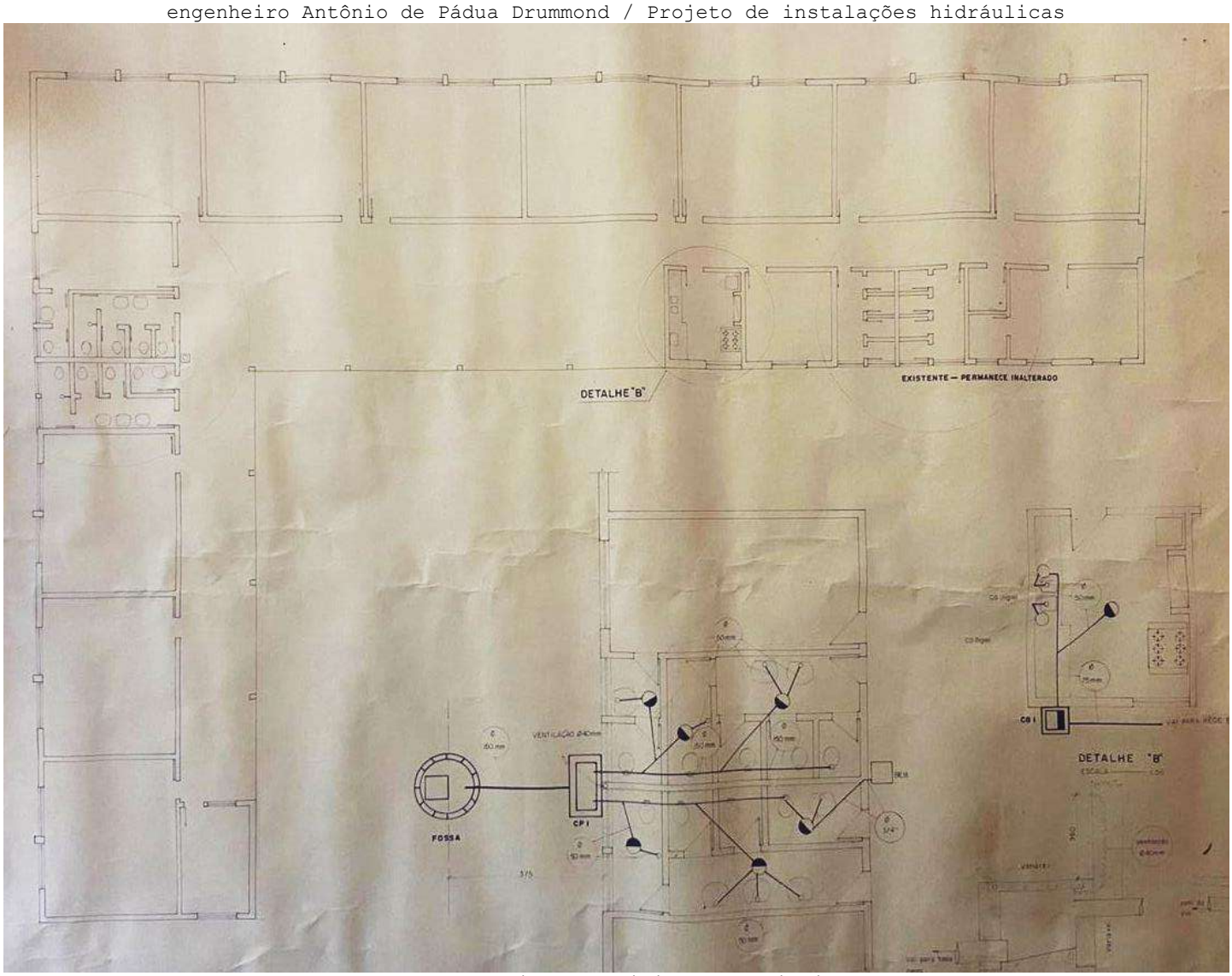
A planta da escola foi organizada de maneira funcional, inicialmente linear, mas posteriormente acrescida de uma nova ala, formando um formato em "L" que facilitou a circulação interna e o acesso às diferentes áreas. Os corredores conectam as salas de aula, que são dispostas lado a lado ao longo da estrutura. No centro, foi locada a área da quadra, que originalmente tinha piso de terra batida, mas atualmente conta com piso em resina epóxi, pintado com tinta específica para quadras esportivas.

A arquitetura da escola é marcada pela ausência de ornamentos, priorizando a função sobre a forma. Ao longo dos anos, os acessos principais foram adaptados às normativas da NBR 9050, garantindo acessibilidade, como determina a Secretaria de Educação. No início de 2024, a escola passou por uma reforma significativa, desde elementos da fachada, que na década de 1950 era trapezoidal, mas foi modificada incluindo frontão triangular, em resposta ao seu telhado em duas águas, revestido em pastilhas na década de 1980 e atualmente em pintura de cor azul. Além da modificação na fachada, os ladrilhos dos corredores, que estavam em estado crítico, foram substituídos por piso em porcelanato e, adicionalmente, novas instalações sanitárias foram acrescentadas, o leiaute interno modificado para atender às necessidades atuais, e uma quadra poliesportiva está sendo construída onde anteriormente se localizavam um chiqueiro e um antigo pomar.

A edificação, por mais que simplória, é um marco histórico para o município, sendo a mais antiga edificação escolar ainda em funcionamento. Sua importância vai além de sua função educacional: testemunhou e adaptou-se às mudanças sociais e pedagógicas ao longo das décadas. Sua preservação e constante atualização refletem o compromisso com a educação e o reconhecimento de seu papel fundamental na formação de gerações de paineirenses.

DESENHOS TÉCNICOS

Fig. 01: Projeto de ampliação da Escola Estadual Celestino Nunes, década de 1970, assinado pelo engenheiro Antônio de Pádua Drummond / Projeto de instalações hidráulicas



Fonte: Prefeitura Municipal de Paineiras

REGISTROS HISTÓRICOS

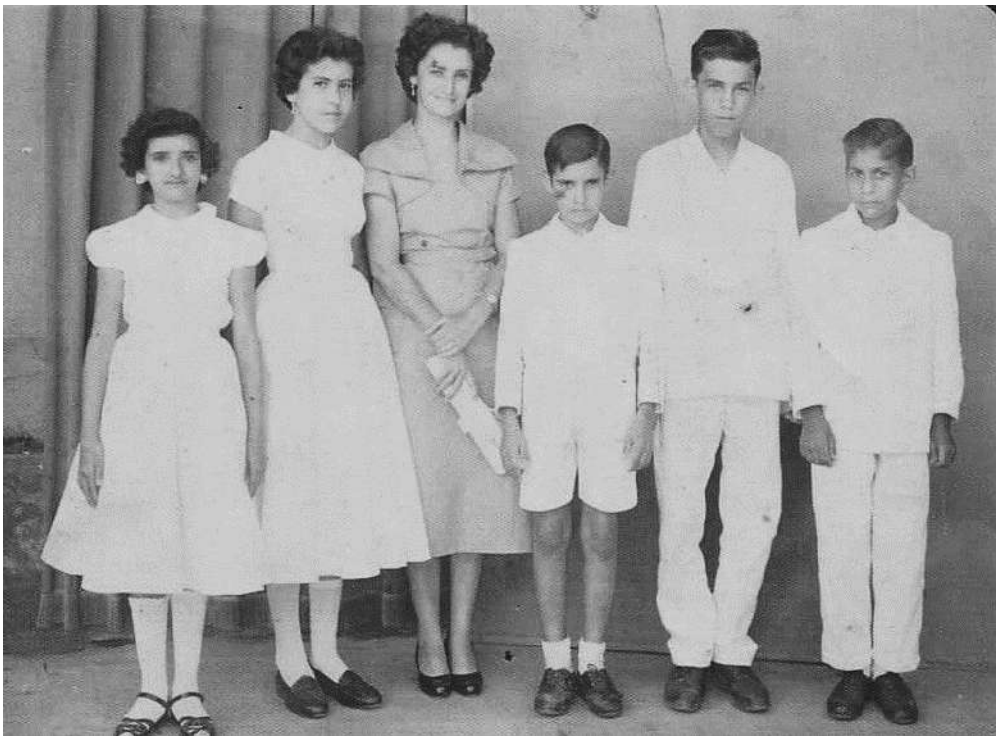
Fig. 02: Escola Estadual Celestino Nunes, provisão de 1956

Fonte: Grupo *Fotos Antigas de Paineiras*

Fig. 03: Celestino Nunes Álvares

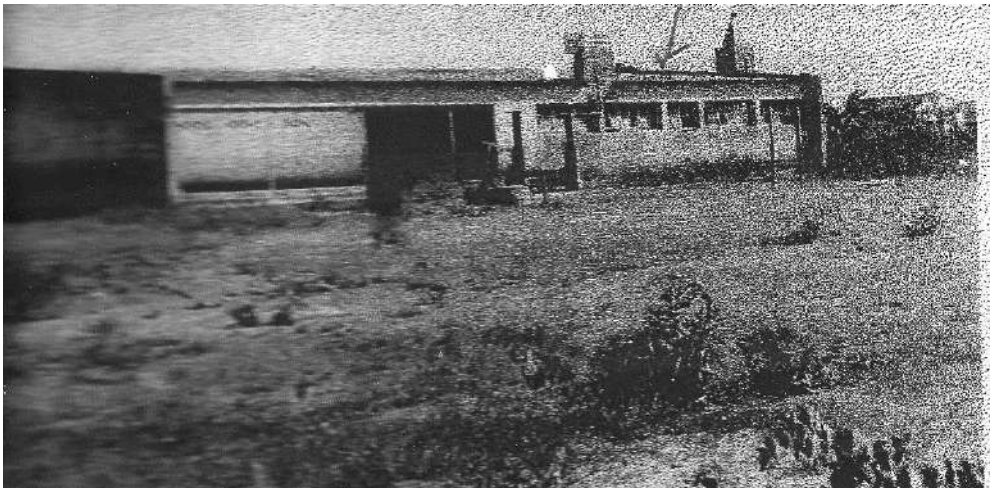
Fonte: Acervo da família Nunes Álvares

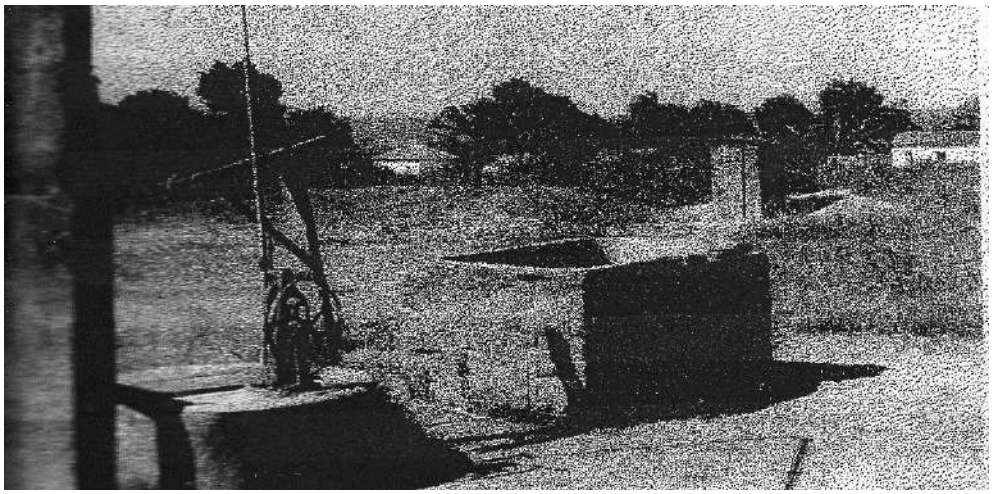
Fig. 04: 1° turma de Paineiras a se formar, em 1955: Elza Ramiro, Terezinha Campos de Oliveira, professora Dona Jerônima, Marçalino Soares Branco, Chico Vieira, Canuto Pedro.



Fonte: Acervo da família Ribeiro

Fig. 05: Aspectos da Escola Estadual Celestino Nunes, na década de 1960





Fonte: Acervo de Terezinha Campos de Oliveira

Fig. 06: Escola Estadual Celestino Nunes em segundo plano, em 1972

Fonte: acervo da família Mendonça

Fig. 07 e 08: Desfiles escolares década de 1960 e 1970, respectivamente

Fonte: a) acervo de D. Elizabeth Ribeiro; b)Acervo Grupo *Fotos Antigas de Paineiras*

Fig. 09: Desfile de 7 de setembro da Escola Estadual Celestino Nunes, década de 1970

Fonte: Acervo da família Soares

Fig. 10: Vista da quadra escolar na década de 1970

Fonte: acervo de D. Terezinha Campos de Oliveira

Fig. 11, 12 e 13: Interior da escola na década de 1970

Fonte: acervo da família Mendonça

Fig. 14, 15 e 16: Escola Estadual Celestino Nunes na década de 1990

Fonte: acervo da Escola Estadual Celestino Nunes

Fig. 17: Fachada Frontal na década de 1990

Fig. 18: Quadra na década de 1990

Fonte: acervo da Escola Estadual Celestino Nunes

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

Fig. 19 e 20: Fachada frontal e fachada lateral direita

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 21, 22 e 23: Fachada posterior

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 24: Anexo do refeitório

Fig. 25 e 26: Vista das áreas de circulação externas

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 27 e 28: Vista da quadra

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 29: Circulação entre refeitório e quadra

Fig. 30: Interior do refeitório

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 31 e 32: Interior da biblioteca

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

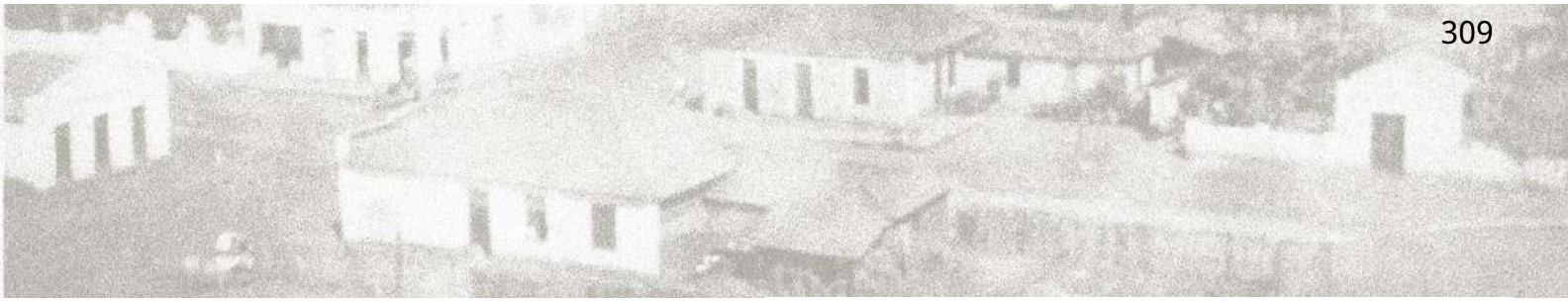
Fig. 33: Área de circulação para salas de aula

Fig. 34: Antiga escada que dava acesso a área de circulação, com os ladrilhos da déc. de 1950

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 35 e 36: Quadra poliesportiva em construção

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

CASA VIOLETA

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Praça Terezinha de Vargas Mendonça, n°04. Bairro Centro.

Proprietário
Violeta Morato

Data da Construção
1957

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Residencial

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação em estilo ArtDecó foi construída em 1957, para residência e comercio do sr. João Lourenço de Oliveira e D. Galdina Alves de Oliveira (Dona Fia). Na casa morava, além do casal, sua sobrinha e afilhada, Terezinha Campos de Oliveira. Ambos eram paineirenses, ele nascido em 1924, filho de Felisbino Lourenço Pereira e Policena Maria do Carmo; ela nascida em 1926, filha de Herculino Alves do Nascimento e Francisca Lourença de Oliveira; sendo o casamento datado de 27 de setembro de 1945.

Compraram o terreno do Sr. Mario Morato, terreno este com uma edificação de estilo colonial tardio, da época do início da vila, onde era seu comércio, e mandaram demolir para a construção de uma nova, com estilo arquitetônico mais atual e que acompanhasse as últimas tendências estilísticas.

Seu frontão combina um desenho moderno com elementos tradicionais, prezando por linhas retas e formas geométricas.

Após a construção, mudaram-se para a casa e instalaram em sua porção esquerda uma oficina de selaria, arreios e arreatas para cavalo. Vendiam para Urucuia, e cidades do sertão, além de muitos moradores do distrito.

Não moraram por muito tempo na casa, apenas 5 anos, vendendo-a para a família Morato e mudando para uma outra, localizada no mesmo largo. Atualmente consiste na residência de D. Violeta Morato e apresenta-se com mudanças como o fechamento de vãos, troca de esquadrias, piso e modificação nas cores originais.

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01: D. Galdina Alves de Oliveira (Dona Fia)

Fonte: Acervo da família Oliveira

Fig. 02: Fachada Frontal da Edificação, década de 1960

Fonte: Acervo Terezinha Campos de Oliveira.

Fig. 03: Vista da edificação na década de 1970
Fig. 04: Vista aérea, posterior, da edificação na década de 1980

Fonte (fig.03): Acervo da família Morato
Fonte (fig.04): Foto de Nercy Oliveira, acervo da família

Fig. 05: Fachada Frontal em 2017

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

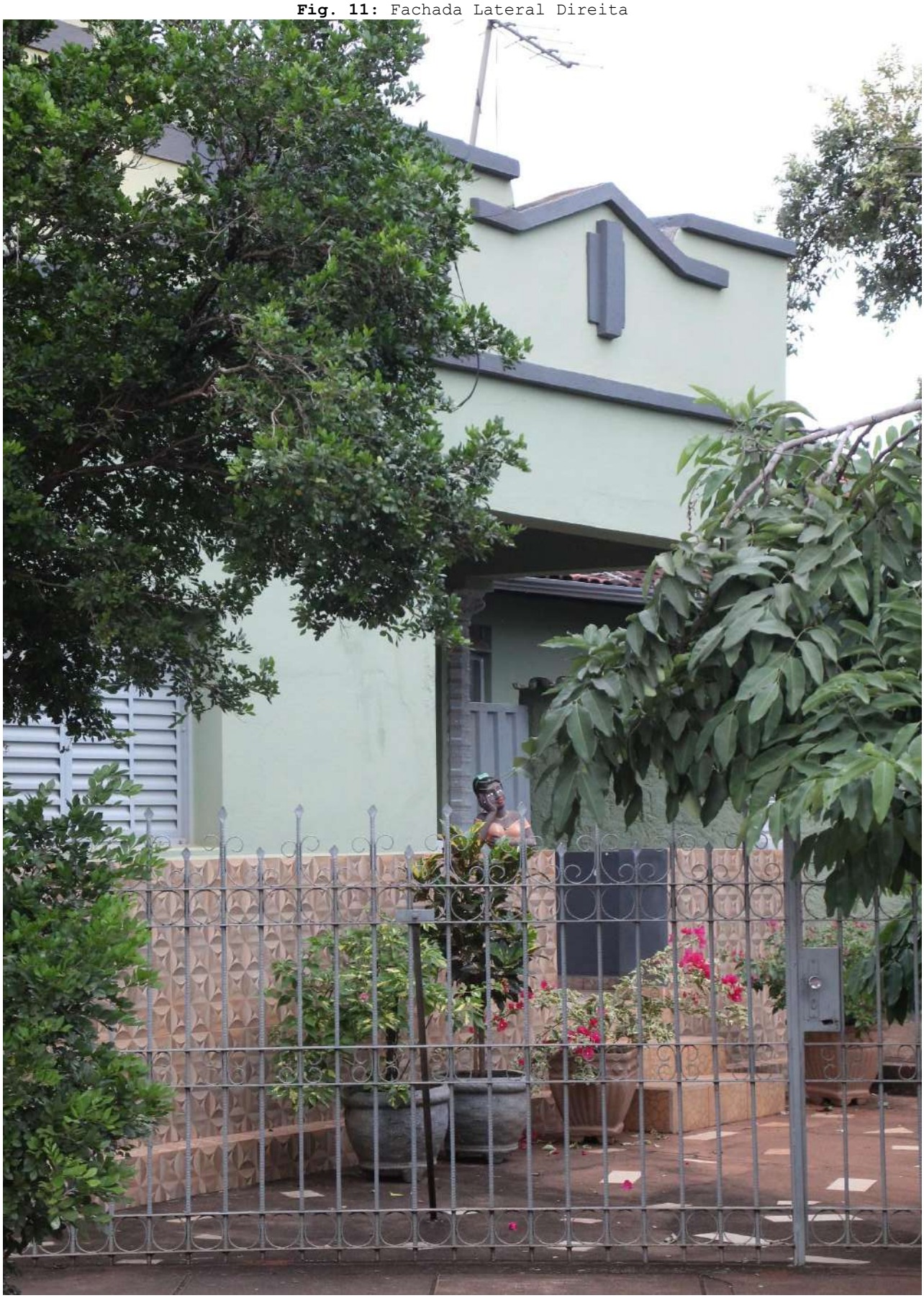
Fig. 06 e 07: Fachada Frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 08, 09 e 10: Detalhes de elementos da platibanda

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 11: Fachada Lateral Direita



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 12 e 13: Elementos Fachada Lateral Direita

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

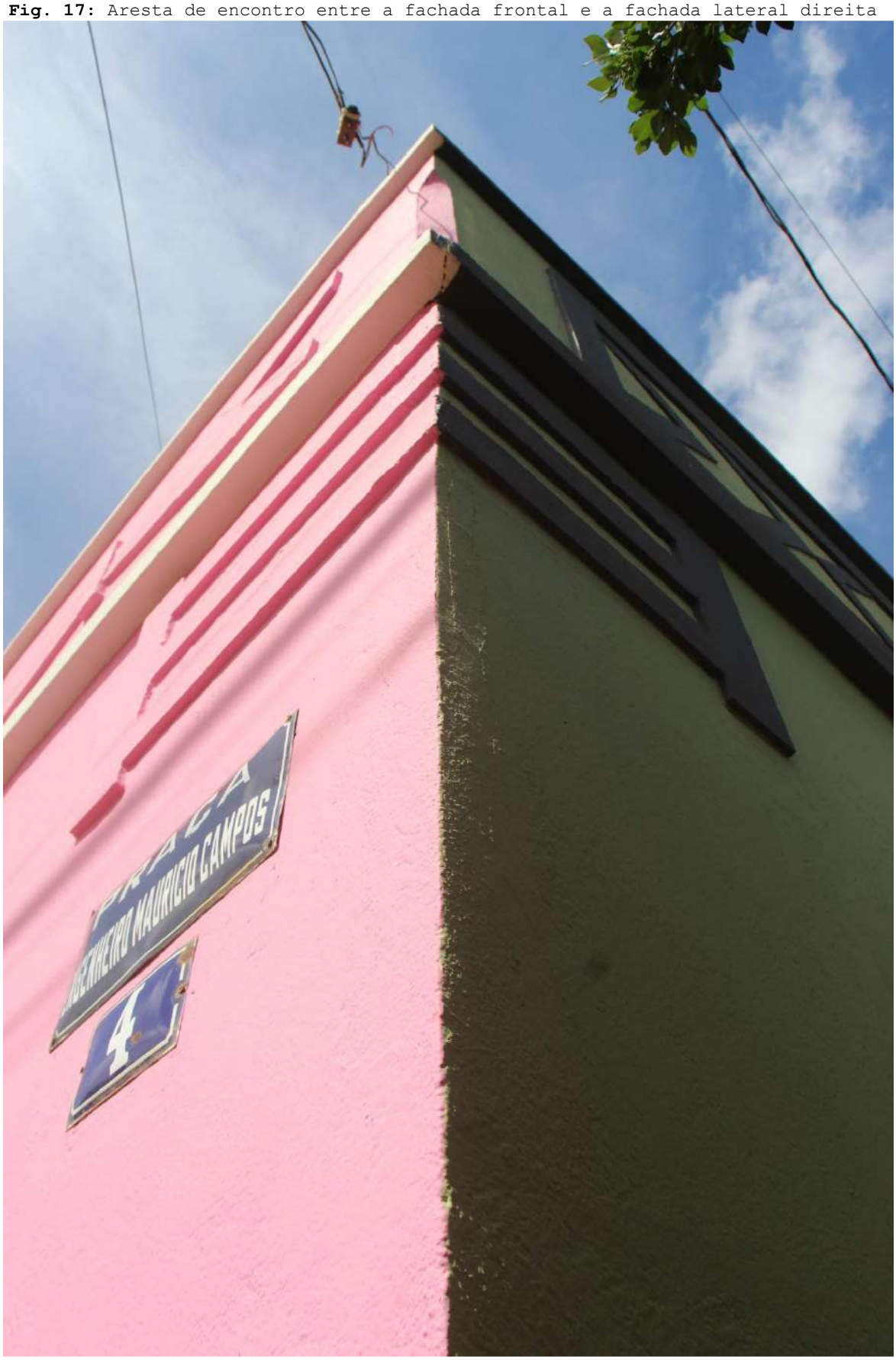
Fig. 14 e 15: Fachada Lateral Direita

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 16: Fachada Lateral Direita

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

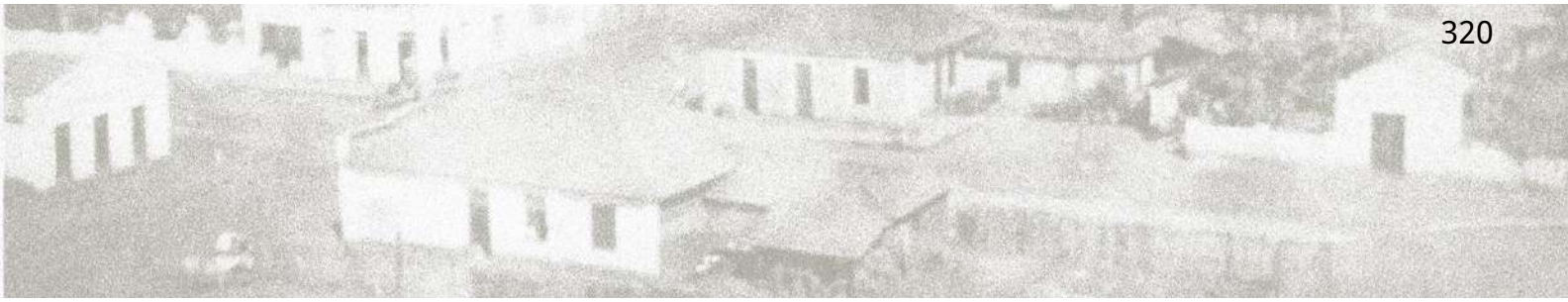
Fig. 17: Aresta de encontro entre a fachada frontal e a fachada lateral direita



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 18: Vista lateral da fachada frontal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS - MINAS GERAIS

PRAÇA TEREZINHA DE VARGAS MENDONÇA E PREFEITURA MUNICIPAL

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Praça Terezinha de Vargas Mendonça, n°288, Bairro Centro.

Proprietário
Município de Paineiras

Data da Construção
1963

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Institucional

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [B] Estrutura
[A] Vedos [B] Fundação
[A] Detalhes [B] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A edificação em estilo modernista foi projetada em 1963. Paineiras havia se emancipado no ano anterior e, na concepção legislativa, precisava de uma nova edificação para acomodar a Prefeitura, em lugar privilegiado, que evidenciasse o poder público. Decidiu-se então construí-la no núcleo central da cidade, onde o povoado havia surgido.

Em fevereiro de 1963 chegou à Paróquia de Paineiras, Frei Pio Nieuwenhuizen, substindo Frei Mário Cornelissen.

A antiga capela de São Sebastião se encontrava, nessa época, em péssimo estado de conservação, sem reboque, com tábuas do assoalho roubadas, portas penduradas e janelas estragadas. Foi então que o poder municipal pediu ao pároco residente que a demolissem para a construção da Prefeitura.

Frei Pio, apesar de ciente do descontentamento de muitos paineirenses, da circulação de listas de assinatura e protestos, cedeu às pressões e permitiu a demolição.

A edificação foi concebida em estilo modernista, para acomodar a administração local após a emancipação da cidade no ano anterior e posicionada no núcleo central da cidade, onde surgiu o povoado no final do século XIX.

Arquitetonicamente, a construção se caracteriza por sua simplicidade formal e funcionalidade. Foi erguida em alvenaria convencional e concreto, com grandes janelas de vidro. As janelas do primeiro pavimento eram basculantes, enquanto as do segundo pavimento eram de correr. No gabinete do prefeito, localizado no segundo pavimento, há um acesso para uma varanda, que em projeto era aberta, e foi recentemente fechada com vidro em reformas subsequentes. As janelas foram trocadas ao longo dos anos, assim como uma significativa parte do piso, que foi substituído em reformas internas.

A Praça Terezinha de Vargas Mendonça, inicialmente denominada como Praça Engenheiro Maurício Campos, também sofreu diversas modificações ao longo do tempo. Muitas das paineiras antigas foram removidas e o paisagismo, incluindo os canteiros, foi repensado mudando consideravelmente seus primeiros arranjos.

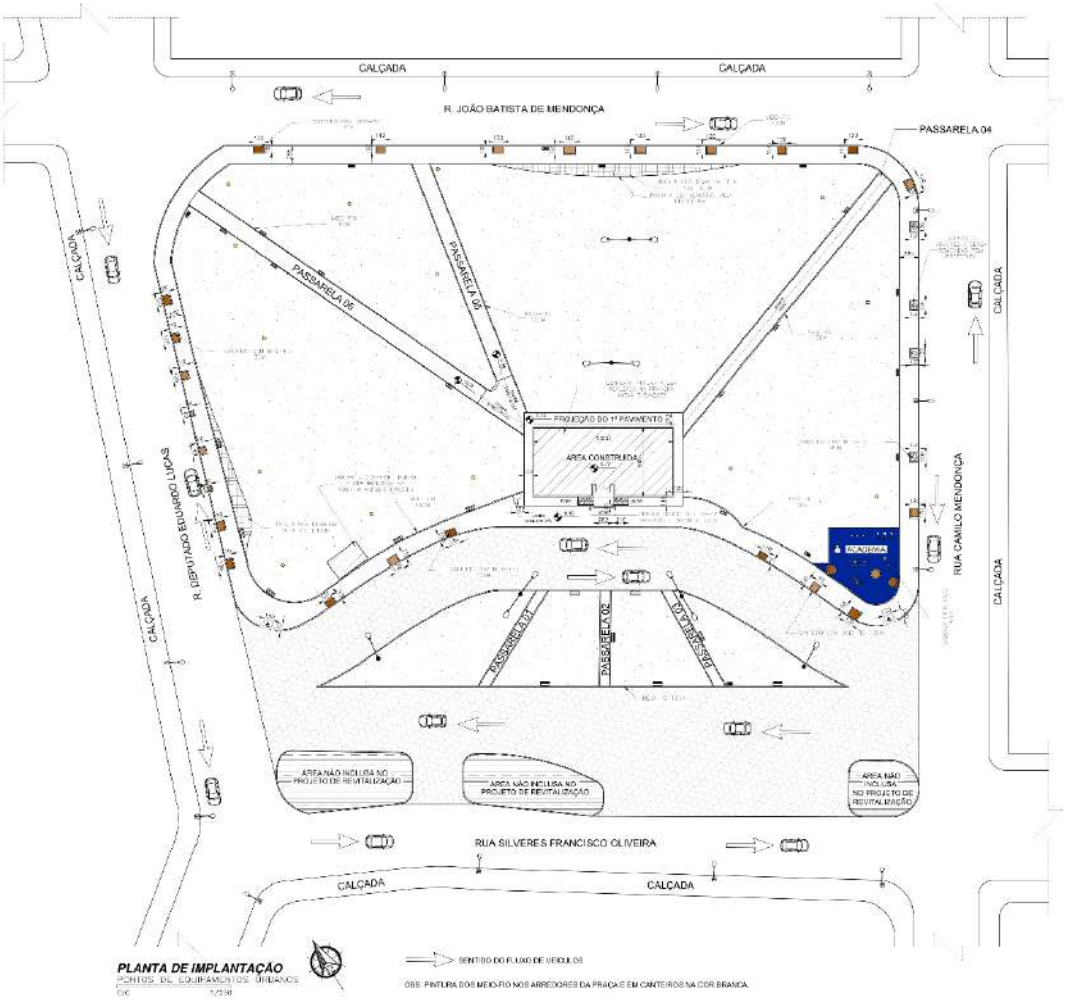
Em 2023, a Praça Terezinha Vargas de Mendonça passou por uma significativa revitalização. O projeto visou transformar a praça em um espaço mais agradável e acessível para a comunidade, seguindo as diretrizes fornecidas pela Prefeitura Municipal.

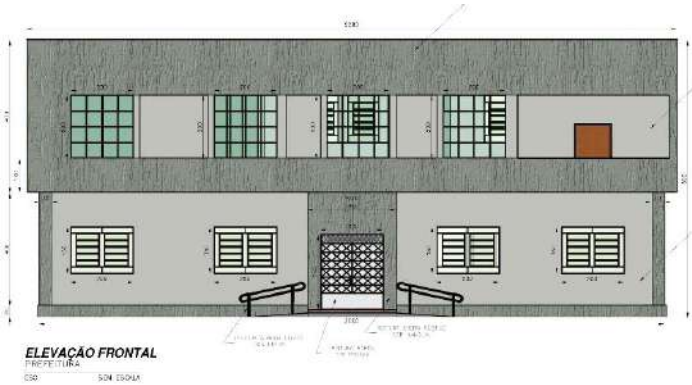
A intervenção incluiu a remoção de troncos de árvores e a demolição de áreas existentes para criar um layout mais harmonioso. As calçadas foram reconstruídas com blocos intertravados e as áreas ao redor da prefeitura receberam pintura em cores específicas para conservação e estética. A pavimentação foi feita com blocos intertravados de 20x10 cm, e as calçadas ao redor da academia pública receberam pintura azul.

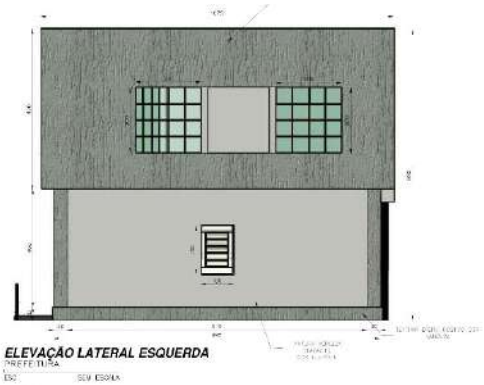
A camada vegetal superficial foi removida para criar novos platôs e caminhos, e rampas de acessibilidade foram inseridas para atender às normas NBR 9050. Equipamentos urbanos existentes foram mantidos, e a pintura externa do prédio da prefeitura foi renovada com tinta acrílica lavável em quatro tons diferentes.

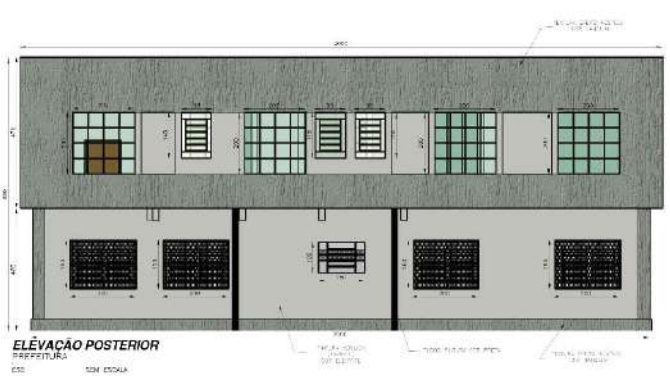
DESENHOS TÉCNICOS

Fig. 01 e 02: Projeto de Requalificação da Praça e Prefeitura Municipal









Fonte: Prefeitura Municipal

REGISTROS HISTÓRICOS

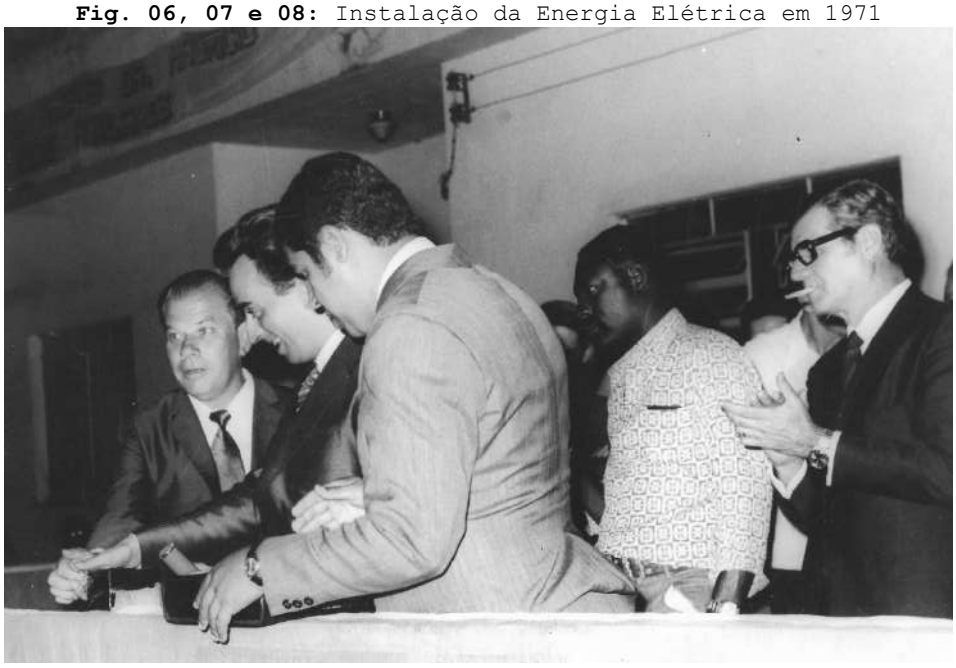
Fig. 03 e 04: Antigo paço e Capela de São Sebastião das Paineiras, onde atualmente encontra a praça Terezinha de Vargas Mendonça e a Prefeitura Municipal

Fonte: a) livro O Bispado de Aterrado; b) acervo da família Ramiro

Fig. 05: Inauguração de Prefeitura Municipal em 1963

Fonte: Acervo da família Mendonça

Fig. 06, 07 e 08: Instalação da Energia Elétrica em 1971



Fonte: Acervo da família Mendonça

Fig. 09 e 10: Vista da Praça Terezinha de Vargas Mendonça na década de 1970

Fonte: IBGE

Fig. 11 e 12: Praça Terezinha de Vargas Mendonça e Prefeitura Municipal na década de 1970

Fonte: IBGE

Fig. 13: Vista posterior da Prefeitura Municipal na década de 1970

Fonte: Acervo Terezinha Campos de Oliveira.

Fig. 14: Vista aérea da Praça Terezinha de Vargas Mendonça em 1985

Fonte: Foto por Nercy Oliveira, acervo da família

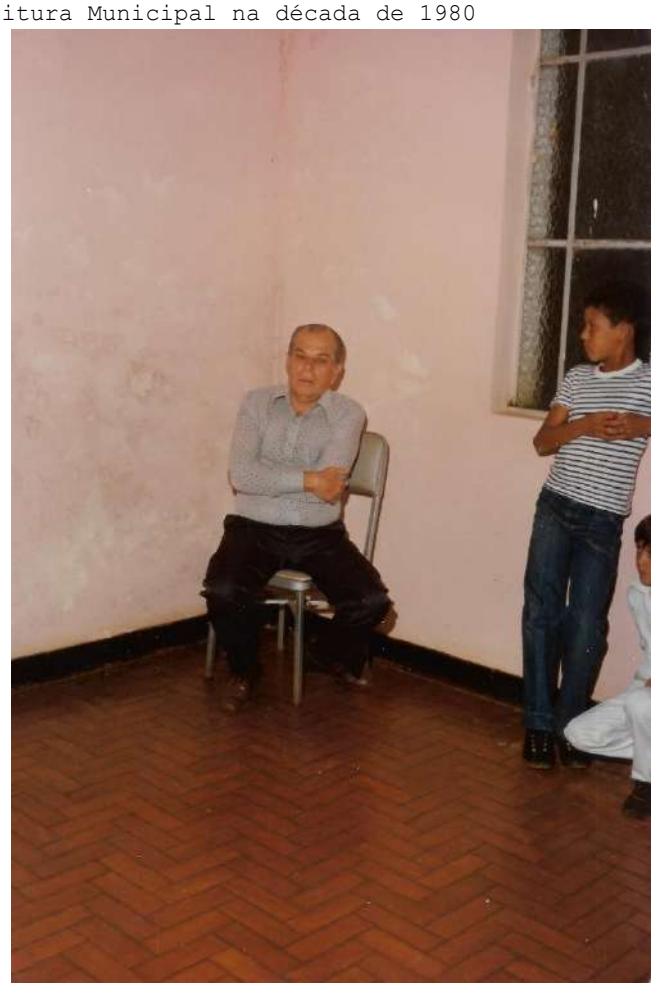
Fig. 15: Praça Terezinha de Vargas Mendonça na década de 1980

Fonte: Acervo de Terezinha Campos de Oliveira

Fig. 16: Praça Terezinha de Vargas Mendonça no final da década de 1980

Fonte: Acervo de Katia Albergica

Fig. 17 a 20: Interior da Prefeitura Municipal na década de 1980



Fonte: Acervo da família Mendonça

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

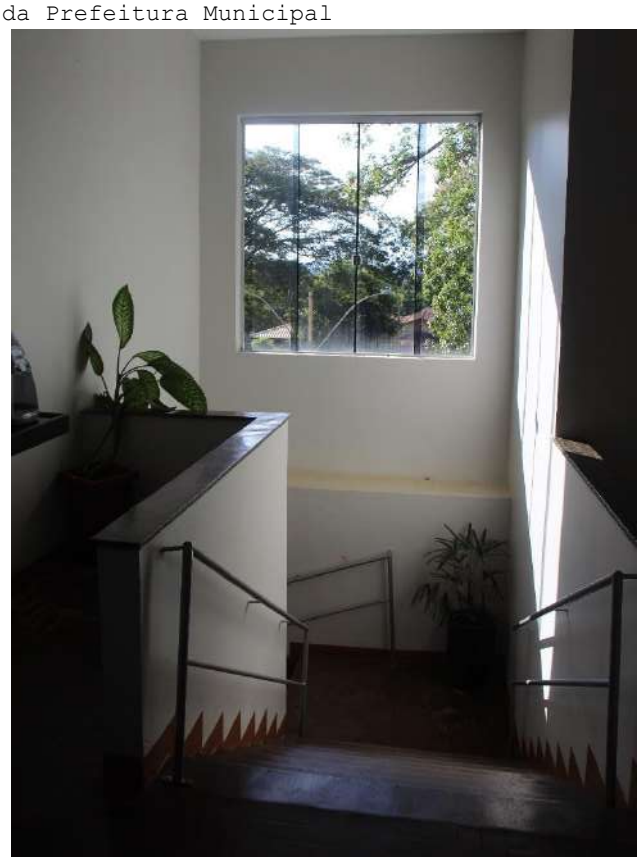
Fig. 21 e 22: Fachada frontal da Prefeitura Municipal

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 23 e 24: Escada de acesso ao segundo pavimento e hall de espera

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 25 a 28: Interior da Prefeitura Municipal



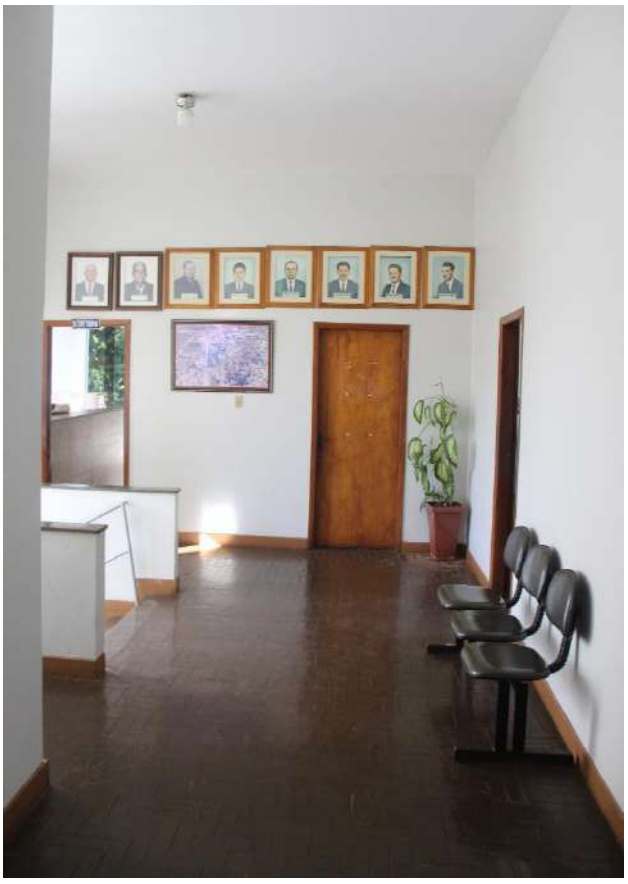
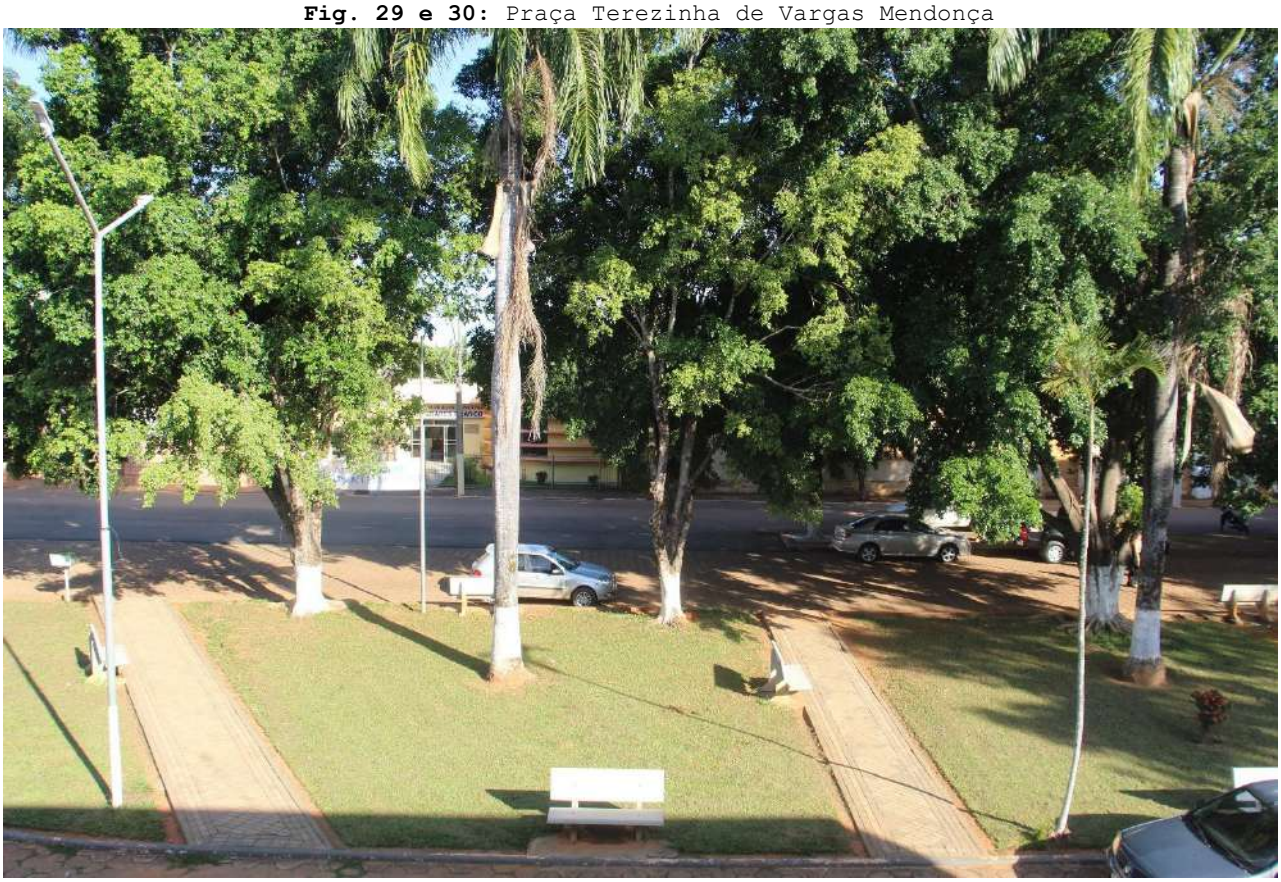


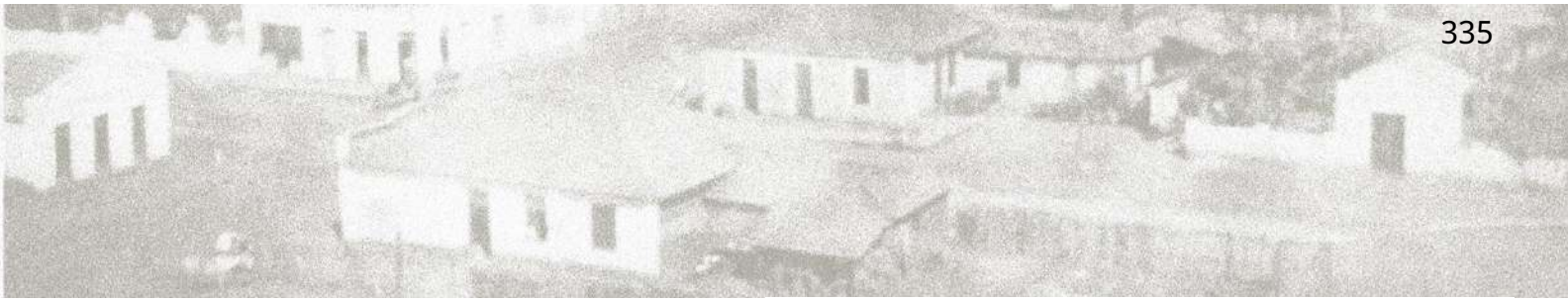
Fig. 29 e 30: Praça Terezinha de Vargas Mendonça



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 29 e 30: Praça Terezinha de Vargas Mendonça

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS
EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS
- MINAS GERAIS

IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DA SERRA DO PALMITAL

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Região Rural 26221829 EL, s/n, Serra do Palmital - Paineiras

Proprietário
Paróquia São Rafael Arcanjo

Data da Construção
1966

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Institucional

Alterações
■ Inalterada ☐ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [B] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A primeira capela de Palmital foi erigida por provisão da década de 1920. Tratava-se de uma pequena edificação, com influência colonial dedicada à São Sebastião. Posteriormente a chegada de Frei Antonelo na Paróquia de Abaeté, em 1953, a pequena capela teve uma ampliação, mas acabou sendo demolida.

A nova e atual capela, datada de 1966, possui dimensões de 17 metros de comprimento por 9 metros de largura, e foi construída com vedação em tijolos cerâmicos feitos em caieira. O desenho e proposta projetal é, provavelmente, de Frei Pio Nieuehuizen, que teve uma influência significativa nas edificações religiosas rurais durante esse período. O terreno foi doado pelo sr. David Afonso de Oliveira e D. Maria Francisca de Jesus, e a comunidade, naquela época com mais de 200 pessoas, contribuiu com doações para a construção e obras.

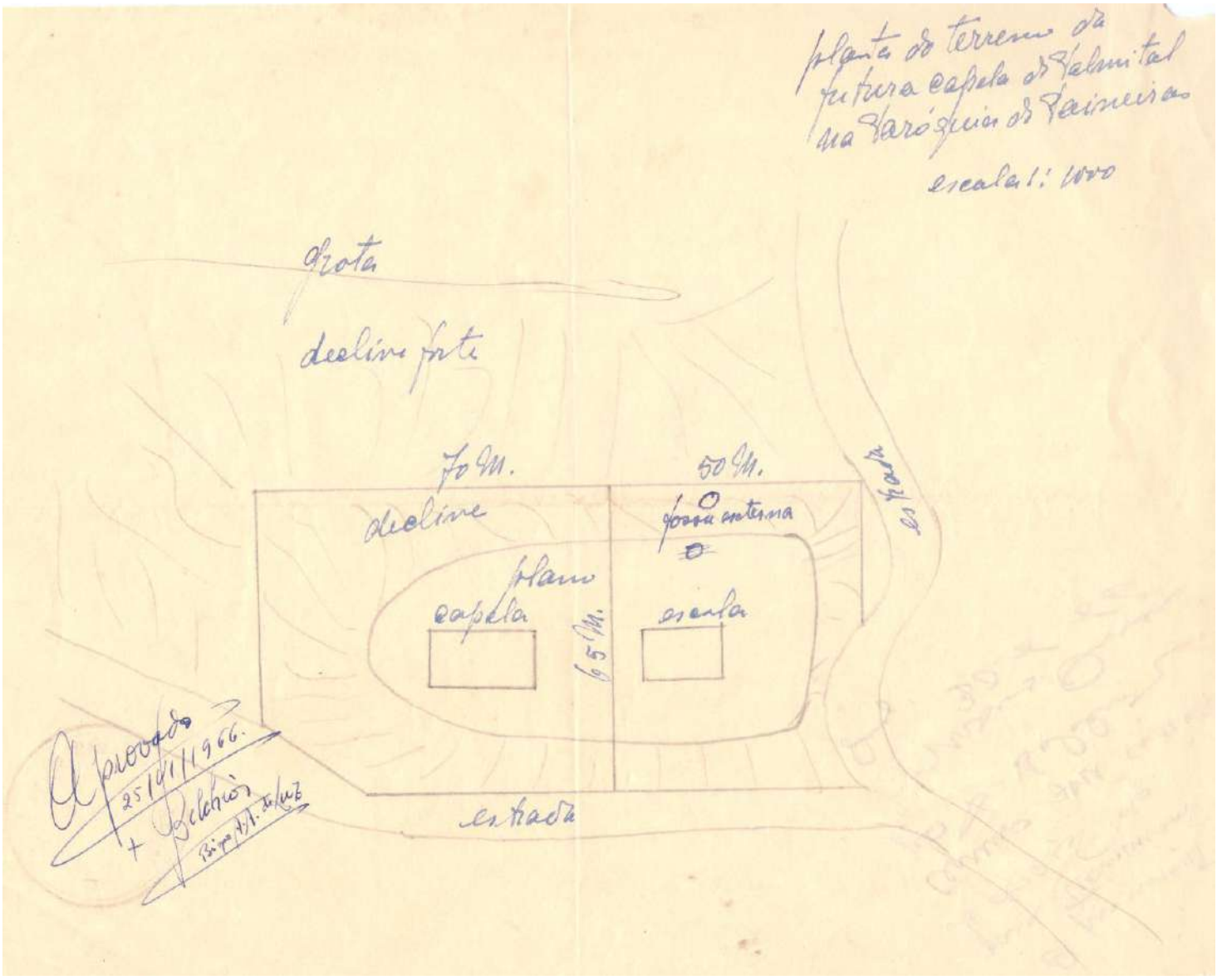
A fachada da capela foi desenhada com um frontão triangular, adornado por uma cruz em pedra. A porta principal foi pensada em madeira, mas acompanhada por esquadrias metálicas com folhas de vidro, tanto na capela quanto na torre, localizada na lateral direita, em frente a fachada. Duas portas da antiga Igreja de São Sebastião foram reutilizadas na capela de Palmital, preservando um vínculo histórico com a edificação. O embasamento da fachada recebeu uma faixa de revestimento com pedras orgânicas, elemento comumente utilizado em fachadas no final da década de 1960 e início da década de 1970.

O piso é de concreto com pigmentação verde, complementando o estilo arquitetônico singelo da construção. No entanto, a parte interna da torre não se encontra em bom estado de conservação, com várias manchas de sujidade, mofo e um ninho de marimbondo, que podem ser perigosos, especialmente se perturbados.

A Capela de Palmital é um marco significativo para a comunidade de Paineiras, situada no ponto mais alto do município, na Serra do Palmital, simbolizando a profunda conexão espiritual dos moradores com este local histórico. São Sebastião, o padroeiro da capela, possui uma importância especial para o povo de Paineiras. Ele é considerado um protetor contra a fome, a peste e a guerra, sendo venerado por sua força e resiliência. A devoção a São Sebastião fortalece a identidade cultural e religiosa da comunidade, promovendo a união e a continuidade das tradições locais. A capela não só serve como um local de culto, mas também como um testemunho da evolução histórica e arquitetônica da região.

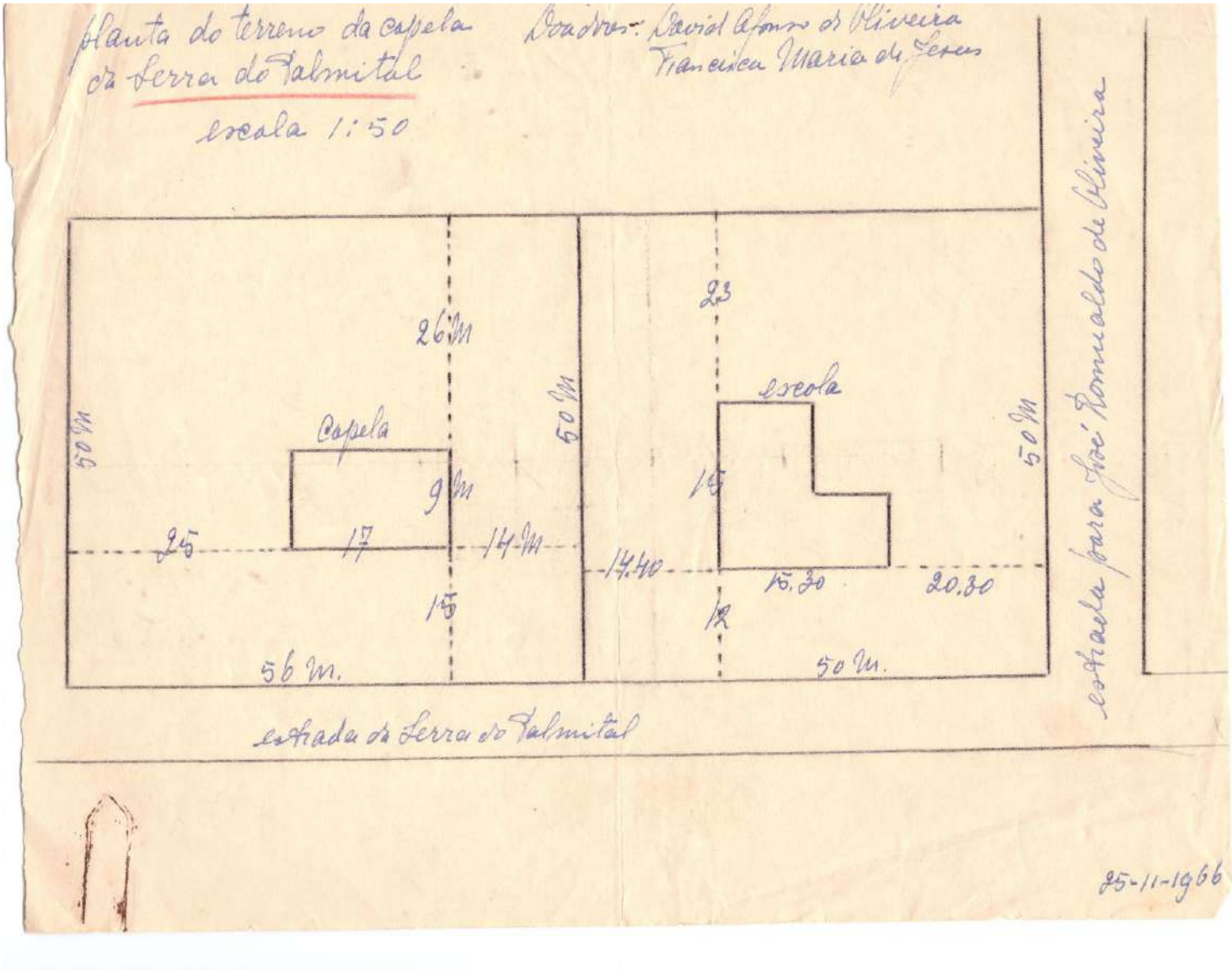
DESENHOS TÉCNICOS

Fig. 01: Planta de Situação da Capela, 1966



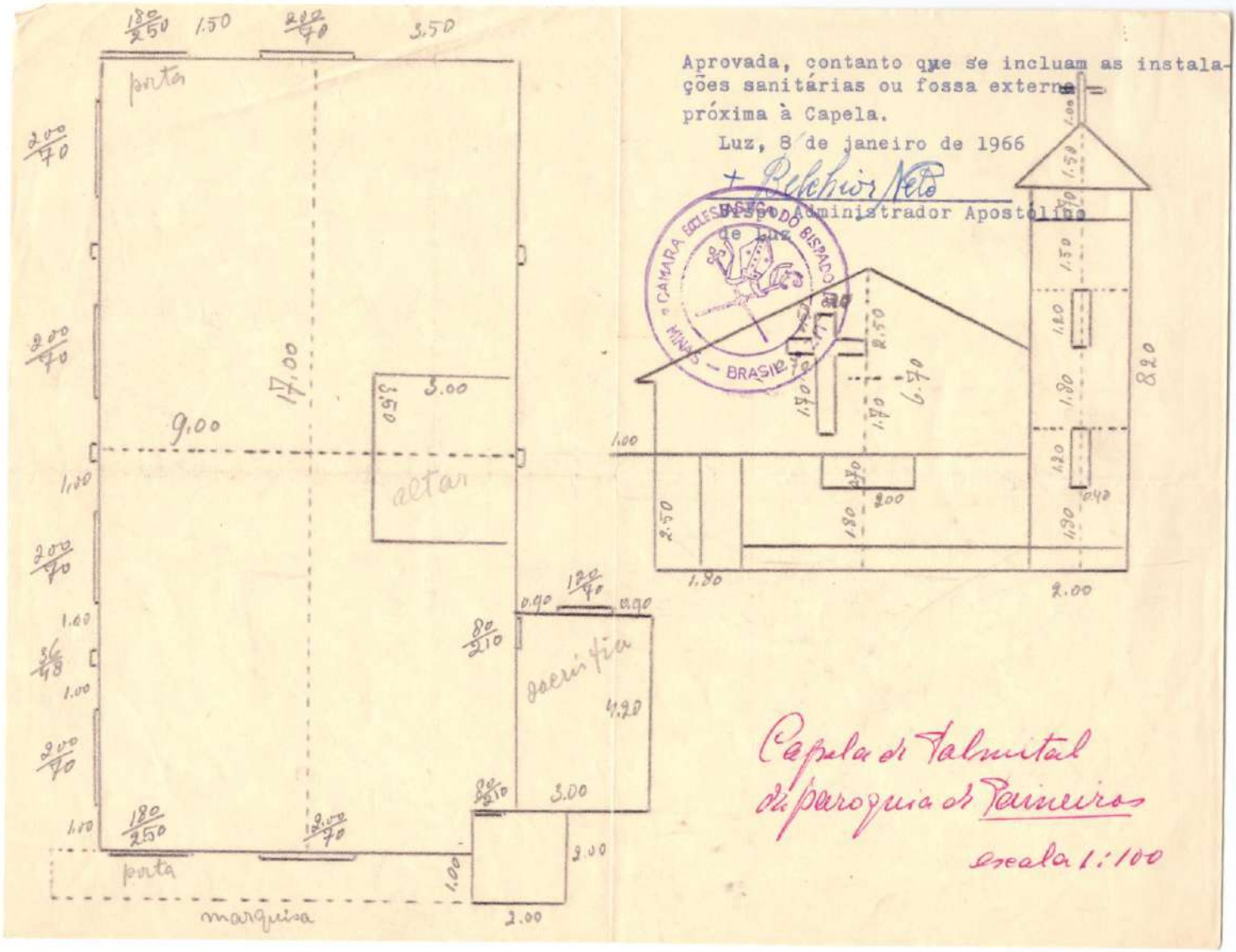
Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo de Paineiras

Fig. 02: Planta de Situação, 1966



Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo de Paineiras

Fig. 03: Planta e Fachada Frontal da Capela, 1966



Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo de Paineiras

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 04: Carta de frei Antonelo falando acerca do terreno e da capela, 1964

Com respeito ao terreno em Palmital não posso informar. Quando eu cheguei em Paineiras, já existia uma pequena capela em Palmital. Foi no meu tempo aumentada.
O Sr. Bispo , Dom Belchior, nomeiou um padre para fazer um inventário do patrimônio da mitra. Não fiquei sabendo se êste projeto foi adiante.
Caso que houve execução encontrar-se-á em Luz a confirmação.
De resto desejo-lhe copiosas bençãos de Deus e pra a sua querida paróquia.

Abraço

fr Antonelo

Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo de Paineiras

Fig. 05: Carta de D. Belchior a respeito da construção da capela, 1966

Cúria Diocesana
LUZ - MINAS

Luz, 8 de janeiro de 1966

Rvmo. Sr. P.Frei Pio
Laudetur Christus.

Com carinho foi recebida a sua carta nesta Cúria Diocesana, tratando do assunto da construção de uma nova Capela Rural nesta Paróquia de Paineiras, no Palmital. A planta foi aprovada por S. Excia. D. Belchior Neto, com apenas uma observação: Pede para que faça na construção as instalações sanitárias internas, ou então a fossa externa.

A Área exigida para a construção de uma Capela rural é ~~exigia~~ de 10.000 mets. quadrados ou seja 100 metros por 100, digo, a área do terreno, sendo que tambem dentro desta área poderá ser feita a Escola Nova.

Na ocasião de receber a Escritura do Terreno, comunicar-se à Cúria para que esta lhe envie a Procuração. Não se esquecer de citar os nomes do Doador do terreno e dos confrontantes no pedido da Procuração.

Desejando-lhe um ano novo cheio das melhores bênçãos de Cristo, aquí o grande abraço do amigo,

Pe. Jaime Costa e Silva
Chanceler do Bispado de Luz

CÂMARA ECLESIASTICA DO BISPADO DE LUZ

Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo de Paineiras

Fig. 06: Primeira Capela de São Sebastião de Palmital, década de 1950

Fonte: Acervo da Família Menezes

Fig. 07: Fachada frontal da nova capela, 1969

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 08: Vista da Capela e Escola de Palmital, provisão da década de 1980

Fonte: Acervo de D. Helena Silva

Fig. 09: Documento escrito por Irmã Francisca Costa em visita à Paroquia de Paineiras em 1998

Uma comunidade muito simples e unida, com aproximadamente 300 pessoas. Existiam muitas festas e os festejos religiosos eram acontecimentos marcantes. A comunidade começou com agricultura de subsistência, pecuária. As mulheres dedicavam-se a trabalhos caseiros, manuais. O transporte era muito difícil, à cavalo. A maioria era analfabeta e em casos de doença eram levados até Abaeté à cavalo ou em carro de boi. Até 1975 a comunidade era grande, a partir daí notou-se acentuada diminuição da mesma devido principalmente à saída das famílias para estudos aos filhos." Só tinha aulas até a 4ª série. Hoje, ano de 1998, " a comunidade está muito pequena, mas estamos felizes porque as pessoas que sairam daqui tiveram muito sucesso. A comunidade trabalhou muito na construção da igreja local, a que existe ainda hoje. Alguns políticos também ajudaram."

Atualmente funciona aqui o conselho da comunidade . As catequistas preparam as crianças para a Primeira Eucaristia e com muita dedicação. As professoras também se dedicam na formação das crianças e nos ensaios dos cantos para as missas e celebrações.

" A maioria que ainda se encontra na comunidade leva uma vida confortável em relação ao passado. O progresso nos trouxe melhores estradas, facilitando o transporte de pessoas e mercadores, energia elétrica, tellefone (posto), escola de 1º grau, água encanada, assistência médica mais próxima e agricultura com técnicas mais avançadas."

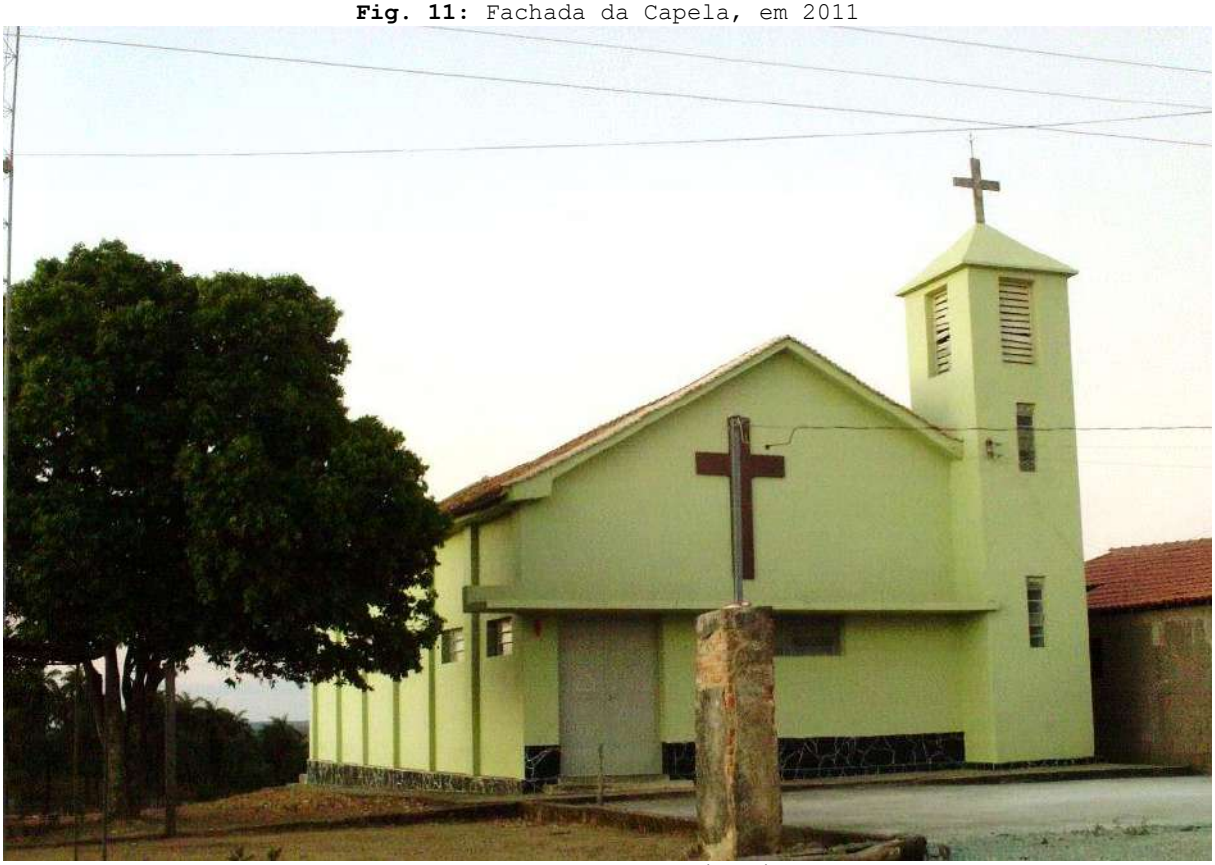
Em 1998 teve na comunidade a formatura de 8ª série (1º grau) com missa festiva e festa depois com confraternização.

Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo de Paineiras

Fig. 10: Vista da Capela e Escola de Palmital, em 1979

Fonte: Acervo da Família Menezes

Fig. 11: Fachada da Capela, em 2011



Fonte: Acervo de Maria Rita

Fig. 12: Fachada da Capela, em 2013

Fonte: Acervo da Família Oliveira

Fig. 13: Vista da Serra do Palmital, s/d

Fonte: Acervo da família de Marco Antônio Oliveira, 2020

Fig. 14: Procissão com destino a capela, década de 1990

Fonte: Acervo da família de Mendonça

Fig. 15: Celebração na Serra do Palmital, 2022

Fonte: Paróquia São Rafael Arcanjo

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2023)

Fig. 16: Fachada Frontal da Capela de São Sebastião do Palmital

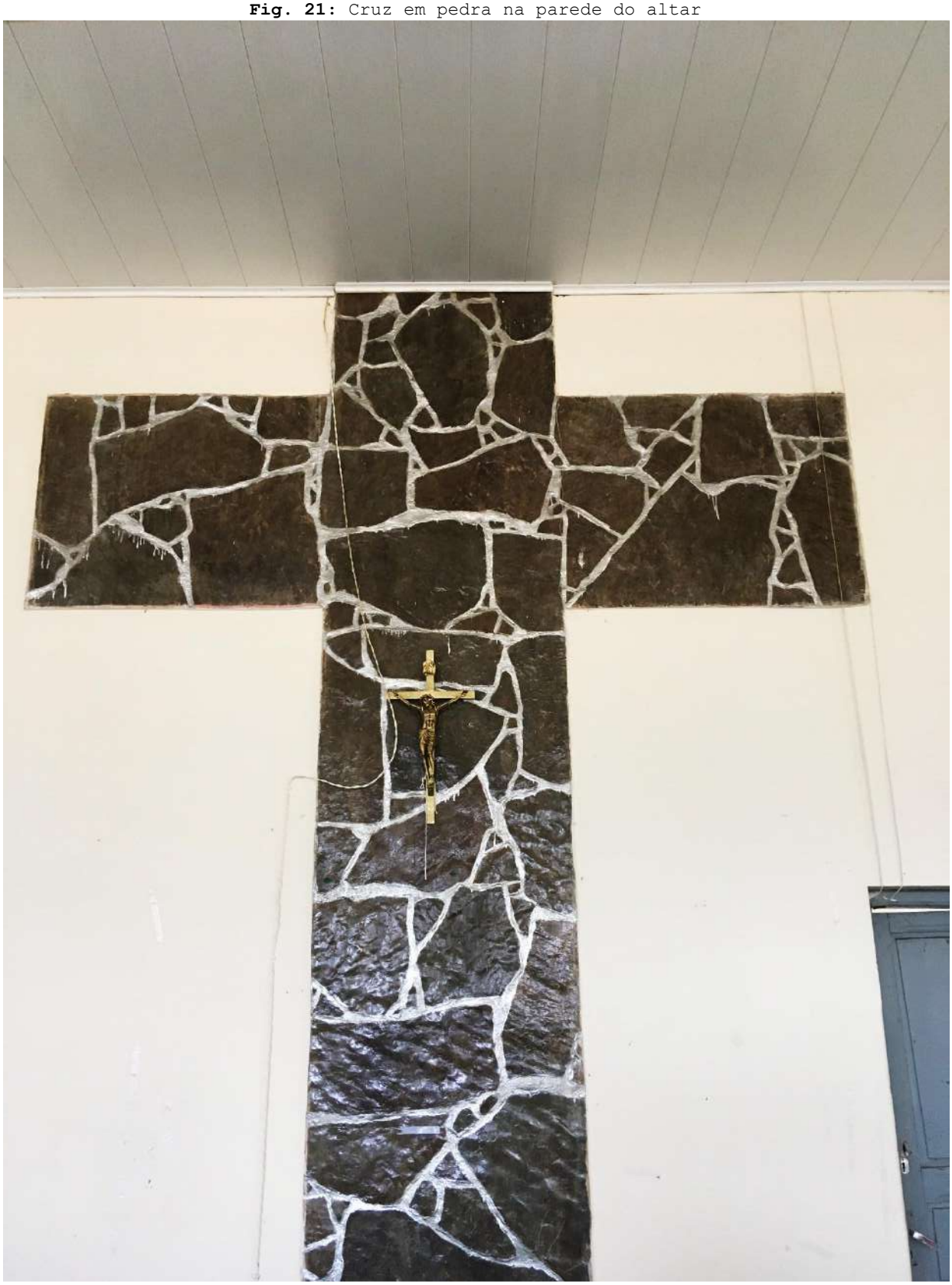
Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 17 e 18: Detalhes das Fachadas da Capela de São Sebastião do Palmital

Fig. 19 e 20: Vistas do altar da Capela

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 21: Cruz em pedra na parede do altar



Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

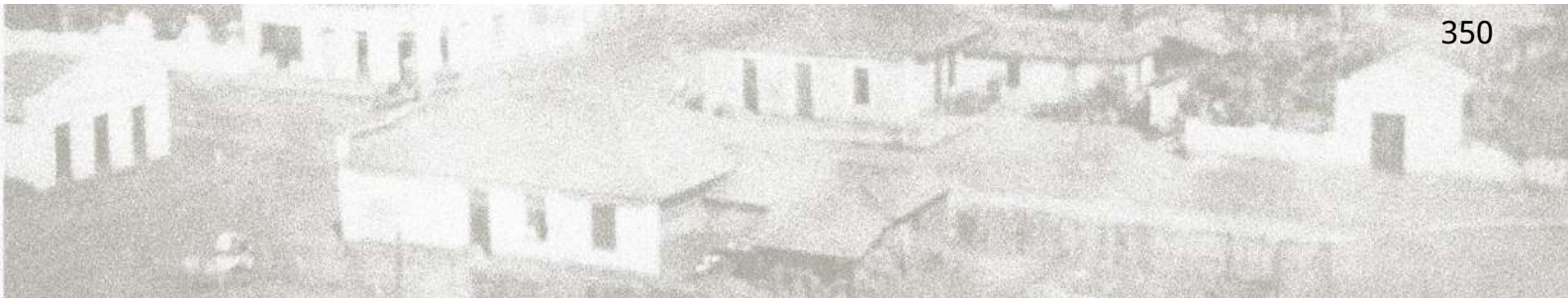
Fig. 22 a 27: Bens móveis da Capela de São Sebastião de Palmital

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 28 e 29: Detalhe confessionário e concreto pigmentado da Capela

Fig. 30 e 31: Detalhe esquadria e interior da torre

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS - MINAS GERAIS

PRAÇA FARMACÊUTICO MANOEL FERREIRA E IGREJA MATRIZ DE SÃO RAFAEL ARCANJO

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
Praça Farmacêutico Manoel Ferreira, n°51, Bairro Centro.

Proprietário
Paróquia São Rafael Arcanjo

Data da Construção
1974 - 1978

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Institucional

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[B] Estrutura [B] Fundação [B] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

A atual Praça Farmacêutico Manoel Ferreira era no passado o paço da antiga Igreja de São Sebastião e, a partir de 1952, Igreja de São Rafael Arcanjo, quando a paróquia de Paineiras foi criada. Em 1957, frei Antonelo vendeu todas as terras da Paróquia de São Rafael para a Prefeitura Municipal de Abaeté, excluindo-se o terreno onde estava a igreja e a casa paroquial lindeira. Com a chegada de Frei Pio, em 1964 foi solicitada a doação do lote ao redor da igreja à prefeitura de Paineiras, bem como o lote que ficava em frente, cuja ideia já era construir uma praça, que se consolidou na década de 1970. Com o passar do tempo a praça sofreu modificações em seu paisagismo e nos formatos dos canteiros. Muitos arbustos foram substituidos, coqueiros foram cortados e platou-se no centro uma gameleira. Os jardins são geométricos, a exemplo dos franceses, seguindo uma regidez no desenho.

A atual Igreja de São Rafael Arcanjo começou a ser construída em 1974 e foi inaugurada ainda sem a torre, em 16 de julho de 1978. A antiga igreja, em estilo eclético com influencia neogótica datava de 1932 e foi demolida em 1971. O projeto da nova foi elaborado pelo engenheiro Antônio de Pádua Drummond e trata-se de uma edificação modernista.

Foi originalmente concebida com uma fachada com frontão curvo em uma forma semicircular, conferindo à edificação um caráter distinto. Construída com alvenaria convencional e estrutura em concreto, a igreja foi inaugurada em 1978, mas permaneceu, nos anos subsequentes, sem acabamento e sem a torre até que, na metade da década de 1980, esses elementos foram finalmente completados. Na mesma época, o piso da igreja também foi revestido com cerâmica, que seria substituída em 1991.

Ao longo dos anos, a igreja passou por diversas reformas e repinturas. Entretanto, as intervenções mais impactantes e que mais descaracterizaram sua arquitetura original foram a retificação do frontão, que perdeu sua curva, tornando-se linear, e o fechamento dos vitrais da fachada com alvenaria, eliminando detalhes que contribuíam significativamente para a identidade visual da construção. Essas mudanças transformaram seu aspecto estético, mas não impactaram em seu valor para a população local e para os paineirenses.

DESENHOS TÉCNICOS

Planta e Fachada Frontal – sem escala
Fonte: Levantamento e desenhos por Alex C. de O. Fonseca

REGISTROS HISTÓRICOS

Fig. 01, 02 e 03: Antigo Paço e Igreja de São Sebastião, posteriormente São Rafael

Fonte: a) acervo de Maria Marlene do Amaral; b) acervo de Ana Menezes; c) Acervo da Diocese de Luz

Fig. 04 e 05: Atual Igreja São Rafael Arcanjo em construção, 1977

Fonte: acervo da Família Morato

Fig. 06: Fachada Frontal da Edificação, 1978

Fonte: acervo da Família Morato

Fig. 07: Fachada Frontal da Edificação na década de 1980

Fonte: IBGE

Fig. 08: Interior da igreja no início da década de 1980

Fonte: acervo da Família Vargas

Fig. 09: Interior da igreja em 1982

Fonte: acervo da Paróquia

Fig. 10: Interior da igreja em 1986

Fonte: acervo da Paróquia

Fig. 11: Praça Farmacêutico Manoel Ferreira em 1986

Fonte: Grupo Fotos Antigas de Paineiras

Fig. 12: Praça Farmacêutico Manoel Ferreira e igreja Matriz em 1996

Fonte: Acervo da família Lourenço Gomes

Fig. 13: Praça Farmacêutico Manoel Ferreira e igreja Matriz em 1996

Fonte: Acervo de Benício Marques

Fig. 14: Interior da igreja na década de 1990

Fonte: Acervo da Paróquia

Fig. 15: Fachada da Igreja em 2012

Fonte: Acervo da Paróquia

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

Fig. 16 e 17: Vistas da Praça Farmacêutico Manoel Ferreira

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 18, 19 e 20: Igreja São Rafael Arcanjo e detalhe da torre

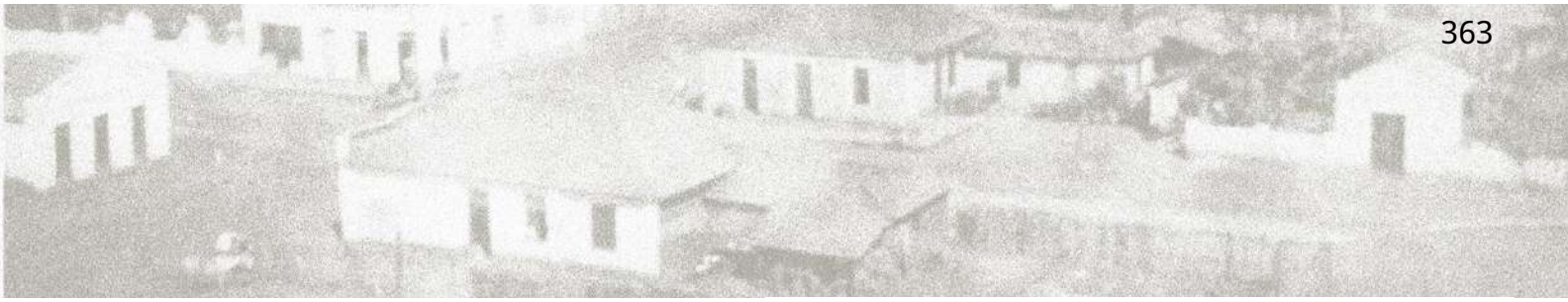
Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 21, 22 e 23: Fachadas da Igreja São Rafael Arcanjo

Fonte: Acervo de Wellington Menezes

Fig. 24 e 25: Interior da Igreja São Rafael Arcanjo

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS DO MUNICÍPIO DE PAINEIRAS - MINAS GERAIS

TERMINAL RODOVIÁRIO BERNARDO MENDES

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
R. Silvestre Francisco de Oliveira, 497-407. Bairro Centro.

Proprietário
Município de Paineiras

Data da Construção
1982

CARACTERIZAÇÃO

Uso Atual / Uso Inicial
Misto

Alterações
☐ Inalterada ■ Regular ☐ Significativa

Estado de Conservação
[A] Bom [B] Regular [C] Ruim

[A] Cobertura [A] Vedos [A] Detalhes
[A] Estrutura [A] Fundação [A] Aspecto Geral

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

Antigo Terminal Rodoviário Gervásio Cardoso e hoje nomeado Terminal Rodoviário Bernardes Mendes Filho é uma edificação modernista projetada pelo engenheiro Antônio de Pádua Drummond. O terminal reflete características típicas da arquitetura modernista, como o uso de linhas retas e formas geométricas simples, a estrutura aparente em concreto, as paredes com revestimento semelhante ao tijolinho, a integração funcional com o ambiente urbano e a planta livre que proporciona flexibilidade nos espaços térreos.

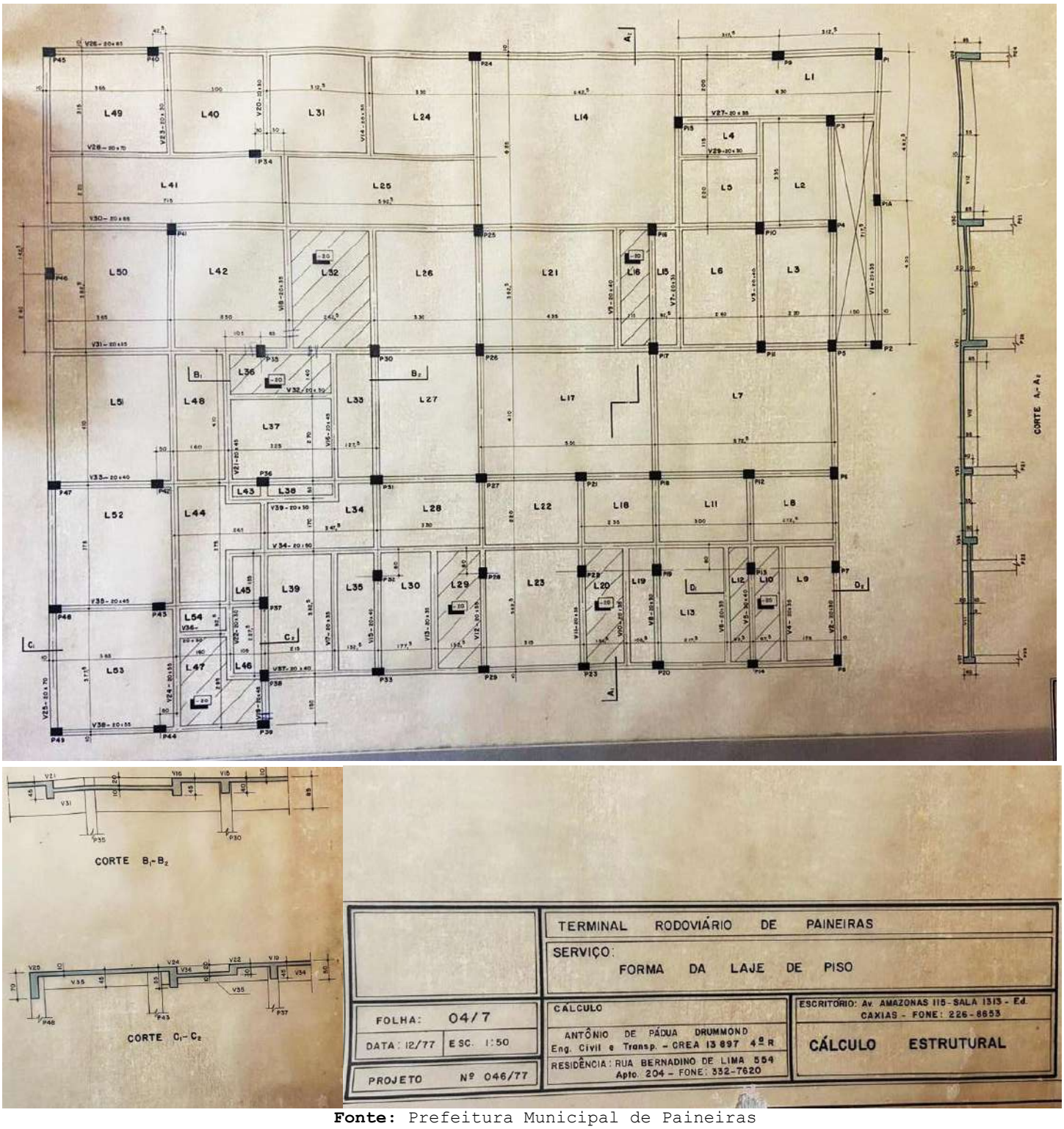
A edificação possui dois pavimentos: no térreo, funciona a rodoviária, que inclui áreas de embarque e desembarque, bilheteria e pontos de comércio. No primeiro pavimento, encontra-se um hotel que atende tanto os passageiros em trânsito quanto outros hóspedes. A fachada é marcada pela sobriedade e pela predominância do concreto, complementada por detalhes em vidro e aço que permitem a maximização da iluminação natural através de amplas janelas.

O Terminal Rodoviário Bernardes Mendes Filho, desde sua inauguração, tem desempenhado um papel crucial na mobilidade urbana e regional, sendo um ponto de conexão essencial para o transporte de passageiros. O projeto modernista não apenas valoriza a funcionalidade e a eficiência, mas também busca uma integração harmoniosa com o entorno urbano.

Atualmente, o terminal segue em operação diariamente, oferecendo os serviços de transporte, comércio e hospedagem. Todavia, embora ainda esteja em pleno funcionamento, a atenção para a manutenção e preservação da edificação é essencial para garantir que suas características originais sejam mantidas e valorizadas.

DESENHOS TÉCNICOS

Fig. 02: Projeto Estrutural, planta de forma, 1977



Fonte: Prefeitura Municipal de Paineiras

REGISTROS HISTÓRICOS

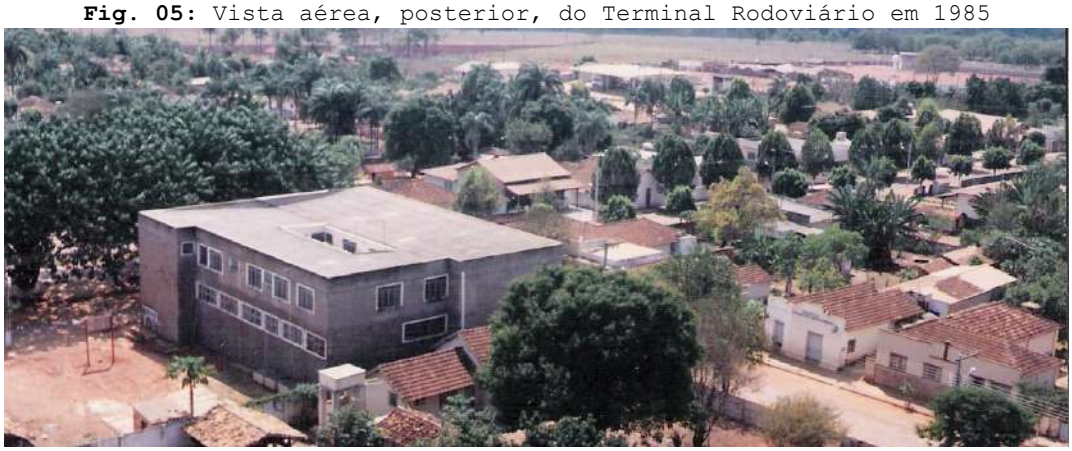
Fig. 02: Construção do Terminal Rodoviário, 1978

Fonte: Acervo da família Chamon

Fig. 03 e 04: Terminal Rodoviário na década de 1980

Fonte: IBGE

Fig. 05: Vista aérea, posterior, do Terminal Rodoviário em 1985



Fonte: Foto por Nercy Oliveira, acervo da família

Fig. 06: Vista do Terminal Rodoviário na década de 1980

Fonte: Acervo de Terezinha Campos de Oliveira

Fig. 07: Vista do Terminal Rodoviário em 1995

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO (2024)

Fig. 08: Placa fixada na parede da edificação na inauguraçao do Terminal Rodoviário

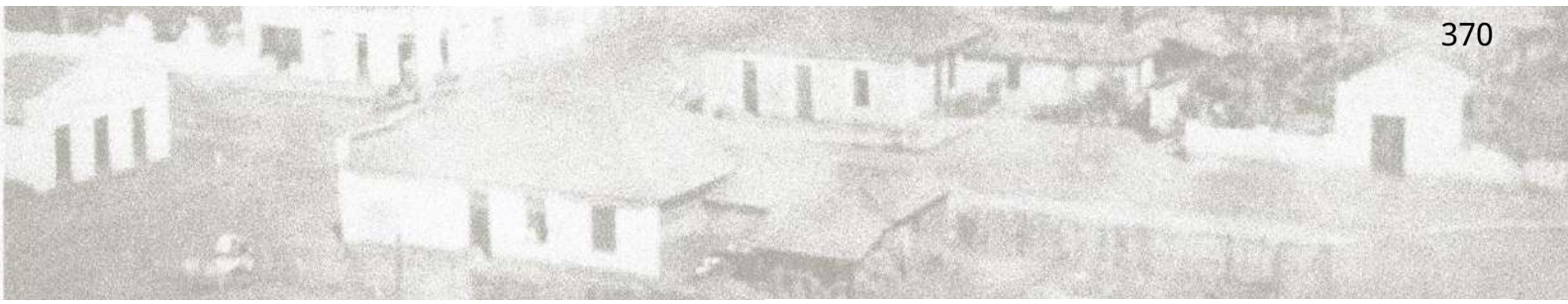
Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 09, 10 e 11: Fachada do Terminal Rodoviário e detalhes das janelas, vista da rua Silvestre Francisco de Oliveira

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca

Fig. 12, 13 e 14: Fachada e térreo do Terminal Rodoviário, vista da rua Camilo Mendonça

Fonte: Acervo de Alex C. de O. Fonseca



AÇUDE DO PACÍFICO

IDENTIFICAÇÃO

Endereço
-18.896249, -45.540059
MG-060, Paineiras, MG, 35622-000

Estado de Conservação

[x] Bom [ ] Regular [ ] Ruim

DADOS HISTÓRICOS, DESCRIÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

O açude foi construído a partir de uma mina situada, naquela época, nas terras do Sr. José Corrêa do Prado, que se estendiam até o córrego da Forquilha. Parte dessas terras foi adquirida dos senhores Alípio Janeiro de Mendonça e João Baptista de Souza, enquanto outras parcelas foram doadas pelo Sr. João Corrêa do Prado. No início do século XX, José Corrêa mandou construir o açude, ampliando a grota existente, com a colaboração do Sr. Damião Lourenço Gomes, um dos executores da obra.

Posteriormente, o terreno foi adquirido pelo Sr. Pacífico Francisco de Lima, que, na década de 1950, estabeleceu-se no local com sua esposa, D. Dalva Maria do Carmo. A presença contínua do Sr. Pacífico na fazenda até seu falecimento fez com que o açude ficasse conhecido como Açude do Pacífico, nome que perdura até hoje. Atualmente, D. Dalva ainda reside na fazenda, embora a área do açude pertença a outros proprietários.

Além de seu valor histórico, o açude também marca a paisagem de Paineiras, sendo um dos mais notáveis cartões-postais da cidade. Situado à margem esquerda da rodovia que leva a Biquinhas, o açude não apenas embeleza a região, mas também carrega um legado de historicidade e memória local.

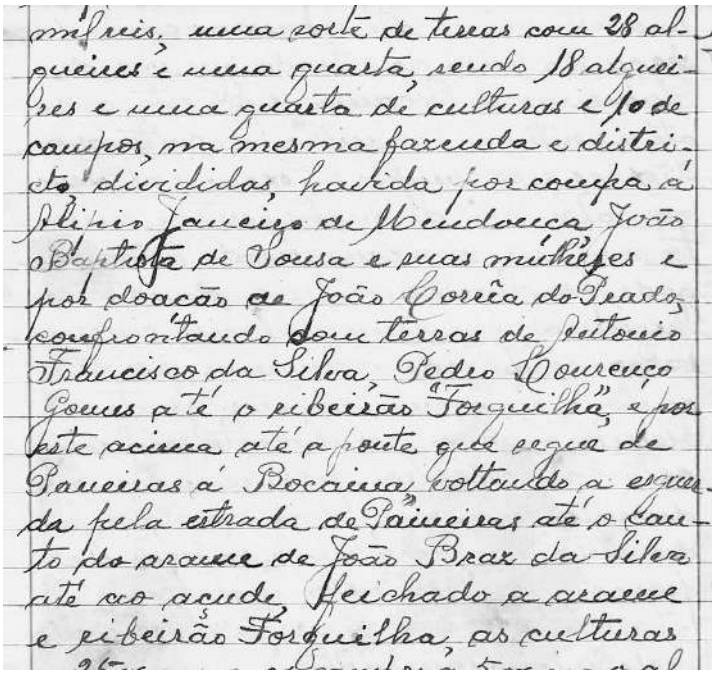
DESENHOS TÉCNICOS

Fig. 01: Mapa de Paineiras em 1939, com representação do açude.

Fonte: COARPE.

REGISTROS HISTÓRICOS

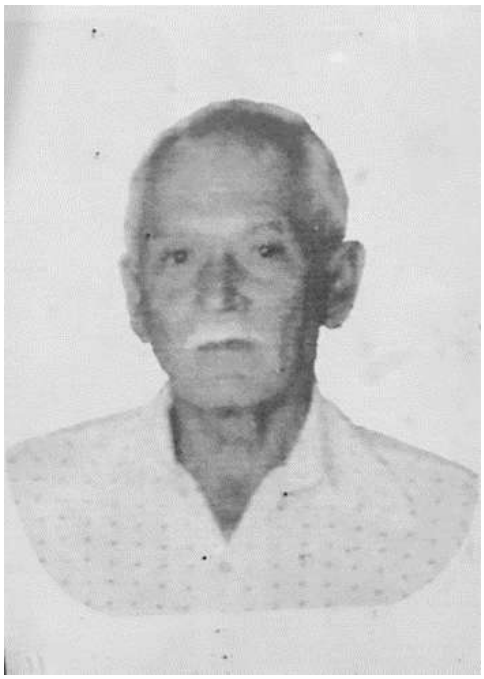
Fig. 01: Citação do açude nos autos de inventário de D. Maria Angélica de Jesus, esposa do Sr. José Corrêa do Prado, em 1936.



mil reis, uma sorte de terras com 28 alqueires e uma quarta, sendo 18 alqueires e uma quarta de culturas e 10 de campos, na mesma fazenda e distrito divididas, havida por compra á Alivio Janeiro de Mendonca João Baptista de Sousa e suas mulheres e por doacão de João Corrêa do Prado, confrontando com terras de Antonio Francisco da Silva, Pedro Lourenço Gomes até o ribeirão "Forquilha", e por este acima até a ponte que segue de Paineiras á Bocaina, voltando a esquerda pela estrada de Paineiras até o Salto do aramo de João Braz da Silva até ao acude, fechado a aramo e ribeirão Forquilha, as culturas

Fonte: COARPE.

Fig. 02: Sr. Pacífico F. de Lima



Fonte: Acervo de D. Dalva Maria do Carmo

Fig. 03: Braço Sul do Açude, atual propriedade da família Lima

Fonte: Acervo da Família Mendonça

Fig. 04 e 05: Vistas do açude na década de 1990

Fonte: Acervo de D. Matilde Borges

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Fig. 05, 06 e 07: Aspectos do açude, 2014

Fonte: Acervo de Ronald Luka

Fig. 08 e 09: Aspectos do açude, 2014 e 2015, respectivamente

Fonte: Acervo de Ronald Luka

Fig. 10: Paisagem urbana de Paineiras com açude em segundo plano, 2015

Fig. 11: Vista aérea açude em 2020

Fonte: Acervo de Ronald Luka

Fig. 12 e 13: Vistas do açude em 2024

Fonte: Acervo de Alex C. O. Fonseca